Universidade de São Paulo
Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina

Vanessa Moreira Sígolo

Trabalho em movimentação: a formação de movimentos
sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90

São Paulo, setembro de 2007

Universidade de São Paulo
Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina

Vanessa Moreira Sígolo

Trabalho em movimentação: a formação de movimentos
sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90

*Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Integração da América Latina
(PROLAM-USP) da Universidade de
São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre
em Integração da América Latina.*

Área de concentração:
Sociedade, Economia e Estado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali
Co-orientadora: Profa. Dra. Sylvia Leser de Mello

São Paulo, setembro de 2007

Trabalho em movimentação: a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP) da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Área de concentração: Sociedade, Economia e Estado

Banca examinadora

Instituição _____ Assinatura _____

Instituição _____ Assinatura _____

Instituição _____ Assinatura _____

Aprovada em: _____

*Aos meus avós Lila e Antônio, Mercedes e Aldo, com
suas histórias de vida, que sempre me acompanham.*

À Lêda, Sérgio e Letícia, com admiração e carinho.

Àqueles que lutam por igualdade política e liberdade.

Agradeço

Aos cooperados e trabalhadores autogestionários, que ao longo da pesquisa compartilharam comigo um pouco de suas experiências. Na Argentina, da *Mutual Primavera* e das cooperativas *La Cacerola*, *Emetele*, *El Molino*, B.A.U.E.N. e do *Barrio Cooperativo*, especialmente à Mônica Mendoza, Silvia Diaz, Walter, Carlos Chile, Marisa e Oscar. No Brasil, das cooperativas Monte Sinai, Alpha, COFAZ, UNIFORJA, do E.A. e da Rede Solidária da Zona Sul, principalmente à Emília, Alvina, Paulo César (PC), Raimundo, Marlene e Cristina.

Aos antigos e atuais formadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, do Núcleo Redes e do NESOL-USP, espaços fundamentais para minha formação política, acadêmica e pessoal. Aos amigos da ANTEAG, pela parceria e apoio, e aos demais parceiros dos fóruns e redes de economia solidária, em especial ao Pe. Reinaldo. Aos amigos do grupo de estudos sobre movimentos sociais e democracia.

Aos amigos da *Universidad de Buenos Aires*, da *Universidad Nacional General Sarmiento* e da *Asociación Recuperando el Trabajo*, especialmente à Kelly Pereyra, Ruth Muñoz, Eduardo Rodriguez e Ramiro Martinez, pelo apoio à pesquisa de campo e intercâmbio de informações e idéias.

À profa. Maria Cristina Cacciamali, pelas oportunidades de diálogo e contribuições ao trabalho.

À profa. Sylvia Leser de Mello, presença fundamental, que desde o dia que a conheci, no trabalho de campo com um grupo de catadores em Guarulhos, orienta, inspira e compartilha minha trajetória acadêmica, política e pessoal.

À profa. Maria Lucia Refinetti, pelo estímulo e pelas contribuições em aula e na banca de qualificação, ao prof. Lucio Kowarick, que em seu curso contribuiu para a definição dos caminhos da pesquisa, à profa. Maria Célia Paoli, que com Hannah Arendt iniciou muitas das reflexões que apresento neste trabalho, ao prof. Gildo Brandão, pela experiência de monitoria, à profa. Sonia Kruppa, por criar em seu curso espaços de troca e de reflexão sobre a prática, e ao professor Paul Singer, pelos contatos na Argentina e pela inspiradora convivência na Incubadora.

Aos funcionários do PROLAM, sempre atenciosos, e à CAPES, pela bolsa de pesquisa.

Aos amigos de Ubatuba, PUC e USP, em especial à Camila, Mariana, Silvia, Luana, Julia Z., Regiane, Thais, Ricardo, Arpad, Maíra, Patrícia, Fabi, Beto, Fábio S., Ron, Wagner, Marcel e Camila, pela amizade que muitas vezes ultrapassa quilômetros de distância e que se renova a cada encontro. À Camila também por revisões de texto.

As famílias Cardoso Moreira e Ferrari Sígolo, tios e primos, pela base fundamental, a partir da qual construo minha história de vida. Também à família Jamra Tsukumo, pelo estímulo e acolhida.

À minha querida irmã, Letícia, parceira intelectual e minha grande amiga, com quem compartilho ideais políticos e conversas inspiradas, com admiração, e também por suas leituras atentas e fotos. Ao Gabriel, pelos bons momentos e apoio. E aos dois pela grande ajuda e o cuidadoso e bonito trabalho gráfico.

Aos meus pais, Lêda e Sérgio, com enorme admiração e amor, pelo estímulo e apoio incondicional, por suas leituras cuidadosas dos textos e freqüentes conversas, e principalmente pelo exemplo de vida comprometida com o mundo comum, público.

Ao Diogo, pelo apoio essencial, pelo intenso diálogo e por compartilhar inquietudes, princípios, sonhos e, com amor, a construção de nossas vidas.

“(…) no puedo aceptar la opinión, ampliamente difundida (…) de que la hegemonía imponga un dominio total sobre los gobernados – o sobre todos aquellos que no son intelectuales – que alcanza hasta el umbral mismo de su experiencia, e implanta en sus espíritus desde su nacimiento categorías de subordinación de las cuales son incapaces de liberarse y para cuya corrección su experiencia resulta impotente.”

Edward Palmer Thompson, 1989.¹

“(…) os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.”

Hannah Arendt, 2004.²

1 Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona : Ed. Crítica, 1989. p. 60.

2 Arendt, Hannah. *A condição humana*. São Paulo : Edusp, 2004. p. 12.

América Invertida – Torres García - 1943

“(...) en realidad nuestro norte es el Sur. (...) Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte. Igualmente nuestra brújula: se inclina irremisiblemente siempre hacia el Sur, hacia nuestro polo.(...) Porque el norte ahora esta abajo. Y levante, poniéndonos frente a nuestro Sur, esta a nuestra izquierda. Esta rectificación era necesaria; por esto ahora sabemos donde estamos.”³

3 Torres García, Joaquín. *Universalismo Constructivo*, Buenos Aires : Poseidón, 1941.

Resumo

Após mais de duas décadas de abertura política, os altos níveis de desigualdade social, pobreza, desemprego e violência na América Latina demonstram que os novos regimes democráticos não têm correspondido às expectativas de construção de sociedades efetivamente democráticas. O debate sobre democracia, centrado na preocupação com a estabilidade das instituições e os processos formais do sistema político, coloca em plano secundário os movimentos sociais e as relações entre cultura, política e sociedade. No Brasil e na Argentina, de forma praticamente simultânea nos anos 90, trabalhadores criaram organizações econômicas coletivas e autogestionárias, denominadas organizações de *economia solidária*, em contexto de reestruturação produtiva e de revisão de projetos revolucionários. Esta dissertação analisa a *formação* de movimentos sociais de economia solidária nestes dois países, partindo do pensamento de Hannah Arendt, especialmente de sua concepção sobre política e sua centralidade, e de Edward Palmer Thompson, no que se refere à construção histórica das coletividades. Ao aproximar o pensamento destes autores, focando a dimensão política dos processos sociais, investigamos a relação entre as bases materiais e ideológicas da economia solidária, que se referem à *experiência* dos sujeitos no contexto histórico dos países e à *consciência* desenvolvida pela retomada de matrizes teórico-políticas (socialista, anarquista e humanista-religiosa) da história de resistência e luta de trabalhadores. Com estas referências teóricas, este trabalho analisa o conflituoso e ambíguo processo de *formação* destes novos movimentos sociais, em experiências e narrativas de trabalhadores de organizações estudadas na pesquisa de campo em São Paulo e Buenos Aires. Diante da heterogeneidade de experiências, encontram-se indícios de que na Argentina esta *formação* se faz em um processo caracterizado, em grande parte, por relações políticas, com ênfase na autonomia e na igualdade. Em contraste, o sentido predominante no Brasil é de um processo educativo, que em certos momentos assume o caráter de *formação política fundacional*, e em outros, de manutenção de relações de dependência e contenção social. Analisar o processo de *autofazer-se*, entre a autonomia e a dependência, de movimentos sociais de economia solidária na história destes dois países, expõe limites e potencialidades, e indica questões para a reflexão e atuação na academia e na sociedade atual.

Palavras-chave: 1. política, 2. democracia, 3. movimentos sociais, 4. autogestão, 5. economia solidária.

Resumen

Después de más de dos décadas de apertura política, los altos niveles de desigualdad social, pobreza, desempleo y violencia en América Latina demuestran que los nuevos regímenes democráticos no han correspondido a las expectativas de construcción de sociedades efectivamente democráticas. El debate sobre democracia, centrado en la preocupación con la estabilidad de las instituciones y de los procesos formales del sistema político, pone en un plano secundario a los movimientos sociales y las relaciones entre cultura, política y sociedad. En Brasil y Argentina, de manera prácticamente simultánea en los años 90, los trabajadores formaron organizaciones económicas colectivas y autogestionarias, denominadas organizaciones de economía solidaria, en un contexto de reorganización productiva y de revisión de proyectos revolucionarios. Esta disertación analiza la formación de movimientos sociales de economía solidaria en estos dos países, a partir del pensamiento de Hannah Arendt, especialmente de su concepto de política y su centralidad, y de Edward Palmer Thompson, sobre la construcción histórica de las colectividades. Al acercar el pensamiento de estos autores, enfocando la dimensión política de los procesos sociales, investiga la relación entre las bases materiales e ideológicas de la economía solidaria, que se refieren a la *experiencia* de los sujetos en el contexto histórico de los países y a la *conciencia* desarrollada a partir de matrices teórico-políticas (socialista, anarquista y humanista-religiosa) de la historia de resistencia y lucha de trabajadores. Con estas referencias teóricas, este trabajo analiza el proceso conflictivo y ambiguo de *formación* de estos nuevos movimientos sociales, en las experiencias y relatos de trabajadores de organizaciones estudiadas en la investigación de campo en São Paulo y Buenos Aires. Delante de la heterogeneidad de experiencias, hay indicaciones de que en Argentina esta *formación* se hace por un proceso caracterizado en gran parte por relaciones políticas, con énfasis en la autonomía y la igualdad, en contraste con el sentido predominante de la *formación* en Brasil, que se constituye como un proceso educativo, que en ciertos momentos asume el carácter de formación política fundacional, y en otros, de mantenimiento de relaciones de dependencia y contención social. Analizar el proceso del *auto-hacerse*, entre la autonomía y la dependencia de estos movimientos de economía solidaria en la historia de estos dos países, exhibe límites y potencialidades, e indica cuestiones para la reflexión y actuación en la academia y en la sociedad actual.

Palabras claves: 1. política, 2. democracia, 3. movimientos sociales, 4. autogestión, 5. economía solidaria.

Abstract

After more than two decades of a political opening process, the high levels of social inequality, poverty, unemployment and violence in Latin American societies demonstrate that the new democratic political systems have not corresponded to the expectations of building effective democratic societies. During this period, the debate about democracy focused on the institution's stability and the formal processes of political system. The studies on social movements and interactions between culture, politics and society were perceived as secondary. In Brazil and Argentina, almost simultaneously in the 90s, workers created collective and self-management economic organizations, named *solidary economy organizations*. They were created in the context of productive reorganization and revision of revolutionary political projects. This paper investigates the *formation* of solidary economy's social movements in these two countries, based on the thought of Hannah Arendt. It focuses especially on her concept of politics and its centrality. In addition, it also takes into account Edward Palmer Thompson's thoughts on the historical construction of the collectivities. When approaching these authors' thoughts, we focus on the political dimension of the social processes and also investigate the relation between the material and the ideological bases of solidary economy. Considering people's *experiences* in the historical context of their countries and relating them to the *conscience* developed with a retaken of theoretic-political matrices (socialist, anarchist and religious-humanist) of the workers history of resistance and struggle. Upon these references, we study the conflicting and ambiguous process of formation of these new social movements. This is done through workers experiences and narratives at the organizations studied in the field research in São Paulo and Buenos Aires. In spite of experiences' heterogeneity, on the one hand, in Argentina there are indications that political relations have mainly characterized this formation process, with emphasis in autonomy and equality. On the other hand, in Brazil the predominant meaning of *formation process* of solidary economy movements takes the features of an educational process, that, to a certain extent, becomes a *founding political formation*. Although in other instances it turns out a process of maintenance of dependent relations and social containment. The analysis of the process of *self-making* of solidary economy movements, between the autonomy and the dependence, in the history of these two countries, displays limits and potentialities, and brings about issues to reflect and act upon, both in the academy and in current society.

Key words: 1. politics, 2. democracy, 3. social movements, 4. self-management, 5. solidary economy.

Lista de abreviaturas e siglas

ANTA – Asociación Nacional de Trabajadores Autogeridos

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIEJA – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CTA – Central de los Trabajadores Argentinos

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FMES/SP – Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo

FPES – Fórum Paulista de Economia Solidária

IMFC – Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos

INAES – Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social

INDEC – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

IVBA – Instituto de Vivienda de la Provincia de Buenos Aires

IVCGobBsAs – Instituto de Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires

MDS – Ministerio de Desarrollo Social

MESA – Movimiento de Economía Social de Argentina

MNER – Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas

MOI – Movimiento de Ocupantes y Inquilinos

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTD – Movimiento de Trabajadores Desocupados

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTL – Movimiento Territorial Liberación

MTST – Movimento do Trabalhadores Sem-Teto

PJJH – Plan de Jefes y Jefas de Hogar

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PUPS/MEC GobBsAs – Programa de Unidades Productivas Solidárias / Ministério de Educación
de la Ciudad de Buenos Aires

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

RILESS – Red de Investigadores de Economía Social y Solidaria

RTS – Rede de Tecnologia Social

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE

SERPAJ – Fundación Servicio Paz y Justicia

SIES – Sistema de Informação de Economia Solidária

SDSGobsBsAs – Secretaria de Desarrollo Social de la Ciudad de Buenos Aires

SDTI/PMO – Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura M. de Osasco

SDTS/PMSP – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da PMSP

SMESP – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

UBA – Universidad de Buenos Aires

UNGS – Universidad Nacional General Sarmiento

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados sobre o desenvolvimento humano no Brasil e na Argentina (2004) 40

Tabela 2 – Argentina e Brasil: taxa de desemprego aberto, 1991 – 2006 (em %) 40

Tabela 3 – Dados populacionais da Argentina e Brasil 48

Quadro 1 – Dados gerais da economia solidária no Brasil 2006 - SIES/MTE 62

Quadro 2 – Panorama das organizações de economia solidária no Brasil 65

Quadro 3 – Dados gerais da economía social na Argentina 2006 73

Quadro 4 – Panorama das organizações de economía social na Argentina 77

Quadro 5 – Características dos empreendimentos em Buenos Aires 164

Quadro 6 – Características dos empreendimentos em São Paulo 165

Quadro 7 – Aspectos comparativos das experiências de economia solidária 172

Figura 1 – Articulações entre segmentos identificadas em Buenos Aires 148

Figura 2 – Articulações entre segmentos identificadas em São Paulo 149

Sumário

Apresentação 01

Movimentos sociais e democracia 01

Movimento social por trabalho e autogestão 02

I — Movimento social e economia solidária – referências teórica e metodológica 06

1 A centralidade da política 09

2 A formação histórica das coletividades 12

3 Movimento social e sociedade contemporânea: um debate acadêmico 16

3.1 Abordagens do debate internacional 18

3.2 Abordagens do debate latino-americano 23

II — Brasil e Argentina – breve análise do contexto histórico dos movimentos 31

1 Brasil e Argentina, vizinhos na História 31

2 Raízes da formação social e cultural brasileira e argentina 41

III — Da economia popular à economia solidária 47

1 A experiência da condição de periferia 49

2 Da economia popular à economia solidária: a experiência da política 53

3 Economia solidária no Brasil e na Argentina: um panorama geral 60

3.1 Economia solidária no Brasil e os fóruns 60

3.2 *Economía social* na Argentina e os movimentos 72

IV — Um estudo das matrizes da economia solidária 82

1 Utopia, experiências cooperativas e socialismo 83

2 Liberdade, autogestão e anarquismo 94

3 Humanismo-religioso, solidariedade e organização popular 103

V — A formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina: experiências e narrativas dos trabalhadores 115

1 O passado no presente: as matrizes e as experiências 116

1.1 Relatos da pesquisa de campo em Buenos Aires 117

1.2 Relatos da pesquisa de campo em São Paulo 132

2 A busca do político: narrativas dos trabalhadores 150

2.1 Política e autogestão 152

2.2 Política e movimento social 159

VI — Economia solidária em movimento no Brasil e na Argentina 167

1 Tecendo comparações 167

2 Trabalho em movimento: considerações finais 173

Bibliografia 179

Apresentação

Movimentos sociais e democracia

Nestes primeiros anos do século XXI, após duas décadas de processo de abertura democrática, as sociedades latino-americanas enfrentam altíssimos níveis de pobreza, desemprego e violência. Estes são alguns indícios importantes de que as novas democracias não têm correspondido às expectativas de construção de sociedades efetivamente democráticas. Se por um aspecto, o novo regime político não produziu transformações sociais satisfatórias, por outro, os valores e princípios democráticos não foram amplamente apropriados pelos latino-americanos.

Uma recente pesquisa do Latinobarômetro¹, divulgada na imprensa em dezembro de 2006, revelou que apenas pouco mais da metade (58%) dos latino-americanos acham que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Dos 42% restantes, 17% acham que em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático, 17% acreditam ser indiferente um regime democrático ou não democrático, e 8% não tem opinião. Segundo esta pesquisa, sacrificar o regime democrático é justificável para os latino-americanos, caso favoreça o desenvolvimento sócio-econômico, inclusive porque o desemprego é apontado como o principal problema da região pela maioria dos entrevistados.

Estes dados sobre a opinião pública dos latino-americanos nos remetem a problemas centrais destas sociedades, que se relacionam com a fragilidade da democracia no subcontinente. Eles apontam a profunda desigualdade sócio-econômica, característica do sistema capitalista, como um obstáculo fundamental para o desenvolvimento da democracia, e revelam o limitado desenvolvimento de uma cultura política democrática na América Latina, onde princípios de igualdade e liberdade se confrontam com fortes traços patrimonialistas, hierárquicos e personalistas, que marcam estas sociedades.

Diante deste quadro, observamos que grande parte do debate sobre a democracia latino-americana está centrada na preocupação com a estabilidade das instituições e processos formais do sistema político, colocando em plano secundário os estudos sobre as relações entre cultura, política e sociedade. Assim, são pouco reconhecidos os estudos sobre o papel dos movimentos sociais, sobre os processos culturais e políticos informais nos quais as suas práticas estão envolvidas, e sobre suas relações com as instituições políticas formais.

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 70, inúmeros movimentos sociais surgiram na América Latina, e sua contribuição para a abertura democrática, no enfrentamento dos regimes autoritários, é hoje amplamente reconhecida pelos diferentes setores da so-

¹ Organização não-governamental que produz pesquisas sobre a opinião pública, em 18 países latino-americanos. Parte do banco de dados e informações sobre a metodologia utilizada está disponível em: www.latinobarometro.org. Acesso: 06 de janeiro de 2007.

cidade. Com a redemocratização, a atuação dos movimentos sociais se transformou, mas muitos atores sociais (inclusive acadêmicos) defendem que eles seguem atuando fundamentalmente para o desenvolvimento da democracia, renovando suas práticas em diálogo com as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais em curso na atualidade.

Investigar este novo quadro, os novos papéis dos movimentos sociais no desenvolvimento das democracias latino-americanas, permite uma ampliação do olhar que questiona sobre os possíveis caminhos para o enfrentamento dos desafios atuais destas sociedades. Com isso, esta dissertação volta o seu foco de atenção para a sociedade e suas formas de expressão política e cultural, e analisa a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90.

Movimento social por trabalho e autogestão

A sociedade contemporânea, como analisa Robert Castel (1998), se desenvolveu baseada fundamentalmente no trabalho, como “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”, referência econômica, cultural e psicológica. Em contraste marcante, a sociedade atual se caracteriza pelo desemprego, pela instabilidade das situações de trabalho e pelo número crescente de *inempregáveis*, formando a massa que personifica o processo de desorganização e degradação da sociedade salarial.² Diante da inadequação dos sistemas clássicos de proteção social, o Estado contemporâneo limita-se a atuar em políticas sociais que não se constituem instrumentos de mudança. Assim, se intensifica o processo de *desfiliação*, caracterizado pelo autor, pelo qual cada vez mais indivíduos perdem seus vínculos sociais e o próprio sentido de lutar por um projeto de futuro.³

Este quadro de crise social decorre de características estruturais do sistema capitalista, que assume novas feições na atualidade, atingindo as diversas sociedades do globo. O processo atual de reestruturação produtiva, impulsionado pelas transformações tecnológicas da chamada III Revolução Industrial, trouxe um grande aumento da produtividade industrial e de serviços. Da empresa fordista-taylorista, hierárquica, burocrática, integrando verticalmente todas as etapas da cadeia produtiva, que marcou a II Revolução Industrial, vivemos hoje, com as novas tecnologias, a descentralização da produção, a era da *empresa enxuta*, com menores custos e mais flexibilidade na produção.

Estas transformações produtivas estão envolvidas no processo de mundialização da economia, que submete as organizações e, conseqüentemente os trabalhadores, à fluidez do mercado financeiro, à disputa de investimentos e ao acirramento da concorrência, que geram uma crescente concentração de riqueza. Assim, a reestruturação produtiva capitalista trouxe um grande aumento de produtividade em contraste a profundas transformações no

2 Castel, Robert. *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo : Vozes, 1998. p. 24.

3 *Idem*.

mundo do trabalho, que se manifestam hoje no desemprego e na crescente precarização das relações de trabalho e dos direitos trabalhistas, vista na multiplicação do trabalho informal e na insegurança do trabalhador. Esta crise tem aspectos particulares e mais perversos na periferia do capitalismo, onde se encontram os países latino-americanos.

No contexto periférico da América Latina, apontamos a relevância de experiências criadas por trabalhadores, no enfrentamento das suas condições precárias de existência, baseadas em formas coletivas e autogestionárias de trabalho, que surgem de forma praticamente simultânea na última década, especialmente no Brasil e na Argentina. Somos, a partir disso, provocados a investigar os limites e as potencialidades do processo de formação de empresas recuperadas, cooperativas e diversos outros empreendimentos de caráter associativo e autogestionário, voltados à prestação de serviços, produção artesanal e industrial em diversos setores, no meio urbano e rural, criados por homens e mulheres desempregados, em vias de perder seus empregos ou em ocupações precárias e informais.

Estas experiências – denominadas economia solidária, economia social, sócio-economia solidária, economia popular solidária, cooperativismo popular, *economia social y solidária*, entre outros⁴ – surgem não apenas num contexto de mudanças produtivas, mas também em meio a um movimento de revisão dos projetos revolucionários, a partir das experiências do chamado *socialismo real*, da crítica aos modelos centralizados, burocráticos e autoritários, que predominaram nas tentativas de construção de alternativas ao sistema capitalista. Este movimento de revisão procura renovar os paradigmas de projetos de transformação social, e neste sentido, a economia solidária (como passaremos a nomear), dentro da sua grande diversidade e heterogeneidade, recupera teorias socialistas, anarquistas e humanistas-religiosas, buscando formar um novo movimento social. Assim, o estudo da economia solidária é um tema pertinente e atual no debate acadêmico sobre movimento social.

Recuperando teorias políticas, as atuais organizações de economia solidária se desenvolvem em contextos históricos particulares. Escolhemos estudar suas manifestações no Brasil e na Argentina, países que, em décadas recentes, enfrentaram regimes políticos ditatoriais e graves períodos de recessão econômica, com características semelhantes. Todavia, estes países vizinhos, ao mesmo tempo em que compartilham a denominação de latino-americanos, e dentro disto uma certa proximidade em sua inserção no sistema capitalista global, têm inúmeras diferenças, em seu processo histórico desde a colonização à constituição de suas sociedades e culturas atuais, como investigaremos no capítulo II.

A escolha de um estudo comparativo, portanto, deve-se à percepção de semelhanças e di-

4 Dentre as diversas denominações no Brasil, na Argentina e em outros países, dadas a estas experiências de trabalho coletivo e autogestionário, nesta pesquisa, encontramos principalmente as denominações, no Brasil, de economia solidária e, na Argentina, de economia social, as quais utilizamos no texto.

ferências entre a formação e as características da economia solidária nos dois países, cuja investigação busca contribuir para o debate acadêmico sobre movimento social e economia solidária, ao analisar a movimentação⁵ destes trabalhadores e o processo de formação de um novo movimento social, de economia solidária, a partir da década de 1990, nestes países.

...

Nesta dissertação, estudamos a *dimensão política* destas experiências de trabalho coletivo e autogestionário, desenvolvidas no Brasil e na Argentina. Por este foco, investigamos o processo de formação de movimentos sociais de economia solidária nestes países, partindo do pensamento de Hannah Arendt, especialmente sua concepção sobre política e sua centralidade, e do pensamento de Edward Palmer Thompson, no que se refere à construção histórica das coletividades, conforme analisaremos no capítulo I, sobre as referências teóricas e metodológicas da pesquisa.

Ao aproximar o pensamento destes autores, construímos um percurso de análise que tem o objetivo de explicitar a relação entre a *experiência* de condições materiais e a *consciência* desenvolvida na história, a partir de idéias e tradições, que possibilita o surgimento da economia solidária na atualidade e sua dimensão política. Assim, analisamos o contexto histórico dos países e as matrizes teórico-políticas retomadas da história de resistência e luta dos trabalhadores, que dão substrato à formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina, nos anos 90.

No capítulo II, portanto, investigamos alguns aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da história do Brasil e da Argentina, que compõem o contexto e a experiência histórica na qual são formadas as organizações de economia solidária. No capítulo III, apresentamos um panorama da economia solidária no Brasil e na Argentina, a partir dos anos 90, e analisamos, em contraste com as manifestações de economia popular, o aspecto político (no sentido que apresentaremos no capítulo I, a partir de Hannah Arendt), como uma característica distintiva das experiências de economia solidária.

Em seguida, no capítulo IV, estudamos as matrizes teórico-políticas que constituem as referências ideológicas e significativas pelas quais as condições históricas materiais são interpretadas, no processo de formação das organizações de economia solidária. A recorrência de certos princípios entre as manifestações estudadas, de autogestão, controle coletivo ou associado dos meios de produção de bens e serviços, distribuição democrática dos benefícios, solidariedade e cooperação, expõe a presença das matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa na formação destas experiências. Analisamos a matriz socialista através, principalmente, do pensamento do socialista utópico Robert Owen, e também por uma

5 Esta expressão, presente no título deste trabalho, faz referência ao conceito de ação de Hannah Arendt, o qual analisaremos posteriormente neste trabalho.

introdução ao socialismo científico, com Friedrich Engels. A matriz anarquista foi estudada pelas obras de Pierre-Joseph Proudhon, e a matriz humanista-religiosa, pelas idéias de Louis Joseph Lebret.

Por fim, investigamos, no capítulo V, a manifestação concreta da interação destas matrizes e condições no processo histórico, em algumas organizações em São Paulo e em Buenos Aires. Na análise das experiências e narrativas dos trabalhadores envolvidos, buscamos compreender o conflituoso e ambíguo processo de formação destes novos movimentos sociais na história, suas semelhanças e singularidades no Brasil e na Argentina atuais.

No percurso da pesquisa, investigamos o significado da *formação* de movimentos sociais de economia solidária nos dois países em questão. Diante da diversidade e heterogeneidade de experiências, buscamos entender em que medida esta *formação* é um processo caracterizado por relações políticas (no sentido discutido neste trabalho), protagonizado pelos próprios trabalhadores e, conseqüentemente, identificado pela ênfase à autonomia e à igualdade. Ou, se neste percurso reconhecemos que a *formação* de movimentos de economia solidária significa um processo educativo, de formação de trabalhadores, com um sentido predominantemente pré-político, em que medida este processo tem um caráter de formação política fundacional e não apenas de manutenção de relações de dependência e de contenção social.

Diante destas questões, analisamos os sentidos da *formação* de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina, que se revelam no processo de *autofazer-se*⁶ destes movimentos na história, envolvido por inúmeros fatores, a herança cultural destes países, a atuação do Estado e da Igreja, a escolaridade da população, as condições socioeconômicas, entre outros, que investigamos ao longo deste trabalho.

Questionar em que medida novos sujeitos políticos, movimentos sociais de economia solidária, surgem nestes países na atualidade, e qual o sentido predominante destas experiências, expõe sobre seus limites e potencialidades, apontando importantes questões tanto para a reflexão acadêmica quanto para a atuação dos sujeitos envolvidos.

6 Esta expressão será analisada, a partir do pensamento de Edward Palmer Thompson, no capítulo I.

I — Movimento social e economia solidária – referências teórica e metodológica

Este trabalho partiu de um processo de aproximação teórica e prática do tema, que fundamentou a definição do foco, da abordagem e a colocação de problemas para o projeto de pesquisa. Este processo envolveu minha experiência pessoal de trabalho na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) e em projetos da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), a participação em grupos de estudos e o contato com trabalhadores de movimentos sociais e pesquisadores de autogestão e economia solidária no Brasil, na Argentina e em outros países latino-americanos.⁷ Isto, ao lado da reflexão sobre a minha formação em Ciências Sociais e Relações Internacionais, fundamentou a construção do quadro de referência teórica desta pesquisa.

Este quadro de referência tem como base o arcabouço teórico e metodológico da sociologia, a partir do qual buscou-se construir algumas abordagens interdisciplinares, quando interessante para os objetivos da pesquisa, considerando que a interdisciplinaridade, como nos coloca Edgar Morin (2004)⁸, possibilita a construção de um “olhar novo” para interpretar fenômenos atuais, polêmicos e complexos. Reconhecemos que o avanço do conhecimento sobre movimento social, autogestão e economia solidária requer uma abordagem que não se limite às fronteiras disciplinares e que permita transitar (cooperar) entre diferentes áreas das ciências.

Para analisar o sentido da formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina atuais, nosso foco de abordagem está na sociedade, nas relações sociais, nos discursos e nos princípios compartilhados nas experiências estudadas. Esta abordagem diferencia-se do estudo que parte de uma perspectiva institucional — do Estado e das políticas públicas, por exemplo — apesar de manter em vista as relações estabelecidas entre a sociedade e o Estado, tema imprescindível ao estudo dos movimentos sociais em geral e do movimento de economia solidária. Também se diferencia de estudos sobre a relevância da economia solidária como um fenômeno econômico, abordagem utilizada por alguns autores.⁹

Nesta pesquisa, investigamos a relevância da economia solidária, especialmente, como fenômeno político, no que se refere à formação de novos sujeitos políticos coletivos, reconhecidos como movimentos sociais. Para isso, escolhemos desenvolver uma investigação qualitativa, envolvendo a análise conceitual, histórica e a pesquisa de campo, usando recursos

7 Em espaços como os Encontros Internacionais de Economia Solidária do NESOL-USP (Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão de Economia Solidária da USP).

8 Morin, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.

9 Sobre esta abordagem: Cruz, Antonio. “O mar e a terra da economia solidária”. *Leituras cotidianas* n.º. 181, 23 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.html>

da pesquisa etnográfica (entrevistas e observação de campo), para dar base a um estudo comparativo entre os países pesquisados.

O processo de pesquisa baseou-se nas possibilidades e limites de um estudo de fenômenos recentes, facilitando a pesquisa de campo e o acesso a materiais, mas gerando dificuldades pelas transformações permanentes sofridas e promovidas pelo *sujeito-objeto* em estudo. Assim, explicita-se o processo dialógico de construção do conhecimento, de interação com o sujeito envolvido no estudo, reconhecido não apenas como informante, mas em sua face interrogativa, em um ambiente de diálogo.

Abrindo espaço à *imaginação sociológica*¹⁰, investigamos as especificidades do fenômeno em estudo e nos afastamos de interpretações estritamente estruturalistas do processo social, dando ênfase à atuação dos sujeitos no processo histórico. No percurso da pesquisa, estudamos a relação entre os processos estruturais e o cotidiano dos sujeitos, por meio da análise das condições históricas econômica, política, social e cultural dos dois países em questão; das matrizes teórico-políticas, que dão substrato ideológico e significativo ao surgimento das organizações de economia solidária; e por fim, da experiência e narrativa de trabalhadores envolvidos.

Ao abordar a dimensão dos sujeitos, enfatizamos as relações sociais estabelecidas externamente às organizações de economia solidária — não as internas, relacionadas à produção, mas aquelas desenvolvidas entre diferentes organizações de economia solidária e com outros sujeitos políticos, como o Estado e as instituições de apoio. Na análise, nos remetemos à escala local da ação política, mas procuramos explicitar sua articulação com outras escalas, pelo estudo da articulação das organizações locais de economia solidária em redes, fóruns e movimentos nacionais. Ressaltamos, com isso, a importância de abordagens *transescalares*, usando a expressão de Carlos Vainer, por caracterizar um traço dos movimentos sociais contemporâneos, mas principalmente por ser uma abordagem necessária, como destaca o autor, para a investigação dos (e também para a intervenção nos) processos sociais.¹¹

Para a pesquisa de campo, selecionamos experiências situadas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Buenos Aires, relacionadas por redes formais e informais de intercooperação, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, na Argentina, o *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER). A escolha, necessária devido às limitações de uma pesquisa de mestrado no desenvolvimento de um estudo qualitativo de abrangência nacional, envolvendo uma grande diversidade de experiências, primeiramente buscou viabilizar uma investigação que partisse da dimensão dos sujeitos, atuando em suas localidades.

10 Mills, Charles Wright. *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

11 Vainer, C. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?” Encontro Nacional da ANPUR, IX: *Ética, planejamento e construção democrática do espaço*. Anais. Rio de Janeiro, 2001.

Em segundo lugar, a escolha deveu-se ao fato de que as experiências urbanas de economia solidária são mais comparáveis entre Brasil e Argentina, devido ao contexto histórico e ao cenário atual dos países, como veremos ao longo do trabalho. Por fim, em terceiro lugar, atualmente nas metrópoles brasileiras e argentinas, e em suas periferias concentram-se diversas organizações de economia solidária e, principalmente, desenvolve-se grande parte das experiências de articulação destas organizações na formação de movimentos sociais, através de fóruns, redes e variadas formas de mobilizações.

A comparação nas Ciências Sociais pode ser um instrumento analítico importante na construção de conhecimento, ao possibilitar a reflexão crítica sobre a universalidade dos fenômenos sociais e também sobre suas singularidades, heterogeneidade e complexidade. Para isso, Giovanni Sartori (1997) destaca a importância da busca por uma *consciência metodológica*, que busque respostas às questões: por que comparar? o que é comparável?, e finalmente, como comparar?.¹²

No estudo comparativo dos países, enfrentamos as limitações de estudar dois contextos nacionais distintos, um deles mais familiar e o outro, um país estrangeiro, do qual nos aproximamos desde antes do início desta pesquisa. No estudo teórico e na pesquisa de campo buscamos lidar com a desigualdade de informação e familiaridade, e no diálogo da teoria com a observação, com atenção às singularidades dos contextos e fenômenos sociais, construímos os eixos de análise da pesquisa.

De acordo com os autores que estudam a metodologia comparativa¹³, não fizemos apenas uma justaposição de descrições de cada caso separadamente, mas construímos um estudo, mesmo que introdutório, a partir de eixos de análise, que explicita semelhanças e singularidades sobre o sentido político das experiências de economia solidária no Brasil e na Argentina.

...

Partimos de uma definição ampla de movimento social, referente a uma expressão de poder da sociedade que, independente da reivindicação ou demanda, luta para constituir-se como um sujeito político coletivo e manifestar-se em espaço público, no qual as relações políticas podem ocorrer. Os movimentos sociais se formam em contextos de conflito, na permanente tensão entre a autonomia e a dependência, entre a criação do novo e a permanência do antigo.

Alain Touraine (1985)¹⁴ aponta que o conceito de movimento social não descreve uma realidade, não é um objeto empírico, mas sim um elemento de um modo específico de construção da realidade social. Como a maioria das noções nas Ciências Sociais, é uma construção analítica que expressa uma ideologia, um ponto de vista.

12 Sartori, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília : Editora UnB, 1997.

13 Laplantine (1994), Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) e Przeworski e Teune (1970 *apud* Sartori, 1997).

14 Touraine, A. "An introduction to the studies of social movements" In: *Social Research*, vol. 52, no. 4, 1985.

Nossa abordagem, como apresentamos a seguir, tem como referências teóricas centrais o pensamento de Hannah Arendt e de Edward Palmer Thompson – em diálogo também com a interpretação de Eder Sader (1988)¹⁵. Partindo do pensamento destes autores, nesta dissertação, expomos as reflexões e análises, produzidas até o presente momento, sobre a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina na atualidade, em um texto que percorre um caminho intermediário entre o relatório científico e o ensaio sociológico.

1 A centralidade da política

Ao compreender os movimentos sociais como fenômenos centralmente políticos, que se referem a uma expressão política da sociedade, e ao indagar sobre a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina atuais, nos remetemos a uma análise política destas experiências. Assim, é necessário destacar o significado ampliado do conceito de política, assumido neste trabalho, que discutimos a partir do pensamento de Hannah Arendt.

A reflexão de Arendt sobre política parte de uma visita ao pensamento da Grécia Antiga.¹⁶ Por esta referência, a autora indica que a esfera da política refere-se à *polis*, compreendida como o espaço da liberdade, do público, da persuasão pela palavra de homens iguais, preocupados com o mundo comum e sua permanência. Tal esfera diferencia-se da esfera da economia, referente à casa (*oikia*), espaço da necessidade, do privado e da hierarquia. Neste sentido, “a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família”.¹⁷

Na esfera da política encontra-se a atividade humana fundamental, a construção compartilhada do mundo comum, pautada na liberdade e na igualdade. Diferentemente de outras atividades humanas, como o trabalho e a fabricação, a ação política é uma atividade essencialmente coletiva, que depende inteiramente da constante presença dos outros, e pela pluralidade possibilita o surgimento do novo. Nesta interpretação da ação política, “agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, “começar”, “ser o primeiro” e, em alguns casos, “governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)”.¹⁸

15 Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

16 Apesar da visão restrita e elitista de cidadania, este contexto histórico é fundamental para o estudo sobre democracia, uma vez que nele foram colocados em prática princípios comunitaristas e participativos na política, no espaço da *polis*, como o autogoverno e a rotatividade.

17 Arendt, Hannah. *A condição humana*. São Paulo : Edusp, 2004, p. 33.

18 *Idem*, p. 190.

A capacidade de construção do novo, identificada na esfera da política, está na circulação da palavra em espaço público, na conversa permanente sobre o mundo compartilhado, em conjunto com outros. Com isso, Arendt destaca o caráter eminentemente político da humanidade, e na imagem da reunião dos homens para inventar e reinventar o mundo, a pensadora religa em sua essência à noção de democracia a de humanidade.

A política é vivida no espaço público, *locus* da interação de cidadãos. No espaço público, experimenta-se a capacidade de falar e ouvir, num contexto de luta pelo reconhecimento daquele que fala. Recorrendo às reflexões de Jacques Rancière, neste contexto, *ruídos* podem dar lugar a vozes vindas de *outro mundo*, palavras que comunicam experiências, idéias, abrindo assim a possibilidade da renovação, da ruptura e da emancipação dos não ouvidos. Esta é a dimensão política, do inesperado que surge da circulação da palavra, pelo encontro de diferentes que se enxergam e se reconhecem pelo dissenso, pelo conflito, ao mesmo tempo em que compartilham uma igualdade política e um mundo comum. A política traz o inesperado, que interrompe a *ordem policial*, trazendo à luz do espaço público as relações de dominação e a possibilidade de sua superação.¹⁹

Na análise crítica de Arendt sobre o tempo atual, a autora reconhece que os espaços da política e da economia se misturaram na modernidade, e “as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida”, provocando o surgimento do que chama de *social*, uma “esfera híbrida, na qual os interesses privados assumem importância pública”.²⁰

A ação política, no sentido arendtiano, tornou-se rara, pois a *sociedade* impõe aos homens regras que buscam *normalizar* seus membros, confinando-os a comportamentos esperados, não espontâneos, abolindo o espaço público, a política, a possibilidade da ruptura e do novo. Neste cenário, os raros momentos políticos com capacidade de renovação são *tesouros* preciosos, que necessitam ser reconhecidos, abrindo perspectivas para a transformação da sociedade.²¹

Em uma época na qual é predominante o declínio da política, neste sentido que buscamos apresentar, diante da sua indiferenciação da economia e dos interesses privados, e do domínio da técnica, resgatar o sentido da política é uma ação fundamental, que nos conduz a investigar a ação de movimentos sociais. Assim, buscamos reconhecer os caminhos pelos quais a indignação social se projeta em ação política pela emancipação, possibilitando um revigorar de sujeitos políticos, da capacidade de julgar e de construir o novo.

Os movimentos sociais latino-americanos, diferentemente dos europeus e norte-americanos, são em sua maioria movimentos populares, que se organizam a partir de bases locais,

19 Rancière, J. “O dissenso” In: Novaes, A. (org). *A crise da razão*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

20 Arendt, *Op. cit.*, p. 43.

21 Arendt, H. “A tradição revolucionária e seu tesouro perdido” In: *Da revolução*. Brasília : Ática - UNB, 1988.

na cidade e no campo. Nesta escala, encontramos a materialidade e concretude das ações e sistemas políticos, em espaços públicos formados por cidadãos, para discussão e planejamento de assuntos relacionados ao mundo comum, que deixam de ser delegados involuntariamente a especialistas e técnicos. Assembléias, associações de bairro, encontros de redes e fóruns locais abrem a possibilidade da construção da igualdade e liberdade política, pela restituição aos homens de sua capacidade de pensar, julgar e comunicar. Arendt destaca que “(...) liberdade política ou significa ‘participar do governo’ ou não significa nada”.²²

Ao reconhecer a sociedade como lugar de conflito, como espaço de dissenso, na política os conflitos podem ser publicizados. A autora aponta que “os únicos recursos contra o mau uso do poder público pelos indivíduos se encontram no próprio domínio público, na luz que exige cada ato efetuado dentro de suas fronteiras, na própria visibilidade à qual ficam expostos todos os que lá penetram”.²³ Com isso, o deslocamento do *front* de luta do estritamente econômico, reduzido à esfera privada, para o político, o público, como fazem os movimentos sociais, torna possível a construção de estratégias para a subversão da ordem democraticamente.

A criação de espaços públicos, como *conselhos*, nos quais pessoas discutem em conjunto os problemas do mundo comum, são *tesouros* preciosos, muitas vezes perdidos ao longo da luta histórica. Analisando as revoluções modernas, Arendt aponta que os espaços públicos reconstituem *pequenas repúblicas*, onde os homens se encontram para o debate político e transformam a “questão social”, técnica, econômica, do mundo da necessidade, em questão política, pública e humana. Nos *órgãos populares* de debate, os cidadãos podem agir como se fazia nos conselhos durante as revoluções, podem “atuar com independência e, em consequência, participar da condução dos negócios públicos em sua paulatina evolução”.²⁴

Recuperando e analisando a história das revoluções, Arendt aponta:

*“Tanto o plano de Jefferson como as sociétés revolutionnaires francesas renunciaram, com uma precisão fantástica, aqueles conselhos – soviets e Räte – que haveriam de aparecer em todas as genuínas revoluções, ao longo dos séculos XIX e XX. Eles sempre surgiam como organismos espontâneos do povo, não apenas fora do âmbito de todos os partidos políticos, como também de forma totalmente inesperada. A exemplo das propostas de Jefferson, eles foram ignorados completamente pelos estadistas, historiadores, teóricos da política e, o que é mais significativo, pela própria tradição revolucionária”.*²⁵

Nestes raros espaços revolucionários vive-se um dilema entre dois elementos inconciliáveis, como indica Arendt: a *preocupação com a estabilidade* e o *espírito de inovação*. A ação revolucionária se movimenta entre a busca da imortalidade, da *cidade eterna sobre a terra* e a li-

²² *Idem*, p. 175.

²³ *Idem*, p. 202.

²⁴ *Idem*, p. 200.

²⁵ *Idem*, p. 199.

vre produção da novidade, em um dilema sem solução. O sistema de partidos, a gestão centralizada, a administração e a institucionalização também se contrapõem à imprevisibilidade e à liberdade da política, e os conselhos são assim engolidos na história do esquecimento da política e do domínio da técnica e do consumo, assim como seu espírito revolucionário.

Vivenciando estes dilemas, os movimentos sociais e o movimento de economia solidária constituem suas organizações. A economia solidária, pela proposta de organização do trabalho pautada no controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços e na igualdade política nos processos de decisão e gestão, ou autogestão, coloca mais um dilema ao aproximar trabalho e política, ou seja, aproximar a esfera da economia e a esfera da política. Como coloca Sylvia Leser de Mello:

*“As cooperativas autogestionárias desenvolvem em seu interior espaços de democracia, porque a assembléia, órgão máximo de administração autogestionária e lugar das discussões e decisões, é espaço de igualdade e autonomia. Na liberdade para tomar a palavra e apresentar as suas opiniões e idéias, diante de todos, encontramos, aproximadamente, o que Hannah Arendt denomina espaço para o aparecimento, para mostrar, diante de meus iguais, quem eu sou. Este esforço para apresentar a singularidade se dá juntamente com igual esforço de todos os outros na busca pelo bem comum. Aqui estão situados os fundamentos da democracia”.*²⁶

As organizações de economia solidária, com isso, procuram um caminho para conjugar o pensar e o fazer, se constituindo como uma proposta de integração de estratégias econômicas — de novas formas de organização do trabalho, produção, comercialização e consumo — com a dimensão política, da cidadania, da democracia e da emancipação. Na criação de processos econômicos com sentidos políticos, como redes locais e práticas de intercooperação, abre-se o caminho para a formação, a partir destas experiências, de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina atuais.

2 A formação histórica das coletividades

Na investigação da formação do movimento de economia solidária, nos afastamos de interpretações estritamente estruturalistas, que se propõem a deduzir os fenômenos sociais exclusivamente de *condições objetivas dadas*. Reconhecemos que as experiências de economia solidária têm raízes históricas nas transformações produtivas do capitalismo contemporâneo, no entanto, estas transformações não explicam aspectos fundamentais do surgimento deste fenômeno, que encontramos na investigação da dimensão subjetiva, da atuação dos sujeitos sociais.

26 Mello, Sylvia Leser de. “Solitário ou solidário” In: *Material de Apoio do Curso de Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária*, organizado pela ITCP-USP, 2003, p. 6.

Partimos do pensamento de Edward Palmer Thompson, que em sua análise da formação histórica das classes sociais valoriza as dimensões cultural e política, além da econômica, e destaca que os sujeitos recorrem a tradições (que chamamos nesta pesquisa de matrizes), para elaborar suas experiências e produzir sua ação.

Pelo próprio título de uma de suas mais conhecidas obras, “*The making of English working class*”, o historiador enfatiza a idéia de *autofazer-se* das classes sociais ao longo da história.²⁷ Seu estudo busca compreender o que chama de “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”, e acrescenta que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.²⁸ Para compreender um fenômeno social, portanto, precisamos investigar as relações humanas envolvidas.

Thompson propõe que a *experiência* é, em grande medida, determinada pelas relações de produção, pelas condições materiais, mas a *consciência* é o significado, a elaboração destas experiências, que se dá em termos culturais, a partir de “tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.²⁹ Assim, estudamos como os sujeitos que compõem o movimento de economia solidária passaram a ocupar este *lugar social*, e como as organizações sociais das quais participam se formaram pela elaboração (interpretação a partir de tradições e valores) de suas experiências.

Para isso, é fundamental que nos debrucemos na história, nas transformações produtivas e materiais do capitalismo contemporâneo e suas singularidades nos contextos brasileiro e argentino. E também, especialmente, no processo de criação deste movimento a partir de matrizes teóricas, políticas e culturais, que orientaram a elaboração das experiências e o surgimento de ação política.

Os movimentos sociais são, desta forma, compreendidos como uma formação social, política, econômica e cultural, que se dá em processos históricos, e para analisá-los, como aponta Thompson, é necessário investigar a continuidade das tradições e as alterações no contexto histórico. Na obra citada, o autor estuda a formação do movimento operário desde a Revolução Industrial e destaca que nas lutas e reivindicações de trabalhadores, em diversos momentos da história, “estão presentes as mesmas aspirações, temores e tensões: mas surgem num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado. Tentemos entender ambas as coisas – a continuidade das tradições e o contexto que se alterou”.³⁰

27 Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987a.

28 *Idem*, p. 9.

29 *Idem*, p. 10.

30 *Idem*, p. 23.

Ao investigar as tradições da formação da classe operária inglesa, Thompson destaca o processo de *autofazer-se* da classe operária, pois “o operário ou o tecedor de meias eram também herdeiros (...) dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”.³¹ Com isso, a classe operária inglesa do século XIX origina-se “principalmente do empenho consciente dos próprios trabalhadores”³² na formação de diversas organizações operárias, e este empenho surge da elaboração de experiências, ou seja, “não ‘provém’ de uma idéia: tanto as idéias quanto as instituições surgem em resposta a certas experiências comuns”.³³

De experiências comuns, elaboradas e significadas pelos trabalhadores, surgem as sociedades de ajuda mútua, citadas por Thompson e um foco de nossa pesquisa. Organizações de trabalhadores que se espalham na Europa, a partir principalmente da revolução industrial, em diálogo com as culturas locais. O autor aponta que “as sociedades de auxílio mútuo, por existirem em muitas comunidades diferentes, representaram uma influência cultural unificada. (...) Suas concepções sobre o ‘homem social’ também estimularam o crescimento da consciência da classe operária. Sua linguagem fundiu os princípios da caridade cristã e as imagens de ‘fraternidade’ latentes na tradição metodista (ou moravia) com os conceitos sociais do socialismo owenista”.³⁴

Percorrendo um caminho semelhante, analisamos as matrizes da economia solidária. A partir destas referências teóricas, investigamos quais os “elementos precipitados pelos novos acontecimentos”, ou seja, quais as matrizes teórico-políticas da história da luta dos trabalhadores resgatadas na formação do movimento de economia solidária, que nos remetem a tradições de liberdade, igualdade, solidariedade e democracia.

Juntamente com isso, o autor ressalta que “as tradições estão encarnadas não só em idéias, mas em pessoas”³⁵, e com elas podemos ver a *árvore da liberdade* – de que fala Thompson no livro, referindo-se aos valores da classe operária – sendo plantada do Tâmis ao Prata, atravessando o oceano Atlântico, chegando à América com os imigrantes europeus, e aqui se encontrando com as tradições culturais dos povos indígenas e também africanos.

Sobre as lutas dos trabalhadores, o autor declara:

“Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas

31 Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987b, p. 18.

32 *Idem*, p. 310.

33 *Idem*, p. 316.

34 *Idem*, p. 316.

35 *Idem*, p. 198.

*do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar. Além, disso, a maior parte do mundo ainda hoje passa por problemas de industrialização e de formação de instituições democráticas, sob muitos aspectos semelhantes à nossa própria experiência durante a Revolução Industrial. Causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África”.*³⁶

Ou na América Latina. No estudo dos movimentos sociais, por estas referências, analisamos os contextos e experiências, juntamente com as matrizes políticas, ideológicas, culturais e religiosas, que orientam as elaborações destas experiências, influenciando nas ações dos sujeitos. Eder Sader (1988) ressalta, referindo-se à relação entre sujeito e estrutura, que para examinar um fenômeno em sua originalidade precisamos dar importância ao processo de atribuição de significado, ao mundo simbólico, pois: “Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade de amigos de bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal”.³⁷

Nesta perspectiva, Thompson busca “mostrar que os valores não são ‘fatores imponderáveis’ que o historiador possa descartar sem receio, apoiando-se no argumento de que, por eles não serem passíveis de medição, todas as opiniões a seu respeito teriam a mesma importância. Ao contrário, eles relacionam-se com a satisfação humana e com o curso das mudanças sociais, temas que o historiador tem que considerar(...)”.³⁸ Assim, propõe que se avalie como as mudanças tecnológicas e produtivas tiveram impacto na vida dos trabalhadores, como foram e são elaboradas por eles, produzindo movimento, ação.

A abordagem de Thompson prioriza a noção de *humano* na sociedade, relacionada a um ideal democrático de reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos no movimento histórico. Por esta abordagem, destaca a importância dos espaços de reunião, e conclui que “(...) o monopólio e a odiosa acumulação de capital em poucas mãos... trarão com sua monstruosidade as sementes da cura. (...) O que quer que leve os homens a se unirem (...) embora isso possa gerar alguns vícios, é favorável à difusão do conhecimento e, em última instância, promove a liberdade humana. Portanto, toda grande oficina e grande fábrica são uma espécie de sociedade política, que nenhuma lei do parlamento pode silenciar e nenhum magistrado dispersar”.³⁹ Por este caminho, investigamos as experiências de economia solidária atuais.

A seguir, percorremos alguns estudos sobre movimentos sociais e as sociedades contemporâneas, com o objetivo de contextualizar esta pesquisa no debate acadêmico sobre mo-

³⁶ *Idem*, p. 13.

³⁷ Sader, *Op. cit.*, 1988, p. 42-43.

³⁸ Thompson, *Op. cit.*, 1987b, p. 343.

³⁹ Thompson, *Op. cit.*, 1987a, p. 204.

vimentos sociais nas últimas décadas nas Ciências Sociais e de colher novas pistas, complementares, para o desenvolvimento da pesquisa, em outros estudos que abordam o tema, pautados em variadas referências teóricas e metodológicas.

3 Movimento social e sociedade contemporânea: um debate acadêmico

As ciências sociais estão em movimento, assim como os sujeitos, as relações e os grupos sociais que estudam. Os movimentos sociais entram em cena, de forma significativa, como tema relevante a ser estudado na academia, no final da década de 60 e início dos anos 70, e em diversos países, são tema de debates e publicações durante as duas décadas seguintes. Não comportando um único significado, no fim do século XIX, designava o movimento operário em geral; até os anos 60 do século XX, foi mais preponderante sua definição pautada no pensamento marxista, que entendia movimento social como a organização racional da classe trabalhadora, em sindicatos e partidos, em luta contra a classe dirigente, para a transformação das relações capitalistas de produção. A partir do final da década de 60, e especialmente com a crise do chamado socialismo real, surgem novas formas de participação, e sobre elas, inúmeros estudos acadêmicos, alguns dos quais apresentamos neste texto.

Os estudos atuais sobre movimentos sociais, de certa maneira, revivem o calor das discussões dos anos 70 e 80, visto que, no começo dos anos 90, o tema deixa de ocupar um lugar relevante na cena acadêmica e é relegado aos bastidores da produção científica. Naquele momento, “sobreveio o desapontamento sobre o qual repousou a tese de que esses formatos de participação seriam inexoravelmente fragmentários, destinados a esgotar-se em sua luta imediata e cotidiana, cuja eficácia tenderia a esgotar-se na conquista e na ampliação deste ou daquele direito de cidadania. E adeus movimentos sociais: agora, há assuntos mais relevantes”.⁴⁰ Todavia, nos últimos anos, devido a transformações políticas, e ao surgimento de novos movimentos, no cenário da *era globalizada*, esse tema volta a chamar a atenção da academia.

Alguns autores, como Ana Maria Doimo (1995), reconhecem três perspectivas de abordagem sobre movimentos sociais: uma abordagem macroestrutural, uma outra ligada à análise do sujeito e uma terceira perspectiva que privilegia um enfoque institucional. Na perspectiva macroestrutural, de influência marxista, os movimentos sociais são criados pela dinâmica política do capitalismo, e correspondem centralmente ao movimento operário. Sob esta perspectiva estão, por exemplo, os estudos de Manuel Castells, Jean Lojkine, Jordi Borja e Gino Germani⁴¹, entre outros.

40 Doimo, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 79*. Rio de Janeiro : ANPOCS, Relume-Dumará, 1995. p. 34.

41 Lojkine, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo : Martins Fontes, 1981; Castells, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983; Borja, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires : Siap-Planteos, 1975; Germani, Gino. *Sociología de la modernización*. Buenos Aires : Paidós, 1971.

A segunda perspectiva estuda os movimentos sociais pela ótica do sujeito e suas experiências, e volta-se para a cultura, tirando o foco das relações econômicas, do Estado e das instituições políticas em geral. Crítica à análise estrutural, ao que considera um *determinismo econômico* na interpretação de fenômenos sociais, esta perspectiva surge principalmente a partir dos anos 60, contexto do surgimento de novos movimentos e de crítica ao modelo soviético. Ela enfatiza a problemática da subjetividade social, da experiência cotidiana e da ação coletiva. Nesta perspectiva, são estudados movimentos ecológicos, pacifistas, de gênero, etc., chamados *novos movimentos sociais*.⁴²

Na América Latina, valorizando também a dimensão dos sujeitos, ainda que mantendo a influência marxista, alguns autores, principalmente a partir dos anos 80, estudam a *experiência* dos movimentos sociais, pautando-se inclusive nos trabalhos de Edward Palmer Thompson. Estes estudos, como aponta Lucio Kowarick (2000), reconhecem que os movimentos são formados por sujeitos que “vivenciam uma exclusão e sobre esta vivência produzem um discurso e uma ação de caráter coletivo”.⁴³

A terceira perspectiva critica estas interpretações, acusando-as de negligenciar a importância dos aportes institucionais, pois reconhece as bases dos movimentos sociais diretamente relacionada ao Estado. Destaca inclusive que os movimentos, fragmentados internamente, no contexto da redemocratização de países na América Latina, encontram as suas condições de existência no poder público, o que em grande medida retira a possibilidade dos movimentos se construírem como sujeitos e atuarem por mudanças profundas, pois estes se restringiriam à luta pela ampliação de direitos.

Diante deste quadro, alguns autores, interpretando os movimentos sociais contemporâneos, constroem abordagens que aproximam perspectivas, não se enquadrando nestas classificações, valorizando e criticando certos aspectos de diferentes perspectivas, de forma e por caminhos variados. Assim, buscam enfrentar a complexa interação de condições históricas, tradições, valores e instituições presente nos movimentos sociais no contexto das sociedades contemporâneas.

Pela proposta de estudo de um movimento singular, o movimento de economia solidária, que envolve a dimensão política e cultural, mas também a dimensão econômica, da produ-

42 Há uma grande polêmica sobre a novidade dos movimentos sociais contemporâneos. Os autores que defendem a noção de “novos movimentos sociais” destacam uma mudança de foco dos movimentos, que teriam se afastado da temática do trabalho, do movimento operário, para focar a luta por valores, dos movimentos feminista e ecologista, por exemplo. Em contraponto a esta visão, outros autores enfatizam a continuidade histórica, destacando a existência anterior de movimentos não relacionados à temática do trabalho e a continuidade desta temática, do trabalho, na atualidade. Como Escobar (1991) e Parra (2005), inclusive pelo nosso tema de pesquisa, que relaciona trabalho e movimento social, consideramos esta separação entre novos e velhos movimentos sociais excessiva, e nos identificamos com esta última visão. (Parra, M. A. “La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio em América Latina” In: *Athenea Digital*, no. 8, p. 72-94, 2005. Disponível em: www.clacso.org)

43 Kowarick, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo : Editora 34, 2000, p. 14.

ção, fizemos algumas escolhas teóricas e metodológicas. Primeiramente, nos aproximamos da segunda perspectiva, que valoriza a subjetividade social, a experiência e a ação coletiva, mas não restringimos nossa análise ao campo cultural, e destacamos, fundamentalmente, a dimensão política.

Além disso, situamos a formação do movimento de economia solidária no processo histórico, envolvido na trajetória dos movimentos dos trabalhadores, e consideramos os macro-processos do sistema capitalista. Contudo, diferentemente das análises estritamente estruturalistas, valorizamos a dimensão dos sujeitos e ampliamos a oportunidade da ação política para outros sujeitos políticos. Finalmente, reconhecemos a atuação do Estado e seu papel na “formação” dos movimentos sociais, como discutiremos ao longo deste trabalho, ainda que no recorte aqui proposto isto seja analisado a partir da atuação dos movimentos.

Em busca de construir uma perspectiva própria, possibilitando novos caminhos de reflexão, investigamos alguns autores, conceitos e teorias acadêmicas sobre movimentos sociais, e apontamos questões relacionadas às sociedades contemporâneas. Primeiramente, abordamos as análises de Antonio Melucci (1980 e 1991)⁴⁴, Axel Honneth (2003), Sidney Tarrow (1998) e Donatella Della Porta e Mario Diani (1999), construindo um breve panorama do debate europeu e norte-americano. Em seguida, discutimos autores latino-americanos, entre eles: Eder Sader (1988), Ana Maria Doimo (1995), Ruth Cardoso (1994) e Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), buscando nos aproximar da realidade social dos países deste sub-continente, e das interpretações e teorias produzidas neste contexto.

3.1 Abordagens do debate internacional

Primeiramente, analisamos algumas questões apresentadas por **Alberto Melucci**, sociólogo italiano, a respeito do estudo de movimentos sociais. Para este autor, este estudo deve ser feito por uma *sociologia da ação coletiva*, que articule *atores* e *sistema*, relações de classe e situações de conflito.

Para definir ação coletiva, e conseqüentemente, movimento social, o autor parte da sua diferenciação do que chama de *comportamento de conjunto* (*aggregative behavior*), resultante de uma simples agregação de indivíduos atomizados. Este tipo de comportamento em grupo, para o autor: 1) não envolve solidariedade entre os atores; 2) o fenômeno pode ser decomposto até o limite do individual, sem perder suas características e propriedades definidoras; e 3) o comportamento é orientado exclusivamente para o exterior e não se refere ao grupo em si.⁴⁵ Um exemplo bastante atual deste tipo de comportamento, que não

44 Melucci, Alberto. “The new social movements: a theoretical approach” In: *Social Science Information*, London, vol.19, no. 2, 1980; Melucci, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis : Vozes, 1991. (As citações de Melucci (1980), que constam neste texto, são traduções livres da autora)

45 *Idem*, p. 201.

caracteriza um movimento social, foi o pânico que tomou conta da cidade de São Paulo na marcante segunda-feira sob os ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital), com a população em massa, desesperada, tentando voltar para casa.⁴⁶

A ação coletiva diferencia-se do comportamento de conjunto nestes três pontos, e manifesta-se em diferentes formas: movimentos organizacionais (ou reivindicativo), movimentos políticos e movimentos de classes (ou antagonistas). Os movimentos organizacionais contra-põem-se ao poder que governa um sistema de normas e funções de uma dada organização social, pretendem modificar a divisão de recursos e a distribuição de funções dentro de uma organização.

Quando os conflitos ultrapassam a questão organizacional e chegam ao sistema político, ocorrem os chamados movimentos políticos. Estes são, segundo Melucci, ações coletivas que objetivam ampliar a participação política e melhorar a posição relativa do ator no processo de decisão da sociedade, e para isso, muitas vezes, não se restringem aos canais de participação existentes, criando novos espaços políticos.

Finalmente, os movimentos de classes, segundo a definição do autor, são aqueles que intencionam a apropriação e a orientação da produção social, ou seja, que atinge a produção de recursos de uma sociedade, o modo como se produz, mas também os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento da sociedade. Todavia, aponta Melucci, os movimentos de classes (ou antagonistas) existem concretamente na sociedade mediados pelo sistema político e organizacional, e se constituem em ações coletivas que atacam o poder de uma organização ou desafiam a hegemonia das forças políticas dominantes, além de reivindicarem maior participação política.

A importância de se enfatizar estas distinções se refere ao fato de que comumente os grupos dominantes de uma sociedade negam a existência de conflitos que atingem a produção e a apropriação dos recursos sociais (movimentos de classe), e reconhecem, no máximo, problemas reivindicativos e políticos (no sentido dado pelo autor).

Os movimentos de classe, conforme Melucci, ultrapassam os limites institucionais do sistema e desafiam suas relações sociais fundamentais, uma vez que atacam as bases do modo de produção, as normas da organização social e as regras do jogo político.⁴⁷ Segundo ele, é possível reconhecer um movimento de classe, frente aos movimentos que são somente políticos ou organizacionais: 1) pela busca da apropriação da produção; 2) pela não negociabilidade dos objetivos do movimento; 3) pela reação provocada em resposta aos seus atos; e finalmente, 4) pelo próprio discurso dos atores. E destaca: “quanto mais uma ação torna-se um movimento de classe, menos as reivindicações são divisíveis ou negociáveis”.⁴⁸

46 Ver Folha de São Paulo, caderno *Cotidiano*, 16 de maio de 2006.

47 Melucci, *Op. cit.*, 1980, p. 203.

48 *Idem*, p. 207.

Os movimentos sociais, para Melucci, referem-se aos conflitos presentes na sociedade, que precisam ser entendidos em termos de relações sociais. Os conflitos de classe disputam a apropriação da produção, entendida como “a formação ou transformação de objetos, dentro de certas formas de relações sociais, através da aplicação de certos meios sobre uma matéria-prima”⁴⁹, ou seja, a produção envolve uma ação, um material bruto, meios de produção e relações entre atores sociais. A análise de Melucci valoriza a relação do homem com o trabalho, mas não se restringe à economia, pois se refere à produção de significados e de relações sociais.

Com o desenvolvimento das sociedades de massa, na qual a dominação de classe assume formas mais complexas, inclusive relacionadas à perda da separação entre o público e o privado e a novas formas de exploração, para Melucci, os “novos movimentos sociais” têm papel fundamental. Eles lutam “não apenas pela reapropriação da estrutura material de produção, mas também pelo controle coletivo sobre o desenvolvimento sócio-econômico, pela reapropriação do tempo, do espaço, e das relações da existência individual diária”.⁵⁰

Assim, os movimentos sociais estabelecem uma ligação fundamental entre estrutura e mudança, constituindo-se como um espaço intermediário, um foco privilegiado para o estudo científico que busca investigar a possibilidade da transformação social e da construção de uma sociedade que supere as desigualdades de classes. Sua análise, então, não pode reduzir-se ao nível do indivíduo, o que significa para o autor *psicologizar* a esfera social. Para ele, é necessário *sociologizar* e colocar os movimentos sociais no centro dos novos conflitos de classe, construindo abordagens interdisciplinares deste fenômeno, para que o pesquisador possa “intervir no território ambíguo dos novos movimentos sociais”.⁵¹

Em um novo texto, nos anos 90, Melucci mantém os pontos centrais de sua análise anterior sobre os movimentos sociais. Neste cenário recente, declara que:

*“os movimentos são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, ‘falam à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência”.*⁵²

Os movimentos sociais, aponta Melucci, necessitam de novas formas de interpretações na sociedade contemporânea, pois se apresentam de maneira claramente diversa às organizações formais, criando *redes de solidariedade* com forte conotação cultural. Com isso, para compreendê-los deve-se ir além da atenção aos aspectos mensuráveis da ação coletiva no sistema político e dos efeitos sobre as políticas, mas focar “a produção de códigos culturais

49 *Idem*, p. 210.

50 *Idem*, p. 219.

51 *Idem*, p. 225.

52 *Idem*, p. 21.

que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a visibilidade da ação”.⁵³

No contexto das *sociedades complexas*, os *sujeitos coletivos* são heterogêneos, fragmentados internamente, envolvem múltiplos atores e combinam diversas orientações. Melucci destaca que “nos fenômenos coletivos contemporâneos se entrelaçam muitos significados, as heranças do passado, os efeitos da modernização, as resistências à mudança”⁵⁴, e assim os movimentos sociais implicam tensões e contínua negociação.

Para analisar como se dão os processos de formação dos movimentos, Melucci destaca a importância de estudos dos *níveis intermediários* de organização coletiva, relacionados à mobilização, às *redes de recrutamento* e à motivação para participar. Analisar estas intermediações se opõe à idéia da existência de uma relação direta entre descontentamento/privação e ação coletiva, e aponta para o estudo dos processos de formação compartilhada dos movimentos sociais.

Neste ponto, é interessante também trazer a análise de **Axel Honneth** (2003). O autor alemão, envolvido na tradição de debate da *Teoria Crítica*, professor da Universidade de Frankfurt — como nos aponta Marcos Nobre na apresentação do livro — defende que a base da interação social é o conflito. Com isso, a *luta pelo reconhecimento*, ou seja, o processo intersubjetivo e social-coletivo de luta pela construção da identidade é o motor da sociedade.⁵⁵

A respeito do que leva os indivíduos a se organizarem coletivamente, quais os fatores que iniciam uma ação coletiva, Honneth diz que não é a pobreza, a fome ou a exploração no trabalho, mas a existência de uma *gramática moral*, um entendimento coletivo de um desrespeito. Com isso, aponta que essa nomeação do desrespeito tem três dimensões interligadas: um reconhecimento pessoal, na esfera emotiva, que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo; um reconhecimento social, envolvendo um respeito solidário; e um reconhecimento jurídico-moral, da autonomia e imputabilidade moral.

Esta gramática moral, para o autor, suscita movimentos sociais, por meio da construção do que chama de uma *ponte semântica*, uma identificação coletiva de um desrespeito comum, construída historicamente. Esta *ponte* conduz as pessoas ao espaço público, ou seja, a passagem do particular/individual para o coletivo/público, para a participação no processo comunicativo da vida em sociedade.

Por outro percurso interpretativo, **Sidney Tarrow** (1998), sociólogo norte-americano, destaca a noção de *oportunidade política* para entender o momento que inicia a ação coletiva,

53 *Idem*, p. 26.

54 *Idem*, p. 28.

55 Honneth, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo : Editora 34, 2003.

a *fronteira crítica* que propicia o surgimento de um movimento social. Sua atenção está voltada para a análise política, mais do que para a econômica, pois compreende que os movimentos se relacionam com o poder em movimento na sociedade. Segundo o autor, em determinados momentos abre-se uma oportunidade que fornece recursos políticos para o surgimento de ações contenciosas, que podem iniciar um *ciclo de enfrentamento*. Para que este ciclo se transforme em um movimento social, é necessário que sejam criadas redes de relações, um tecido interno e externo ao movimento social, chamado pelo autor de *tecido conectivo informal*, que tornam as ações contenciosas duráveis no tempo.⁵⁶

O movimento social, para Tarrow, surge de uma percepção compartilhada de uma injustiça como possível de ser alterada, e constitui-se principalmente por grupos que possuem poucos recursos políticos, por isto, segundo o autor, arriscam-se em se tornar parte de movimentos sociais. As formas de mobilização e de liderança são variadas, pois, como afirma o autor, não existe um modelo único. Por meio de sua análise política, Tarrow também aponta a dimensão cultural, da luta e criação simbólica, como foco dos movimentos, através de idéias que se transformam com o tempo e na relação com os diferentes atores sociais.

A partir de um panorama de análises européias e norte-americanas sobre movimentos sociais desde os anos 60, **Donatella Della Porta e Mario Diani** (1999) indicam que há na Europa mais influência marxista, com uma ênfase na análise da ideologia, e nos Estados Unidos, mais empiricismo e pragmatismo. Os autores, então, buscam propor uma teoria integrada dos movimentos sociais, e apontam quatro aspectos característicos, compartilhados pelas diferentes linhas teóricas, que compõem para eles uma definição geral de movimento social.

Os movimentos sociais são: *redes informais* (1), baseadas em *crenças compartilhadas e solidariedade* (2), que se mobilizam a partir de *questões conflituosas* (3), com o uso freqüente de *várias formas de protesto* (4) (boicotes, abaixo-assinados, greves, ações violentas, etc.).⁵⁷ Esta definição, elaborada pelos autores, indica a importância da identidade e da definição de uma fronteira entre o *nós* e o *outro*, para a construção de relações de confiança e de solidariedade, centrais para o surgimento dos movimentos.

Além disso, os autores propõem, para interpretar a formação dos movimentos sociais, o conceito de *frame*, entendido como uma forma de percepção de um problema, um quadro interpretativo, que transforma uma questão em um objeto de debate e de busca de concepções alternativas. Com este conceito, explicita-se a permanente disputa por concepções de mundo dominantes, entre visões sobre quais são os problemas da sociedade e como resolvê-los.

Os movimentos sociais, portanto, constroem *frames*, baseados em concepções de mundo, símbolos e códigos, que se colocam em disputa na sociedade, gerando movimento. Buscam

56 Tarrow, S. *Power in movement, social movements and contentions politics*. Cambridge University Press, 1998.

57 Della Porta, Donatella. & Diani, Mario. *Social Movement: An Introduction*. Oxford : Blackwell, 1999.

pressionar e influenciar, a partir das *bases da sociedade*, as decisões, compondo um quadro de vetores de influências políticas. Assim, para estes autores o objetivo dos movimentos sociais contemporâneo é a disputa de *frames*, da mudança de códigos culturais e de visão sobre o mundo.

A escolha das formas de ação dos movimentos, segundo estes autores, se dá a partir da busca por ser convincente, legítima, recompensadora e nova, e ao mesmo tempo, internamente, fortalecer a união no movimento, a identidade própria. As formas mais radicais de protesto produzem mais união, mas afastam novas pessoas, portanto, há uma composição e adaptação de vários objetivos, por vezes contraditórios, para a escolha das formas de ação. Por exemplo, movimentos que tem o objetivo de enfrentar o poder das elites e ao mesmo tempo angariar novos participantes. Assim, a forma de ação se modifica ao longo da interação com os atores, formando ciclos de protestos, com fluxo e refluxo de mobilização coletiva.⁵⁸

Para a análise dos resultados dos movimentos sociais, os autores destacam que as avaliações têm sido predominantemente feitas considerando o acesso e espaço que estes conquistam na agenda política, na criação de políticas públicas, legislações e medidas para assegurar seu cumprimento e a efetividade dos resultados das políticas. No entanto, estas avaliações não revelam aspectos importantes, por exemplo, sobre as motivações, as articulações e as redes informais. Diante disso, afirmam que são muito variadas as dimensões a serem consideradas para se avaliar os alcances e os resultados das ações de um movimento social, o que necessita de uma abordagem qualitativa.

Apresentamos, até aqui, algumas interpretações de autores norte-americanos e europeus, que contribuíram para a nossa análise do movimento de economia solidária, em especial, a noção de *produção* de Melucci, de *ponte semântica* de Honneth, de *oportunidade política* de Tarrow e de *frame* de Della Porta e Diani. No entanto, além dos aspectos comuns, que identificam os movimentos sociais, estes precisam ser analisados fundamentalmente em seus contextos históricos e regionais. Assim, questionamos em que medida estas análises estrangeiras sobre movimentos sociais, com ênfase nas transformações do campo de lutas dos movimentos para o cultural, são adequadas à realidade das sociedades periféricas, como da América Latina em geral, e ao seu contexto de profunda desigualdade social.

3.2 Abordagens do debate latino-americano

Em contraposição aos últimos autores apresentados, não consideramos possível a construção de uma teoria integrada sobre movimento social, uma vez que este constitui uma categoria de análise — não coincidindo com formas empíricas da ação — que destaca e movimenta interpretações, a partir de determinados pontos de vista.

⁵⁸ *Idem*, p. 95.

Diversos autores, principalmente a partir dos anos 80, têm questionado a adequação das interpretações européias e norte-americanas para a análise das especificidades dos movimentos sociais desta região. Alguns exemplos da produção latino-americana são os trabalhos de Eder Sader e Maria Célia Paoli (1983), Lucio Kowarick (1983), Elizabeth Jelin (1983), Ernesto Laclau (1986), F. Calderón (1986), Vera Telles (1986), Eder Sader (1988), Ruth Cardoso (1994), Ana Maria Doimo (1995), Evelina Dagnino (1994), Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), Guillermo Almeyra (2004) e M. L. Parra (2005), entre outros.⁵⁹ Analisamos alguns deles.

Primeiramente, discutimos o conhecido trabalho de **Eder Sader** (1988), sobre as lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nos anos de 70 e 80.⁶⁰ O autor apresenta, no início, as principais idéias e questões com as quais se confrontou para desenvolver sua pesquisa e fazer suas escolhas teóricas. Assim, busca construir um novo olhar para enfrentar a crise de referenciais políticos e teóricos, e também o desafio de analisar a novidade de um personagem social desconhecido, uma vez que, junto com os movimentos sociais, emergia uma nova imagem do trabalhador brasileiro, visto até então como disciplinado, desenraizado e atomizado.

Sader, como os autores anteriormente analisados, afasta-se da abordagem das estruturas e investiga as experiências dos sujeitos. Orienta-se pela proposição de Laclau (1986) sobre a multiplicidade das *posições de sujeito*⁶¹, e analisa os discursos que o constitui. Para isso, o autor tem como referências as interpretações de E. P. Thompson (1968) — que apresentamos anteriormente, como uma das referências teóricas desta pesquisa — e de Cornelius Castoriadis (1982), sobre a instituição imaginária da sociedade.⁶²

Com este referencial, Sader critica a análise que denomina *marxista economicista*, elaborada a partir de um *deducionismo estrutural*, e coloca o cenário estrutural como pano de fundo, como uma matéria-prima a ser trabalhada. Assim, indica a importância da relação entre ator

59 Ver referências na bibliografia, ao final deste trabalho.

60 Sader, *Op. cit.*

61 Recuperando brevemente as formulações de Laclau, este autor analisa a crise de paradigmas tradicionais das Ciências Sociais, e coloca que o conceito de luta de classes não é mais suficiente para compreender os conflitos sociais contemporâneos, uma vez que as posições do sujeito social tornam-se autônomas, e com isso, as categorias (classe trabalhadora, burguesia, etc.) têm reduzida sua capacidade de explicar a identidade global dos sujeitos. Assim, Laclau afirma que “torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Ao invés, devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas”. Assim, os novos movimentos sociais resultam da conjunção de posições do sujeito, geradoras de pontos de conflitos e mobilização política. Neste processo, a política se constitui na articulação e na proliferação de espaços políticos, e tal colocação rompe com o imaginário totalizante de um modelo de sociedade total, o que é, para o autor, o potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais (Laclau, E. “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no.2, vol. 1, out. 1986, p. 43).

62 Cf. Thompson, E. P. *The making of English working class*. London : Pengoin, 1968; Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra, 1982.

(ou sujeito) e sistema, e estuda o fenômeno dos movimentos sociais em sua originalidade, ressaltando o processo de atribuição de significado dos sujeitos, seu mundo simbólico.⁶³

A escolha por estudar as experiências dos sujeitos se deve, então, a uma crítica ao *objetivismo* predominante nas interpretações dos fenômenos sociais, fundamentada em uma concepção particular de classe social, baseada nas formulações de Thompson (discutidas anteriormente). Neste sentido, a classe social se constitui a partir da experiência de condições históricas materiais comuns a um conjunto de indivíduos, interpretada e elaborada a partir de tradições culturais e valores. Neste processo de interpretação e elaboração da experiência, surgem interesses compartilhados, que formam as coletividades políticas, reconhecidas por ele como movimentos sociais. Com isso, a representação simbólica incide sobre as condições dadas na esfera da produção e, como aponta: os “movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente”.⁶⁴

Sader investiga a experiência da condição de vida dos trabalhadores em São Paulo e apresenta o contexto da ditadura militar, do crescimento econômico aprofundando o abismo entre os grupos sociais e fomentando a formação acelerada das periferias. Expõe sobre a experiência da ameaça do desemprego, do controle no espaço do trabalho e da insegurança do setor informal; sobre a experiência da migração, o trauma da chegada e a adaptação aos valores da cidade; sobre a vivência no espaço da moradia, como contraponto à falta de reconhecimento no trabalho, e a aspiração da casa própria; e finalmente, sobre o fechamento dos espaços públicos no contexto da ditadura e o surgimento dos novos *pedaços* da cidade (expressão de José Guilherme Magnani⁶⁵), por onde fluem novos significados coletivos. Estas experiências do cotidiano de vida dos trabalhadores, estudadas por Sader, constituem o solo de onde brotaram os movimentos sociais, a partir da década de 70.

O autor estuda, em seguida, as *matrizes discursivas* de interpretação da experiência, que possibilitam o surgimento dos movimentos sociais. Sader destaca que o discurso revela sobre a ação e sobre o sujeito, pois as demandas existem apenas virtualmente até serem comunicadas. A análise das matrizes discursivas (a partir do estudo da organização argumentativa dos discursos, buscando entender como o vivido é interpretado, que valores são invocados, como os atores são nomeados e que objetivos são apresentados nos discursos) desnaturaliza os fenômenos sociais, porque busca compreender o lugar a partir do qual as pessoas constroem sua interpretação de mundo. Assim, Sader analisa três centros de elaboração discursiva, que visam o cotidiano popular em São Paulo nos anos 70: o cristianismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que chama de “marxismo de uma esquer-

63 Sader, *Op. cit.*, 1988, p. 42-43.

64 *Idem*, p. 48.

65 Cf. Magnani, José Guilherme. “Da periferia ao centro: pedaços e trajetos” In: *Revista de Antropologia USP*. São Paulo, vol. 35, 1992.

da dispersa”, e a emergência do *novo sindicalismo*. Por fim, estuda alguns casos na grande São Paulo.

As matrizes, para Sader, são modos de abordagem da realidade, que implicam atribuições de significado, uso de categorias de nomeação, interpretação e referência a determinados valores e objetivos. Através delas, as diversas experiências dos trabalhadores são reelaboradas pelos movimentos sociais, que criam representações sobre os acontecimentos e sobre si próprios, como destaca: “na elaboração das experiências iam se formando identidades coletivas”.⁶⁶ Assim, os movimentos se formam recorrendo a matrizes, que são adaptadas nos diversos contextos e mescladas nas narrativas, pelos novos *personagens* e *horizontes* que se formam nos anos 70.

O trabalho de Sader trouxe contribuições centrais para o desenvolvimento desta pesquisa, a partir de seu trabalho, recorreremos ao pensamento de E. P. Thompson e a H. Arendt, buscando construir novos caminhos para a interpretação de nosso tema de estudo, em novo contexto social. Analisamos alguns outros autores para pensar sobre esse novo contexto, especialmente aspectos de seus trabalhos que se referem às transformações vividas com a redemocratização em países da América Latina, e com as novas configurações destas sociedades nos anos 90.

Ana Maria Doimo (1995), analisando este contexto de transformações, destaca que os movimentos sociais não foram meros fenômenos conjunturais, mas liberaram energias políticas no processo de redemocratização. Para a autora, eles foram fundamentais neste período em diversos países latino-americanos, e envolveram diversas instituições e atores que lhes deram sustentação e legitimação, como: a Igreja Católica, a intelectualidade, as organizações não-governamentais (ONGs) e grupos de esquerda.⁶⁷ No entanto, nos anos 90, Doimo resalta que estes mesmos interlocutores passaram por uma série de transformações, a partir da abertura dos regimes políticos latino-americanos e das políticas neoliberais, assim como os próprios movimentos.

As ONGs, secularizadas, incorporaram critérios de eficácia e passaram a privilegiar ações mais propositivas, enquanto as esquerdas passaram a assumir compromissos com a organização partidária, o Estado e a gestão política. Estas transformações levaram à criação de novas divergências e crises conceituais, tanto no interior dos movimentos, quanto na intelectualidade. Com a abertura democrática e o ressurgimento dos espaços políticos institucionais, os movimentos sociais entram em crise, deixando até de interessar à academia, que se volta para o estudo do sistema político e dos partidos, como destacado anteriormente.

66 Sader, *Op. cit.*, 1988, p. 88.

67 Doimo, *Op. cit.* 1995.

Como consequência destas mudanças, a autora destaca que ocorre uma transição do movimento popular para a chamada sociedade civil organizada, com direitos institucionalizados, pautada na lógica racional competitiva e na ação institucional. Diante deste quadro, Doimo defende a importância da participação de todos os atores: movimentos populares, ONGs, Estado e partidos políticos, que para a autora se complementam na luta e na construção de direitos e da cidadania. Com isto, aponta que a *cidadania* é o novo parâmetro para as novas lutas sociais, colocando de lado a expressão *transformação social*.⁶⁸

Uma das grandes discussões que existem sobre os movimentos sociais atuais é se eles teriam projetos de transformação social ou se sua ação estaria restrita à *participação e inclusão*. No Brasil, na Argentina e na América Latina em geral, diferente do que ocorre nos países considerados *desenvolvidos*, a base social dos movimentos sociais é a população de baixa renda, e seus temas são ligados à sobrevivência imediata, especialmente por essa população estar marginalizada do mercado formal de trabalho. Diante deste cenário, encontramos muitas críticas que indicam uma mudança de expectativa sobre os movimentos sociais, por questionarem o seu papel na luta pela ruptura do modo de produção capitalista.

Alguns autores argumentam, sobre esta questão, apontando que coexistem lógicas distintas nos movimentos: uma buscando a integração ao sistema e outra *revolucionária*. Nos termos de **Ruth Cardoso** (1994), há uma forma de ação pragmática, que busca responder a demandas práticas, e outra de valorização da espontaneidade e autonomia do movimento, que implica a modificação da cultura política.⁶⁹ Um exemplo são os movimentos de moradia, que reivindicam políticas de inclusão, acesso à moradia, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de transformação (revolução) da organização do espaço urbano e da sociedade.

Com isso, se buscamos analisar os movimentos sociais não apenas por determinações macroestruturais, mas envolvendo a ação dos sujeitos, a partir da redemocratização abriram-se novas possibilidades de expressão e de participação no contexto latino-americano, tornando uma certa *inclusão* possível, mesmo sem uma transformação mais radical, uma inclusão precária e incerta, envolvendo algumas necessidades e direitos básicos. Os movimentos sociais, portanto, vivem em seu cotidiano essa ambigüidade entre a transformação e a inserção no atual sistema, e se constituem nos espaços entre estes dois desejos, mesmo que eles sejam contraditórios.

Nesta permanente tensão, os movimentos sociais elaboram sua *questão social*, a partir de *frames* (Della Porta e Diani, 1999), e constroem suas *pontes semânticas* (Honneth, 2003), pelas quais ligam a vida privada à pública. Ao tornar sua *questão* pública, muitos movimentos sociais buscam canais institucionais de implementação de políticas e ações, que respondam

68 *Idem*, p. 217.

69 Cardoso, Ruth C. L. "A trajetória dos movimentos sociais" In: Dagnino (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

às suas demandas, e de participação na gestão destas políticas. A *questão social*, quando se torna política pública, se transforma, envolvida agora por uma nova relação entre movimento social e instituições políticas, repleta de contradições, tensões, conflitos e também alguns momentos de colaboração.

Retomando Cardoso, podemos distinguir duas fases na trajetória dos movimentos sociais, a primeira da “emergência heróica dos movimentos”, nos anos 70 até o começo da década de 80, e a segunda, com a abertura democrática, caracterizada por uma tendência à institucionalização dos movimentos. A relação do movimento social com os espaços institucionalizados (e sua própria institucionalização) é uma das grandes questões atuais enfrentadas pelos movimentos sociais.⁷⁰

Em sua relação com o Estado, os movimentos lutam pela construção de espaços de participação (Conselhos, Conferências, Fóruns, Audiências Públicas, etc.), para terem acesso às instâncias de decisão, mas nesta relação enfrentam, por exemplo, o risco destes canais se tornarem apenas uma forma de legitimar decisões reconhecidas como técnicas, ocupados por lideranças cooptadas.

Sobre esta fase de institucionalização e intensificação das relações com o Estado, que caracterizam o contexto dos movimentos nos anos 90, Doimo coloca sua visão: “o tempo foi passando, os partidos políticos se consolidando, direitos sociais se institucionalizando e a cada dia ficava mais difícil celebrar a utopia transformadora desses movimentos sociais, ou manter o pressuposto de que a própria ‘experiência’ cuidaria de construir uma nova identidade expressivo-mobilizadora, capaz de realizar essa utopia”.⁷¹ Por outro caminho, autores como **Evelina Dagnino**⁷² destacam que os movimentos sociais têm papel fundamental na efetiva construção da democracia na atualidade. Esta autora, ao investigar as relações entre

70 Na abertura de seu curso na pós-graduação da Ciência Política, o professor Lúcio Kowarick sistematizou em alguns pontos as causas e características do atual processo de transformação dos movimentos sociais no Brasil, que apresento aqui de forma resumida. Os movimentos sociais atuais são, segundo ele, marcados: 1) pelo enfraquecimento da Igreja Católica progressista, baseada na Teologia da Libertação, das CEBs; 2) pela ampliação do campo de negociação, pela crescente institucionalização e pela conseqüente necessidade dos movimentos sociais aprenderem a negociar nas instâncias decisórias; 3) no mundo político partidário, pela ampliação da importância do multipartidarismo; 4) por uma parte da militância dos movimentos sociais ocupar cargos no governo, em especial quando o Partido dos Trabalhadores (PT) ganha as eleições; 5) pela queda da militância estudantil e profissional; 6) pela necessidade de deter conhecimento técnico para negociar com os órgãos decisórios, como parte de um processo de “tecnificação” das ações; 7) pela presença de ONGs nos movimentos sociais, muitas vezes com financiamentos internacionais, que exigem resultados / produtos; 8) pelas transformações no mundo do trabalho, com a crise do trabalho assalariado formal, a crescente precarização, informalidade e desemprego; 9) pelo aumento da violência policial e de gangues, provocando a desarticulação comunitária, o refratamento social e uma sociabilidade de evitação; 10) por uma mudança no parâmetro teórico, com a diminuição da presença do pensamento marxista e um enfraquecimento da visão do movimento social como ferramenta para a emancipação. (Curso de Pós-graduação “Movimentos sociais, sociedade civil e (sub)cidadania”, ministrado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2006).

71 Doimo, *Op. cit.*, p. 31.

72 Dagnino, E (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

cultura e política, destaca o papel dos movimentos sociais na construção de uma cultura democrática, na criação de *novos espaços públicos* e na luta pela ampliação das fronteiras da arena política.

A hipótese com a qual trabalhamos nesta pesquisa reconhece a possibilidade da existência de um sentido político transformador nas experiências de trabalho coletivo e autogestionário, organizadas em movimentos sociais no Brasil e na Argentina na atualidade. A possibilidade destas organizações não se limitarem à reivindicação de políticas públicas, mas também buscarem ultrapassar os limites do sistema político e produtivo, como discutimos com Melucci (1991).

A sociedade contemporânea, com suas inúmeras transformações — a crise do trabalho formal, a conseqüente desmobilização sindical, a violência urbana, o crescimento do tráfico de drogas, o desenvolvimento da indústria da propaganda, as transformações no padrão de consumo, as mudanças no papel da Igreja e a multiplicação de novas crenças evangélicas, etc. — lança possibilidades e desafios para os movimentos sociais e também para a construção de interpretações sobre estes.

Se durante o século XIX, a combinação: movimento operário – socialismo – revolução era uma linguagem dominante, a partir da qual se interpretava o mundo e se agia nele pela transformação, hoje, na chamada sociedade complexa, diversificada, plural e múltipla, esta combinação está desgastada. E não há uma linguagem dominante, que organize uma visão de mundo, desnaturalize os problemas sociais, afirme a possibilidade de transformação e impulse os movimentos sociais.

No contexto fragmentado da sociedade contemporânea, com peculiaridades no Brasil e na Argentina, quais são os discursos (matrizes) mobilizadores dos movimentos sociais, após diferentes gerações do movimento operário: o anarquismo do início do século XX, a geração varguista e peronista dos anos 50, e o sindicalismo da urbanização acelerada e da grande indústria? Em que medida há movimentos sociais de economia solidária nestes países? Qual o significado destas experiências?

Considerando que movimento social é uma construção analítica, a perspectiva adotada nesta pesquisa enxerga a possibilidade da economia solidária se constituir como movimento social na atualidade. Um movimento social de caráter peculiar, pois se relaciona diretamente com a esfera da produção, por reivindicar espaço para o desenvolvimento de organizações produtivas coletivas diferenciadas, baseadas em relações de trabalho autogestionárias.

Movimentos anarquistas e socialistas utópicos iniciaram movimentos sociais que se centravam na produção desde o século XIX. Como eles, movimentos sociais como o de economia solidária, ao focar as relações de produção (e podemos entender aqui produção no sentido

ampliado, proposto por Melucci⁷³), tocam no ponto central da exploração do sistema capitalista, sendo este um potencial transformador destes movimentos, de enfrentamento dos limites estruturais colocados à democracia pelas relações subordinadas de trabalho.⁷⁴

Ao sair da esfera da fábrica, do espaço do trabalho, como indicam Sader e Doimo, os movimentos sociais contemporâneos se transferiram para a comunidade, e as organizações de economia solidária são fenômenos singulares nesse processo, uma vez que transferem para o espaço da comunidade, em meio a conflitos, tensões e ambigüidades, a luta coletiva por geração de trabalho e renda, juntamente com a constituição de novos espaços políticos.

Este fenômeno tem peculiaridades no Brasi e na Argentina, portanto, após esta exposição sobre as referências teóricas e metodológicas do trabalho, no capítulo II, a seguir, investigamos alguns aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, que compõem a experiência e o contexto histórico, no qual se formam as organizações de economia solidária a partir dos anos 90 nos dois países estudados.

73 Melucci, *Op. cit.*, 1980 e 1991.

74 Esta questão percorre toda a pesquisa, por sua centralidade no debate sobre economia solidária.

II — Brasil e Argentina: breve análise do contexto histórico dos movimentos

Para estudar a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina, construímos uma breve análise do contexto histórico destes países, investigando alguns aspectos principais, que tenham contribuído para o surgimento e o desenvolvimento das organizações de economia solidária, suas características comuns e singulares nos dois contextos.

Com esse objetivo, analisamos a história da Argentina e do Brasil, tendo como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo mundial e suas especificidades na América Latina, buscando conhecer algumas características da *experiência* vivida em cada uma destas sociedades que, tal como coloca Thompson (1987), são elaboradas a partir de tradições, sistemas de valores e idéias, e dão substrato para o surgimento de coletividades, como os movimentos de economia solidária.

Considerando a economia solidária como um fenômeno econômico, mas fundamentalmente um fenômeno cultural e político, resultante de um processo histórico, investigamos comparativamente, neste capítulo, alguns aspectos econômicos, políticos e sociais dos dois países. Em seguida, para compor o quadro do contexto histórico, analisamos a continuidade de características da tradição cultural dos dois países, destacando singularidades e semelhanças.

Neste capítulo, optou-se por uma reflexão em escala nacional, posto que os movimentos de economia solidária não se limitam aos municípios das experiências estudadas nesta pesquisa, compondo um cenário mais amplo nos dois países. Um olhar mais aproximado de São Paulo e Buenos Aires será feito no capítulo III.

1 Brasil e Argentina, vizinhos na História

O conhecido historiador francês Marc Bloch, em seus estudos sobre história comparada, destaca que existem dois requisitos para uma comparação frutífera: certa similaridade nos fatos observados e alguma dessemelhança nos ambientes em que eles ocorrem.¹ Neste sentido, o autor valoriza a análise de sociedades próximas no tempo e no espaço, pois assim o estudo comparativo permite explicitar influências mútuas, ampliar a compreensão dos fenômenos sociais para além de causas locais e aprofundar as análises sobre as respostas a problemas comuns, encontradas e escolhidas em cada um dos contextos. Assim, o estudo comparativo possibilita identificar semelhanças, mas especialmente revelar diferenças e singularidades entre os fenômenos e os processos sociais em estudo nos diversos contextos.

O estudo comparativo entre o Brasil e a Argentina responde a estas orientações, com isso, há alguns anos, tem sido foco de diversas análises acadêmicas e pesquisas. Estes trabalhos

1 Bloch, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo : Cia das Letras, 1993. O historiador, referência central da abordagem comparativa, critica a limitação das pesquisas aos espaços nacionais, destacando sua importância na desnaturalização dos fenômenos sociais.

são importantes, uma vez que por muito tempo, como destaca Boris Fausto & Fernando Devoto (2004), “a história de cada um dos dois países esteve muito mais ligada aos centros políticos e econômicos do Ocidente que entre si”.²

Sociedades próximas espacialmente, com processos históricos ocorridos num quadro temporal semelhante, apesar da disparidade de suas dimensões territoriais, os dois países têm certas semelhanças políticas e econômicas. Todavia, em contraponto às análises amplas como a deste capítulo, é necessário ter em conta que ambos têm grande diversidade interna, tanto pelas diferenças regionais, quanto pela profunda desigualdade sócio-econômica, que marca a América Latina em geral.

Neste texto, apresentamos alguns aspectos da história de cada país, que revelam o contexto nacional no qual se desenvolveram as experiências de economia solidária. No percurso, privilegiamos um olhar sociológico, com foco na escala ampliada da história da Argentina e do Brasil, pelo qual destacamos traços gerais e alguns pontos críticos diferenciadores. Para isso, utilizamos o recente trabalho de Boris Fausto & Fernando Devoto (2004), já citado, como base inicial, a partir da qual recorreremos a outros autores e pesquisas, na construção de um breve estudo sobre os países. Assim, este enfoque ampliado responde aos objetivos deste capítulo, de contextualizar a experiência social, política, econômica e cultural nos países.

Apesar dos avanços atuais da democracia em ambos países, há traços importantes de autoritarismo nas duas sociedades, que marcam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina em geral, encontrados, por exemplo, na manutenção da profunda desigualdade social e também nos sistemas políticos centralizadores, praticamente divorciados da organização popular. Por isso, neste estudo histórico, partimos do período dos regimes militares³, pois acreditamos que este revela certos aspectos comuns entre os processos históricos dos países, e também sobre suas particularidades e especificidades, que investigamos, a partir desta primeira observação:

*“Enquanto no Brasil o primeiro que salta aos olhos é o Estado, na Argentina, é a sociedade. Neste país, a despeito de todos os seus recentes fracassos, construiu-se ao longo do processo histórico uma sociedade mais integrada (mais estruturada, se preferir) do que a brasileira, com uma forte presença de mecanismos sociais autônomos em relação ao Estado”.*⁴

O regime militar no Brasil, como destacam diversos autores, foi mais homogêneo em comparação ao argentino. Com um crescimento econômico acelerado em alguns períodos, a

2 Fausto, Boris. & Devoto, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)*. São Paulo, Ed. 34, 2004, p. 19.

3 Abordaremos alguns aspectos do processo histórico anterior aos regimes militares, dentro dos limites e objetivos deste trabalho, ao longo do presente capítulo e do capítulo IV (sobre as matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa), em busca de compreender as influências presentes nas características dos movimentos sociais em geral e nas experiências de economia solidária no Brasil e na Argentina atuais.

⁴ Fausto & Devoto, *Op. cit.*, p. 27.

economia brasileira enfrentou crises menos agudas que as do país vizinho, favorecendo especialmente os grandes empresários do país neste processo. Com isso, no período da ditadura, o capitalismo se consolidou e se generalizou no país, inicialmente com caráter desenvolvimentista. Neste período, a sociedade brasileira viveu o conhecido *milagre econômico*, que aconteceu conjuntamente com um acelerado crescimento da desigualdade social e de um processo de deterioração das condições de vida nas grandes cidades. Neste quadro, predominavam o autoritarismo e a repressão na arena política, apesar de — diversamente do caso argentino — terem sido abertas certas concessões limitadas à democracia representativa no Brasil.

Na Argentina, o regime militar teve maior fragilidade institucional e atuou de forma mais repressiva diante do acirramento dos embates sociais. Diferentemente do Brasil, onde a *questão agrária* é um foco central do conflito social, na Argentina — por um acesso comparativamente mais amplo da população rural à terra e uma industrialização anterior e mais acelerada na história deste país — a cidade se constituiu como o palco principal dos conflitos e movimentos sociais. O sindicalismo, o movimento operário e os movimentos sociais urbanos estiveram no centro dos conflitos sociais argentinos durante a ditadura militar, e têm estado presentes na arena social e política do país, ao longo de sua história contemporânea.

A preponderância da cidade e dos conflitos urbanos marca a sociedade argentina e nos dá elementos para pensar suas questões sociais atuais. A mobilização e a conflituosidade social, vista nas cidades argentinas durante o período das ditaduras, e suas diferenças com o Brasil, necessitam de uma breve retomada histórica de um período anterior ao selecionado para este estudo, para a introdução do fenômeno do *peronismo*, conhecido movimento político argentino, e de suas peculiaridades frente ao *varguismo*, com o qual é freqüentemente comparado.

O movimento argentino, iniciado por Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974), militar, líder carismático, eleito para três mandatos presidenciais no país, a partir dos anos 40, em contraste com o governo de Getúlio Vargas, iniciado no ano de 1930, no Brasil, se desenvolveu a partir de uma forte articulação política, envolvendo sindicatos e partidos, já mais consolidados neste país. Com isso, o peronismo dá maior ênfase à *questão social*, à classe trabalhadora (obreirismo) e à oposição às oligarquias rurais. Apesar disso, e da manutenção dos processos eleitorais, o governo de Perón teve uma forte tendência autoritária, com certas influências fascistas, além do paternalismo e do populismo, e assumiu características de *religião política*, como denominam alguns autores, com influência do catolicismo, mas também desenvolvendo sua própria *doutrina peronista*, ensinada nas escolas e propagada na mídia.

No Brasil, o governo Vargas (1930-1945 e 1951-1954), diante de uma maior fragilidade dos sindicatos e dos partidos no país, atuou de forma mais centralizada no Estado, articulando-

se a diversos grupos políticos, em busca de agir como mediador de consensos. Também com influências do fascismo, além da feição paternalista e populista, seu governo teve uma base mais frágil de articulação política e um menor controle da mídia, o que se revela em discursos mais contidos que os do político argentino e em uma menor capacidade de mobilização das massas. Assim, Vargas procurou preservar as articulações com os diferentes setores da sociedade, inclusive com a elite agrária, enquanto criou um aparato institucional trabalhista e desenvolvimentista, mantendo a tradição brasileira de acordos políticos de cúpula.

Ambos presidentes deram ênfase ao nacionalismo e criaram as bases para o desenvolvimento do capitalismo industrial, pela intervenção do Estado na economia, mas tinham posições diversas no que se refere à política externa: o governo Vargas tinha fortes ligações com os Estados Unidos; inversamente, Perón buscou construir uma *terceira posição*, fazendo crítica aos regimes capitalista e comunista, e propõe a criação do Pacto de Santiago, entre Argentina, Brasil e Chile, acordo não assinado pelo governo Vargas, receoso de retaliações da elite brasileira e dos Estados Unidos.

Com isso, se formaram nos dois países movimentos políticos com impactos diferenciados. Na Argentina, o peronismo tem até a atualidade forte presença na arena política (mais diretamente pelo Partido Justicialista), e com suas influências há neste país uma sociedade mais conflituosa, mobilizada nas cidades, organizada em sindicatos e partidos mais consolidados. Em contraste com o cenário mais centralizado no Estado no Brasil, com heranças varguistas nas instituições estatais (enfraquecidas intensivamente a partir dos anos 90), sindicatos e partidos historicamente mais frágeis e cooptados, e uma menor mobilização popular.

Voltando ao período das ditaduras militares, no contexto urbano argentino, ao longo da história deste país, em comparação à brasileira, os movimentos sociais abriram mais espaço para grupos de esquerda, revolucionários e guerrilheiros, que lá tiveram papel mais significativo que no Brasil, com grande crescimento no período militar e maior duração e influência política após o fim da ditadura, como por exemplo, o movimento dos *montoneros*.⁵

No Brasil, em menor projeção e intensidade que no país vizinho, os movimentos sociais, surgidos no período anterior ao golpe de 1964, também cresceram durante o período do regime militar. Movimentos sociais camponeses, socialistas, liberais, sindicais, de bairros, católicos e estudantis tiveram importante papel na oposição ao regime autoritário, e no processo de abertura política.

Destacamos, na história brasileira, o papel dos movimentos católicos. Nos anos 60, a igreja católica sofreu grande inflexão, intensificando sua intervenção na vida social e política dos

5 Principal organização guerrilheira argentina, criada nos anos 60, a partir de influências do catolicismo de esquerda e do marxismo, com estreita e polêmica relação com o peronismo. Atuou de forma violenta no enfrentamento à ditadura militar e desempenha na história argentina papel importante no jogo político, com influência prolongada em universidades e governos. Seu nome é inspirado nas antigas colunas guerrilheiras dos Pampas, que existiram nas guerras civis no século XIX.

países latino-americanos em geral, com tendências progressistas e de esquerda. Estas mudanças no papel da igreja católica tiveram como marco geral o Concílio do Vaticano II, em Roma, em 1962, que enfatizou a busca pela justiça social e pelos direitos humanos, abrindo espaço para a Teologia da Libertação.⁶ Esta inflexão no papel da igreja, no entanto, teve especificidades nas histórias da Argentina e do Brasil. Muitos estudos apontam um predomínio de posições conservadoras na igreja argentina, em contraste com uma presença mais marcante de grupos progressistas na igreja brasileira, favoráveis a transformações sociais profundas.

Com isso, apesar de ter sido registrado o surgimento de movimentos ligados à igreja em defesa dos pobres em ambos os países, a atuação da igreja católica durante o período militar tomou rumos diferentes na Argentina e no Brasil. Segundo Fausto & Devoto (2004): *“a alta hierarquia eclesiástica Argentina foi extremamente cautelosa no curso da violenta repressão que marcou aqueles anos, temendo confrontar-se com um governo com o qual tinha pontos de contato. No Brasil, a oposição ao regime militar, com exceção de uma ala conservadora minoritária, tornou-se a tônica dominante na alta hierarquia”*.⁷ Assim, com o acirramento do regime autoritário no Brasil, a igreja se tornou uma instituição relevante de denúncia e pressão pela abertura, e esteve engajada em lutas populares, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo. Em contraste, na Argentina existia uma relação mais próxima da igreja com o governo militar.

Com a redemocratização, mesmo no Brasil onde sua atuação foi maior, a igreja ligada à Teologia da Libertação perdeu forças, atuando de forma mais indireta na reorganização da sociedade democrática. Como analisaremos posteriormente (no capítulo IV), a partir principalmente das experiências progressistas da igreja católica no Brasil, e com menor influência na Argentina, forma-se a matriz humanista-religiosa, uma das importantes influências do movimento de economia solidária.

Nos anos 70, em contexto de crise econômica mundial, conhecida como *a crise do petróleo*, se iniciou o processo de desestruturação do Estado desenvolvimentista no Brasil. Em meio a conflitos internos no país e ao enfraquecimento do apoio dos Estados Unidos, a ditadura brasileira perde sustentação. Enquanto aqui se iniciava o “lento, gradual e programado” processo de transição para a democracia, a partir da segunda metade dos anos 70, na Argentina vivia-se o chamado “triênio sombrio”, de maior violência e repressão, e apenas em 1979, como apontam os estudos atuais, iniciou-se um processo bastante tumultuado de transição para a democracia neste país.

⁶ Na América Latina, o marco desta nova posição foi a reunião do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em Medellín, em 1968.

⁷ Fausto & Devoto, *Op.cit.*, p. 449.

O processo de abertura política, nos anos 80, em ambos os países, ocorreu sem rupturas radicais, mas dando indícios do surgimento de uma nova sociedade, por exemplo, pela eclosão de inúmeras manifestações populares. Na Argentina, surgiram o movimento das *Madres da Plaza de Mayo*, greves e a reorganização dos sindicatos, os movimentos contra aumento dos aluguéis e impostos, etc., e ressurgiram os partidos políticos, retomando a tradição Argentina de ampla filiação partidária da população.

No Brasil, por um lado, houve um crescimento da oposição nas eleições dos Estados, num contexto de criação de novos partidos políticos, como o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Frente Liberal (PFL), este último associado aos grupos políticos que haviam sustentado o regime militar. Juntamente, ocorreu um fortalecimento dos movimentos de esquerda, sindicais, de bairro⁸, e deste caldo de movimentos é formado o conhecido movimento das *Diretas Já*. Neste período, em ambos os países, é possível reconhecer um processo de substituição de paradigmas teórico-políticos, no qual os movimentos sociais passaram, de forma predominante, a valorizar e lutar por princípios democráticos.

Os primeiros governos do novo período democrático buscaram reconstruir institucionalmente seus países e recuperar a economia. Se, por um lado, alcançaram avanços no aspecto institucional, os fracassos dos planos econômicos marcaram os anos subseqüentes ao fim do regime autoritário nos dois países. Tal crise econômica, na Argentina, abriu espaço para a retomada do peronismo, e no Brasil, para o surgimento do *fenômeno Collor de Mello*⁹, espelhando a fraqueza dos partidos políticos brasileiros.

Neste cenário político em transformação nos anos 80, ocorreu um processo de transição do modelo econômico dos países, de substituição do paradigma nacional-desenvolvimentista para o liberal.¹⁰ Primeiramente manifestou-se na Argentina — revelando um maior enraizamento de concepções liberais neste país — e nos anos 90, intensificou-se nos dois países, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira) no Brasil e de Carlos Saúl Menem (Partido Justicialista) na Argentina.

A Argentina, após enfrentar os maiores índices de inflação da sua história (mais de 3000% ao ano), em 1989¹¹, com a entrada de Domingo Cavallo (1990) no Ministério da Economia,

8 Como por exemplo, os movimentos estudados por Eder Sader (1988), citado no capítulo I.

9 Após a retomada das eleições diretas, em 1989, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito, pelo Partido da Reconstrução Nacional - PRN, um “partido nanico”, recém-criado e sem projeção nacional. Em 1992, ele é afastado da presidência por corrupção através de um processo de *impeachment*.

10 Neste ambiente político e econômico, é criado, com o Tratado de Assunção em 1991, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com avanços e recuos ao longo dos anos 90, após alguns anos colocado em segundo plano na agenda internacional, é retomado recentemente em um novo cenário de governos considerados de esquerda na América Latina.

11 Ver: Blanco, Alfredo Félix. “Inflación: Una mirada al pasado” en *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Nº 42, mayo 2005. Disponível em: www.eumed.net/cursecon/ecolat/ar/. Acesso em: 13 de março de 2007.

viveu um amplo programa de privatizações, de abertura comercial e financeira ao exterior e de rigidez cambial. Em linhas gerais, tal programa promoveu a fixação da paridade de um peso por dólar, a partir de 1991, e a proibição da emissão de moeda pelo Estado, que excedesse a sua reserva em dólar. Além disso, permitia que residentes no país mantivessem contas bancárias com moeda estrangeira e pagassem compromissos com essas contas. Este plano se apresentou como uma *alternativa sedutora* à crise econômica, uma vez que a Argentina cresceu aceleradamente, em média 9,1% ao ano, até fins de 1994, gerando uma grande queda na inflação e ganhos salariais, mas por outro lado, resultando em crescimento do desemprego, diante da reestruturação produtiva e econômica geral.

Com a *crise mexicana* no fim de 1994, a fragilidade da economia Argentina se revelou, com a forte recessão econômica e o avanço do desemprego, alcançando 18% da PEA (população economicamente ativa) em 1995¹². Com a ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento), no entanto, foram implementadas medidas de cortes de orçamento, de salários do setor público e aumento de impostos, e assim houve uma certa recuperação e retomada do crescimento. Todavia, os problemas estruturais da economia Argentina, sua vulnerabilidade pela supressão dos instrumentos de política cambial e monetária com o programa de Cavallo, amarrando a economia ao funcionamento das transações externas, além da crescente desigualdade social, fizeram com que uma nova crise se instalasse no país, tendo como marco os acontecimentos de dezembro de 2001, descritos a seguir.

Apesar da grande oscilação da economia, de seus maiores índices de inflação no período, a Argentina viveu nos anos 90 um crescimento econômico maior que o do Brasil. Aqui, após uma série de planos de estabilização frustrados, em 1993, é lançado o Plano Real, com o objetivo de controlar a hiperinflação através do chamado *ajuste fiscal*, que buscou conter gastos públicos, da *desindexação da economia*, que cria uma unidade de referência para conter os índices de inflação, e de uma *política monetária restritiva*, com o aumento de taxas de juros. Neste período, e especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, se dá efetivamente a passagem do modelo econômico nacional-desenvolvimentista para o (neo)liberal, com o amplo programa de privatizações.¹³

Em 2001, a Argentina viveu um colapso de sua economia. As expressões de protesto e crítica apontaram como causas da crise os equívocos na condução da política econômica, a corrupção generalizada no governo e as transformações advindas do desenvolvimento do

12 Fonte: INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo), dados relativos ao total dos aglomerados urbanos do país. Disponível em: www.indec.gov.ar

13 Sobre o tema, ver: Tempo Social, Dossiê FHC – 1º. Governo (vol. 11, nº. 2, fev. 2000) e Dossiê FHC – 2º. Governo (vol. 15, nº. 2, nov. 2003).

capitalismo contemporâneo mundial.¹⁴ Este colapso trouxe uma aguda crise social, em níveis inéditos no país, chegando a taxas de 20% de desemprego em 2002, segundo dados do INDEC.¹⁵ Com isso, a sociedade argentina, com suas características de homogeneidade e igualdade, diferentemente da brasileira, sofreu um profundo processo de desestruturação social.

A Argentina, frente a esse cenário, viveu um momento importante de mobilização popular, como ilustra o seguinte relato: *“Durante as primeiras semanas e meses que se seguiram aos dias 20-21 de dezembro de 2001, parecia que estava emergindo uma ordem política nova, um novo discurso, uma forma diferente de ‘fazer política’(...). A organização direta e autônoma, livre do controle dos partidos, parecia estar na ordem do dia. Houve uma ‘sensação’ de que se estava construindo uma nova ordem, mais responsável, sensível e totalmente democrática”*.¹⁶

Frente à aguda crise econômica, a população das classes médias saiu às ruas, junto com desempregados e movimentos sociais, em protesto, o que ficou conhecido como *panelazo*. Por todo o país, eclodiram greves, assembléias de moradores de bairro exigindo a devolução de suas poupanças, manifestações dos *piqueteros* (movimento de desempregados organizados em redes), estradas foram bloqueadas e ocorreram diversos debates públicos.

A expressão *“que se vayan todos”*, que ficou conhecida pelas manifestações populares, explicita a insatisfação da população com o governo. Nesta crise aguda, passaram três presidentes da República na Casa Rosada, e por fim é eleito Nestor Kirchner (Partido Justicialista), político moderado do peronismo, atual presidente argentino, com propostas de mudanças políticas, econômicas e sociais, com algumas tendências nacionalistas e populares, ainda que limitadas. Neste novo contexto, a Argentina decretou moratória da dívida externa, e aos poucos recuperou o crescimento econômico, chegando à taxa de 9% ao ano¹⁷, baseado em grande parte na extraordinária expansão das exportações agrárias, no alto preço do petróleo e na reativação da indústria nacional. Neste contexto, diante do desemprego, o governo cria o *Jefes y Jefas de Hogar*, programa redistributivo, que busca conter a crise social.

Frente ao crescimento econômico argentino dos últimos anos, James Petras (2004) pondera que apesar da recuperação, “os fundamentos estruturais e ideológicos subjacentes, que produziram a crise e a rebelião popular continuam de pé”¹⁸, e mesmo com a retomada do cres-

14 Ver: Romero, Luis Alberto. *La crisis argentina: una mirada al siglo XX*. Buenos Aires : Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

15 Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INDEC, dados relativos ao total dos aglomerados urbanos do país. Disponível em: www.indec.gov.ar

16 Petras, James. “Argentina: Da insurreição popular ao ‘capitalismo normal’”, 2002. Disponível em: <http://resistir.info/>. Acesso em: julho de 2004.

17 Fonte: CEPAL/ONU (Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas), disponível em: www.eclac.org/

18 Petras, *Op.cit.*, 2004.

cimento econômico nos últimos anos, os conflitos sociais que motivaram as mobilização em 2001 continuam vivos, como expressam os diversos movimentos sociais argentinos atuais.

No Brasil, por sua vez, em 2002 é eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), com uma longa trajetória no movimento sindical e operário. No entanto, seu governo¹⁹, em linhas gerais, dá continuidade ao processo iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, de estabilização da economia e instauração do novo modelo (neo)liberal. Apesar de incluir políticas e programas com maior abertura à organização popular e algumas voltadas para a economia solidária (principalmente no Ministério do Trabalho e Emprego, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária), tem como marco de sua atuação diante da crise social o Programa Fome Zero e o Bolsa Família, indicando alguns avanços, mas com resultados limitados.

Neste contexto, comparando Brasil e Argentina, Fausto & Devoto (2004) apontam que *“talvez se possa afirmar que uma diferença maior entre os dois países se encontra no fato de que o caminho trilhado no Brasil no terreno da macroeconomia e da construção institucional seja mais seguro do que o trilhado pela Argentina, onde muitas feridas ainda estão abertas e a solidez institucional é um ponto de interrogação”*.²⁰ Esta afirmação deve ser analisada na atualidade ao lado do quadro de crise política envolvendo os governos, que tem trazido uma maior descrença da população no sistema político e nas instituições democráticas em ambos os países.

Neste cenário, os modelos econômico e político revelam, de forma cada vez mais intensificada, sua incapacidade de responder às expectativas de construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Assim, a busca por novos caminhos para o desenvolvimento da sociedade é hoje um desafio central dos países da América Latina.

Do ponto de vista social, com a maioria da população residindo em área urbana, a Argentina se destaca no quadro histórico geral de desigualdade e pobreza dos países latino-americanos, pelo processo de ampla democratização da educação pública na sua história. Por muito tempo caracterizado como o país mais homogêneo da América Latina, nos últimos anos, passou a conviver com o crescimento da desigualdade social, do desemprego e da pobreza, em um processo denominado por alguns autores como *latinoamericanização* da Argentina.²¹ Todavia, a Argentina segue com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH/ONU) dos países latino-americanos, e ainda mantém uma situação bastante diferenciada do Brasil e dos demais países do subcontinente.

19 Reeleito em 2006.

20 Fausto & Devoto, *Op. cit.*, 2004, p. 511.

21 Palomino, Héctor. “Las experiencias actuales de autogestión en Argentina: entre la informalidad y la economía social” In: *Nueva Sociedad* 184, marzo/abril, 2003.

O Brasil, por sua vez, vive historicamente problemas específicos de enorme gravidade, como a precariedade da educação e da saúde, a questão agrária e a profunda desigualdade social. Como destaca Bernardo Sorj (2000), em seu estudo sobre a sociedade brasileira contemporânea: *“Explicar o Brasil é, portanto, identificar os mecanismos através dos quais apesar dos processos constantes de mudança, se desenvolvem estratégias sociais que reproduzem a desigualdade social”*.²² Apesar de alguns avanços, na redução do analfabetismo, no aumento do número de crianças na escola, de jovens que terminam o ensino médio e de ingressos nas universidades, a educação no Brasil ainda está em situação muito inferior à da Argentina e de outros países da América Latina, como o Uruguai.

Tabela 1 – Dados sobre o desenvolvimento humano no Brasil e na Argentina (2004):

País / dados sociais	IDH	Classificação	Expectativa de vida	PIB per capita (dólares PPC)	Taxa de alfabetização de adultos (% / a partir de 15 anos)	Índice de educação
Argentina	0,863	36º.	74,6	13.298	97,2	0,95
Brasil	0,792	69º.	70,8	8.195	88,6	0,88

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 (PNUD).²³

O avanço do desemprego no Brasil e na Argentina, decorrente de um baixo crescimento econômico, mas principalmente de transformações produtivas, orientadas pelo novo modelo econômico liberalizante, é acompanhado, a partir dos anos 90, de um acelerado crescimento da informalidade, da precarização do trabalho e do amplo descumprimento dos direitos trabalhistas previstos nas constituições dos países, que colocam novos desafios ao movimento sindical e aos movimentos sociais em geral.

Tabela 2 - Argentina e Brasil: taxa de desemprego aberto²⁴, 1991 – 2006 (em %):

País/ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	-	6,90	-	10,7	17,4	17,1	18,8	13,2	14,5	14,7	17,4	19,7	17,3	13,6	11,6	10,2
Brasil	4,84	5,78	5,32	5,06	4,65	5,43	5,67	7,60	7,53	7,11	6,23	11,7	12,3	11,5	9,8	10,0

Fontes: Dados referentes no Brasil somente às áreas metropolitanas e na Argentina às aglomerações urbanas. Argentina: Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC) / Encuesta Permanente de Hogares (EPH), Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

22 Sorj, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Zahar, 2000, p. 8.

23 Sobre a classificação de outros países latino-americanos, estão melhores que o Brasil: Chile (38º.), Uruguai (43º.), Costa Rica (48º.), Cuba (50º.), México (53º.). Com IDH inferior ao Brasil: Colômbia (70º.), Venezuela (72º.), Peru (82º.), Paraguai (91º.) e Bolívia (115º.). Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 PNUD. Dados disponíveis em: www.pnud.org.br/rdh/.

24 Define-se por: estar disponível e ter procurado trabalho, e não inclui o desemprego oculto, que considera o desemprego por desalento e por trabalho precário.

A partir de 2002 (no Brasil) e 2003 (na Argentina) passaram a ser utilizadas novas metodologias de apuração, para obter mais informações consultar: www.indec.gov.ar e www.ibge.gov.br.

Outra questão social importante, principalmente a partir da década de 90, é o crescimento da violência urbana, especialmente no Brasil, mas também na Argentina com o agravamento da crise econômica. No entanto, a diferença entre os dois países é considerável, segundo destacam alguns autores, devido principalmente a fatores não econômicos, como a *vitalidade das instituições sociais de base*, com maior enraizamento na Argentina, e uma vida mais estruturada de bairro.

Por fim, é notável que após mais de duas décadas de abertura democrática, apesar de uma significativa ampliação da democracia²⁵, os dois países, com suas especificidades, não resolveram seus problemas sociais.

2 Raízes da formação social e cultural brasileira e argentina

Nesta segunda parte do capítulo, para completar o quadro da análise histórica dos países, retomamos um período bastante anterior ao contexto de nossa pesquisa para a investigação de alguns traços da formação social brasileira e argentina. Estes compõem o ambiente cultural no qual se desenvolvem os processos históricos recentes e os movimentos de economia solidária, e assim contribuem para explicar algumas das suas semelhanças e singularidades, especialmente aspectos relacionados à construção da democracia nos dois países.

Em *Raízes do Brasil*, importante livro de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, o autor analisa processos sociais, políticos e econômicos da formação social brasileira, a partir principalmente de uma perspectiva cultural, e destaca aspectos comuns e distintivos nas heranças ibéricas portuguesa e espanhola.

Uma importante característica “da gente da península ibérica”, segundo afirma Holanda, é a *cultura da personalidade*, da qual “*resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos*”.²⁶ Com isso, Holanda aponta que a falta de coesão social que marca as sociedades atuais, não é um fenômeno moderno, mas uma herança da cultura ibérica, que dificulta as formas de organização coletivas. Somado a isso, este ambiente cultural, como destaca o autor — diferentemente da cultura protestante, onde a racionalização da vida social e a moral do trabalho são características dominantes — é marcado pelo *espírito da aventura*.

Por outro lado, Holanda destaca que nas culturas ibéricas o princípio de hierarquia nunca foi amplamente valorizado, e acrescenta que “*bem antes de triunfarem no mundo as chamadas idéias revolucionárias, portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente*

25 Sobre o processo de ampliação da democracia, é interessante traçar algumas comparações entre os países. No Brasil, a extensão do direito de voto aos analfabetos ocorre com a constituição de 1988, por outro lado, na Argentina, o direito de voto dos analfabetos (apenas masculino) passou a existir logo após a independência da Espanha, em 1816. No entanto, o voto feminino neste país foi conquistado apenas em 1951, junto com as campanhas de Eva Perón, sendo que no Brasil isso ocorreu anteriormente, em 1932, após a revolução de 30.

26 Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p. 32.

a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários".²⁷ Certamente esta afirmação de Holanda nos causa estranhamento, frente ao quadro social profundamente desigual dos países latino-americanos, apesar disso, é possível reconhecer que juntamente com as características do *peçoalismo* e do *espírito de aventura*, há uma certa irreverência e flexibilidade nas relações sociais nas culturas influenciadas pela tradição ibérica, em comparação a outras culturas.

Contudo, o *peçoalismo* na cultura ibérica se manifesta na dificuldade para a criação de formas de organização impessoais e mecânicas frente ao predomínio das relações de caráter orgânico e comunal, como as relações de parentesco, de amizade e de vizinhança. Neste contexto cultural, também podemos pensar a crise social da atualidade, do processo de transformação das relações de produção e de trabalho, como coloca Holanda, no qual "o empregado transforma-se em um simples número", "a relação humana desapareceu" e a concorrência entre cidadãos é predominante, tornando-se pela primeira vez na história um valor social positivo.²⁸

Esse quadro de transformações atuais está em constante tensão com as características ibéricas comuns destacadas, e também com características singulares dos países analisadas pelo autor, como por exemplo, a hospitalidade, a generosidade, a emotividade e a intimidade - traços do *caráter brasileiro*, advindo de raízes ancestrais que marcam os padrões do convívio humano, desenvolvidos e informados no ambiente rural e patriarcal brasileiro.²⁹

Neste sentido, é importante destacar que apesar das características ibéricas comuns, há diferenças importantes entre a colonização portuguesa e espanhola, e heranças bastante diversas para a formação social dos países latino-americanos. Por um lado, Holanda aponta que os espanhóis buscaram controlar fortemente as terras conquistadas e criar grandes núcleos "estáveis e bem ordenados", com a intenção, ao menos inicial, de fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. Com isso, criaram universidades e cidades planejadas "em linhas retas", em regiões no interior, com clima mais semelhante ao europeu.

Por outro, a colonização portuguesa, afirma Holanda, é marcada por seu caráter predominante de exploração comercial, com o objetivo de obtenção imediata de benefícios (*espírito de aventura*). As terras conquistadas são fundamentalmente lugares de passagem, ocupações no litoral, com caráter maior de feitorização que de colonização. As cidades portuguesas são assim construídas sem o rigor, o método e a centralização da colonização espanhola. Sobre esta característica centralizadora da colonização espanhola, Holanda escreve que

²⁷ *Idem*, p. 35.

²⁸ Holanda, *Op. cit.*, p. 142.

²⁹ Enfatiza Holanda: "o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileiro que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade" (Holanda, *Op. cit.*, p. 148). Esse "horror às distâncias (...) parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro" (*Idem*, p. 149).

“essa fúria centralizadora, codificadora e uniformizadora de Castela” deve-se à própria carência de verdadeira unidade entre os espanhóis, com conflitos separatistas internos até a atualidade. A este quadro se contrapõe Portugal, o primeiro Estado europeu moderno unificado, com conformação social relativamente mais homogênea.

Na colônia espanhola, todavia, confirmando seu caráter de maior estabilidade e ordenação, surgem as primeiras universidades e um número imensamente maior de graduados e formados, desde o século XVIII.³⁰ Outro aspecto destacado pelo autor, com relação à cultura, se refere à imprensa, que segundo suas pesquisas, no ano de 1747, quando surge a primeira gráfica no Rio de Janeiro (que em seguida é fechada, sendo que a imprensa foi realmente introduzida no país com a chegada da família em real, no século XIX), já existiam estabelecimentos gráficos em todas as principais cidades da América espanhola, o que revela o desenvolvimento de certas características mais democráticas.³¹

Após construir este quadro, podemos pensar sobre a democracia nestes contextos, e reconhecer que ao longo da história brasileira e latino-americana em geral, esta foi um “lamentável mal entendido”, como destaca Holanda. Uma vez que resulta da acomodação dos privilégios das classes dominantes, em contraposição à noção de democracia, resumida na célebre frase de Bentham (citada por Holanda): “a maior felicidade para o maior número”, baseada no ideal humanitário, do equilíbrio dos egoísmos e na subordinação da qualidade (do amor individual) pela quantidade (do amor ao maior número de homens).

Também sobre a questão da democracia, para o nosso estudo sobre movimentos sociais, é interessante destacar como a vida social latino-americana, e especialmente a brasileira, é marcada pela distância entre o “elemento consciente” e a massa da população. Sobre isso, Holanda aponta que:

“(...) é curioso notar que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma

30 Segundo as pesquisas apontadas por Holanda, no México, entre 1775 e 1821, formaram-se 7.850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. No Brasil, no mesmo período, o número geral de formados foi 10 vezes menor, 720.

31 É interessante incluir a análise de Beatriz Sarlo, em seu livro intitulado *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*, publicado em 1988. Investigando o imaginário coletivo de Buenos Aires da época, através da análise do discurso de diversos intelectuais e escritores, Sarlo revela certos aspectos da fisionomia deste país, da “argentinidad”. Os autores, no período, de forma semelhante à Holanda no Brasil, se questionam a respeito das raízes dos problemas sociais de seu país. Segundo Sarlo, seus discursos revelam uma “cultura de mezcla, donde coexisten elementos defensivos y residuales junto a los programas renovadores; rasgos culturales de la formación criolla al mismo tiempo que, um proceso descomunal de importación de bienes, discursos y prácticas simbólicas”. Marcada pela imigração européia e pelo intenso processo de urbanização, a cultura argentina se constrói entre a nostalgia da “edad dorada” e as transformações tecnológicas da “modernidad”, e nesta tensão pelo novo surgem movimentos de renovação e democratização. Sarlo, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires : Nueva Visión, 1988.

*predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas idéias esqueceram-se, com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ por decreto. A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços das academias, a realização da idéia republicana. ‘Por ora’, dizia o célebre paredro do novo regime, ‘por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significa’”.*³²

Assim, os diversos obstáculos para a construção da democracia na América Latina referem-se, segundo Holanda, à cultura personalista, que sustenta a solidariedade apenas em círculos restritos, limitando o florescimento de ideais teóricos. Ao longo da história do subcontinente, em proveito de indivíduos e oligarquias, as constituições e leis criadas não foram cumpridas. No Brasil, por exemplo, a sociedade do *homem cordial*, baseada no afeto e em preferências pessoais, se confronta com a noção de democracia e de direito, como se verifica na ausência de fortes partidos políticos neste país (diferindo-se aqui da Argentina), que segundo o autor não é a causa da fragilidade do regime democrático, mas um sintoma, entre outros, da falta de adaptação desta tradição cultural personalista à democracia. Lidar com estas tradições culturais é um dos desafios fundamentais dos movimentos transformadores, que defendem princípios democráticos, na sociedade brasileira e também latino-americana, com suas especificidades e diferenças.

Neste sentido, Holanda defende a necessidade de se acabar com os fundamentos personalistas longamente estabelecidos em nossas sociedades, para o prosseguimento da revolução democrática em curso. Assim, destaca que as transformações do século XX, o desenvolvimento dos centros urbanos na América Latina, produziram um processo de decréscimo da influência da cultura ibérica. No entanto, este decréscimo se deu sem transformações radicais nas sociedades, devido ao alheamento da política da vida social, que tem reproduzido as formas de dominação e poder.

O autor, por outro lado, destaca que há características na cultura latino-americana favoráveis ao desenvolvimento da democracia, como a repulsa à “hierarquia racional”, a abertura às novas idéias (como o primado da vida urbana e o cosmopolitismo), além do que chama de “relativa inconsistências de preconceitos de raça e cor”³³. Diante disso, Holanda pondera que este espírito, estas raízes do Brasil e da América Latina, não são forças normativas, e portanto, podem ser transformadas, a menos que sirva à vida social, que conforme aponta o autor, deve ser construída em sua forma superior, a partir das necessidades específicas

³² Holanda, *Op. cit.*, p. 161.

³³ Sobre esse ponto é fundamental acompanhar os debates e críticas posteriores a respeito da questão do racismo e sua presença na sociedade brasileira.

das sociedades. Neste percurso, segundo o *post-scriptum* de Antonio Candido, Holanda explicita sua mensagem política radicalmente democrática: “*Talvez tenha sido ele o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição ‘ilustrada’ (...), neste livro, Sergio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino*”.³⁴

Destas questões apontadas, desprendemos traços culturais fundamentais para analisar o desenvolvimento histórico dos países e dos movimentos sociais de economia solidária, pois, como destaca Candido, “*(...) o estudo do passado, longe de ser operação saudosista, modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso*”.³⁵

As heranças culturais do pessoalismo, patriarcalismo, *espírito de aventura* e da marcada divisão entre massas e elite são características ibéricas, mais fortemente expressas no Brasil do que na América Espanhola. Nesta região, como na Argentina, ocorreram alguns processos mais democratizantes, destacados por Holanda, no campo da educação e da imprensa, por exemplo. Estes traços culturais da formação social brasileira e argentina se revelam nas inúmeras dificuldades enfrentadas nas organizações coletivas. Todavia, a partir destes mesmos traços, somado à uma maior flexibilidade e um certo repúdio à hierarquia surgem organizações de trabalho coletivo no Brasil e na Argentina, ao longo da história, e a partir dos anos 90, a chamada economia solidária. Considerar a presença destes traços, do permanente enfrentamento, das tensões, fragilidades e ambigüidades vividas nas experiências, é fundamental na análise do sentido da formação de movimentos sociais de economia solidária na atualidade.

Neste texto, apresentamos algumas características das raízes que formam as sociedades brasileira e argentina. Além das ibéricas, os processos históricos destas sociedades, em medidas bastante diversas, também foram marcados por influências indígenas e africanas. Estas influências são ignoradas pela nomeação do subcontinente como América Latina³⁶, termo que ressalta apenas a latinidade, fundamentalmente européia (inclusive francesa) e católica, e obscurece a formação indo-afro-ibero da chamada América Latina.³⁷ Alguns autores referem-se a várias Américas Latinas, buscando se afastar da uniformidade que o termo impõe, inclusive relacionada à condição periférica do subcontinente, e destacam os inúmeros contrastes geográficos, econômicos, políticos e culturais da região.

34 Candido, A. “Post-Scriptum”. In: Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1995. p. 23.

35 *Idem*, p. 24.

36 O termo América Latina foi popularizado nas décadas de 30 e 40, e consagrado com a criação da CEPAL / ONU (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas).

37 Bruit, H. H. “A invenção da América Latina” In: *V Encontro da ANPHLAC*: <http://anphlac.cjb.net>.

Apontamos, com isso, a importância de estudos sobre a influência das raízes indígenas e africanas da cultura americana no movimento de economia solidária.³⁸ Reconhecendo que autogestão, cooperação, solidariedade, liberdade, controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços e distribuição eqüitativa dos benefícios, são princípios com origens em tradições do movimento de trabalhadores, vindas da Europa (como veremos no capítulo IV, sobre as matrizes teórico-políticas), mas são também princípios experimentados, vividos e desenvolvidos por diversas outras matrizes que alimentam as culturas latino-americanas.

No próximo capítulo, nos aproximamos deste universo de influências nas reflexões sobre economia popular e o cotidiano da luta pela sobrevivência dos trabalhadores nas periferias metropolitanas de São Paulo e Buenos Aires, onde surgem as experiências estudadas. Assim, analisamos o processo de formação dos movimentos sociais de economia solidária nos dois países, reconhecendo que surgem das experiências do cotidiano popular.

38 Interessante ver o artigo: Santana Junior, G. "Economia solidária nos trópicos" In: *Anais IV Encontro Internacional de Economia Solidária do NESOL USP*, julho /2006.

III — Da economia popular à economia solidária

Após o estudo do contexto histórico geral dos países, neste capítulo, nos aproximamos da condição objetiva material das experiências em estudo. Discutiremos a experiência popular de luta cotidiana pela sobrevivência, e analisaremos a *condição* de periferia na qual as organizações de economia solidária se desenvolvem. Em seguida, investigaremos como estas se diferenciam da chamada *economia popular*, quais as suas características e como se manifestam no Brasil e na Argentina, a partir dos anos 90. Com isso, buscamos articular a formação de movimentos sociais de economia solidária com o cotidiano popular — em contraponto a visões elitistas, que atribuem seu surgimento na história apenas às pressões vindas *de cima* — compondo a base material e simbólica destas manifestações na atualidade.

Edward Palmer Thompson (1998) aponta o profundo hiato e alienação existente na relação entre a cultura das elites e a cultura popular, marcada pela subordinação, na qual os *costumes* da cultura popular são vistos como remanescentes, discretas sobrevivências do passado.¹ Em contraste, o autor destaca que as práticas e os conhecimentos da cultura popular, além de ter função racional nas rotinas do trabalho diário, compõem um campo de disputas, negociações e mudanças.

Assim, o autor destaca que há *“de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres, etc. De outro lado, o ‘senso comum’, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos freqüência, à revolta”*.² No campo de negociações do cotidiano popular se formam equilíbrios particulares entre a resistência e a conformidade, entre a deferência e a rebeldia. Nesta ambígua composição de forças, no campo ou na cidade, no Brasil e na Argentina, surgem práticas de trabalho coletivo, formais ou informais, de produção ou serviço, que constituem a economia solidária.

De acordo com os objetivos deste trabalho, abordaremos as experiências situadas em contexto urbano, especificamente na *Gran Buenos Aires* e na Grande São Paulo. Esta delimitação, necessária à viabilização da pesquisa, como já destacado no capítulo I, resulta de uma avaliação sobre o campo mais adequado para uma comparação entre Brasil e Argentina e do fato das cidades serem o palco central de mobilizações e articulações políticas das organizações de economia solidária (inclusive as que atuam em área rural).

A feição urbana destas mobilizações reflete as características do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e das transformações sociais ocorridas no século XX, da industria-

1 Thompson, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

2 *Idem*, p. 20-21.

lização e dos avanços do capitalismo no campo, acompanhado pelo fenômeno do êxodo rural. Observamos que na Argentina, a este processo global, somam-se as características históricas deste país, e no Brasil, a crescente predominância das relações urbanas convive com importantes manifestações sociais em área rural, que têm também hoje nas cidades um pólo fundamental de articulação política. Portanto, os contextos urbanos nos quais se desenvolvem as organizações de economia solidária estudadas, devem ser compreendidos com suas singularidades no processo histórico particular destes países.

O processo de urbanização na América Latina ocorreu, principalmente, a partir dos anos 30, juntamente com o período de industrialização, incentivada pela política de substituição de importações, no contexto da crise de 1930. Todavia, há considerável heterogeneidade entre os países. A urbanização na Argentina, impulsionada pela imigração europeia para as cidades deste país, ocorre em um período muito anterior à grande parte dos outros países, inclusive ao Brasil. Em 1914, o país já tinha a maioria de sua população em área urbana, o que ocorreu no Brasil apenas em 1970.³

Tabela 3 – Dados populacionais da Argentina e do Brasil:

Países/ dados popula- cionais	Pop.Total (1950)* em milhões	Pop. em áreas urbanas (1950)* (%)	Pop. Total (2001) em milhões	Pop.em áreas urbanas (2007)* (%)	Pop. BsAs e MSP (2001) em milhões	Pop. regiões metropolitanas destes municí- pios (2001) em milhões	Pop. dos países nes- tas regiões metropoli- tanas (%)
Argentina	17,1	63	36,2	90,6	2,8	11,5	31,6
Brasil	53,9	36,5	169,7	84,2	10,4	19,7	11,6

Fonte: INDEC / IBGE / * CEPAL.

A urbanização latino-americana é caracterizada pela formação de grandes centros urbanos, como Buenos Aires e São Paulo (consideradas entre as maiores cidades do mundo), que se desenvolveram em processos bastante diversos. A capital argentina desponta no final do século XIX e início do século XX, um período bastante anterior ao crescimento da capital paulista, que se dá na segunda metade do século XX. É interessante um estudo mais aprofundado sobre a história das duas metrópoles, que extrapola os objetivos deste trabalho, que investigue suas especificidades diante de seus contextos nacionais e analise como suas características singulares influenciam no desenvolvimento das experiências estudadas. Por exemplo, o paradoxo de uma “sociedade urbana num país agrário”, que marca a cultura e a política das duas metrópoles⁴.

3 Cerrutti, M. & Bertonecello, R. “Urbanization and Internal Migration Patterns in Latin América. *Centros de Estudios de Población*, Argentina. Disponível em: <http://pum.princeton.edu/pumconference/papers/>

4 Coggiola, Osvaldo. “Buenos Aires, cidade, política e cultura”. *Revista Brasileira de História*, 1997. vol. 17, no 34, p. 101 - 118 e Feltran, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova*. São Paulo : 2007, no 72, p. 83-114..

Contudo, apesar das disparidades, que deram à metrópole argentina a denominação de “Paris das Américas”, e um quadro social com índices discrepantes aos da maioria dos países latino-americanos, está presente nestas duas cidades, com intensidades diferentes, um processo semelhante de urbanização segregadora. Este processo, característico de países periféricos, como os latino-americanos, aprofunda as desigualdades sociais, com a formação de periferias urbanas marcadas por precárias condições sócio-econômicas, bastante inferiores às das áreas centrais.

Grande parte das sociedades latino-americanas é caracterizada por este contrastante quadro do desenvolvimento capitalista, marcado também pelo patriarcalismo, por relações de extrema exploração entre classes e por uma grande distância entre a população e o Estado. A partir da segunda metade do século XX, principalmente dos anos 70, de forma mais intensa e acelerada no Brasil do que na Argentina, aprofunda-se o perverso cenário na maioria das grandes cidades latino-americanas, de contraste entre regiões urbanas de extrema pobreza e riqueza.

Nos anos 90, este cenário assume novas características, observa-se uma estabilização no processo de urbanização destes países (já intensamente urbanizados), em um contexto de transformações produtivas e internacionalização da economia, no qual surgem novas dinâmicas de segregação social nas metrópoles, com a contínua expulsão da população de baixa renda para áreas cada vez mais periféricas destas cidades.

Neste contexto periférico de São Paulo e Buenos Aires, são criadas organizações familiares ou coletivas para geração de trabalho e renda, marcadas pela urgência da sobrevivência, denominadas economia popular e informal, das quais se origina grande parte das experiências de economia solidária. Mello (2005) aponta que a *“transformação capitalista do campo, com a forte concentração de terra e capital nas mãos de poucos, e a concentração populacional em cidades, despreparadas em todos os sentidos para receber o fluxo constante de migrantes que a elas chegava, são o substrato imediato dos movimentos populares urbanos e rurais onde se enraíza a economia solidária”*.⁵

Investigaremos esta história popular, apresentando, primeiramente, alguns aspectos da *condição* de periferia, na qual se desenvolve. Considerando este contexto material, estudaremos em seguida as organizações de economia solidária desenvolvidas no Brasil e na Argentina a partir dos anos 90, iniciando pelo debate sobre as especificidades destas experiências diante das organizações de economia popular, destacando fundamentalmente a importância de sua dimensão política.

5 Mello, Sylvia Leser de. “Revisão histórica das raízes da Economia Solidária”, São Paulo, 2004. Versão original do artigo publicado em alemão. MELLO, S. L. “Historisch theoretischer Rückblick auf die Wurzeln der Solidarischen Ökonomie in Brasilien”. In: Müller-Plantenberg, C., Nitsch, W., Schlosser, I., Der, A. (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland Wege zur konkreten Utopie*. 1 ed. Kassel: Universität Kassel, 2005, p. 6.

1 A experiência da condição de periferia

No Brasil e na Argentina, embora tenha ocorrido um processo no sentido da ampliação de direitos individuais e sociais, a partir dos anos 80, com a redemocratização, resultante da atuação de movimentos sociais e também de mudanças na ação estatal na estruturação de políticas públicas, o quadro de desigualdade se mantém. Nas periferias das metrópoles latino-americanas em geral, encontramos um caótico cenário de miséria, em contraste extremo com os centros desenvolvidos, pólos dinâmicos da sociedade moderna, que se edifica neste quadro de desigualdade.

Haroldo Torres (2001) destaca que mesmo com índices mais elevados de escolaridade, de acesso à luz e água na atualidade, observa-se nas periferias (de forma bastante acentuada no Brasil), o mesmo cenário cinzento, das casas sem reboco externo, precariamente levantadas e em contínua construção. Aproximando um pouco mais o olhar, reconhecemos as dimensões menos visíveis dessa precariedade: os altos índices de desemprego e violência, o difícil acesso a equipamentos de saúde, as precárias condições de ensino, de transporte, etc.⁶

Nestas mesmas periferias metropolitanas, em ambos países, em cidades como São Paulo e Buenos Aires, encontramos, em extremo contraste a este quadro, vários condomínios de altíssimo padrão, devidamente isolados de seu entorno, ao lado dos mais diversos e graduais tipos de ocupação precária: do bairro popular à favela de periferia, com sua extrema vulnerabilidade social.⁷ Diante deste quadro, reconhecemos que a condição de periferia refere-se mais do que a uma espacialidade, a uma condição social e econômica e principalmente política na sociedade.

Com isso, ao olhar para as periferias metropolitanas latino-americanas é necessário considerar as suas conexões ao processo global de acumulação capitalista, em sua face mais desigual e contrastante. Na chamada *era da globalização*, principalmente a partir dos anos 90, com as transformações tecnológicas relacionadas à comunicação e à informática e ao grande aumento da produtividade industrial e de serviços, as periferias são parte do quadro das novas formas de segregação social na cidade. Por esta perspectiva estrutural, as organizações populares que estudamos nesta pesquisa, criadas no contexto dessa periferia metropolitana, na busca de geração de trabalho e renda, são parte do processo de crescente precarização do *mundo do trabalho*, visto no trabalho informal, nas diversas formas de terceirização e nos altos índices de desemprego.

Por uma outra perspectiva, mais próxima dos sujeitos, é possível olhar as periferias metropolitanas de São Paulo e Buenos Aires, focando os processos sociais e as ações dos sujeitos

6 Torres, Haroldo G. & Oliveira, M. A. "Quatro imagens da periferia paulistana" In: *Periferia Revisitada*. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, no. 42, 2001.

7 Caldeira, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34 / Edusp, 2000.

relacionados à luta dos trabalhadores pela sobrevivência frente à difícil condição de precariedade. Por esta outra abordagem, reconhecemos novas dimensões da experiência popular de organização para geração de trabalho e renda, chamadas de economia popular ou economia informal, que revelam a tensão entre a resignação e a busca por transformação social, em meio a qual estas experiências se desenvolvem. Ao enfatizar a *dimensão dos sujeitos*, esta perspectiva permite analisar as especificidades dos fenômenos sociais e também as possibilidades da ação política.

A periferia urbana, principalmente a partir dos anos 70, tornou-se tema importante de estudo na América Latina. A construção de teorias interpretativas marcou o caloroso debate sobre periferia e desenvolvimento da teoria da dependência à da marginalidade, substituídas em grande parte hoje pelo debate sobre *exclusão social*.⁸ Este debate nos interessa nesta pesquisa para pensarmos a dimensão política das organizações populares, desenvolvidas a partir da *condição política de periferia*, que dão base à economia solidária.

O conceito de *exclusão social*, como destaca Luciano Oliveira (1997), tem hoje grande visibilidade nos debates sobre a crise social no Brasil, na América Latina e também nos países de capitalismo avançado, defendendo o surgimento de uma nova dicotomia: excluídos *versus* incluídos. Neste debate, o autor aponta que há uma grande confusão de significados e indica dois caminhos de interpretação. De um lado, uma perspectiva estruturalista que critica este pensamento dualista, rejeita a noção de exclusão e propõe uma compreensão global da questão, indicando os aspectos de funcionalidade dos fenômenos atuais na reprodução estrutural do sistema capitalista. De outro lado, Oliveira aponta uma segunda possibilidade de olhar os fenômenos sociais, sob um ponto de vista mais próximo dos sujeitos, que coloca as análises globais em um segundo plano e questiona os fenômenos sociais atuais de forma valorativa. Por este olhar, o conceito de *exclusão social* coloca em evidência o abismo social que caracteriza a “pólis que estamos construindo”.⁹

As duas perspectivas expõe aspectos diferentes da *condição* de periferia. A primeira busca compreender a funcionalidade dos fenômenos e suas causas estruturais, e a segunda, valorizar a dimensão política dos fenômenos e questionar a democracia que se constrói neste contexto de desigualdade e exclusão política.

O conceito de exclusão social coloca questionamentos sobre a democracia que estamos construindo, mas não enfatiza o problema das formas perversas e periféricas de inclusão social e econômica, abordagem também fundamental para o estudo das organizações populares que se desenvolvem nas periferias. Por este conceito aponta-se o que há de ausência neste contexto e nesta condição, mas deixa-se de reconhecer as características presentes na

8 Kowarick, Lucio. “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano”, In: *Revista Novos Estudos* - CE-BRAP, no. 63, de julho de 2002.

9 Oliveira, L. “Os Excluídos ‘Existem’?” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* São Paulo, no. 33, 1997, p. 60.

experiência da condição de periferia, que dão base material e simbólica à ação de sujeitos, envolvida em tensões e conflitos entre a subordinação e a resistência, que marcam o cotidiano popular.

José de Souza Martins (2002) esclarece alguns pontos deste debate. Para o autor, o conceito de *exclusão social* não nos ajuda a compreender a realidade social que estamos investigando, pois é um rótulo abstrato, parte do processo de *coisificação das pessoas* no capitalismo, que captura as possibilidades de transformação social através de um discurso conservador, gerando soluções capitalistas para os problemas sociais.¹⁰ O autor aponta que o conceito indica apenas o caminho da busca por uma inclusão na sociedade, sem questionar as bases de sua organização. Assim, defende a necessidade de se questionar sobre as “formas degradantes e crescentemente perversas de inclusão”, que o modelo de desenvolvimento econômico impõe a grande parte da população. Além disso, destaca também que o conceito ignora uma parte da questão, pois define a condição dos sujeitos apenas pelo que esta apresenta de ausência, delegando a fatores externos a possibilidade de transformação.

Pelas diferentes perspectivas apresentadas, através de um *terreno epistemológico misto*, analisamos as organizações que buscam a geração de trabalho e renda no cotidiano popular, tendo como pano de fundo as dinâmicas estruturais do sistema capitalista e sua condição politicamente periférica, que indica a importância da luta por reconhecimento político pela formação de movimentos sociais.

Para analisar a dimensão política, não focamos as instituições formais, as políticas públicas ou o Estado, mas buscamos investigar a *experiência* dos sujeitos no cotidiano popular, em sua luta diante da condição de periferia, marcada por ambigüidades, conflitos e possibilidades. Como apontam Maria Célia Paoli e Eder Sader (2004), muitos autores que investigam as *classes populares* defendem que “a dinâmica social pode ser explicada sem que se tome o Estado – ou melhor dito, sua forma histórica de intervenção – como ponto de partida para a análise”.¹¹

Assim, abre-se espaço para enxergar “a emergência de ações políticas de fora do sistema político instituído e a referência ao caráter instituinte da prática dos trabalhadores, não mais pensada como decorrência de determinações estruturais”.¹² Nesta abordagem, os sujeitos envolvidos “não são mais identificados a partir de um lugar na estrutura, passam a ser identificados em suas práticas”.¹³ Focando a ação política dos sujeitos, analisamos as

10 Martins, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. São Paulo, Vozes, 2002.

11 Paoli, Maria Célia. e Sader, Eder. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: Cardoso, R. (org.) *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. p. 52.

12 *Idem*, p. 58.

13 *Idem*.

organizações populares, investigando a formação de *espaços políticos fundacionais*, de enfrentamento da condição política periférica através de organizações de economia solidária.

Em busca de construir uma caracterização da economia solidária, diante das variadas experiências de economia popular, na próxima seção, estudaremos suas relações sociais e econômicas desenvolvidas na luta cotidiana por sobrevivência, e analisamos a dimensão política das experiências, como base para a diferenciação das organizações de economia solidária.

2 Da economia popular à economia solidária: a experiência da política

Diversos autores na América Latina, como José Ricardo Tauille (2001), Maria Cristina Cacciamali (2001), Paul Singer (2002), José Luis Coraggio (2002), Genauto França Filho e Jean-Louis Laville (2004), entre outros, têm estudado os arranjos e estratégias econômicas pelas quais os setores populares reproduzem sua existência.¹⁴ Para o desenvolvimento da nossa análise neste trabalho, percorremos alguns destes autores, buscando construir diálogos entre diferentes perspectivas, destacando os aspectos que consideramos fundamentais, relacionados às nossas referências teóricas.

Primeiramente, analisamos as formulações de Coraggio (2000), que propõe utilizarmos os conceitos de *reprodução simples* e de *reprodução ampliada da vida*, e com eles pensar o objetivo da criação de organizações econômicas populares. A reprodução simples refere-se “ao mantimento da vida dos membros de uma unidade doméstica a um nível historicamente variável, mas que, em cada época e cultura, é o moralmente aceito como o mínimo para a reprodução destas famílias ou unidades domésticas”.¹⁵ Diferentemente, o conceito de reprodução ampliada propõe uma melhoria estrutural da qualidade de vida da população, “com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais dessas pessoas”¹⁶, relacionadas ao acréscimo de renda e de bens materiais, mas principalmente à mudanças nos padrões das relações sociais. Com isso, o autor entende que a reprodução ampliada da vida se refere a relações econômicas alternativas às capitalistas, a uma *outra economia*, e mais do que isso, ela ultrapassa a esfera da economia, envolvendo outros aspectos da vida em sociedade.

14 Tauille, J. R. “Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária” - artigo submetido ao seminário internacional *Teorias de Desenvolvimento no Novo Século*, em Junho de 2001. Disponível em: www.ecosol.org.br. Acesso em: agosto/06; Cacciamali, Maria Cristina. “Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina”, *Cadernos PUC Economia*, n. 11, EDUC: São Paulo, 2001, p. 111-142; Singer, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002; Coraggio, J. L. “A proposta da economia solidária ante a economia neoliberal” In: Pintauidi, S. M. (org.) *Economia Solidária: um setor em desenvolvimento*. São Paulo, Prefeitura de Rio Claro / URB-AL, 2002; França Filho, G. C. & Laville, J. L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

15 Coraggio, J. L. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho” In: Kraychete, F. L., Costa, B. (org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Capina; Salvador, CESE/UCSAL, 2000, p. 104.

16 *Idem*, p. 104.

Elevar a qualidade de vida dos trabalhadores, desenvolvendo capacidades e gerando oportunidades sociais é um dos principais objetivos que orienta hoje a formação das organizações de economia solidária. Contudo, é fundamental compreender, tal como este autor destaca também, que o que está em questão para a construção de uma outra economia são *projetos políticos de transformação social*, propostas críticas ao sistema dominante capitalista. Assim, a criação de uma *outra economia* é uma questão fundamentalmente *política*.

Para a construção desta nova economia, são necessárias transformações no sistema financeiro, nos marcos jurídicos, na propriedade da terra, nas relações de trabalho, na estrutura do Estado, etc. Sobre isso, Coraggio coloca que *“a recuperação de todos esses recursos não é coisa que se possa fazer sem política; todas essas recuperações só podem ser feitas com poder. Não irão nunca resultar apenas do livre jogo do mercado. Por mais exitosos que sejamos em vender nossas mercadorias, o sistema financeiro não vai mudar; o sistema jurídico não vai mudar; o sistema de propriedade da terra não vai mudar. Isto requer força política e requer um sujeito político ou sujeitos políticos”*.¹⁷ Ao considerar a importância da dimensão política e da cultura, o autor indica a necessidade de se pensar nas organizações de economia solidária de forma articulada e não isolada, e principalmente, que não se pode tratar a economia separadamente da sociedade.

Estas colocações nos remetem a alguns aspectos do pensamento de Karl Polanyi. Alguns autores que tratam sobre as organizações econômicas populares, partem de suas idéias para conceituar e interpretar suas características na atualidade.

Polanyi, em seu conhecido livro, *A grande transformação* (1980), propõe uma nova perspectiva para a compreensão do desenvolvimento histórico, especialmente do processo econômico na civilização moderna.¹⁸ Em sua análise, destaca a formação no século XIX da *sociedade de mercados*, estuda as suas características, baseadas centralmente no sistema auto-regulável de mercados, e por fim, diagnostica sua crise no século XX. Com o objetivo de voltar ao passado para “lançar luz sobre assuntos do presente”¹⁹, o autor destaca que o lucro, o ganho e o próprio mercado jamais desempenharam um papel tão importante na história das sociedades humanas. Recorrendo a pesquisas históricas e antropológicas, o autor defende que a economia do homem “está submersa em suas relações sociais”, ou seja, o homem age economicamente para salvaguardar sua situação social, seu patrimônio social, e o sistema econômico está em função da organização social.²⁰

17 Coraggio, J. L. “Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria”. Palestra apresentada no Seminário: *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. Salvador, dez. 2006. Disponível em: www.coraggioeconomia.org. Acesso: junho de 2007.

18 Polanyi, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. Este livro foi publicado originalmente em 1944.

19 *Idem*, p. 24.

20 *Idem*, p. 64.

Por este percurso, Polanyi apresenta uma visão particular do comportamento econômico, destacando os diferentes princípios que o orientam: *domesticidade, redistribuição, reciprocidade e de mercado*. A partir desta visão ampliada do comportamento econômico, o autor explica o processo de dominação do comportamento mercantil, da emergência de uma *utópica economia de mercado*, que transforma tudo em mercadoria, com conseqüências desastrosas para a humanidade. Na sociedade de mercado, o autor destaca que “*o homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda*”.²¹ Assim, a economia de mercado é uma ameaça “*aos componentes humano e natural do tecido social*”, e ao longo da história, diversos grupos ou classes passaram a reivindicar proteção frente às leis do mercado.

A busca da superação das contradições está, para Polanyi, na descoberta da primazia da sociedade, no abandono da *utopia do mercado*, para a construção de uma sociedade justa e livre. Para isso, propõe a superação da sociedade de mercado, o que não significa a ausência de mercado, segundo ele, “*estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores e a servir como instrumento de contabilização, embora deixa de ser, totalmente, um órgão de auto-regulação econômica*”.²² Face à crise da sociedade de mercado, o autor reconhece, na década de 1940 quando escreve seu livro, *a grande transformação* e o surgimento da sociedade regulada, da redistribuição, na qual instrumentos políticos passam a atuar para manter o equilíbrio da economia mundial.

A história das décadas seguintes, todavia, demonstrou, com exceção de experiências limitadas no tempo e no espaço, que as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que vivemos nos conduziram para o cenário atual, não de uma *grande transformação*, mas de intensificação da sociedade de mercado.

Baseando-se no pensamento de Polanyi, França Filho e Laville (2004) tratam do processo de autonomização do mercado nas economias ocidentais na modernidade e, seguindo suas colocações, criticam a dominação das relações mercantis, a objetificação das relações sociais e a despersonalização das relações econômicas, que sobrepõe a economia às demais esferas da vida social.²³ Os autores analisam então a *mercantilização* na sociedade contemporânea, num contexto em que a economia mercantil, sob o pensamento neoliberal, é vista como a única portadora do desenvolvimento, após a ascensão e crise do Estado protetor.

Diante da crise dos anos 90, estes autores, à luz dos conceitos apresentados por Polanyi, analisam as outras dimensões da vida econômica, que permanecem e lutam por espaço na atualidade. Por este caminho, analisam as experiências de economia popular, que ao

21 *Idem*, p. 245.

22 *Idem*, p. 246.

23 França Filho e Laville, *Op. cit.*, 2004.

longo do tempo se recriam e se transformam, percebendo suas ligações com relações sociais tradicionais, pessoalizadas, e em valores que não caracterizam a sociedade atual, como a reciprocidade e a domesticidade. Tais práticas, segundo os autores, pautadas em princípios do comportamento econômico não predominantes na atualidade, se desenvolvem na sociedade contemporânea, na luta pela sobrevivência, marcada pela urgência, precariedade, informalidade, que caracteriza o cotidiano popular, com feições particulares nas periferias metropolitanas.

Os autores diferenciam o conceito de *economia popular* do conceito de *economia informal*, e incluem no primeiro caso as experiências que “*têm base social local e articulam saberes ancestrais*”, como características de resistência ao *processo de informalidade* predominante.²⁴ Nestas experiências, apesar da ocorrência de casos onde há relações degradantes e de auto-exploração, tal como os autores citados, reconhecemos a possibilidade do desenvolvimento de organizações e relações mais democráticas. Assim, a economia popular encontra no contexto social local, os meios para a criação e desenvolvimento das atividades econômicas, implicando numa articulação entre necessidades e conhecimentos no plano local, como ocorre, por exemplo, nos mutirões. Esta conjugação se dá, na luta cotidiana pela sobrevivência, pela emergência de relações entre vizinhos não dominadas pelas relações mercantis, que recuperam antigos princípios de solidariedade e reciprocidade, e se desenvolvem em constante tensão com a sociedade predominantemente mercantil.

Nestas iniciativas de economia popular, encontramos um importante substrato do atual movimento de economia solidária. Todavia, nas experiências de economia solidária reconhecemos, juntamente com a dimensão comunitária e tradicional da economia popular, o acréscimo de uma outra, de *caráter político e público*, que justamente abre a possibilidade do surgimento de um movimento social.

Este é o aspecto inovador da economia solidária, como destacam também França Filho e Laville, em contraste com antigos modos de ação coletiva da economia popular: a combinação da “*luta política (típica de movimentos sociais) com a elaboração de atividades econômi-*

24 O processo de informalidade é conceituado por Cacciamali (2002) como: “o processo de mudanças estruturais na produção, no emprego e nas instituições que se estabelece na sociedade contemporânea, em um primeiro plano, com base na liberalização do comércio e da maior integração das economias à economia mundial, em um segundo plano, em cada sociedade específica, as mudanças estruturais decorrem de seus processos de reestruturação produtiva e de reterritorialização. Na dimensão do mercado de trabalho representa os processos de destruição, adaptação e redefinição das: relações de produção; processos de trabalho; formas de inserção de trabalho; relações e contratos de trabalho; e conteúdo das ocupações. Esses processos societários transformam e constroem a sociedade contemporânea, e indicam um duplo efeito: de um lado, corroem ou tornam inadequadas determinadas práticas ou instituições sociais, pelos custos diretos ou indiretos envolvidos, ou perda de sua funcionalidade ou de legitimidade política; de outro, constituem, adaptam e definem normas, procedimentos e instituições”. O processo de informalidade, segundo a autora, é uma das características da “desorganização dos mercados de trabalho”, juntamente com o aumento das taxas de desemprego. (Cacciamali, Maria Cristina. “Princípios e direitos fundamentais no Trabalho na América Latina” In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 16, no. 2, São Paulo, abril/junho, 2002).

cas e de geração de renda (refletindo uma preocupação com o espectro do ganho material, mais próximo a uma tradição de movimento sindical e cooperativo)".²⁵ A economia solidária associa a luta por trabalho e renda, na esfera econômica, à luta por direitos de cidadania, política, e desta forma, distingue-se dentre as organizações de economia popular, mas mantém-se articulada a estas, por manter bases locais e o caráter popular.

Consideramos que a presença da *dimensão política e pública* é o fator que possibilita, na dimensão econômica, a mudança da inscrição de uma experiência do plano da *reprodução simples da vida* para o da *reprodução ampliada da vida*. Isto significa a ampliação da articulação externa das experiências, seja em redes de apoio (com poder público e entidades de assessoria) ou na associação para ajuda mútua entre atores com características semelhantes. Assim, abrem-se oportunidades para a criação de ações em espaço público para o enfrentamento de problemáticas sociais coletivas, que extrapolam as fronteiras da comunidade e do bairro.

Com isso, apontamos a *dupla inscrição da economia solidária* na esfera econômica e na esfera política, pela orientação de sua ação se colocar tanto no plano do trabalho e da renda quanto no plano da vida política, do mundo comum. Nesta perspectiva, distingue-se de iniciativas fechadas que propõem uma volta ao passado e a formas tradicionais comunitárias, como também de iniciativas que pretendem cobrir lacunas do Estado e do mercado, do chamado *terceiro setor*, que como o próprio termo revela não se coloca em uma perspectiva de questionamento da organização social vigente. Além disso, pela dimensão política diferenciamos a economia solidária de organizações cooperativas formadas para precarizar postos de trabalho, burlar os encargos trabalhistas, mantendo relações subordinadas de patrão-empregado. Conhecidas como *coopergatos*, ou *falsas cooperativas*, estas organizações se caracterizam por não praticarem a autogestão, não socializarem o controle dos meios de produção de bens e serviços e nem os benefícios gerados.²⁶

As organizações de economia solidária buscam construir uma articulação específica entre as esferas econômica e política, e constituir-se, como ressaltam o autores citados, não como um setor à parte, mas como uma *"perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva"*.²⁷ Assim, a economia solidária propõe um projeto de transformação para a sociedade atual, pautado em princípios políticos, recuperados de antigas matrizes do movimento dos trabalhadores, como estudaremos no capítulo IV.

No entanto, não há apenas um projeto de economia solidária em questão. Há variadas con-

²⁵ *Idem*, p. 159.

²⁶ Ver sobre a questão, entre outros: Parra, H. "Uma experiência no fio da navalha" In: *Revista Temporões*, 1999.

²⁷ *Idem*, p. 114.

cepções, interpretações e tendências políticas, dentro do que se denomina hoje como economia solidária. Para elucidar esta questão crucial, trazemos alguns pontos de uma palestra de Thomas Coutrot, economista francês que discute o tema.²⁸

Em sua exposição, Coutrot discute duas estratégias de luta social dos trabalhadores, que se constroem atualmente frente à crise social na Europa e na América Latina. São elas: a *estratégia social-liberal* e a *estratégia radical*. A primeira tem como pressuposto a aceitação das transformações econômicas e trabalhistas atuais, e frente a isso busca acentuar a centralidade dos trabalhadores assalariados, lutando por melhorias para o trabalho formal, e delega ao Estado a responsabilidade de cuidar dos *excluídos* do sistema, juntamente com as empresas, nos termos da sua autogovernança, pelo viés da *responsabilidade social*.

Por outro lado, a *estratégia radical*, segundo o economista, tem como pressuposto a visão de que a *globalização* é uma *estratégia política de elites*, sendo por isso reversível e não uma fatalidade histórica. Assim, propõe a luta pela preservação da unidade estratégica dos trabalhadores, e defende que o movimento sindical também se preocupe com os desempregados, buscando novas estratégias. Finalmente, aponta que é necessário buscar parcerias externas, com outros movimentos sociais, para construir um equilíbrio de forças nos espaços de trabalho e na sociedade.

Diante deste quadro, Coutrot destaca que a economia solidária, especialmente na Europa, se aproxima da estratégia social-liberal, buscando aliviar a pressão social, frente às transformações econômicas atuais, que trouxeram instabilidade e insegurança. No Brasil e na América Latina, o economista enxerga além deste projeto social-liberal, também presente, um outro, o projeto da autogestão, que contesta o poder em busca de autonomia. Segundo Coutrot, os dois projetos, mesmo contraditórios, podem coexistir no movimento de economia solidária.

Sobre o projeto político da economia solidária como uma *estratégia radical*, destacamos a formulação de Paul Singer (2005), referência do movimento de economia solidária no Brasil e atual titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE): “a economia solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para uma outra sociedade, e isso nos permite formulá-la como nós desejamos”²⁹, considerando as condições históricas. Singer, com isso, destaca que a economia solidária carrega a mesma *contradição* do socialismo científico: “é uma combinação contraditória entre um projeto desejável e o esforço científico para descobrir para onde caminha a sociedade realmente existente”.³⁰

28 Palestra proferida no Departamento de Sociologia da USP, em 21 de agosto de 2006.

29 Singer, Paul. “Introdução” In: Mello, S.L. (org.) *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo : NESOL USP / ITCP USP / PW, 2005. p. 13.

30 *Idem*.

Vivenciando esta contradição, identificamos que a *inscrição na esfera da política* é a característica distintiva das experiências de economia solidária. No enfrentamento de problemáticas do *mundo comum e público*, as experiências de economia popular, organizadas sobre princípios de solidariedade, democracia, cooperação e autogestão dão vida à *economia solidária*.

Nos anos 90, inúmeras organizações econômicas populares, no campo e na cidade, se multiplicaram no Brasil e na Argentina, em contexto de crise econômica aguda. Contudo, como destacam autores, entre eles Héctor Palomino³¹ e Paul Singer, e como também constatamos nesta pesquisa, várias destas organizações não desapareceram nos períodos posteriores às crises agudas. O que pode explicar este fenômeno é justamente a dimensão política, a presença de projetos políticos de transformação social compondo a base destas organizações.

Diante da questão sobre se estaríamos presenciando a emergência de um novo tipo de movimento social, que apóia a realização dos seus objetivos políticos na elaboração de atividades econômicas, França Filho e Laville (2004) reconhecem essa possibilidade, embora ponderem que tal fenômeno é ainda muito recente, destacando que “*algumas características particulares que tem apresentado tal fenômeno, quando analisado de um ponto de vista qualitativo, sugerem tal singularidade — que nos parece diferente aqui de pretender idealizar uma realidade*”.³² Nesta pesquisa, buscamos investigar o processo de formação destes novos movimentos sociais.

Por este olhar, constatamos que os movimentos sociais de economia solidária na atualidade, com base na economia popular, como aponta Mello (2004), estão “*dando uma formulação político-econômica a formas de ação que vêm se desenvolvendo há séculos e que foram sendo criadas pela população mais pobre*”.³³ A partir deste cotidiano popular as experiências de economia solidária têm se desenvolvido no Brasil e na Argentina em contraste com um contexto de tecnificação, predominância da economia mercantil e crise da *política*, e compõe um quadro de tensões e ambigüidades, com variadas formas de organização e institucionalização, e especificidades locais, regionais e nacionais. Como veremos, além da condição periférica, as organização de economia solidária também envolvem hoje indústrias de alta tecnologia como são os casos de diversas empresas recuperadas.

Por reconhecer o papel fundamental da política na formação das experiências de economia solidária, a partir das referências teóricas e metodológicas apresentadas no capítulo I, investigamos, neste trabalho, a dimensão política de organizações populares, desenvolvidas a partir da condição de periferia, no Brasil e na Argentina. Entre tensões e ambigüidades,

31 Palomino, Héctor. “Las experiencias actuales de autogestión en Argentina: entre la informalidad y la economía social” In: *Nueva Sociedad* 184, marzo/abril, 2003.

32 *Idem*, p. 166.

33 Mello, *Op. cit.*, p.10.

estudamos a possibilidade de formação de *espaços políticos* — no sentido que discutimos a partir de Hannah Arendt — como aspecto distintivo da economia solidária, em meio às experiências de economia popular. Por esta perspectiva, estudamos o *sentido* da formação de movimentos sociais de economia solidária nestes dois países, a partir dos anos 90, e para prosseguir com este trabalho, apresentamos a seguir, um breve panorama dessas experiências, suas características gerais e organizações atuais.

3 Economia solidária no Brasil e na Argentina: um panorama geral

As organizações de economia solidária, como apontam diversos autores³⁴, surgem principalmente na década de 90, em contexto de inúmeras transformações. Em meio a novas tecnologias, a internacionalização da economia, a conseqüente precarização no *mundo do trabalho* e a revisão de paradigmas político-revolucionários, a economia solidária se torna tema de debates, pesquisas acadêmicas, políticas públicas, e principalmente, é experimentada por inúmeros trabalhadores em vários países.

Como já destacamos, há variadas denominações nas diferentes regiões e países para estas organizações coletivas e autogestionárias: economia solidária, economia social, *economia social y solidaria*, economia popular solidária, sócio-economia solidária, cooperativismo popular, etc. Embora haja uma diversidade de projetos e estratégias a partir dos quais se organizam, por compartilharem características comuns, estas organizações são reconhecidas, nesta pesquisa e por diversos autores já citados, como expressões da economia solidária.

3.1 Economia solidária no Brasil e os fóruns

No Brasil, no contexto de abertura econômica e de implantação de diversas políticas neoliberais, na década de 90, surge uma nova fase das organizações coletivas e autogestionárias no país. Como relata Singer:

“A economia solidária começou a ressurgir no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag)”.³⁵

34 Cf. Singer, *Op.cit.*, 2002; França Filho & Laville, *Op. cit.*, 2004; Coraggio, *Op. cit.*, 2002.

35 Singer, Paul. “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição” In: Singer, P. e Souza, A. (org.) *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2003. p. 25.

A fundação da ANTEAG responde a um movimento da sociedade diante da crise social: trabalhadores assumem empresas em falência, enfrentando publicamente a proposta de conduzir de forma autogestionária a *empresa sem patrão*. A partir da experiência pioneira de autogestão dos trabalhadores da empresa de calçados Makerly, de Franca, em 1991, surge a proposta de criar a associação para apoiar outros projetos autogestionários no país. Em 1994, no I Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão, a ANTEAG é formalmente criada.

Juntamente com as empresas recuperadas por trabalhadores, neste período, surgem organizações autogestionárias formadas por movimentos sociais, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e a partir do movimento de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, são criadas, em várias universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que até a atualidade trabalham na formação e acompanhamento de empreendimentos de economia solidária. Destaca-se também no período a atuação da Cáritas, entidade ligada ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que a partir dos anos 80 financia Projetos Alternativos Comunitários (PACs), em periferias metropolitanas e comunidades rurais no país, que dão base à empreendimentos coletivos. Com isso, são formadas organizações coletivas e autogestionárias em diferentes regiões, as quais dão vida à economia solidária no Brasil.

A economia solidária foi definida no *Atlas da Economia Solidária no Brasil* como “o conjunto de atividades econômicas — de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito — organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.³⁶ Este Atlas, produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), foi desenvolvido a partir dos dados do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES/MTE)³⁷, coletados por uma pesquisa de abrangência nacional sobre a economia solidária no país, desenvolvida pela SENAES/MTE, em parceria com os Fóruns de Economia Solidária e instituições envolvidas com o tema. O SIES/MTE é considerado a principal fonte integrada de informação sobre a economia solidária no país.

Até junho de 2007, por este sistema, foram contabilizados 19,1 mil empreendimentos de economia solidária no Brasil, espalhados em todos os estados, considerando as organizações que correspondessem às seguintes características:

1. coletivas e suprafamiliares;
2. formadas por trabalhadores urbanos ou rurais, que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
3. em atividade permanente, incluindo empreendimentos em processo de implantação,

36 *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, MTE/SENAES, Brasília, 2006. p.11.

37 A metodologia utilizada no SIES foi desenvolvida em parceria com os Fóruns de Economia Solidária. Para mais informações e uma parte dos dados coletados, ver: www.sies.mte.gov.br.

com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas;

4. com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal, e;

5. que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.³⁸

Quadro 1 – Dados gerais da economia solidária no Brasil 2007 - SIES/MTE:

Dados	Brasil	Estado de São Paulo
Empreendimentos mapeados	19,1 mil	807
Principais tipos de organização	- associação (54%) - grupo informal (33%)	- grupo informal (63%) - cooperativas (21%)
Empresas Recuperadas	134	22
Trabalhadores associados	1,59 milhões (em empresas recuperadas: 11,3 mil)	26 mil
Principais setores de atividade econômica	- agropecuária, extrativismo e pesca; - produção e serviços de alimentos e bebidas; - artesanato; - têxtil e confecção.	- produção agrícola e hortigranjeira; - confecção; - artesanato; - coleta e reciclagem; - alimentos e panificação; - metalurgia.
Área de atuação predominante	Rural	Urbana
Empreendimentos c/ assessoria	73,6%	89%

Fonte: SIES/MTE.

A partir dos dados do SIES/MTE, confirma-se que a grande maioria dos empreendimentos de economia solidária surgiu no país a partir da década de 90. Atualmente, estão presentes em todas as regiões do Brasil, organizados principalmente em associações, grupos informais e cooperativas.

Passando da escala nacional para a estadual, no Estado de São Paulo (foco da pesquisa de campo no Brasil) encontram-se principalmente grupos informais e cooperativas, e um menor número de associações. Neste Estado, os empreendimentos atuam predominantemente em áreas urbanas, com produção e serviços em variados setores.

Conforme o SIES/MTE, existem 1,59 milhão de trabalhadores (64% homens e 36% mulheres) associados nos empreendimentos de economia solidária no país (resultando em uma média de 83 participantes por empreendimento), e 26 mil trabalhadores no Estado de São Paulo (uma média de 32 participantes por empreendimento). Todavia, observa-se que é muito diversa a composição de associados por empreendimentos.

38 Atlas da Economia Solidária no Brasil, MTE/SENAES, Brasília, 2006.p.13.

Dentro desta diversidade, destacamos, por exemplo, que em empreendimentos de pequeno porte e capital, com menos de 10 sócios, (característica freqüente dos empreendimentos das periferias metropolitanas) é predominante a presença das mulheres. Em contrapartida, nas 134 empresas recuperadas do país, que formam as organizações de maior porte e remuneração média da economia solidária (o dobro da remuneração média geral dos empreendimentos), 70% dos trabalhadores são homens. Com este dado, podemos enxergar as dificuldades de se alterar a condição precária de inserção da mulher no mundo do trabalho e questionar sobre o papel das organizações de economia solidária no enfrentamento desta questão.³⁹

No quadro nacional, acrescenta-se que dentre os empreendimentos que informaram a remuneração dos sócios (60%), grande parte (76%) tem remuneração de até 1 salário mínimo. O dado aponta a fragilidade econômica destas organizações, contudo, deve ser analisado levando-se em consideração que uma das principais motivações apontadas na pesquisa para a formação de empreendimentos é a complementação de renda dos associados (outros motivos indicados: uma alternativa ao desemprego, obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, desenvolver uma atividade onde todos são os donos e ser esta uma condição para obtenção de crédito e financiamento). Entre os principais problemas enfrentados destacam-se a dificuldade na comercialização, no acesso a crédito e na obtenção de apoio e assistência técnica.

Junto a estes dados gerais, destacamos alguns aspectos relacionados à gestão coletiva, às relações de intercooperação e às articulações externas dos empreendimentos. Sobre a gestão coletiva, os dados do SIES/MTE informam que há uma alta periodicidade de assembléias e reuniões na maioria dos empreendimentos e empresas (na escala nacional, 79% fazem assembléias em períodos de até 3 meses) e que é freqüente a participação dos sócios nas decisões cotidianas, na eleição da diretoria e na prestação de contas, com acesso a registros e informações. Todavia, uma pequena parcela dos empreendimentos pratica intercooperação (37%, no âmbito nacional e cerca de 25%, no estadual) e relata a aquisição de insumos ou a comercialização de produtos ou serviços com outros empreendimentos de economia solidária.

Outro aspecto interessante para a nossa pesquisa diz respeito às articulações políticas dos empreendimentos de economia solidária: em torno de 60% dos empreendimentos no país e no Estado de São Paulo relatam a participação em redes, fóruns, movimentos sociais e populares, ou em ações sociais e comunitárias. Estes dados compõem um quadro heterogêneo e ambíguo, mas aponta também indícios de organização política e da formação de movimentos sociais.

39 A questão de gênero nas experiências de economia solidária merece estudos mais aprofundados, que ultrapassem os objetivos desta pesquisa. Buscou-se aqui apenas introduzir o debate, que se refere a muitas organizações da economia solidária, em especial àquelas formadas nas periferias metropolitanas, como São Paulo e Buenos Aires.

Além dos empreendimentos, foram mapeadas no Brasil 1.120 Entidades de Apoio e Fomento à economia solidária (EAFs). Estas têm como objetivo a formação, articulação, mobilização, financiamento, assistência técnica e gerencial, desenvolvimento de pesquisa, incubação de empreendimentos, etc. Constatou-se que grande parte destas entidades são associações, fundações privadas ou OSCIPs (organização da sociedade civil de interesse público), havendo também entidades organizadas junto a sindicatos, universidades, igrejas e instituições governamentais.⁴⁰

Nas universidades brasileiras, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), já citadas, que atuam como projetos, programas ou órgãos de extensão das universidades, com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de empreendimentos coletivos e autogestionários, criados por grupos de desempregados ou pessoas que vivenciem situação de trabalho precarizado. As diversas ITCPs, espalhadas pelo país, trabalham e estruturam-se de formas variadas, na maior parte com base na interdisciplinaridade e nos princípios pedagógicos da educação popular, criando parcerias com organizações da sociedade civil e com o poder público, contribuindo para a formação de estudantes, o desenvolvimento de pesquisas e de políticas públicas de formação de trabalhadores e de geração de trabalho e renda.⁴¹

Ao lado do conjunto de entidades de apoio e fomento a empreendimentos de economia solidária, há também ligas e uniões de empreendimentos, como a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), e instituições vinculadas a sindicatos, que transformam suas próprias organizações, voltando-as também à luta pela garantia do trabalho e da renda de cooperados, como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) e a UNISOL BRASIL (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil), criadas em 2000.

Há anos outros movimentos sociais, como o de moradia, de saúde, de catadores, de mulheres, entre outros, fomentam a criação de empreendimentos coletivos e autogestionários, constituindo importantes parceiros na formação dos movimentos de economia solidária. Além disso, desde 1992, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) mantém um curso técnico de cooperativismo, no Rio Grande do Sul.

A partir das informações do SIES, dos estudos consultados⁴² e dos dados da pesquisa de campo em São Paulo, apresentamos um quadro das organizações da economia solidária presentes no Brasil na atualidade.

40 *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília, MTE / SENAES, 2006.

41 Existem ITCPs espalhadas em diversas universidades no país. Atualmente, 32 incubadoras fazem parte do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), reativado pela SENAES/MTE (USP-SP, FGV-SP, UNICAMP-SP, UFSCAR-SP, UNIMEP-SP, UFRJ-RJ, PUC-RJ, UFSJ-MG, UFJF-MG, UFV-MG, UFF-RJ, UNEB-BA, CEFET-BA, UFRPE-PE, UFAL-AL, UFS-SE, UFC-CE, UFRN-RN, UFPB-PB, UNIJUI-RS, FURB-SC, UEL-PR, UEM-PR, UFPR-PR, UNICHAPE-CÓ-SC, FURG-RS, UNISINOS-RS, UCPEL-RS, UFAM-AM, UFPA-PA, UNB-DF e UNEMAT-MT). Fonte: www.acompanhamentoproninc.org.br

42 Apontados na bibliografia da pesquisa.

Quadro 2 – Panorama das organizações de economia solidária no Brasil:

	Tipos de organização	Características e atividades	Experiências mapeadas em São Paulo
1	Cooperativas de trabalho	Cooperativas de produção ou serviço, criadas por setores populares, da classe média e profissionais liberais, para gerar trabalho e renda de forma cooperativa e autogestionária, em diversas áreas.	Cooperativa Monte Sinai
			Cooperativa Alpha.com
			Cooperbrilha
			Cooperativa Verso
2	Empresa de autogestão	Organizações de ex-empregados, que assumem a empresa em processo falimentar na qual trabalhavam, buscando manter os postos de trabalho, formando cooperativas industriais em diversos setores, como: mineração, metalurgia, têxtil, produção agrícola, fabricação de móveis, produção de artigos de couro, etc.	Uniforja
			Cofaz
3	Empreendimentos informais	Empreendimentos populares autogestionários, informais e com baixo capital, de produção ou serviço, criados por trabalhadores das camadas mais pobres, como alternativa ao desemprego, para gerar trabalho e renda de forma coletiva, por iniciativa própria da comunidade ou pela participação em programas de políticas públicas.	Vida em Ação
			Lanche Ecológico
			E.A. Produtos Ecológicos
4	Clubes e feiras de trocas	Organizações de produtores individuais, familiares e empreendimentos coletivos, que objetiva dar acesso a produtos e serviços pela troca, em contexto de escassez de dinheiro, através do uso de <i>moeda social</i> . São também uma estratégia pedagógica para formação de empreendimentos.	Clube de Trocas Jd. Ângela
5	Clubes de compras e organizações de consumo coletivo	Organizações de indivíduo, famílias e empreendimentos para comprar coletivamente produtos e insumos, atingindo maior escala, barateando os produtos e buscando comprar direto dos produtores.	Clube de compras da Paróquia Sto. Antônio
6	Redes de intercooperação	Redes locais ou setoriais de intercooperação de empreendimentos para comercialização, fortalecimento político, articulações e elaboração de projetos conjuntos de apoio aos empreendimentos.	Rede de Autogestão ANTEAG
			Rede Zona Sul ITCF USP
7	Programas e Projetos de Universidades	Programas e projetos que desenvolvem, através de atividades de extensão universitária: incubação de empreendimentos, assessoria, formação de trabalhadores, pesquisas, parcerias na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, nos quais participam professores, estudantes, pesquisadores e funcionários.	ITCF USP
			ITCF FGV
			NESOL USP
8	Associações civis ou entidades de assessoria	Organizações que dão formação, apoio, fomento e assessoria a empreendimentos, financiam projetos, cedem espaço para produção, etc.	Cáritas
			CEEP
			Instituto Paulo Freire
			CIEJA
9	Entidades de representação	União de empreendimentos e empresas autogestionárias, em alguns casos vinculadas à sindicatos, para intercooperação, representação e assessoria por meio de projetos e políticas públicas de capacitação e crédito.	ANTEAG
			UNISOL
10	Fóruns	Organizações nas quais participam representantes de empreendimentos e empresas, entidades de assessoria e universitárias, poder público, frente parlamentar e outros movimentos sociais, que atuam na mobilização, articulação e organização política dos atores do movimento de economia solidária no Brasil, no desenvolvimento de ações conjuntas e na reivindicação e construção de políticas públicas.	Fórum Municipal de Economia Solidária
			Fórum Paulista de Economia Solidária
			Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
11	Órgãos do poder público	Programas e políticas de crédito, formação, assessoria, capacitação e qualificação, formação de agentes locais, mapeamento de experiências, etc.	SDTS/PMSP (2001-2004)
			SDTI/PMO (desde 2005)
			CIEJA/PMSP
			SRTE-SP
			SENAES/MTE (desde 2003)
12	Frente parlamentar	Articulações políticas no legislativo pela economia solidária para a criação e acompanhamento de projetos de lei.	Frente Parlamentar da Assembléia Legislativa de São Paulo
13	Instituições de microcrédito e bancos solidários	Instituições de crédito e microcrédito produtivo e orientado para empreendedores individuais e empreendimentos coletivos, formais e informais, em parceria com o poder público, organizações internacionais ou sindicatos, que por vezes atuam através de agentes de crédito, moedas sociais e utilizam o <i>mecanismo da aval solidário</i> , onde diferentes pessoas de uma comunidade se responsabilizam mutuamente pelo crédito concedido a cada uma delas.	São Paulo Confia
			Banco de Trocas Solidárias - BTS
14	Redes de comércio e consumo solidário	Redes de organizações não-governamentais, governamentais, empresas, empreendimentos de economia solidária, que atuam para o desenvolvimento de relações comerciais e de consumo pautadas em princípios éticos e solidários.	FACES do Brasil
15	Movimentos sociais parceiros	Outros movimentos sociais que fomentam cooperativas e empreendimentos autogestionários para geração de trabalho e renda.	MST, MTST, MTD, Mov. Catadores

Estas organizações começaram a ganhar identidade política, com a formação de um movimento social, no I Fórum Social Mundial, em 2001, quando se estabeleceu a necessidade de organizar Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), nos quais hoje participam empreendimentos, entidades de assessoria, outros movimentos sociais e representantes do poder público. A partir das reivindicações deste movimento, foi criada a já citada Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), em 2003, que atualmente desenvolve políticas públicas de apoio à economia solidária, como o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, que inclui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES/MTE). Juntamente com a SENAES/MTE, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), como um órgão consultivo e deliberativo de interlocução entre setores do governo e da sociedade civil (empreendimentos de economia solidária e entidades de assessoria), de proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária.

1. Fórum Social Mundial,
Porto Alegre, 2003.

2. *Idem*

3. *Idem*

No âmbito municipal, há algumas experiências de políticas públicas de fomento à economia solidária, em Porto Alegre, Recife, Fortaleza, São Paulo, Guarulhos, Santo André, Osasco, entre outras. Com diferentes desenhos, muitas vezes envolvem a formação e capacitação, através de parcerias com entidades de assessoria e escolas profissionalizantes, e programas de microcrédito. Em São Paulo, na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), foi criado o Programa Oportunidade Solidária na Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS/PMSP), que atuou em parceria com organizações da sociedade civil e universidades, na formação de empreendimentos de economia solidária nos bairros periféricos do Município, articulado a programas de redistribuição de renda (Começar de Novo, Bolsa Trabalho, Renda Mínima, etc.).⁴³

Na periferia metropolitana de São Paulo, foco da abordagem em escala local desta pesquisa no Brasil, constata-se que grande parte das experiências de economia solidária surge por meio de projetos e programas do poder público, de universidades e de ONGs. São principalmente grupos informais, cooperativas populares, redes locais, clubes de trocas⁴⁴, clubes de compras, cooperativas criadas a partir de massas falidas e, mais recentemente, Centros de referência de economia solidária. A articulação política entre empreendimentos autogestionários, entidades de apoio e outros atores envolvidos ocorre hoje nos Fóruns Municipais de Economia Solidária, vinculados ao Fórum Paulista, e este ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Durante 2006, foram realizadas conferências estaduais e a I Conferências Nacional de Economia Solidária (CONAES)⁴⁵, com o objetivo de ser um espaço de consulta à sociedade, como parte de um processo de construção de um sistema nacional de políticas de Estado para a economia solidária, pautado em um marco legal apropriado e em mecanismos de controle e participação social.

A I Conferência Estadual de Economia Solidária de São Paulo ocorreu em Osasco, em 02 e 03 de junho de 2006, integrada ao processo de mobilização para a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), convocada pelos Ministérios de Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Social (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), com

43 Para uma análise do Programa, ver: Parra, Henrique. “O escorpião, o sapo e a economia contra a política” In: *Anais do IV Encontro de Economia Solidária –NESOL USP*, 2006.

44 Os clubes de trocas, no Brasil, ou trueques, na Argentina, são uma estratégia de articulação de demandas e ofertas de produtos e serviços em um cenário no qual há uma grande escassez de moeda oficial. Este tipo de organização teve um papel muito importante nos anos de crise aguda na Argentina, e ficaram conhecidos internacionalmente. No Brasil, surgem principalmente nas periferias metropolitanas, como as de São Paulo, também com o objetivo de ser um instrumento pedagógico para a formação de novos empreendimentos e dos próprios trabalhadores, baseada nos princípios da autogestão, igualdade, democracia e solidariedade. Há diversos estudos sobre o tema, entre eles: Hintze, Suzana (org.) *Trueque y Economia Solidária*. PNUD/UNGS/Prometeo, 2003. Disponível em: <http://www.eumed.net>

45 Informações sobre a SENAES, o SIES, o CNES e os CONAES: www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/

apoio de outros Ministérios e Órgãos Federais.⁴⁶ A I CONAES ocorreu em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, com a participação de 1.000 delegados, eleitos nas conferências estaduais.

As conferências de economia solidária, como relatou uma participante, são “espaços privilegiados para se enxergar o movimento de economia solidária”.⁴⁷ Os diferentes segmentos que participam da economia solidária estão reunidos, tornando possível conhecer importantes características das suas relações e atuações. Nestes eventos, observando alguns depoimentos, percebemos alguns aspectos da fragilidade do movimento de economia solidária no Brasil na atualidade, que se referem à falta de formação política dos participantes, que não reconhecem, por exemplo, distinções entre o espaço das Conferências e dos Fóruns, entre o papel do movimento, das entidades de assessoria e do poder público.

No documento base da I Conferência Nacional de Economia Solidária no Brasil, em junho de 2006, chamado *Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento*, logo na sua apresentação, encontramos referências à recente constituição de um movimento de economia solidária no Brasil. No texto, destaca-se a seguinte colocação: “ao afirmar que ‘Outra Economia Acontece’, esse movimento nascente, diversificado e heterogêneo busca sua identidade e unidade naquilo que pode ser considerado tão antigo e ao mesmo tempo tão ‘inovador’: as formas com que os povos, desde seus primórdios, vão criando soluções para o enfrentamento de sua sobrevivência e de seu desenvolvimento, através de relações solidárias”.⁴⁸

No panorama geral das organizações de economia solidária no Brasil, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é a principal manifestação atual da organização política do movimento de economia solidária no país, e compreende hoje um conjunto amplo de experiências. Este fórum articula nacionalmente fóruns municipais, regionais e estaduais de economia solidária, formados por representantes de empreendimentos, entidades de assessoria, poder público e outros movimentos sociais, que estão presentes hoje em 23 estados brasileiros.⁴⁹

46 Economia Solidária: como estratégia e política de desenvolvimento - “Documentos” da I Conferência Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2006.

47 Depoimentos colhidos em conversas informais durante o evento, em 02/06/06.

48 Documentos da I Conferência Nacional de Economia Solidária, MTE / SENAES, 2006. Esse evento, ocorrido em Brasília, nos dias 26 a 29 de junho de 2006, foi convocado pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Desenvolvimento Social (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio de outros Ministérios e Órgãos Federais, e articulou-se a diversas Conferências Estaduais de Economia Solidária, com a participação de representantes, além do poder público, de empreendimentos de Economia Solidária, organizações de fomento, universidades e movimentos sociais.

49 No Brasil, segundo documento do FBES intitulado “Fóruns Estaduais”, atualizado em junho de 2005, os “Fóruns Estaduais de Economia Solidária estão organizados nos estados de: AM, SC, PR, RS, SP, RJ, ES, MG, DF, GO, CE, AC, PA, PB, RO, BA, RN, SE, MT, MA, PI, PE, AL. Já os estados do TO, AP, RR e MS estão, por sua vez, se articulando para formalizar seus fóruns”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: 19/outubro/2006.

Em entrevista, em maio de 2007, o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, destacou que embora haja movimentos de economia solidária em diversos países, o Brasil é pioneiro na criação de um Fórum reunindo todos os segmentos envolvidos, para a discussão de propostas para a consolidação e crescimento do processo, e acrescentou que a existência desse Fórum é essencial para a continuidade do movimento no Brasil.⁵⁰

O FBES foi criado na III Plenária Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília, de 27 a 29 de junho de 2003. Segundo um documento sobre seu histórico, *“com mais de 800 representantes, delegados de 18 plenárias estaduais, a III Plenária Nacional cria o FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária)”*.⁵¹ Nesta plenária também foram definidos a composição e o funcionamento do Fórum.

São princípios gerais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), de acordo com sua Carta de Princípios: *“1) a valorização social do trabalho humano, 2) a satisfação plena das necessidades de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, 3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, 4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e 5) os valores da cooperação e da solidariedade”*.⁵²

O FBES é formado basicamente pela articulação entre três segmentos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. Organiza-se em: 1) Coordenação Nacional; 2) Coordenação Executiva; 3) Secretaria Executiva; e 4) Grupos de Trabalhos Temáticos. Sua Coordenação Nacional tem a função de deliberar sobre suas diretrizes políticas, operacionais e administrativas⁵³, e se reúne ordinariamente duas vezes ao ano. Ela é composta por representantes de Entidades e Redes Nacionais de Fomento à economia

50 Entrevista divulgada pela assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego, em 09/05/07.

51 “Histórico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.

52 “Carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.

53 As atribuições da Coordenação Nacional, segundo documentos do Fórum, são: “1) deliberar em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES; 2) contribuir para a formulação de políticas e estratégias de fortalecimento do Movimento de Economia Solidária; 3) deliberar sobre o ingresso e permanência dos membros da Coordenação Nacional (tanto representantes de Fóruns Estaduais quanto de entidades e redes nacionais de assessoria), segundo critérios estabelecidos pelo FBES; 4) orientar, direcionar e, se preciso, redirecionar as ações da Secretaria Executiva e do Conselho Interlocutor, no período entre suas reuniões semestrais; 5) criar ou extinguir Grupos de Trabalho Temáticos, com composição, objetivos e prazos adequados às tarefas demandadas”.

solidária⁵⁴ e por três representantes eleitos nos Estados (2 de empreendimentos e 1 de entidade de assessoria ou poder público), o que soma, atualmente, 97 membros.⁵⁵

Além da Coordenação Nacional, há uma Coordenação Executiva, com 13 membros (7 representantes de empreendimentos das diferentes regiões do país, 5 das Entidades e Redes Nacionais, e 1 da Rede de Gestores Públicos). A Coordenação Executiva tem como atributos: a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e com o governo federal e o acompanhamento da Secretaria Executiva do FBES, responsável pela comunicação entre instâncias e operacionalização de reuniões e eventos. Além disso, os Grupos de Trabalho (GTs) são temporários, formados conforme a necessidade de ações específicas do FBES e, segundo os dados coletados, em 2006, eram de: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo Solidário.

No âmbito estadual, a primeira Plenária de constituição do Fórum Paulista de Economia Solidária (FPES), ocorreu em Campinas, em junho de 2003, parte do movimento de mobilização nacional que precedeu a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ocorrido logo em seguida naquele ano. A II Plenária do FPES, em julho de 2004, ocorreu em Santo André, e a III Plenária, em agosto de 2005, em Cajamar. Nesta última, foram eleitos para a sua coordenação geral 50 representantes de diferentes regiões do estado (30 de empreendimentos, 8 de entidades de assessoria, 6 gestores públicos, 2 parlamentares e 4 de outros movimentos sociais)⁵⁶, com o intuito de descentralizar a atuação do Fórum. Todavia, esta coordenação ampliada não se viabilizou, tendo sido substituída por uma Comissão Executiva, que atualmente coordena o FPES. De acordo com seus documentos, o FPES se organiza a partir das diretrizes do FBES e, tal como nos demais Estados, está hoje discutindo a reestruturação dos Fóruns de Economia Solidária no Brasil.

Alguns aspectos do debate atual presente nos Fóruns apontam questões sobre a organização política da economia solidária no país. Como declara um representante de entidade

54 Atualmente, integram o FBES 16 entidades e redes nacionais: ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão), ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário), Cáritas Brasileira, Rede ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), Rede Unitrabalho, Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul), FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária), ABCRED (Associação de Instituições de Micro-Crédito), Instituto Marista de Solidariedade, UNISOL Brasil, CONCRAB/MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e UNICAFES (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Estas entidades e redes têm atuações em diferentes dimensões, tais como a ação territorial (aquelas que desenvolvem projetos e ações em estados, regiões e municípios), a reflexão e pesquisa (as que realizam pesquisas e reflexões de conjuntura nacional e internacional sobre economia solidária), e ação internacional (atuando em redes internacionais de economia solidária e comércio justo).

55 "Funcionamento e organização". Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006

56 *Relatório da III Plenária Paulista de Economia Solidária*, 2005.

de assessoria: “não há uma visão definida e consensual sobre os Fóruns”, ou seja, há diversos pontos de conflito e indefinição. Em meio ao debate, destacamos definições do Fórum, construídas em reuniões do FPES: “o Fórum é um espaço político, local, regional e nacional da economia solidária, de articulação, discussão, deliberação, reivindicação, planejamento e execução de ações, de acordo com as diretrizes do Fórum Brasileiro, voltadas para a proposição de políticas públicas para a economia solidária, envolvendo os três segmentos (empreendimentos, entidades de assessoria e governo), que trabalham pela economia solidária no país”.⁵⁷ Há também definições que destacam principalmente o papel do Fórum na representação do movimento de economia solidária no Brasil.

Neste debate, alguns participantes, em conversas e comentários em reuniões, destacam a dificuldade do Fórum de se constituir como um espaço democrático. Em suas avaliações críticas apontam problemas relacionados à centralização, falta de abertura a novos participantes, concentração de informação, baixa participação dos empreendimentos em suas reuniões, agenda de ações pautadas por demandas externas, principalmente do poder público e também à indefinição dos papéis dos diferentes segmentos que o compõem. Diante destes problemas, apontam a necessidade de fortalecimento, mobilização e articulação do movimento de economia solidária e de formação política dos seus participantes, como já foi destacado com relação às Conferências.

Os Fóruns, Conferências e Conselhos refletem características dos processos políticos da sociedade brasileira, são espaços de disputas e de consensos, e sua dinâmica e funcionamento podem contribuir para desenvolver e ampliar o processo histórico de democratização. Alguns depoimentos de participantes do Fórum, colhidos na pesquisa de campo⁵⁸, destacam que para contrapor a forma predominante no Brasil de implementar processos políticos “de cima para baixo”, é importante a valorização das articulações de *base* entre os trabalhadores, das Redes, das experiências de intercâmbio e intercooperação, de formação dos trabalhadores, para eles mesmos se apropriarem dos espaços políticos do movimento. Compondo um movimento de regionalização do Fórum, no sentido de enraizamento nas localidades, que articule espaços institucionais e não institucionais do movimento.

Com o exposto, apresentamos um panorama do movimento de economia solidária no Brasil, que se organiza, na atualidade, com variadas configurações nas diversas regiões do país, em Fóruns de Economia Solidária. Em contextos políticos diversos, estes Fóruns se desenvolvem com casos de maior ou menor envolvimento dos empreendimentos, mas de modo geral se caracterizando pela atuação das entidades de assessoria e do poder público, e apresentando como um dos seus maiores desafios atuais o envolvimento e protagonismo efetivos dos empreendimentos econômicos solidários.

57 Reunião do FPES, em São Paulo, em 2007.

58 *Idem*.

3.2 Economia Social na Argentina e os movimentos

1. Asamblea de San Telmo, Buenos Aires, 2006.
2. Manifestação sociais, Buenos Aires, 2007.
3. Manifestação da Asociación Madres de Plaza de Mayo, Buenos Aires, 2007.

“Un día nos acostamos siendo trabajadores y nos levantamos una mañana siendo desocupados, y nos levantamos a la mañana siguiente siendo trabajadores pero además teniendo que hacernos cargo de la gestión empresarial (...) Entonces, no es fácil, nosotros no venimos de la teoría a la práctica, aquí nadie se propuso en una mesa de discusión estratégica ‘hagamos la cooperativa’; en realidad surgimos de la práctica y bueno, estamos tratando de armar la teoría entre todos, lo cual es un camino difícil, que requiere de mucha discusión y de mucha paciencia”.

José Abelli, vice-presidente do MNER.⁵⁹

Na Argentina, em período praticamente simultâneo ao Brasil, nos anos 90, diante da crise social, surgem organizações coletivas e autogestionárias de trabalhadores, e esse processo toma impulso principalmente a partir de 2001. Entre as experiências, o *movimento de recuperação de empresas* agrupa trabalhadores que “tomam” as fábricas em crise na qual trabalhavam. Trabalhadores desempregados, de classes populares e médias, a partir das *Asambleas Barriales*, se organizam, criando feiras de *trueques*, clubes de compras coletivas e empreendimentos de produção e serviços. Juntamente com isso, surgem movimentos *piqueteros*, que além das manifestações e protestos, criam iniciativas de produção e distribuição coletivas e autogestionárias.

59 Loreto, M. di. García, I. e Rofman, A. *Autogestion De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansion Para Enfrentar El Desempleo Urbano: El Caso Argentino*. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Asociado al CONICET, Buenos Aires, diciembre, 2003.

Diversos artigos acadêmicos e na imprensa, nos últimos anos, têm destacado a formação na Argentina de movimentos sociais que trabalham pelo desenvolvimento de empreendimentos autogestionários. Héctor Palomino, professor da *Universidad de Buenos Aires*, relata: “un rasgo común de los nuevos movimientos sociales en Argentina es el impulso que brindan al desarrollo de emprendimientos autogestionados. Estos configuran la acción de los trabajadores de empresas recuperadas, constituyen un eje de implantación territorial de varios movimientos ‘piqueteros’, orientan la construcción social de numerosas asambleas barriales. Inicialmente concebidos como una respuesta espontánea a la crisis, esos emprendimientos autogestionados sostienen hoy la utopía de un desarrollo económico alternativo al del mercado capitalista. Allí reside la diferencia de esta nueva economía social con la promovida en los años 90”.⁶⁰

Atualmente, existem no país milhares de empreendimentos, cooperativas e associações mútuas, denominadas *economía social*, *economía social y solidaria*, cooperativismo popular, etc. Para construir uma caracterização destas experiências na Argentina, utilizamos artigos de pesquisadores, dados do *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social* do *Ministerio de Desarrollo Social* (INAES/MDS), o “Guía 2005 de Empresas e Fábricas Recuperadas” do *Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social* (MTEySS), informações de relatos e entrevistas.

Quadro 3 – Dados gerais da economia social na Argentina 2007 – INAES:

Dados	Argentina	Capital Federal e Provincia de Buenos Aires
Cooperativas	21.960	8.353
Mutuais	7.401	3.493
Total de Empreendimentos	29.361	11.846
Principal tipo de organização	- cooperativas (74,6%)	- cooperativas (70,3%)
Empresas Recuperadas	160 a 180*	80%
Trabalhadores associados	- em empresas recuperadas: 10 a 12 mil (em média 60 por empresa). - não encontramos dados sobre os outros empreendimentos.	sem informação
Setores de atuação	- cooperativas de trabalho, habitação, agropecuária, provisão, serviços públicos, crédito, consumo, etc. - principais atividades das empresas recuperadas: metalurgia, frigoríficos, aparatos elétricos, gráfica, transporte, alimentação, têxtil, vidro, móveis, saúde, educação, hotelaria, etc.	sem informação
Área de atuação predominante	urbana	urbana
Empreendimentos c/ assessoria	sem informação	sem informação

Fonte: INAES/MDS⁶¹, Guía 2005 de empresas y fábricas recuperadas – MTEySS e 2º. Informe do Relevamiento de Empresas Recuperadas 2004 – Facultad Abierta / UBA⁶².

*O número de empresas recuperadas varia conforme a fonte.

60 Palomino, *Op. cit.*, p.3.

61 Fonte: INAES, junho de 2007. Disponível em: www.inaes.gov.ar.

62 “Las empresas recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta (SEUBE- Facultad de Filosofía y Letras-UBA)”. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar> Acesso em: junho / 2007.

Não encontramos dados sobre os empreendimentos informais de *economia social* na Argentina, e não há um sistema integrado de informação das experiências como o SIES/SENAES no Brasil. É possível supor que o número de empreendimentos informais na Argentina seja menor que o do Brasil, uma vez que, segundo informações do INAES e relato dos trabalhadores, é mais fácil formalizar um empreendimento na Argentina, inclusive pelo número mínimo exigido de integrantes em uma cooperativa: 10 ou 6 (nos casos de cooperativas de abastecimento, de serviços rurais e de trabalho). Conforme os dados encontrados, as principais cooperativas encontradas no país são de trabalho, serviço público, habitação, consumo, crédito, seguros, agropecuária, etc.

Em Buenos Aires, escala local da pesquisa, encontra-se a maior parte das experiências: na capital federal são 2.715 cooperativas e 1.493 mutuais, e na província, 5.573 cooperativas e 2.000 mutuais. Entre as cooperativas localizadas na capital e província de Buenos Aires, a grande maioria (75%) é formada de cooperativas de trabalho e de habitação, como confirma a pesquisa de campo, que analisaremos no capítulo V.

As cooperativas, incluindo as empresas recuperadas, e as mutuais argentinas organizam-se a partir de valores e princípios, destacados pelo INAES, de: *“ayuda mutua, responsabilidad, democracia, igualdad, equidad, solidaridad, honestidad, transparencia, responsabilidad social, preocupacion por los demás”*.

O instituto define a cooperativa como *“una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente controladas”*.⁶³ E destaca que *“es una empresa que se posee en conjunto y se controla democráticamente”*, que segue os princípios cooperativos: *“1 - membresia abierta y voluntaria; 2 - control democratico de los miembros; 3 - participacion economica de los socios; 4 - autonomia e independencia; 5 - educacion, entrenamiento e informacion; 6 - cooperacion entre cooperativas; e 7 - compromiso con la comunidad”*.⁶⁴

As mutuais são definidas, pelo INAES, como associações *“constituidas libremente sin fines de lucro por personas inspiradas en la solidaridad, con el objeto de brindarse ayuda recíproca frente a riesgos eventuales o de concurrir a su bienestar material y espiritual, mediante una contribución periódica”*.⁶⁵ As associações mutuais têm como objetivo responder a necessidades dos associados, desenvolvendo atividade de transporte coletivo, assistência médica, promoção cultural, educativa, esportiva, etc. Nas mutuais e também nas cooperativas, as decisões são tomadas em assembléias.

63 Definição INAES, a partir *“da Alianza Cooperativa Internacional, en su Declaración sobre Identidad y Principios Cooperativos, adoptados en Manchester en 1.995”*.

64 Fonte: INAES

65 Artigo 2º. da Lei nº 20.321, Buenos Aires, 27/4/73 (*Ley Organica para Las Asociaciones Mutuales*).

Apontamos a seguir alguns aspectos gerais das organizações de economia solidária, principalmente das empresas recuperadas, das quais obtivemos mais informações. Uma parte significativa das características das empresas recuperadas é também encontrada nos demais segmentos da *economia social* na Argentina na atualidade.

Uma característica principal destas organizações, destacada pelos diversos autores, é a autogestão. Em uma pesquisa sobre as empresas recuperadas, coordenada por Gabriel Fajn⁶⁶, da *Universidad de Buenos Aires*, em 2003, a autogestão é identificada pelos trabalhadores das empresas recuperadas na distribuição igualitária do trabalho e dos benefícios gerados (em cerca de 60% as *retiradas*⁶⁷ são iguais). Além disso, autogestão também é identificada pela igualdade na tomada de decisões, em mecanismo formais e informais, dificilmente capitados por pesquisas quantitativas.

Esta igualdade, segundo a pesquisa citada, é encontrada principalmente nos casos em que foram vivenciados conflitos intensos e lutas sociais, como acampamentos na porta e a *ocupação* das empresas, o que pode significar a construção de novas relações entre trabalhadores. Mas isso deve ser ponderado no contexto de crise das empresas, inclusive da saída de trabalhadores mais qualificados, pois de acordo com a pesquisa citada, mais da metade das empresas foram recuperadas apenas pelos seus trabalhadores manuais. Com isso, a repartição igualitária das *retiradas* é um dado importante da experiência argentina, que alguns autores relacionam ao contexto de desemprego agudo e outros à dimensão política mais destacadas nas experiências. Não encontramos uma pesquisa mais recente que investigue a situação geral da remuneração nas empresas no contexto de recuperação atual da economia argentina, contudo, de acordo com a informação obtida, inclusive na pesquisa de campo, esta é ainda uma característica das experiências argentinas.

Entre os principais problemas destacados nos estudos sobre as empresas recuperadas, estão os problemas legais de propriedade da fábrica, de abastecimento de matéria-prima, de falta de capital de giro, as dificuldades de comercialização dos produtos, a dificuldade técnica com maquinário obsoleto das empresas recuperadas, o financiamento precário e o difícil acesso a crédito. Com exceção dos problemas que se referem à recuperação da empresa, como o maquinário obsoleto e os problemas legais, os demais também são encontrados nos outros tipos de empreendimentos.

Outro aspecto destacado por pesquisadores, como Raúl Zibechi⁶⁸, é a estreita relação entre os trabalhadores de empresas recuperadas, vizinhos organizados em *Asambleas Barriales* y *movimientos piqueteros*. Juntamente com isso, é bastante freqüente a criação de Centros

66 Fajn, Gabriel. *Fábricas y empresas recuperadas*. Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación, 2003. Esta pesquisa, segundo as informações encontradas, envolveu 87 empresas recuperadas.

67 Denominação usada para a remuneração dos cooperados. Não existe salário, pois não há relação de assalariamento, característica do vínculo de trabalho entre patrão e empregado.

68 Zibechi, Raúl. "Fábricas recuperadas: de la sobrevivencia a la economía solidaria". In: *Serie Acción Cuidada en las Américas*, no. 12, Julio de 2004. Disponível em: www.ircamericas.org. Acesso: janeiro/2007.

Culturais em empresas recuperadas, cooperativas e mutuais, e a organização de *Comedores Populares*, entre outras atividades educacionais, culturais e de apoio às comunidades dos bairros e a outras cooperativas e mutuais.

Conforme estudos e relatos, os empreendimentos também têm articulações com entidades de assessoria e universidades.⁶⁹ Existe na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), o *Programa de Extensión Universitaria Facultad Abierta*, que tem desenvolvido atividades de apoio, assessoria e pesquisa, e criou um *Centro de Documentación em Empresas Recuperadas y Economía Solidaria*, em 2004, com sede na Cooperativa Chilavert. Há também atividades de apoio e pesquisa na *Universidad Nacional General Sarmiento* (UNGS), cursos de formação política na *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo* (UPMPM) e parcerias pontuais com outras instituições universitárias, cursos de formação de cooperados, congressos e seminários sobre o tema. Verificamos que a atuação relacionada à *economía social* existente em universidades na Argentina tem foco maior nas empresas recuperadas, em contraposição, nas brasileiras, com as ITCPs há mais atividades com empreendimentos populares.

Há também institutos e associações civis de fomento e apoio a empreendimentos autogestionários, como o *Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos* (IMFC)⁷⁰, fundado em 1958, que atua na difusão do cooperativismo, na representação das cooperativas associadas e no apoio à criação de novas cooperativas, a *Asociación Recuperando el Trabajo*, formada em 2005, que atua na formação e articulação política, para capacitação e financiamento, e o Instituto de Economía Social, recém criado pela Mutual Primavera, para formação e intercâmbio de experiências.

No âmbito do poder público, a partir de 2003, foi criado no *Ministerio de Desarrollo Social y Medio Ambiente* (MDS), o “*Plan de Desarrollo Local y Economía Social: Manos a la Obra*”, que dá apoio econômico e financeiro (em forma de subsídio ou crédito), assistência técnica e capacitação a empreendimentos produtivos comunitários.⁷¹ Além disso, o *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social* (INAES), é o órgão descentralizado com dependência do MDS, de promoção, desenvolvimento e regulação das cooperativas e mutuais do país. O INAES tem como objetivo: “*fomentar o desenvolvimento, educação e promoção da ação cooperativa e mutual, apoiar em assistência técnica financeira e econômica a entidades, elaborar políticas, objetivos e ações relacionadas ao desenvolvimento e consolidação de cooperativas e mutuais*”.⁷² Existem também o *Programa Trabajo Autogestionado* do *Ministerio do Trabajo, Empleo y Seguridad Social* (MTEySS), que produziu o “Guia 2005 de Empresas e Fábricas Recuperadas”, e ações delimitadas e pontuais de apoio técnico e financeiro.

69 Entre elas: Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional del Litoral, Universidad Nacional de Entre Ríos e Universidad Nacional General Sarmiento.

70 <http://www.imfc.coop/modules/home/>

71 Fonte: <http://www.desarrollosocial.gov.ar/Planes/DLES/> Acesso: março 2006.

72 Extraído de www.inaes.gov.ar.

Quadro 4 – Panorama das organizações de economia solidária na Argentina:

Tipos de organização		Características e atividades	Experiências mapeadas em Buenos Aires
1	<i>Mutuales</i>	Associações de ajuda mútua de moradores, que atuam na prestação de serviços, que buscam melhorar a qualidade de vida de uma localidade, gerando trabalho, renda e serviços de infraestrutura, e organizando a população local para reivindicação de serviços públicos, através de manifestações, parcerias e projetos.	Mutual Primavera
			Mutual El comenar
2	Cooperativas de trabajo	Empreendimentos autogestionários de produção ou serviço, formalizado como cooperativa, para gerar trabalho e renda.	Cooperativa La Cacerola
			CooperDiul
			Coop. Desde la Harina
			Cooperativa Desde el Pie
3	Empresas recuperadas	Empresas autogestionárias, formalizadas na maior parte como cooperativa, organizadas a partir de empresa em falência, por seus ex-empregados, com o objetivo de manter postos de trabalho, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e desenvolver projetos com a comunidade.	Cooperativa Bauen
			Cooperativa Cefomar
			Vinilplast
4	Cooperativas habitacionais	Cooperativas formadas por movimentos de moradia, que atuam na articulação política, na busca de financiamentos públicos e, posteriormente, na geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida.	Cooperativa Habitacional MTL
			Cooperativa Habitacional El Molino (MOI)
			CooperLabor - Coop. Habitacional
5	Empreendimentos comunitários e familiares	Empreendimentos formados em bairros da periferias, por vezes com apoio de movimentos de desempregados e movimentos piqueteros, em grande parte não formalizados.	Empreendimentos de movimientos piqueteros
6	Programas e Projetos de Universidades	Programas e projetos, que através de atividades de extensão universitária, trabalham com formação, capacitação, apoio e pesquisa, muitas vezes articulados em parceria com os movimentos sociais.	UNGS
			Programa Facultad Abierta/UBA
			Universidad de las Madres
7	Associações civis	Associações formadas para dar assessoria, formação e crédito aos empreendimentos, fazer articulações política e elaborar projetos para a captação de financiamentos.	Assoc. Civil Recuperando el Trabajo
8	Movimentos sociais	Movimentos sociais, com destaque para os movimientos piqueteros, que lutam por trabalho e habitação, atuam pela mobilização, organização e articulação política, reivindicação de políticas públicas e financiamentos, e desenvolvem atividades de produção e distribuição.	MTL (Mov. Territorial Liberacion)
			MNER (Mov. Nacional de Empresas Recuperadas)
			MESA (Mov. Economia Social de Argentina)
			MOI (Movimiento Ocupantes y Inquilinos)
9	Órgãos do poder público	Programas e políticas públicas de crédito, formação, capacitação e assessoria.	IMDEL (Inst. Municipal de Desarrollo Económico Local)
			MDS (Minist. D. Social - Subsecret. Desar.Territ.y Econ.Social)
10	Clubes de compras coletivas	Organizações de indivíduos, famílias e empreendimentos para comprar coletivamente produtos e insumos, atingindo uma maior escala, barateando produtos e buscando comprar direto dos produtores.	Compras Coletivas da Asamblea Barrial Plaza Almagro
11	Clubes de trocas (<i>trueques</i>) e feiras populares	Organizações de produtores e empreendimentos, com o objetivo de dar acesso a produtos e serviços em contexto de escassez de dinheiro, pelo uso de moeda social (tiveram imenso crescimento nos anos de crise econômica aguda, com marco em 2001, e hoje existem em menor número no país). São também uma estratégia pedagógica para formação de empreendimentos.	Ferias de Trueques da Asamblea Barrial Plaza Almagro
12	Redes de comércio justo e solidário	Redes de produtores, empreendimentos e empresas recuperadas para comercialização, sob princípios éticos e solidários.	Rede Asamblearia
13	Instituições de Micro-crédito e Bancos sociais	Instituições que fornecem crédito e microcrédito produtivo e orientado para empreendedores individuais e empreendimentos coletivos, formais e informais, em parceria com o poder público, organizações internacionais ou sindicatos, que muitas vezes atuam através de agentes de crédito e utilizam o <i>mecanismo do aval solidário</i> , onde diferentes pessoas de uma comunidade se responsabilizam mutuamente pelo crédito concedido a cada uma delas.	Banco Social Moreno - Gran Buenos Aires
14	Espaços Culturais Territoriais	Espaços de encontros para desenvolvimento de atividades culturais e também de formação política, organizados por cooperativas, mutuais, <i>asamblea barriales</i> , etc.	Centro Cultural La Cacerola
			Centro Cultural da Coop. Desde el Pie
			Centro Cultural da Mutual Primavera
			Bar Utopia do B.A.U.E.N
15	Comedores Populares	Cozinhas comunitárias locais, que são espaços de encontros, mobilização, formulação de projetos e organização de movimentos sociais.	Comedores MTL
			Comedor Mutual Primavera
16	Entidades sindicais	Organizações em sindicatos voltadas para trabalhadores e empreendimentos autogestionados, que atuam na articulação política e promoção de ações de apoio a empreendimentos.	ANTA-CTA (Asociacion Nacional de Trabajadores Autogestionados da CTA)

Na Argentina não existe uma instituição integradora das diferentes organizações, como os Fóruns de Economia Solidária no Brasil. Na pesquisa, reconhecemos que uma importante característica das experiências no país é o enraizamento territorial, em contraste com as estruturas que se afastam do controle da *base*, e assim as experiências de intercooperação são formadas nas localidades.

Há diversos movimentos sociais que atuam pela *economia social* na Argentina: *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER), no qual estão associadas a maior parte das empresas recuperadas; *Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores* (MNFRT), que se forma a partir de uma divisão no MNER, com uma atuação, segundo analistas argentinos, mais conservadora e reformista, que se auto-define como “não-política”; *Movimiento de Economía Social Argentina* (MESA), mobilizado pela Cooperativa *La Cacerola* e parceiros; diversos movimentos de habitação que atuam também pela formação de empreendimentos autogestionários, como *Movimiento Territorial Liberación* (MTL) e o *Movimiento de Ocupante e Inquilinos* (MOI); movimentos *piqueteros*, como o *Bloque Piquetero Nacional*, *Barrios de Pie* e MTD Aníbal Verón, etc.

Todos eles, com forte enraizamento local, buscam construir articulações em outras escalas de ação política, inclusive lançando candidatos a cargos políticos no governo, com variadas visões políticas, como aqueles que defendem a estatização das empresas, com relações com partidos comunistas (vertente trotskista), e os que defendem a independência de partidos políticos, o que envolve diversas fragmentações e segmentações.

Entre os movimentos pesquisados, que se consideram de *economia social*, aquele que apresenta maior expressão e abrangência nacional, é o *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER). Dentre as empresas recuperadas, segundo Abramovich e Vázquez (2006)⁷³, mais de 60% são associadas ao MNER, sendo que 22 empresas do MNER estão em Buenos Aires, conforme os documentos do movimento.

O MNER surge em 2000, com 25 empresas recuperadas. Segundo o relato de José Abelli (vice-presidente do MNER), os próprios trabalhadores destas empresas fundam o MNER, com o intuito de colaborar com outros trabalhadores que passavam por situações semelhantes, percebendo a crise do movimento sindical, por suas limitações frente ao cenário de desemprego e informalidade.⁷⁴ Sobre a formação do movimento, Abelli destaca: “*En realidad, éstas son nuevas formas de lucha, de creatividad que han encontrado los trabajadores, ante un proceso de crisis profunda que superó los métodos tradicionales, los métodos histó-*

73 Abramovich, Ana e Vázquez, Gonzalo. “Experiencias de Economía Social y Solidaria en la Argentina”, 2006. p. 4. Disponível em: www.riless.org. Acesso em: setembro de 2006,

74 Em palestra organizada pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo, no dia 27/07/2004.

*ricos de lucha... porque cuando una fábrica quiebra ¿a quién se le va a hacer paro?, a nadie. En una sociedad con tasas de desocupación moderadas del 2% o 4%, cuando una empresa quiebra, uno hace un juicio, trata de cobrar y busca otro empleo, pero con estos índices de desocupación es imposible pensar en regresar al mundo del trabajo”.*⁷⁵

O MNER é uma organização nacional que tem como objetivos: desenvolver projetos de apoio às empresas e empreendimentos, fomentar a formação de novas organizações, estabelecer parcerias e divulgar a *economia social y solidaria*.⁷⁶ O movimento segue os princípios do movimento cooperativista, já destacados, independentemente da forma legal das empresas. Nas assembléias e decisões do MNER, cada empresa participante tem direito a um voto, independentemente do tamanho, do poder econômico ou da idade da empresa. A expressão “*ocupar, resistir y producir!*”, emprestada do MST do Brasil, é o lema da luta do movimento, divulgado em seus documentos.

Diferentemente dos fóruns no Brasil, o MNER é formado exclusivamente por empreendimentos, cooperativas e empresas, e estabelece parcerias com o poder público, agências de apoio, universidades e outros movimentos sociais. Entre as parcerias, destacam-se a *Central de Trabajadores de la Argentinos* (CTA), universidades e organizações de outros países, como a ANTEAG, do Brasil.

A partir da crise de 2001, o MNER incorpora outras organizações de *economia social*, como cooperativas formadas a partir de *asambleas barriales*. Em meio a disputas internas e fragmentações, recentemente, um grupo dentro do movimento criou a *Federación Argentina de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados* (FACTA).⁷⁷

Por fim, como apontam alguns pesquisadores da UBA, o fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores e as demais organizações populares coletivas e autogestionárias da Argentina não representam hoje uma porção elevada do aparato produtivo nacional ou da PEA, mas “*no dejan de ser por ello un movimiento social y políticamente importante, no tanto por su dimensión cuantitativa, sino por su irrupción como una práctica económica novedosa de respuesta a la crisis por parte de los trabajadores, una modalidad de lucha de los trabajadores que busca dar respuesta en forma colectiva al problema de la desocupación y del cierre de unidades productivas y como un ejemplo de superación por parte de sus pro-*

75 Extraído de Loreto, M. D., García, I. L. e Rofman, A. *Autogestion De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansion Para Enfrentar El Desempleo Urbano: El Caso Argentino*. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Asociado al CONICET, Buenos Aires, Argentina, Diciembre de 2003.

76 “Sobre el MNER”, 2004. Disponível em: www.mnerweb.com.ar. Acesso em: agosto de 2006.

77 Outras informações no sitio eletrônico da Agencia de Noticias de los Trabajadores de las Empresas Recuperadas (Anter): <http://www.anter.org.ar>.

tagonistas de las formas de producción y de gestión tradicionales en el capitalismo”.⁷⁸ Com isso, explicita-se o vínculo intenso nas experiências de formação de empreendimentos coletivos autogestionários com um processo mais amplo de luta dos trabalhadores.

Além disso, a importância política destas experiências se revela nas relações entre as diversas manifestações na Argentina. Como Zibechi (2004) ressalta: *“Una rápida recorrida por algunas experiencias, puede contribuir a develar algunos de los aspectos más interesantes del movimiento: las estrechas relaciones que se están produciendo entre trabajadores de empresas recuperadas, vecinos organizados en asambleas barriales y grupos piqueteros, que colaboran de diversas formas y extienden sus redes mucho más allá de las puertas de las fábricas”*.⁷⁹ A intercooperação entre as experiências afirma também o caráter predominantemente político da formação dos movimentos de *economia social* na Argentina.

Com isso, constatamos diferenças entre a organização e articulação política das experiências no Brasil e na Argentina. Neste último país, estas ocorrem de forma mais fragmentada e descentralizada, com maior instabilidade das organizações, que se dividem por conflitos internos em novos movimentos, sofrem freqüentes segmentações, são criadas e recriadas. Além disso, destaca-se na Argentina a participação exclusiva ou protagonista de empreendimentos na formação dos movimentos, que trabalham em parceria com as demais organizações de apoio e também com o poder público. E a característica de enraizamento territorial das experiências e da freqüente intercooperação entre os diferentes tipos de manifestações.

...

Em meio a diferenças, a partir da pesquisa, verifica-se que as organizações argentinas, apesar da sua diversidade e heterogeneidade, compartilham características e princípios políticos com as brasileiras, como: autogestão, controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços, distribuição eqüitativa dos benefícios, não remuneração do capital (cota-parte), solidariedade e cooperação. Assim, estas organizações buscam combinar objetivos econômicos, de geração de trabalho e renda, e objetivos políticos, como a organização autogestionária e a articulação política na luta por direitos de cidadania. Configura-se, com isto, uma composição singular de referências nas quais se pauta a economia solidária, que recorrem a matrizes teórico-políticas da história do movimento dos trabalhadores: socialista, anarquista e humanista-religiosa. O encontro das experiências do cotidiano popular com estas matrizes faz emergir as organizações de economia solidária na atualidade.

78 “Las empresas recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta (SEUBE - Facultad de Filosofía y Letras-UBA)”. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar> Acesso em: junho / 2007.

79 Zibechi, *Op. cit.*, p. 4.

*“El hecho de que miles de obreras y obreros, en diferentes lugares de Argentina y en otros países, recurran simultáneamente a los mismos métodos e ideas, demuestra la existencia de una conciencia histórica profunda, subyacente, escondida.(...)”.*⁸⁰

No próximo capítulo, estudaremos estas matrizes, reconhecendo que movimentos sociais são construções históricas, e para a sua análise, de suas manifestações atuais, é necessário recuperar suas origens. Neste percurso, investigamos de que forma, recorrendo a estas matrizes, os movimentos sociais de economia solidária produzem sentidos e significados, pelos quais interpretam o contexto material no qual estão envolvidos. Estes novos sentidos dão substrato à formação destes movimentos sociais na atualidade, que não se depreendem naturalmente do cotidiano popular, e nem decorrem dos discursos previamente instituídos, mas fazem parte de um processo, relacionado a experiências comuns, de produção e reprodução de significados.

80 Almeyra, Guillermo. *Diario La Jornada*. México DF, 7 de dezembro de 2003.

IV — Um estudo das matrizes da economia solidária no Brasil e na Argentina

“Os movimentos sociais se constituem recorrendo a matrizes, que são adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes (...). E eles terão também modificado as próprias matrizes que os alimentaram.”

Eder Sader, 1988.¹

Diante da trágica experiência da URSS e da queda de diversos regimes do chamado *socialismo real*, um discurso tornou-se dominante, divulgando a impossibilidade de transformações sociais profundas no sentido da superação do sistema capitalista. Contudo, vozes dissonantes surgem neste cenário sombrio e fatalista, recuperando *velhas idéias socialistas*, num momento de revisão crítica das experiências vividas e de procura por novos caminhos. Em grande medida, neste esforço de rememoração e renovação, encontram-se as origens do movimento de economia solidária.

Para analisar os movimentos sociais na atualidade, é importante reconhecer sua historicidade, e como orienta Walter Benjamin (1995), precisamos *escavar* o passado, em busca de fatos e idéias. Mais do que relatar o achado, esta busca no passado silenciado pretende, como destaca o autor, “assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho”², reconhecer nas experiências atuais as antigas idéias e práticas. Assim, o objetivo deste texto sobre as matrizes da economia solidária é encontrar no passado idéias e experiências que alimentam o movimento na atualidade, para no próximo capítulo investigar nas organizações estudadas no campo em Buenos Aires e São Paulo, em que medida, hoje, este passado é conservado e reinventado, e como a partir dele são formados discursos, projetos e ações.

As idéias e experiências estudadas neste capítulo são reconhecidas como matrizes teórico-políticas. A partir destas matrizes, os sujeitos interpretam suas condições de existência, formulam seus projetos e produzem suas ações na história. As matrizes da economia solidária desenvolvem-se juntamente com a história de luta dos trabalhadores, esta história tem contornos particulares na América Latina, e especificidades no Brasil e na Argentina, todavia recebe grande influência de correntes de pensamentos surgidas na Europa. São experiências de resistência que se desenvolveram junto à própria história do capitalismo, de superexploração do trabalho humano, de intensa concentração de riqueza e de privação da vida política de uma grande parte da sociedade. Durante o século XX, no campo e na cidade, constituíram-se diversos movimentos de resistência.

Em busca da compreensão das características dos movimentos de economia solidária na atualidade brasileira e argentina, estudamos três matrizes que nos indicam traços constitutivos de uma certa identidade nestes movimentos. Frente à diversidade de experiências e às

1 Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 145.

2 Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única*. São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 239.

peculiaridades históricas, culturais, sociais e regionais, identificamos estas matrizes comuns, a partir do reconhecimento de princípios compartilhados entre os sujeitos envolvidos na economia solidária no Brasil e na Argentina.

Dentre as variadas experiências na América Latina, como destacam Singer (2002), Coraggio (2002), José Ricardo Tauille (2002), França Filho e Laville (2004), Luiz Inácio Gaiger (2003)³, entre outros, estão freqüentemente presentes os princípios e práticas de: autogestão, co-operação, solidariedade, controle coletivo ou associado dos meios de produção de bens e serviços, não remuneração do capital (cota-parte) e repartição dos ganhos. Tais princípios não são idéias recentes, e nos remetem principalmente a três matrizes teórico-políticas: a *socialista*, a *anarquista* e a *humanista-religiosa*.

Analizamos estas três matrizes procurando destacar principalmente seus projetos políticos. Neste percurso, entendemos projeto como as concepções de uma sociedade futura que inspiram e guiam a prática, que é composta, por sua vez, de estratégias, metas, escolhas e tarefas, situadas ao alcance da ação presente. Desta forma, as principais questões orientadoras da análise referem-se aos princípios fundamentais que norteiam os projetos destas matrizes, às propostas de organização social futura, às estratégias políticas, econômicas, sociais e culturais que apresentam, e às concepções do papel do Estado e das relações de trabalho.

1 Utopia, experiências cooperativas e socialismo

As experiências de economia solidária, como destacam autores no Brasil e na Argentina, buscam hoje em seus projetos reviver as propostas do antigo cooperativismo, e estudando as origens de tais propostas nos remetemos ao socialismo utópico. Esta vertente do pensamento político é muitas vezes vista como um elo da corrente que conduziu ao chamado *socialismo científico*, o que significa, como nos aponta Jean-Christian Petitfils, uma “grave mutilação de seu pensamento e de sua originalidade”.⁴

O socialismo utópico, de maneira geral, pode ser entendido como uma utopia social, que desenvolve um projeto político que se volta tanto para o passado como para o futuro como um ideal, dando ênfase a certos princípios de igualdade ou de liberdade. A noção de utopia nos remete à descrição de um mundo imaginário, fora do espaço e do tempo, de uma comunidade harmoniosa inatingível. Todavia, “*em última análise, qualquer projeto social, mesmo o mais realista, o mais ‘científico’, comporta sua parte de utopia, pelo simples fato*

3 Cf. Singer, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002; França Filho, G. C. & Laville, J. L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2004; Coraggio, J. L. “A proposta da economia solidária ante a economia neoliberal” In: Pintaui, S. M. (org.) *Economia Solidária: um setor em desenvolvimento*. São Paulo : Prefeitura de Rio Claro / URB-AL, 2002; Gaiger, Luiz. “A economia solidária frente a novos horizontes”, 2003 – disponível no site: www.ecosol.org.br; Tauille, José R. “Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores”, 2002, - disponível no site: www.ecosol.org.br.

4 Petitfils, J.-C. *Os socialismos utópicos*. São Paulo, Círculo do Livro / Zahar, 1977, p. 9.

*de constituir a projeção de um ideal não concretizado, que a complexidade e a diversidade do mundo impedirão sempre de se inscrever plenamente na realidade”.*⁵

Nos transportamos, neste texto, ao início do século XIX, ao surgimento do socialismo, sob sua primeira formulação utópica, no contexto da grande revolução industrial, que provocou bruscas transformações econômicas, sociais e políticas. Afastando-se das fábulas ou sátiras utópicas, neste contexto, os socialistas utópicos constroem projetos políticos e se voltam para problemas econômicos e sociais, questionando-se: “Como acabar com a miséria? Como realizar a igualdade e a harmonia entre todos os homens?”. Com isso, se engajam na busca da construção de um *novo mundo* agora, não mais em uma ilha longínqua e por mera satisfação intelectual, mas se preocupando em desenvolver uma nova cultura, que desde então forme o espírito da sociedade do amanhã. Esta corrente de pensamento, com características ao mesmo tempo pacífica e subversiva, se desenvolve nas teorias de Saint Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1859), Charles Fourier (1772-1837), e também nas diversas experiências práticas inspiradas nos seus pensamentos.

Segundo Petitfils (1977), não é quanto aos seus objetivos que as vertentes socialistas se diferenciam, mas centralmente no que se referem aos meios para se chegar a eles. De modo geral, os socialistas utópicos condenavam tanto a violência quanto as ações políticas reformistas, e a principal estratégia que defendiam era a do *contágio pelo exemplo*. Por isso, colocavam em prática o seu socialismo em pequenas comunidades, sociedades socialistas em miniatura, visando pouco a pouco propagá-las na totalidade da sociedade. Assim, o ideal abstrato, a utopia convive com a experiência vivida.

Dentre os teóricos socialistas-utópicos, Robert Owen, pensador inglês, se destaca por sua teoria social e especialmente por suas experiências, tornando-se internacionalmente conhecido como o primeiro teórico do cooperativismo. Vários pesquisadores destacam que sua vida foi indissociável de suas idéias, e o próprio Owen (1991) afirma que “*para efetivar de forma permanente qualquer mudança benéfica na sociedade, penso ser mais importante agir do que falar*”.⁶

Desta forma, é oportuno destacar certos aspectos de sua biografia. Segundo Gregory Claeys (1991), um estudioso do pensamento de Owen e de suas influências, este precursor do socialismo viveu em um período de grandes transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, sendo filho de um pequeno negociante e aprendiz de um fabricante de tecidos. No contexto da revolução industrial, Owen se tornou conhecido e rico por uma carreira bem sucedida na área têxtil, e neste período, no ano de 1800, comprou uma usina de fios de

⁵ *Idem*, p. 11.

⁶ Owen, Robert. *A new view of society and other writings*. London, Penguin Books, 1991, p. 107. Tradução livre da autora nesta e nas demais citações de Robert Owen (1991).

algodão em New Lanark, na Escócia, na qual trabalhavam 1800 operários (500 eram crianças), e onde colocou em prática suas teorias sociais.⁷

Nesta usina, como relata em seus escritos, Owen implementou diversas mudanças: planos de racionalização da produção de fiações, que aumentaram a produtividade e possibilitaram a redução da jornada de trabalho, o aumento de salários e a ampliação e melhoria nos alojamentos dos trabalhadores. Além disso, viabilizou o acesso dos trabalhadores a produtos alimentícios e roupas mais baratos, pela organização de sistemas de vendas a preço de atacado. Outras ações foram a substituição de sistemas de castigos por métodos pedagógicos de avaliação de desempenho dos operários, a proibição do trabalho infantil (até 10 anos, uma inovação para os parâmetros da época) e a construção de escolas. Nelas, pôs em prática novos métodos de ensino, que tinham o objetivo de “desenvolver a personalidade e o caráter” com o máximo de liberdade.⁸ Por estes avanços, New Lanark ficou conhecida internacionalmente.

Owen pensava que o Estado poderia multiplicar essas experiências por todo o país, ou seja, seus planos apostavam em uma ação estatal. Como podemos verificar no livro organizado por Claeys (1991), Owen envia vários relatórios e planos para o governo, nos quais falava de suas experiências e defendia a reorganização da sociedade sobre bases cooperativistas. Em seus planos de remodelação da sociedade propunha a criação de vilas, integrando atividades agrícolas e industriais, baseadas na cooperação e “união de interesses mútuos e combinados”, nas quais a competição dominante no sistema econômico vigente seria substituída.

Desenvolvendo sua teoria, inclusive a partir das experiências de New Lanark, passa a propor a coletivização da propriedade nas comunidades. Assim, não existiria mais divisão de trabalho entre proprietários e trabalhadores, pois todos seriam reconhecidos como produtores, o trabalho seria obrigatório e os salários abolidos, tal como o dinheiro, que seria substituído por *bônus de trabalho*.⁹

Não tendo nenhum retorno do Estado às suas inúmeras tentativas de angariar apoio, Owen resolve desenvolver seus projetos independentemente. Na Inglaterra e nos EUA, construiu comunidades, as quais, segundo relatado por Petitfils, se mantiveram por poucos anos.¹⁰ Sem o apoio do Estado, utiliza seus próprios recursos e busca financiamento com ricos proprietários, simpatizantes de seus planos.

No período que se segue, como verificamos em seus escritos, Owen orienta sua teoria principalmente à crítica à propriedade privada, à religião e às questões morais, inclusive às

7 Claeys, G. “Introduction” In: Owen, R. *A new view of society and other writings*. London, Penguin Books, 1991.

8 Owen, *Op. cit.*, 1991.

9 Owen, *Op. cit.*, 1991.

10 Petitfils, *Op. cit.*, 1977.

forma vigente de casamento. Com isso, perde grande parte de seus apoiadores e admiradores da elite. Aproxima-se então do movimento operário e dos sindicatos, onde atua durante trinta anos, articulando a união sindical e diversas cooperativas de produção. Teve papel fundamental nos diversos movimentos e conquistas da classe trabalhadora no período, sendo citado por Friedrich Engels (1984) como o possível fundador da primeira central sindical do mundo.¹¹ Contudo, as críticas de Owen aos métodos revolucionários e sua defesa de estratégias pacifistas e conciliatórias em contraposição ao conflito, geram divergências políticas e fragmentação na união sindical, que a levam ao seu fim, juntamente com as cooperativas de produção que gravitavam em sua órbita.

Percorrendo a trajetória de vida de Owen, nos deparamos com vários aspectos de suas idéias. O pensamento político, social e econômico de Owen não deve ser visto de forma estática, pois é possível identificar diferentes estágios, nos quais desenvolve certos aspectos e tendências. Para o desenvolvimento de nossa análise, segundo os objetivos desta pesquisa, destacamos alguns aspectos centrais, relacionados às estratégias, ao papel do Estado e à proposta de organização social, do trabalho e da ação política.

Um dos princípios fundamentais da teoria social de Owen baseia-se na idéia de que o homem é um ser maleável, formado pelo ambiente, pelas influências externas, capaz de um aperfeiçoamento infinito. Assim, mesmo nascendo com propensões e qualidades diferenciadas em intensidade e combinação, suficientes para criar individualidade e distinção de caráter, o homem, para Owen, é resultado daquilo que o circunda. Guiado por este princípio fundamental, ele dedica uma atenção cuidadosa à pedagogia e propõe um profundo remodelar da sociedade, através também de estratégias econômicas e sociais.¹²

Para este pensador, na sociedade vigente, os homens são formados desde a infância para “a desunião e a separação”, criados dentro de alguma seita, classe, partido e país, e esta cultura traz irracionalidades e descontentamento. Portanto, “*a desigualdade de condições, que produz o rico e o pobre, o ignorante e o estudado, o poderoso e o fraco, o tirano e o escravo, provoca a crise social*”.¹³ A partir de sua interpretação da sociedade, Owen defende uma profunda transformação social, para a qual propõe uma estratégia pacifista, baseada na educação e no exemplo. Destaca a necessidade da mudança de hábitos e costumes, para que se transforme a combinação estabelecida entre terra, trabalho e capital, com o apoio do governo e do parlamento.

Segundo sua teoria, como apresenta em diversos ensaios, o Estado tem papel fundamental na multiplicação das experiências, nas reformas políticas (pela diminuição da jornada de trabalho e contra o trabalho infantil, por exemplo), na educação e formação geral do povo

11 Engels, Friedrich. *Socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo : Global, 1984.

12 Claeys, *Op. cit.*, 1991.

13 Owen, *Op. cit.*, 1991, p. 354.

e na reserva de trabalho. No estudo de seus textos, percebemos que a sua concepção da importância de uma ação centralizada, resulta da visão da necessidade de orientar e liderar os trabalhadores em um processo de transformação social.

O *novo mundo*, pautado em justiça, igualdade e moralidade, se constrói pela criação de comunidades (que ele estabelece que sejam de 500 a 3000 moradores), baseadas em leis *não coercitivas ou punitivas*, nas quais se promova a integração da produção agrícola e industrial, a propriedade coletiva, a substituição do dinheiro pelo *bônus de trabalho*, o consumo organizado e a substituição da competição pela “união de interesses mútuos e combinados”.¹⁴

Em relação à competição, Owen declara que esta é uma forma de criação de riqueza que promove “os sentimentos mais inferiores, as piores paixões e vícios que podem ser cultivados pela natureza humana”. Afirmar também que “a forma competitiva individual e nacional é um modo de produção de riqueza que, conectado com outras partes do sistema miserável com o qual o mundo tem sido até hoje governado, provoca mais desperdício de trabalho, e insalubres e desagradáveis ocupações do que seria necessário em um bem planejado sistema de sociedade”.¹⁵ Contudo, defende que as comunidades cooperativas entrem em competição com o sistema econômico vigente, provando sua maior eficiência, e sobre esse ponto destaca: “é sabido que quando os homens trabalham juntos por interesses comuns, cada um desempenha sua parte com maior vantagem para si mesmo e para a sociedade”.¹⁶

Owen promoveu, como verificamos em seus escritos, diversos debates públicos, nos quais se propunha a discutir suas idéias e apresentar seus planos. Antes dos debates, distribuía seus textos em jornais, onde apresentava aspectos de seu “Plano de Ajuda aos Pobres e de Emancipação dos Homens”, como fez em carta publicada no *London Newspaper*, em agosto de 1817. Nesta carta, compara as comunidades propostas por ele com os centros industriais de sua época, destacando o quanto aquelas apresentariam melhores condições de moradia (inclusive pela limpeza e vegetação), maior acesso a alimentos e produtos (pela cooperação, compra coletiva, preparação coletiva de refeições, estoque de alimentos para momentos de crise econômica), jornada de trabalho reduzida (8 horas), melhorias para a saúde, educação e treinamento das crianças, combatendo o trabalho infantil (de menores de 12 anos) e substituindo o uso da coerção e do castigo por “bondade e bom senso”.¹⁷

Sobre a organização do trabalho, como colocado anteriormente, Owen propõe a extinção da divisão de trabalho entre proprietários e trabalhadores. Em substituição, propõe o estabelecimento de *classes etárias* que se ocupariam de determinadas atividades, buscando assim unir “no mesmo indivíduo, o produtor e o possuidor de riquezas, o comunicador e o

14 *Idem*, p. 331.

15 *Idem*, p. 354.

16 *Idem*, p. 143.

17 *Idem*, p. 166.

recebedor de conhecimentos, o governador e o governado, para destruir as infames distinções que têm tornado a grande família de homens em facções e classes".¹⁸ Ele acreditava que o desenvolvimento tecnológico traria melhores condições aos trabalhadores, inclusive a diminuição da jornada de trabalho, contribuindo para o fim das distinções de classe.

Neste sentido, planejava que *"como consequência do entendimento do princípio da cooperação mútua e sua ampla prática, as necessidades e confortos da vida serão usufruídos por todos em abundância"*, e tal caminho levaria os homens a conquistar a felicidade.¹⁹ Segundo coloca em seu ensaio *"Da revolução na mente e nas práticas da raça humana"* (1849), é pré-condição para a felicidade dos homens: a organização, o conhecimento, o aprendizado constante, a saúde, a preocupação com os outros, a convivência em associação, a possibilidade de viajar, de ter livre expressão de idéias, a liberdade de ação individual, compatível com o bem comum e a *"liberdade de superstições, medos sobrenaturais e da morte"*.²⁰

Neste momento de seu pensamento, a respeito do governo, pretendia alcançar seu projeto de organização social cooperativista por caminhos pacíficos e fora dos meios tradicionais da política. Propunha resolver a questão do governo das comunidades pelo *sistema das atividades etárias*, levando todos, na idade determinada, automaticamente para o governo, sem rupturas.²¹ Claeys (1991) aponta que, para Owen, a luta pela reforma política obscurece a necessidade de mudanças sociais, morais e econômicas mais importantes. Assim, não concordava com a idéia de que as reformas políticas pudessem ajudar o desenvolvimento do movimento de cooperativas, de trocas e de comunidades.²²

Exceto no período que esteve envolvido com sindicatos, nos anos de 1830, Owen defendia que o socialismo seria introduzido pelo exemplo de uma comunidade bem sucedida, e nunca pela revolução, pela ação em massa ou pelo regime político democrático. Para ele, a democracia implicava desacordo, competição, irracionalidade e desarmonia, e as eleições, em particular, promoviam divisões sociais. Em contraposição, o socialismo implicava o cultivo de virtudes sociáveis, a abolição de disputas e a remoção do germe de qualquer partido na sociedade. Neste tema, como destaca Woodcock (2002), Owen recebe influência de William Godwin, considerado um dos precursores do anarquismo, que defendia que toda mudança política é inútil a menos que seja fruto de uma mudança de comportamento ético. Godwin

18 *Idem*, p. 166.

19 *Idem*, p. 167.

20 *Idem*, p. 367.

21 Owen cria classes etárias que devem ocupar-se de determinadas atividades: 0-5: escola, 6-10: ajudar no trabalho doméstico, 11-15: aprender agricultura e habilidades industriais e supervisionar os meninos no trabalho doméstico, 16-20: produção, e supervisionar grupo anterior, 20-25: supervisão da produção e educação, 26-30: preservar e distribuir riqueza, 30-40: governar a comunidade, 40-60: conduzir assuntos externos, acima de 60: conselheiros em casos de conflitos (Owen, *Op. cit.*, 1991, p. 375).

22 Claeys, *Op. cit.*, 1991.

influenciou Owen na desconfiança ante os movimentos políticos, e contribuiu para a introdução de elementos libertários nos primeiros sindicatos, dos quais este participou.²³

Com isso, o *utopismo* proliferou para além da Inglaterra e da França e chegou a diversos países europeus e americanos. Muitas das suas idéias influenciaram movimentos e pensadores posteriores, incluindo Marx e Engels. As experiências de cooperativas e de bancos de trocas, e os jornais de propaganda, expondo a defesa do caminho pacífico, voltado para a utopia, se multiplicaram por um certo tempo. Alguns seguidores de Owen fundaram, em 1844, a “Sociedade dos Pioneiros de Rochdale”, famosa cooperativa, considerada a “mãe de todas as cooperativas”, criada em um importante centro têxtil no norte da Inglaterra.²⁴

No final do século XIX, há uma crise do *utopismo*, em uma nova fase de organização do movimento operário, que se volta para doutrinas socialistas menos idealistas, juntamente com o agravamento da luta de classes e o fortalecimento da política sindical. Em um contexto de predomínio do pensamento positivista e científico, que marca o nascimento das ciências sociais, surge o *socialismo científico*. Karl Marx e Friedrich Engels, seus formuladores, contrapõem-se às “especulações abstratas do utopismo”, e como outros teóricos do período defendem que o socialismo deve se afastar da utopia, jamais se separar da política, e fundamentalmente, deve basear-se em uma ciência social.²⁵

Neste contexto, de acelerado *progresso da ciência*, como afirma Engels (1984), “não se pode separar o pensamento da matéria que pensa”, e em contraposição ao utopismo defende o *materialismo histórico*, como paradigma fundamental para a interpretação da história e para a formulação do socialismo científico. O materialismo histórico, segundo Engels, designa a “*concepção dos roteiros da história universal que vê a causa final e a causa propulsora decisiva de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em diferentes classes e nas lutas dessas classes entre si*”.²⁶ Assim, reconhece que o progresso da ciência se dá com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do capitalismo industrial, que se torna instrumento contra a Igreja, a favor da transformação do modo de produção feudal para o capitalista.

Diante das transformações históricas, Engels afirma que o “*socialismo moderno é, em primeiro lugar, pelo seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, por um lado dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados, e, por outro lado, da anarquia que reina na produção.*

23 Woodcock, *Op. cit.*, 2002, p. 74.

24 Sobre a experiência dos “pioneiros de Rochdale”, há diversos trabalhos, entre eles: Holyoake, G. J. *Os 28 Tecelões de Rochdale*. Porto Alegre, WS Editor, 2001.

25 Engels, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1984.

26 *Idem*, p. 14.

Pela sua forma teórica, porém, o socialismo começa apresentar-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais conseqüente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII". Neste sentido, destaca que *"como toda teoria nova, o socialismo, embora tivesse as suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às idéias existentes"*.²⁷

Com isso, Engels orienta que para compreender o movimento socialista é necessário, por um lado, compreender os fatos materiais que o envolve e, por outro, a sua ligação com as idéias existentes. Em certo sentido, este percurso é semelhante ao que buscamos desenvolver nesta pesquisa sobre a formação de movimentos sociais de economia solidária, analisando fatos históricos materiais vividos nos contextos argentinos e brasileiros, juntamente com matrizes teórico-políticas retomadas da história de resistência dos trabalhadores, com as quais este movimento se constrói.

Sobre a formação da matriz socialista, é interessante destacar que, ao lado do movimento burguês, em luta contra a nobreza, Engels aponta a eclosão de movimentos independentes da burguesia nascente, prenúncios do movimento operário. Junto a estas "sublevações revolucionárias de uma classe incipiente", ele aponta o surgimento de manifestações teóricas, desde o século XVI, com descrições utópicas de um regime ideal de sociedade, e no século XVIII, com teorias abertamente comunistas, que atacam a propriedade privada, como fonte da desigualdade social e dos problemas do mundo. Neste período, vivem os três grandes utopistas: Saint Simon, Fourier e Owen.

Para Engels, o que estes utopistas tinham em comum era o fato de que buscavam a emancipação de toda a humanidade e não da classe proletária, através da instauração de uma sociedade da razão e da justiça. Em seus contextos, início do século XIX, o capitalismo e seus antagonismos não estavam ainda desenvolvidos, o que ocorreria efetivamente com o advento da grande indústria. Portanto, Engels aponta a inadequação destas teorias para enfrentar o estágio do desenvolvimento do capitalismo no qual vivia. Critica também a predominância de uma visão do proletariado como incapaz de desenvolver uma ação política, e por isso necessitado de ajuda vinda de fora, *do alto*. Para o socialismo científico, o proletariado moderno tem como missão histórica fazer a revolução socialista (a revolução proletária), e o socialismo como ciência deve pesquisar as condições históricas e propagar a consciência de classe.

Assim, os socialistas científicos, como Engels, reconheceram os *"germes geniais de idéias e idéias geniais que brotam por toda a parte sob essa capa de fantasia"*²⁸, mas apontaram que, face às confusões do socialismo utópico, para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade. Para isso, segundo o materia-

²⁷ *Idem*, p. 28.

²⁸ *Idem*, p. 35.

lismo histórico, “*somente seguindo o caminho da dialética, não perdendo jamais de vista as inumeráveis ações e reações gerais do devir e do perecer, das mudanças, de avanço e retrocesso, chegamos a uma concepção exata do universo, do seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade, assim como da imagem projetada por este desenvolvimento nas cabeças dos homens*”.²⁹

O materialismo histórico, que forma a matriz socialista científica, apresentado brevemente neste texto, através de sua diferenciação do socialismo utópico, alimenta diversos movimentos sociais na América Latina, inclusive o movimento de economia solidária.³⁰ Contudo, dedicamos nesta pesquisa maior atenção ao socialismo utópico, por ser uma das matrizes que singularizam este movimento na atualidade.

Além desta reviravolta, proposta pelos materialistas históricos, a corrente dos socialistas utópicos enfrenta diversas críticas. Estas críticas apontam fragilidades, segundo Petitfils (1977), relacionadas à crença de que a verdade se imporá por si mesma (uma concepção racionalista da verdade), ao princípio simplificador da natureza humana, que ignora a diversidade da vida e coloca limites rígidos à liberdade, e à inclinação contemplativa, que cria impotência ao rejeitar caminhos revolucionários e reformistas.³¹

Além disso, as teorias do socialismo utópico, por propor uma reforma social *de cima para baixo*, receberam muitas críticas de teóricos sociais anarquistas e libertários, que rejeitaram suas propostas, considerando-as como sistemas saídos já prontos de “cérebros fantasistas”.³² Os anarquistas, como Pierre-Joseph Proudhon, criticam o autoritarismo das teorias dos utópicos e destacam que eles conceberam uma visão irreal do mundo, sobretudo coercitiva. Estes pensadores, para os quais a liberdade está acima de qualquer forma de autoridade social, foram profundamente críticos aos modelos de sociedade utópica. A respeito de outro pensador utópico, Etienne Cabet, Proudhon declarou: “*Ditadura industrial, ditadura do comércio, ditadura do pensamento, ditadura na vida social e na vida privada, ditadura por toda a parte: tal é o dogma que paira, como a nuvem sobre o Sinai, sobre a utopia icariana*”.³³

Trataremos do pensamento anarquista na próxima seção deste capítulo, todavia, destacamos aqui que, apesar das críticas, há certas proximidades entre os anarquistas e os utópicos, uma vez que os anarquistas dispuseram-se também a criar pequenos laboratórios, sem esperar “a grande noite”, nos quais pretendiam mostrar através da prática que os homens vivem melhor sem Estado, sem Parlamento e sem política (em seu sentido tradicional, relacionado ao Estado). Também é possível identificar que o ideal federalista de Proudhon, que veremos

²⁹ *Idem*, p. 44.

³⁰ Trataremos de outros aspectos do socialismo científico, especialmente no que se refere à concepção do Estado, na parte sobre o anarquismo, a seguir.

³¹ Petitfils, *Op. cit.*, 1977.

³² Proudhon apud Petitfils, *Op. cit.*, 1977.

³³ *Idem*, p. 125.

a seguir, de pequenos produtores independentes, não está tão distante das teorias owenistas, tal como seu projeto de banco popular e de bônus transformáveis em mercadorias.

Além das críticas anarquistas, o pensamento de Owen foi muitas vezes considerado apenas um longínquo prenúncio do movimento socialista, que trazia uma proposta de sociedade com um certo grau de otimismo sobre as perspectivas de desenvolvimento institucional, que após a experiência histórica a maioria não considera mais válida. Soma-se a isso que muitas idéias dos socialistas utópicos foram consideradas um desrespeito à liberdade individual, principalmente por tendências de pensamento que, mesmo criticando um liberalismo extremado, após as experiências do século XX, passam a rejeitar a uniformidade, a conformidade e a viabilidade de um modelo absoluto de sociedade, com uma completa planificação econômica e social.

Apesar de todas as críticas, reconhecemos que a utopia está presente em toda teoria social que apresenta uma especulação sobre a sociedade do futuro. Este *colorido utópico* revelou-se em diversos movimentos do século XX, que propunham mudar o homem antes de (e para) mudar a estrutura da sociedade. Hoje, pode ser identificado no movimento de economia solidária e em vários movimentos sociais.

Em momento de revisão de projetos socialistas frente às experiências do chamado *socialismo real*, as idéias socialistas utópicas têm novo impulso na atualidade. Diversos movimentos retomam do pensamento de Owen suas formulações feministas, ecológicas e em defesa da educação e da melhoria das condições dos trabalhadores. Suas propostas de propriedade cooperativa e de divisão de lucros também estão novamente crescendo em popularidade, e muitos acreditam que tais experimentos podem contribuir para o desenvolvimento de valores de sociabilidade e justiça. Sua tese de que a divisão do trabalho entre proprietários e trabalhadores é a principal causa da pobreza e da opressão se mantém viva em diversos movimentos sociais na atualidade.

As experiências de economia solidária hoje, em diversos países, são um exemplo desta retomada. A cooperativa, que tem origem na matriz socialista utópica, é a mais conhecida e desenvolvida forma de organização da economia solidária, e até os dias atuais, seus sete princípios: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas; e preocupação com a comunidade — definidos em 1966, por ocasião do XXIII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), realizado em Viena, Áustria — são freqüentemente citados em reuniões e formações entre os trabalhadores, que buscam colocá-los em prática nas suas organizações de economia solidária.

Apesar de uma certa origem apolítica, no sentido de rejeitar as vias revolucionárias de tomada do poder e também as formas reformistas de ações limitadas no Estado, e de defender a transformação pelo exemplo e pela construção de comunidades, a matriz socialista utópica,

ao longo da história, inspira lutas e movimentos, e na atualidade aproxima-se da luta pela democracia política. Neste processo de politização, segundo Petitfils (1977), muitos teóricos e militantes, inicialmente utópicos, caminharam para o realismo, e deste ao reformismo, defendendo e atuando pela apropriação e criação, por vias formais, de políticas do Estado. Em certa medida, percebemos um percurso, não linear, semelhante a este em diversas experiências do movimento de economia solidária no Brasil, na Argentina, e em outros países.

No Brasil, referindo-se à matriz socialista de forma ampla, incluindo suas correntes utópicas e científicas, segundo Boris Fausto (1976), na formação do movimento dos trabalhadores em fins do século XIX e início do XX, o socialismo caracterizou-se por certa tendência evolucionista e reformista. Neste sentido, constituiu-se como um socialismo moderado que buscava atuar na esfera política, pela formação de um partido, pelo estabelecimento de um programa democrático mínimo, pela pressão ao Estado para extensão da cidadania social e política, constituindo-se em pequenos círculos, com pouca penetração nos meios populares.³⁴

Neste contexto, em 1922, com o aval da III Internacional, surge o Partido Comunista no Brasil, baseado no padrão do centralismo democrático do modelo leninista. Em 1947, é criado o Partido Socialista Brasileiro, buscando se constituir como uma alternativa política, a partir da crítica ao stalinismo. Juntamente a isso, ao longo dos séculos XIX e XX, se multiplicaram no país experiências cooperativistas, especialmente na região sul, organizadas em grande parte por imigrantes, algumas delas com o envolvimento de padres jesuítas.³⁵

Por sua vez, como destaca Fausto, diferentemente da restrita popularidade do socialismo no Brasil, o Partido Socialista (PS) na Argentina teve uma atuação mais marcante no movimento dos trabalhadores. Tal fato, segundo o historiador, relaciona-se às *“condições materiais objetivas deste país, de rápido crescimento do setor industrial e de serviços, num processo histórico onde estiveram ausentes as relações escravistas e o grau de inserção no sistema colonial fora muito menor”*.³⁶

Estas condições históricas propiciaram a difusão do socialismo num contexto de acelerada urbanização e industrialização (como analisado no capítulo III) e de formação de sindicatos. Com isto, o socialismo se fortaleceu na Argentina com base centralmente no reformismo, como aponta Fausto, atuando *“na ampliação do grau de participação política, em alguns resultados obtidos pela via das pressões reivindicativas sobre o Estado, na crescente aceitação por parte dos círculos dirigentes de um partido ‘socializante civilizador’, integrado nas pautas liberais oligárquicas e capaz ao mesmo tempo de refrear o alcance do anarquismo”*.³⁷

34 Fausto, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, DIFEL, 1976.

35 Singer, *Op. cit.*, 2002.

36 *Idem*, p.102.

37 *Idem*, p.103.

Ao lado disso, segundo Osvaldo Coggiola (1999)³⁸, o PS teve também importante papel no crescimento, nas primeiras décadas do século XX, do movimento mutualista e cooperativista na Argentina. Este movimento que já havia surgido no país no século XIX toma impulso ao longo de todo o século XX, conforme relatam Maria di Loreto, Inés Garcia e Alejandro Rofman (2003).³⁹

A partir destas idéias e experiências, o socialismo se constitui como uma das matrizes do movimento de economia solidária, que encontramos nos princípios e práticas de cooperação, controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços, distribuição eqüitativa de benefícios, entre outros, com especificidades no Brasil e na Argentina, relacionadas ao desenvolvimento histórico destes países.

2 Liberdade, autogestão e anarquismo

Nas práticas e projetos políticos da economia solidária, principalmente devido à centralidade dada ao princípio da autogestão, encontramos marcantes influências do pensamento anarquista. Tal como uma teoria socialista, as teorias anarquistas propõem uma crítica à sociedade vigente, juntamente com uma visão da sociedade ideal do futuro e dos meios para se chegar a ela. As teorias anarquistas, no entanto, têm como característica específica a proposta da substituição do Estado por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres. Assim, os objetivos do anarquismo, de um modo geral, segundo George Woodcock (2002), são: *“a dissolução da autoridade e do Estado, a descentralização da responsabilidade, a substituição dos governos e de outras organizações monolíticas semelhantes por um federalismo que permitirá que a soberania retorne às unidades básicas da sociedade”*.⁴⁰

Como apontam diversos autores⁴¹, encontramos as seguintes principais correntes anarquistas: o mutualismo, teorizado por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865); o anarco-coletivismo, de Mikhail Aleksandrovich Bakunin (1814-1876); o anarco-comunismo, de Piotr Kropotkin (1842-1921); o anarco-sindicalismo, que surge nos sindicatos franceses; e o chamado *terrorismo anarquista*, que se transformou em uma espécie de *clichê* do movimento e entende a revolução como fruto de uma série de atos de violência individual, que não se constitui propriamente uma teoria anarquista.

Sobre as diferenças entre as correntes anarquistas, Woodcock aponta que estas se referem principalmente a duas áreas bem definidas: *“aos métodos revolucionários (especialmente*

38 Coggiola, Osvaldo. & Bisky, Edgardo. *A história do Movimento Operário Argentino*. São Paulo, Xamã, 1999.

39 Loreto, M. di. García, I. L. e Rofman, A. *Autogestion De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansion Para Enfrentar El Desempleo Urbano; El Caso Argentino*. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Asociado al CONICET, Buenos Aires, diciembre, 2003.

40 Woodcock, *Op. cit.*, 2002, p. 29.

41 Cf. Woodcock, *Op. cit.*, 2002; Fausto, *Op. cit.*, 1976; e Chomsky, Noan. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo, Imaginário / Sedição, 2004.

ao uso da violência) e à organização econômica".⁴² Assim, dentre as teorias anarquistas, enquanto os mutualistas, inspirados no pensamento de Proudhon, defendem a multiplicação pacífica das organizações cooperativas, os anarco-coletivistas, seguindo Bakunin, propõem o caminho revolucionário com práticas violentas, incitam os trabalhadores a se ocuparem mais com greves do que com cooperação, defendem a coletivização dos meios de produção e enfatizam o papel dos sindicatos.

Além destas, uma terceira corrente, o anarco-comunismo, com Kropotkin, ao mesmo tempo em que aceita a violência como inevitável, critica o mutualismo e o coletivismo que defendem a remuneração dos participantes em função do trabalho e não da necessidade, e propõe a realização da conhecida tese comunista "*de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades*". Finalmente, o anarco-sindicalismo enfatiza não apenas o papel instrumental do sindicato, como órgão de luta, mas também seu papel como núcleo básico da sociedade do futuro.⁴³

Estes teóricos anarquistas, como destacam os autores, de um modo geral, estão preocupados com a organização econômica da sociedade, uma vez seja alcançado o esperado *fim da dominação política*, do Estado. Alguns defendem a cooperação ou imaginam uma ampla rede de instituições de ajuda-mútua interligadas, como uma salva-guarda necessária aos interesses individuais. Em grande parte, não rejeitam a organização, mas criticam a manutenção de uma organização artificial e rígida ou qualquer instituição que tenha como objetivo tomar e manter o poder.

O anarquismo defende essencialmente que a liberdade é o princípio fundamental e a única condição para o desenvolvimento humano, e que a própria liberdade é pré-requisito para se alcançar a maturidade para exercê-la. Com isso, para o anarquismo, a história caminha com a luta humana pela liberdade, e nesse sentido, o progresso é visto como um fluxo de mudanças incessante, de contínua transformação, diferentemente do movimento dialético dos hegelianos e marxistas. O progresso anarquista é um processo de moralização da sociedade, através da supressão da autoridade, da desigualdade e da exploração econômica. Woodcock (2002), ao analisar as revoluções sociais, as Revoluções Inglesa, Francesa (a Comuna de Paris e o movimento *Enragé*, por exemplo) e Americana, destaca que os movimentos da história, o percurso e os desdobramentos destas revoluções se deram pelo choque entre tendências libertárias e autoritárias, eixo fundamental das análises anarquistas.

O Estado, em uma interpretação anarquista da história, é a corporificação da idéia de autoridade, correspondendo à necessidade subjetiva das classes dominantes de contar com um instrumento de tal natureza. Frente a isso, o anarquismo defende, como escreve Fausto (1976), que "*por meio das associações livres, sem ingerên-*

42 *Idem*, p. 22.

43 Fausto, *Op. cit.*, 1976.

cia dos padrões ou a regulamentação do Estado, os produtores diretos acabariam por suprimir o poder estatal e todo o sistema opressivo através do ato revolucionário".⁴⁴

Sobre os caminhos da transformação, os anarquistas se contrapõem ao que chamam de *socialismo autoritário*, por defenderem que a revolução social não deve levar à ditadura de qualquer classe, nem do proletariado, mas sim à abolição de todas as classes. Assim, segundo alguns autores, o anarquismo é um *socialismo libertário*, como destaca Noan Chomsky (2004), "o anarquismo deve ser considerado como a tendência libertária do socialismo".⁴⁵ Por sua crítica ao *socialismo autoritário*, os anarquistas rejeitam a ação política tradicional, atacam também os reformistas, defendem a teoria da ação direta e afirmam que utilizam meios sociais e econômicos, como greves, formação de comunidades cooperativas e uniões de crédito.

A estratégia anarquista, portanto, não é a conquista e o exercício do poder do Estado, mas sim, nas palavras de Rudolf Rocker (*apud* Chomsky, 2004), "*reconstruir a vida econômica das pessoas de baixo para cima e desenvolvê-la no espírito do socialismo*".⁴⁶ Assim, as experiências anarquistas de "livres associações de livres produtores" serviriam de "escolas práticas do anarquismo", sendo o oposto da organização da produção pelo governo. Seguindo esta tradição, Chomsky (2004) declara que "*o controle democrático da vida produtiva de cada um é o centro de toda libertação humana sincera, (...) de qualquer prática democrática significativa*".⁴⁷

Sobre o significado da política no pensamento anarquista, é também interessante apontar a rejeição da representação, entendida como a abdicação da soberania, pois ao delegar as decisões ao representante em seu nome, a pessoa não tem mais controle sobre elas. Neste sentido, votar é uma ação que fere a liberdade, tal como a imposição da vontade da maioria sobre a minoria, portanto, a democracia representativa é tão criticada quanto à autocracia.

Para aprofundar um pouco mais, focaremos o pensamento de Proudhon, por reconhecer neste teórico, particularmente no *mutualismo*, uma especial proximidade às propostas e práticas da economia solidária atuais. De forma resumida, Boris Fausto (1976) apresenta que o *mutualismo proudhoniano* se contrapõe ao Estado capitalista, "*pretendendo substituí-lo por uma livre associação de produtores diretos, possuidores dos meios de produção*". E concebe o *mundo futuro* "*como uma grande federação de comunas e cooperativas de trabalhadores ligadas por contratos de troca e crédito mútuo que assegurariam a cada indivíduo o produto de seu trabalho*".⁴⁸

44 Fausto, *Op. cit.*, 1976, p. 64.

45 Chomsky, *Op. cit.*, 2004, p. 30.

46 Rocker *apud* Chomsky, *Op. cit.*, 2004, p. 25.

47 Chomsky, *Op. cit.*, 2004, p. 48.

48 Fausto, *Op. cit.*, 1976, p. 64.

O pensamento de Proudhon, marcado por paradoxos, como aponta Woodcock (2002), parte de uma visão individualista e ao mesmo tempo social da existência humana: “*para Proudhon, o indivíduo é, ao mesmo tempo, ponto de partida e objetivo final de todos os nossos esforços, mas a sociedade é que proporciona a matriz – ou o número de ordem, como ele o chamaria –, e é dentro dela que cada homem deve encontrar sua função e realização*”.⁴⁹ Assim, são elementos centrais do pensamento de Proudhon, juntamente com a liberdade: a igualdade, a justiça e a crítica à propriedade acumulada.

De origem familiar camponesa, Proudhon se tornou tipógrafo e logo começou a escrever. Seus escritos ganharam popularidade, principalmente pelo lema “a propriedade é um roubo”, que apresenta em um de seus mais conhecidos livros. Proudhon chegou a ser eleito parlamentar, em 1848, da Assembléia Nacional francesa (renunciando após 6 meses), o que constituiu uma experiência paradoxal e marcante no desenvolvimento de seu pensamento. Por longos períodos, publicou jornais anarquistas e foi preso, em 1849, por três anos, pela divulgação de textos polêmicos.

Sobre a questão da propriedade, é importante fazer uma ponderação, como expõe Proudhon em seu livro, sua crítica à propriedade se refere à denúncia da propriedade utilizada para explorar o trabalho alheio, e não ao direito de cada homem de controlar efetivamente o lugar onde habita, a terra e os instrumentos de que necessita para viver e trabalhar. Esse segundo aspecto é defendido por Proudhon, sendo inclusive para ele um dos pilares necessários para a liberdade. Esta é também sua principal crítica ao comunismo, que acusa de desrespeitar o princípio da independência. Neste ponto, defende que o homem tem direito absoluto sobre o que produz, mas não sobre os meios de produção, uma vez que a propriedade dos meios de produção destrói a igualdade e a justiça.⁵⁰

A anarquia, para Proudhon, em suas palavras, “*consiste em que, reduzidas as funções políticas às funções industriais, a ordem social resultaria da simples existência de transações e trocas. Todos poderiam então se dizer autocratas de si próprios, o que é o extremo oposto do absolutismo monárquico*”.⁵¹ Em seu pensamento, destaca-se a primazia das mudanças econômicas sobre a importância da revolução política, que segundo ele pode comprometer a revolução social. Em conhecida correspondência trocada com Karl Marx, em 1945, Proudhon já apontava algumas das principais divergências que marcariam o conflito entre os anarquistas e os socialistas marxistas, ao destacar a ênfase anarquista na ação econômica frente à marxista na ação política.

Como os socialistas utópicos, Proudhon acreditava no poder da razão e do exemplo, era contra métodos violentos e defendia a implementação de experiências práticas. Mas, dife-

49 Woodcock, *Op. cit.*, 2002, p. 117.

50 Proudhon, P. J. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

51 Proudhon, P. J. *Do Princípio Federativo*. São Paulo, Nu-Sol / Imaginário, 2001, p. 52.

renciava-se de Owen na crítica à democracia — para o socialista, este regime político implica em desacordo, competição, irracionalidade e divisões sociais — uma vez que, para Proudhon, a *diversidade* e o *dissenso* são condições básicas de qualquer proposta associativa que respeite o valor fundamental da liberdade humana. A democracia política, no entanto, se não for acompanhada por mudanças econômicas, para Proudhon, é um retrocesso. Por isso, em diversos artigos critica o sufrágio universal e o parlamento, e declara em artigos de 1948, que “o proletariado deve emancipar-se sem a ajuda do governo”.⁵²

Em seu livro *Idéia geral sobre a revolução no século XIX*, de 1851, como nos aponta Woodcock (2002), Proudhon critica a Revolução Francesa, destacando que no seu processo não foi dada a devida atenção às mudanças econômicas, apenas às transformações políticas. Para ele, a transformação pacífica da sociedade ocorreria pela reorganização econômica, pela criação de redes de artesãos independentes, camponeses e associações de operários, dando vida ao *mutualismo*. Este é um conceito tão central ao pensamento de Proudhon quanto suas idéias de dissolução do governo, distribuição da propriedade e liberdade de crédito (para a qual propõe a criação de um Banco do Povo).

O mutualismo — a organização da sociedade baseada em associações de trabalhadores — tem como objetivo geral substituir o governo pelo contrato, para o surgimento da anarquia, uma sociedade baseada na descentralização e no controle direto exercido pelos trabalhadores. Nesta sociedade, no lugar das leis, existiriam contratos. Assim, em diversos textos, ele defende que o caminho para a transformação social, o único para se alcançar à igualdade, deve ser buscado nas bases econômicas da sociedade.

Em um outro momento de sua obra, Proudhon apresenta sua proposta federalista, publicando, em 1863, *Do Princípio Federativo* (2001), em resposta às críticas que recebeu ao analisar a unificação italiana e opor-se à constituição do Estado centralizado. Neste livro, defende que o *federalismo* é uma transposição para a dimensão política da sua proposta de mutualismo econômico, que busca assegurar a liberdade das unidades. Proudhon, de forma polêmica, neste momento, volta-se para a política e destaca que a ordem política baseia-se no equilíbrio entre autoridade e liberdade, que com balanços diversos cria os diferentes regimes políticos. Aqueles marcados pela indivisão do poder são os regimes de autoridade, como o comunismo e a monarquia, e os caracterizados pela divisão do poder, são os regimes da liberdade, como a democracia e a anarquia (que também chama de autogestão ou autogoverno).⁵³

No federalismo, os indivíduos se reunirão em comunas e associações operárias, que por sua vez, serão reunidas em sessões regionais, formando uma rede orgânica de equilíbrio de interesses, sem hierarquia, baseada na ajuda mútua e no equilíbrio entre liberdade e autoridade.

52 Proudhon *apud* Woodcock, *Op. cit.*, 2002, p. 136.

53 Proudhon, P.J. *Do Princípio Federativo*. São Paulo, Nu-Sol / Imaginário, 2001, p. 49.

de, encontrado no contrato. O contrato, segundo Proudhon, deve ser a idéia dominante da política, e constitui *“uma convenção pela qual uma ou mais pessoas obrigam-se em relação a uma ou outras mais, a fazer ou a não fazer alguma coisa”*.⁵⁴ No contrato federativo, as partes reservam mais direitos, liberdade, autoridade e propriedade do que abandonam, sendo o oposto da hierarquia e da centralização administrativa ou governamental. Reforçando esta proposta, Proudhon destaca que muitos governos já tiveram que se inclinar a um princípio da economia política que diz: *“a maior soma de trabalho é fornecida e o maior valor produzido quando o trabalhador é livre e age por sua conta como empreiteiro e proprietário”*.⁵⁵

Ao longo da história, como aponta Proudhon, governos foram, são e serão formados mistos e compostos, como *obras do empirismo*. Assim, a democracia, a comunidade e a anarquia não se constituirão nunca de forma pura, uma vez que a realidade é distinta do ideal, como a prática é da teoria. No entanto, o pensador destaca que é necessária a construção de um equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, e para isso propõe o princípio federativo. Juntamente com isso, aponta a necessidade da *construção* da igualdade, pois *“se a produção e distribuição da riqueza for deixada à sorte, se a ordem federativa não servir senão para proteger a anarquia capitalista e mercantil, se, devido a essa falsa anarquia, a sociedade se encontrar dividida em duas classes, uma de proprietários-capitalistas-empreiteiros, a outra de proletários assalariados; uma de ricos, a outra de pobres, o edifício político será sempre instável”*.⁵⁶ Retorna então à sua tese, e afirma que *“o verdadeiro problema a resolver não é na realidade o problema político, é o problema econômico. (...) feita a revolução na esfera do trabalho e da riqueza, pouco nos preocuparia a que devia ser feita no governo”*.⁵⁷

Diante dos problemas sociais, políticos e econômicos e de “desigualdade de condições e fortunas”, Proudhon defende que a federação agrícola-industrial tem o objetivo de *“aproximar cada vez mais a igualdade pela organização, ao mais baixo preço, e em outras mãos que não as do Estado, de todos os serviços públicos; pela mutualidade do crédito e dos seguros, pela perequação do imposto, pela garantia do trabalho e instrução, por uma combinação de trabalhos que permite a cada trabalhador tornar-se de simples operário, industrial e artista, de assalariado, patrão”*. Assim, a federação agrícola-industrial (que para Proudhon é o resumo de suas idéias econômicas), serve de complemento e sanção à federação política ou descentralização (segundo ele, resumo de suas idéias políticas), sendo a mais forte expressão dos “princípios de mutualidade, de divisão do trabalho e de solidariedade econômica”.⁵⁸

Em seu último livro, *Da capacidade política das classes operárias* (1865) — também polêmico como o do federalismo, ambos por focarem a política — encontramos algumas proposi-

⁵⁴ *Idem*, p. 87.

⁵⁵ *Idem*, p. 61.

⁵⁶ *Idem*, p. 127.

⁵⁷ *Idem*, p. 128.

⁵⁸ *Idem*, p. 130.

ções interessantes para o nosso estudo do movimento de economia solidária. Este livro, que contém a defesa de Proudhon da entrada dos trabalhadores no campo da política, como uma força independente, influenciou o desenvolvimento do movimento operário e anarquista na Europa e na América. Assinala Proudhon que *“possuir capacidade política é ter consciência de si mesmo como membro da coletividade, afirmar a idéia que resulta dessa consciência e lutar por sua realização”*.⁵⁹ O mutualismo e o federalismo, para ele, devem ser as propostas, na esfera econômica e política, respectivamente, defendidas pelos trabalhadores e desenvolvidas para substituir o Estado, por meio da criação de redes sociais.

O anarquismo, com seus princípios básicos de liberdade e espontaneidade, segundo um de seus importantes teóricos, Piotr Kropotkin, tem sua verdadeira origem no povo, mais do que em teorias e formulações individuais de determinados filósofos. Segundo ele, *“o anarquismo surgiu entre o povo e só conseguirá preservar sua vitalidade e sua força criativa enquanto continuar sendo um movimento popular”*.⁶⁰

Nesse caminho, a genealogia do anarquismo, dos movimentos de trabalhadores e do movimento de economia solidária não pode ser uma história de grandes personagens, mas sua análise deve, necessariamente, envolver as diferentes esferas das relações sociais. Assim, reconhecemos que no desenvolvimento da matriz anarquista, foram principalmente as organizações de trabalhadores que criaram *“não só as idéias, mas também os fatos do seu próprio futuro”*, como aponta Rocker (*apud* Chomsky, 2004).⁶¹

As teorias anarquistas, com seus princípios de liberdade, autonomia, autogestão, ajuda mútua e associação, compõem, portanto, uma matriz teórico-política da economia solidária, pela qual os sujeitos têm criado, renovado e transformado ao longo da história. Assim, *“o anarquismo é a um só tempo diversificado e inconstante e, à perspectiva histórica, apresenta a aparência, não de um curso d’água cada vez mais forte, correndo em direção ao mar do seu destino (...), mas de um fio de água filtrando-se através do solo poroso – formando aqui uma corrente subterrânea, ali um poço turbulento, escorrendo pelas fendas, desaparecendo de vista para surgir onde as rachaduras da estrutura social possam lhe oferecer uma oportunidade de fluir. Como doutrina, muda constantemente, como movimento, cresce e se desintegra, em permanente flutuação, mas jamais se acaba”*.⁶²

As idéias anarquistas, tais como as socialistas, foram trazidas para a América Latina, por meio de imigrantes, não apenas por intelectuais, mas também por massas de trabalhadores que em algum grau estavam tocados por estas idéias. A partir disso, o enfrentamento da frustração das expectativas da vida no novo mundo e da ação oligárquica do Estado per-

59 Proudhon *apud* Woodcock, Op. cit., 2002, p. 17.

60 Kropotkin *apud* Woodcock, Op. cit., 2002, p. 38.

61 Rocker *apud* Chomsky, Op. cit., 2004, p. 25.

62 Woodcock, Op. cit., 2002, p. 17.

petuando as desigualdades e do autoritarismo formaram um ambiente propício à disseminação do anarquismo. Viveu-se assim uma certa hegemonia anarquista no movimento dos trabalhadores em quase toda a América Latina, até as primeiras décadas do século XX. A partir de então, segundo Boris Fausto e diversos autores, com a Revolução Russa e o prestígio que alcançou no movimento dos trabalhadores, e depois com as transformações dos anos 30, a ascensão do nacionalismo popular e as mudanças de comportamento do Estado, o anarquismo perdeu grande espaço no movimento dos trabalhadores.⁶³

O anarquismo chega ao Brasil, envolvido pelo pensamento positivista, e atua culturalmente no país, na crítica ao sistema educacional, à Igreja e à família burguesa, e na defesa da igualdade dos sexos, a partir do questionamento das relações de poder e dominação, em busca de alternativas para a criação de uma nova sociedade. O movimento anarquista cria teatros, jornais, clube de leitura e escolas, com sistemas educativos laicos, científicos, livres do “modelo burguês dominante” e do sistema de ensino religioso. As experiências anarquistas marcaram a história da educação brasileira, juntamente com o importante papel desempenhado na mobilização de trabalhadores.⁶⁴ Com isso, o anarquismo se torna o primeiro grande movimento de renovação cultural e intelectual no Brasil e, também na Argentina, sendo considerado o início das reivindicações de direitos e cidadania nestes países.

Na Argentina, segundo Coggiola (1999), o anarquismo também foi a principal corrente ideológica que articulou os movimentos sociais a partir do início do século XX, marcando o movimento operário e contribuindo para “*o despertar político de importantes setores de massas, transmitindo uma visão particular de política, uma espécie de versão em negativo*”.⁶⁵ O anarquismo na Argentina, segundo o autor, mais universalista do que o movimento socialista, teve a virtude de combinar e articular expressões e forças sociais heterogêneas. Todavia, alcançou pouca unidade de projeto e concepções, envolvendo educadores, propagandistas e agitadores com visões contrapostas, alguns que defendiam a emancipação universal da humanidade, negando a existência de classes sociais, e outros que sustentavam a causa da emancipação do proletariado, como *produtores* e principais agentes da revolução social.⁶⁶

Quanto à presença do anarquismo nos dias atuais, Daniel Guérin, conhecido anarquista francês, descreve um *processo de reabilitação* e defende que “*as idéias construtivas do anarquismo conservam sua vitalidade, e podem quando revisitadas e analisadas cuidadosamente, ajudar o pensamento socialista contemporâneo a tentar um novo começo (...) e contribuir para enriquecer o marxismo*”.⁶⁷ Desta forma, o anarquismo atualmente retoma certa popularidade, em grupos de intelectuais e movimentos sociais, como o feminista, o

63 Fausto, *Op. cit.*, 1976.

64 Fausto, *Op. cit.*, 1976.

65 Coggiola, *Op. cit.*, 1999, p. 43.

66 *Idem*, p. 45.

67 Guérin apud Chomsky, *Op. cit.*, 2004, p. 40.

antiglobalização, o negro, entre outros, e se constitui uma das matrizes do movimento de economia solidária.

Juntamente com este processo, todavia, é também renovada a crítica ao anarquismo, traçada por Marx e Engels, entre outros autores socialistas, que defendem a necessidade da apropriação do Estado para a revolução econômica, o que mantém viva a polêmica entre as matrizes socialista e anarquista na atualidade. Sobre este debate, apresentamos a seguir certas ponderações colocadas por Noan Chomsky.

Este autor aponta que há um esforço atual para se reintroduzir a tradição libertária do socialismo e dar ênfase às idéias democráticas. Apesar do anarquismo ter desenvolvido suas idéias a partir da crítica ao Estado (e ao marxismo-leninismo, acusando sua visão elitista e autoritária da sociedade), Chomsky defende uma *polêmica e heterodoxa tática* para o anarquismo, ao afirmar que o fortalecimento do Estado é necessário para impedir retrocessos no âmbito da democracia e dos direitos humanos, e representa um refúgio para setores desprotegidos.⁶⁸

Embora Chomsky aponte que *“a industrialização e os avanços da tecnologia aumentam as possibilidades para a autogestão em grande escala, o que simplesmente não existia num período anterior”*, ele destaca a necessidade de um reforço aos elementos de autoridade do Estado. Mesmo considerados ilegítimos, por ele e pelo pensamento anarquista, estes elementos de autoridade do Estado são hoje decisivos para que este não seja substituído por grupos privados *“totalmente desprovidos de responsabilidade pública”*. Assim, defende que proteger o setor estatal *“é hoje dar um passo na direção da abolição do Estado, porque assim se mantém uma arena pública na qual as pessoas podem participar, organizar, influir na política, etc. ainda que de forma limitada”*.⁶⁹

Chomsky ressalta que o princípio anarquista de oposição ao setor estatal deve ser repensado nas condições atuais, visto que não deve se constituir como um dogma, uma doutrina. Neste caminho, as idéias anarquistas, para o autor, não podem ser impostas ou defendidas pela violência e coerção, mas pelo seu apelo político aos trabalhadores, pois se for necessário o uso da violência, é provável que se perca o caráter revolucionário do movimento. Assim, o autor escolhe o caminho da transformação cultural, *“precisamente esse tipo de grande transformação na maneira como os humanos concebem a si mesmos e na sua capacidade de agir, decidir, criar, produzir, questionar”*. E defende que tal transformação deve ser acompanhada por instituições que contribuam com ela, fundamentalmente relacionada à atividade criativa, ao trabalho, permitindo que novos *“aspectos da natureza humana floresçam”*.⁷⁰

68 Chomsky, *Op. cit.*, 2004.

69 *Idem*, p. 31.

70 *Idem*, p. 69.

Verificamos, portanto, que o movimento de economia solidária propõe uma composição de diferentes matrizes, aproximando a autogestão e o fomento à associação mutualista voluntária de trabalhadores, de um lado, com a luta por políticas públicas e pela conquista de espaços no Estado, de outro. Estas estratégias e projetos com origens em matrizes diversas compõem o percurso heterodoxo deste movimento, e buscam o desenvolvimento político e econômico dos trabalhadores e de suas organizações.

Finalmente, a estas duas matrizes apresentadas, soma-se uma terceira, a humanista-religiosa, que traz elementos, representações e práticas marcadas pelos princípios da solidariedade, coletividade e pela ênfase na formação prática pela aproximação do cotidiano popular, que também alimentam o movimento da economia solidária.

3 Humanismo-religioso, solidariedade e organização popular

Ao estudar as bases teórico-políticas da economia solidária, ressaltamos também a matriz humanista-religiosa, sobre a qual aponta Singer (2005): *“eu diria que, em ordem de importância, a mais importante [corrente] não é a marxista, mas a religiosa. Cristã, judia, provavelmente muçulmana, budista, ou seja, são concepções transcendentais do homem e do mundo, que preservaram valores solidários”*.⁷¹

Na investigação da matriz humanista-religiosa, para a qual o princípio da solidariedade comumente nos aponta, decidimos focar — dentre a variedade de influências destacadas por Singer — um momento específico e marcante da história do cristianismo na América Latina, marcado pela Teologia da Libertação e pelos escritos de Louis Joseph Lebret, conhecido como Padre Lebret⁷², por encontrar nestes pensamentos conexões com os movimentos dos trabalhadores, no Brasil e na Argentina, e com seus posteriores desdobramentos.

Diferentemente do que fizemos na análise das outras duas matrizes, a socialista e a anarquista, na matriz humanista-religiosa nos voltamos a uma história mais recente das idéias, a partir da década de 1950. Mas destacamos que dela faz parte uma longa história na qual foram desenvolvidos seus fundamentos teológicos, diferenciando-se em alguns aspectos e compartilhando em outros com diversas religiões.

Analisando os escritos do Padre Lebret, destacamos que suas idéias marcaram a chamada esquerda católica nos anos 60, propondo uma *renovação da cultura*, que deveria *“partir do exato conhecimento das mais elementares necessidades e de uma aguda consciência das exigências da solidariedade universal”*.⁷³ Com este espírito, em 1959, Lebret escreve o “Ma-

71 Singer, P. “Introdução” In: Mello, S.L. (org.) *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo, NESOL USP / ITC USP / PW, 2005, p. 11.

72 Cf. Lebret, Louis Joseph. *Manifesto por uma civilização solidária*. São Paulo, Duas Cidades, 1959a; Lebret, L. J. *Princípios para a ação*. São Paulo, Duas Cidades, 1959b.

73 Lebret, *Op. cit.*, 1959a, p.6.

nifesto por uma civilização solidária”, como resultado de um trabalho de *“trinta anos de observação e ação, sempre em equipe, e especialmente de várias centenas de pesquisas sistemáticas realizadas em todos os planos da vida coletiva, nos quatro continentes do globo, desde as pequenas localidades às grandes áreas de um estado ou de um país”*.⁷⁴ Assim, enfatiza a importância da ação e da pesquisa na construção de um projeto para a sociedade.

O autor busca propagar princípios de cooperação, solidariedade e paz, frente ao contexto, no qual está escrevendo, da Guerra Fria. Neste sentido, critica a luta por poder econômico e político, que relega a um plano secundário o combate à fome e a outras formas de miséria, ao considerar essencial *“a acumulação de meios de destruição e domínio”* em detrimento da *“acumulação de meios de sobrevivência e de progresso”*. Este caminho, segundo o autor, resultou em um rápido progresso técnico, mas em um lento progresso ético, constituindo o quadro de *“inumanidade no mundo de hoje”* e de *“materialização do homem”*.⁷⁵

O objetivo de seu manifesto, diante deste cenário, é defender a construção de uma *civilização fraternal*, que garanta a todos o exercício de todas as faculdades, sem opressões. Para isso, defende a instauração de uma *economia humana*, baseada em dois princípios fundamentais: 1) *“o respeito ativo de toda pessoa humana”*, pelo qual destaca a ajuda ao próximo e a quebra da divisão de classes ou barreiras sociais; e 2) a *“instauração eficaz do bem comum”*, no qual enfatiza o trabalho coordenado para melhoria das instituições e equipamentos coletivos, em benefício de todos.⁷⁶

Esta nova economia, como coloca, não é um adendo ou apêndice da economia política e das estruturas econômicas vigentes, mas tem a preocupação de modificá-las radicalmente. Em suas palavras: *“pensamos que o ‘social’ e o ‘econômico’ não podem ser separados; não se trata de colar medidas sociais apenas corretivas, paliativas, numa economia que engendra por si mesma o mal humano; trata-se de preconizar e de instaurar um regime integralmente social e integralmente personalista, cujo objetivo seja a ‘ascensão humana universal’, isto é, segundo a expressão de François Perroux: de ‘todo o homem’ e de ‘todos os homens’”*.⁷⁷ Assim, para o surgimento desta economia é necessário enfrentar, além dos problemas propriamente econômicos, os problemas políticos, sociais e culturais, para a construção de uma civilização que transforme o *“individualismo em solidariedade”* e as *“sociedades em autênticas comunidades”*.

Lebret destaca que, nesta nova economia, a *ascensão humana universal* não significa a uniformização ou estandardização segundo os modos de vida dos países tecnicamente mais desenvolvidos. Mas sim, uma passagem de uma fase menos humana para outra mais humana, que

⁷⁴ *Idem*, p. 5.

⁷⁵ *Idem*, p. 8.

⁷⁶ *Idem*, p. 19.

⁷⁷ *Idem*, p. 13-4.

satisfaça às *necessidades autênticas* em planos diversos — “*necessidades de subsistências, necessidades condicionando a dignidade da vida humana, a vida intelectual, artística ou moral, e acima de tudo, permitindo o pleno desenvolvimento espiritual das pessoas*” — e considere as variações relativas às pessoas e aos ambientes ou meios. Com isso, esta passagem para o *mais humano* não pode ser medida apenas por critérios quantitativos de consumo ou pelo grau de instrução adquirida, além de ser necessário considerar as singularidades e contextos.⁷⁸

A *civilização da ascensão humana universal* será também, para Lebret, a *civilização do trabalho e do progresso ponderado*, na qual não existam os ociosos por miséria nem por privilégio, o que não significa a imposição de ritmos de produtivismo, mas o respeito ao estilo de vida de cada pessoa ou povo. O importante é que seja uma “*civilização que levará em conta as necessidades científicas, culturais e espirituais do homem, essenciais ao desenvolvimento de cada pessoa e à instauração do bem comum*”.⁷⁹ Para o autor, será uma *civilização do desenvolvimento integral harmonizado*, baseado em uma plataforma de entendimento entre pessoas e povos, na qual o controle e a administração do consumo, por exemplo, possa ser objeto tanto da política econômica e social quanto da “virtude, compreensão e responsabilidade de cada cidadão”.

Neste processo de *libertação humana*, Lebret destaca o papel do cristianismo, com sua “marca de autenticidade e amor desinteressado”. A Igreja, para ele, pode responder à aspiração da atualidade de transformar os modos de relação entre os homens, contribuindo para “instaurar, na cidade terrena, valores da cidade de Deus”⁸⁰, uma vez que esta instituição é uma escola de fraternidade humana universal, que “contribui para a passagem do menos humano para o mais humano (...) recomendando a todos os homens o respeito aos outros”. Ressalta-se que seu manifesto também critica a parte do clero que não reconhece a situação atual e recusa assumir seu papel na luta pela transformação.

O manifesto, todavia, não se volta apenas aos religiosos cristãos, mas a todos os “homens e mulheres de boa vontade”, que queiram instaurar esta nova civilização. Entre estes, Lebret destaca o papel das “elites esclarecidas” e a importância da cooperação com os movimentos sociais, operários e rurais.⁸¹ Para o autor, estes movimentos buscam transformar o mundo desde o século XIX e, apesar de também estarem sujeitos a distorções provocadas por interesses de grupos políticos, seu envolvimento e colaboração no processo, em plano de igualdade, é instrumento essencial na construção da *democracia política, econômica e humana*.⁸²

⁷⁸ *Idem*, p. 16-7.

⁷⁹ *Idem*, p. 87.

⁸⁰ *Idem*, p. 10.

⁸¹ *Idem*, p. 54-5.

⁸² *Idem*, p. 71.

Neste percurso, Lebret constrói sua crítica ao capitalismo — apesar de reconhecer certa humanização deste nos anos 1950 (período em que está escrevendo o livro) —, apontando que a sua orientação por imperativos materiais gera exploração e opressão. Contudo, mesmo ressaltando que a luta socialista aliada à cristã tem conquistado melhorias no campo social, rejeita o “anti-capitalismo radical” e destaca que o termo socialismo se tornou extremamente vago. Assim, defende que o socialismo deve ser entendido diversamente do “comunismo russo e chinês”, no qual o homem individual pouco representa, o que abre espaço para a violência e selvageria, com aspectos semelhantes, segundo Lebret, a primeira fase do capitalismo.

O autor destaca que na construção de um *mundo solidário* “nenhum dos materialismos atuais está preparado para realizar satisfatoriamente esta tarefa”. Compondo um novo caminho, Lebret defende que se adote certas medidas do regime russo, como a planificação e a nacionalização, mas sem deixar de assegurar o respeito às pessoas e a liberdade espiritual, intelectual, cultural, moral, pois não se trata apenas de liquidar a miséria, mas sobretudo “atingir uma fase de civilização organizada, fundamentada em autênticos valores”.⁸³

Na construção deste novo caminho, o autor defende que há alguns pontos fundamentais, entre eles o enfrentamento do “problema primordial da propriedade e do poder”. Sobre esta questão, Lebret explica que sua crítica à propriedade e ao poder baseia-se em “princípios elaborados ao longo dos séculos pelo pensamento cristão”, os quais, segundo ele, dão precisão a certos pontos da moral universal. Assim, “antes e acima de qualquer modo de apropriação, os bens materiais são destinados ao uso do homem, de todos os homens. É pois, um postulado de direito natural fundamental, que todo homem possa se beneficiar desses bens, na medida necessária à realização de seu fim humano”.⁸⁴ Neste sentido, o autor defende que a apropriação dos meios de produção deve incluir uma dimensão social, a orientação dos bens para os que deles têm necessidade.

Lebret aponta que existem três formas principais de apropriação dos meios de produção, que variam de acordo com a natureza do recurso, o nível técnico e as circunstâncias históricas, e que podem inclusive se justapor diversamente nas diferentes épocas e regiões. São elas: 1) apropriação pessoal ou familiar; 2) apropriação privada associativa, societária ou comunitária; e 3) apropriação por uma coletividade pública.

Sobre elas, o autor destaca que a apropriação coletiva pública absoluta “reduz a liberdade humana, a iniciativa criadora e a elasticidade necessária aos mecanismos econômicos”, tornando-se facilmente opressora, subordinando os homens aos planos do poder material, por sua centralização. Por outro lado, a apropriação privada absoluta dos meios de produção se opõe aos objetivos de cooperação coordenada exigida para a expansão econômica, além de

⁸³ Lebret, *Op. cit.*, 1959a, p. 49.

⁸⁴ *Idem*, p. 22.

possivelmente dissimular a progressiva concentração de renda frente à fragilidade de pequenos proprietários isolados, não correspondendo também às aspirações comunitárias ou ao bem comum. Lebret, com isso, defende que a propriedade se submeta obrigatoriamente a finalidades sociais, o que não significa a supressão da propriedade privada — fundamental para o equilíbrio social, como salvaguarda da liberdade pessoal e da segurança econômica da família — mas a sua limitação pelo poder público. O autor acredita que esta limitação seja necessária em certos momentos históricos e que nas sociedades modernas, a liberdade pessoal e a segurança econômica da família podem ser asseguradas de forma mais eficaz e universal por modos de apropriação dos meios de produção mais coletivos e comunitários.

Desta forma, Lebret constrói sua proposta de intervenção, propondo como primeiro passo o desenvolvimento de estudos das necessidades e possibilidades, no âmbito da micro e da macro análise. Sobre estas análises dos contextos e singularidades, destaca o autor: *“quando se procura fazer com que os homens adquiram mais valor, tudo se esclarece. Desaparecem as separações artificiais entre as ciências econômicas e sociais, as hipóteses de trabalho tornam-se fecundas, a pesquisa é orientada por uma idéia central, as ciências físicas e biológicas se integram na visão do mundo. O conhecimento torna-se mais objetivo, em lugar de se perder na manipulação de conceitos ou no acúmulo de referências eruditas. (...) Dando-se a cada fato seu devido lugar, a visão de conjunto torna-se possível, bem discernindo fatores negativos e positivos, apontando a prioridade e a urgência das decisões a tomar”*.⁸⁵

Em suas pesquisas, concluiu que nos chamados *países subdesenvolvidos*, como os latino-americanos, tanto a democracia econômica quanto a política são muito difíceis de serem alcançadas, pelas diversas particularidades de formas de exploração, opressão e distorções presentes em seus governos. O autor destaca que estas considerações não devem trazer desânimo, mas a motivação para a busca por *“formas desejáveis de governo, auxiliadas por fórmulas modernas de promoção humana, como a educação de base e as experiências de desenvolvimento de comunidades de base”*.⁸⁶ Neste processo, defende que é fundamental a preparação dos homens, pois não se trata de apenas alguns vencerem, mas da promoção de uma *ascensão coletiva* da totalidade da humanidade.

Para isso, propõe que sejam preparadas equipes polivalentes⁸⁷, para trabalhar *“em unidades territoriais restritas, como pequenos núcleos rurais, grupos de povoados, pequenas regiões e bairros urbanos e cidades (...), pois nenhum plano de desenvolvimento pode ser bem sucedido se aplicado apenas na cúpula, sem o esforço complementar, como o indicamos, em*

⁸⁵ *Idem*, p. 58.

⁸⁶ *Idem*, p. 83.

⁸⁷ Lebret fundou e dirigiu um instituto de desenvolvimento IRFED (Institut de Recherche et Formation en vue du développement harmonisé), que se destinava à formar especialistas em desenvolvimento, que pudessem auxiliar governos e a ONU na construção acelerada de um “possível mundo humano” (Lebret, *Op. cit.*, 1959a, p.63). Além disso, fundou a Associação Internacional de Economia Humana *Idem*, p. 95).

comunidades de base e comunidades intermediárias".⁸⁸ A necessidade da multiplicação de equipes e núcleos deve-se também ao fato de que a *economia humana* não tem um manual de aplicação, pois apresenta princípios que devem ser pensados na conjuntura local ou regional, concebendo uma norma de ação multiforme e variada.

Lebret aponta também que *"é indispensável preconizar novos tipos de pedagogia, capazes de instaurar uma nova cultura rural, dando ao homem do campo a possibilidade de vivificar ou revificar, conforme os casos, as pequenas comunidades territoriais espalhadas pelo interior dos países; dando-lhes também a capacidade de se adaptar sem complexos à vida urbana; de existir politicamente enquanto representante do seu meio e de seus problemas; de tomar parte nos organismos de desenvolvimento regionais, a fim de que sejam asseguradas as condições de um desenvolvimento integral harmonizado"*.⁸⁹

Neste sentido, não propõe a criação de um grande movimento organizado (que envolveria também um alto custo para se viabilizar), mas sim a construção de uma ampla rede de interesses e iniciativas eficazes, unificadas pelo espírito comum que seu "Manifesto" apresenta. Para Lebret, a convergência de objetivos e ação virá, certamente, como *"fruto desse espírito comum, na medida em que se conseguir multiplicar iniciativas (...) como pólos de irradiação de desenvolvimento"*.⁹⁰ Ele defende um movimento de transformação das mentalidades e costumes, ativando inteligências, provocando pesquisas apaixonadas e éticas, e que compreenda que a economia humana é o único caminho possível para fugir à barbárie. Nesta construção, Lebret destaca a necessidade de um envolvimento lúcido e efetivo, pois a *"maior utopia é pretender que venhamos a conhecer melhores dias sem o querer efetivamente e sem nada fazer para isso"*.⁹¹

Consideramos que a economia solidária, especialmente no Brasil, se constitui, em grande medida, uma tentativa de construção deste novo caminho proposto por Lebret. Em um novo contexto, muito diverso daquele que este autor analisava, as experiências atuais carregam consigo muitos dos princípios de seu pensamento e buscam implementar propostas, como a formação de núcleos e o desenvolvimento de pedagogias. Assim, com o pensamento de Lebret, apresentamos outra matriz teórico-política da economia solidária, a humanista-religiosa.

As idéias e propostas de Lebret influenciaram diversos movimentos sociais, principalmente através do surgimento da Teologia da Libertação, em grande medida inspirada nele. A Teologia da Libertação é uma importante e controversa corrente católica, que se desenvolveu em diversos países da América Latina, entre eles: Brasil, México, Nicaragua, El Salvador e, em menor intensidade, na Argentina, como veremos. Esta corrente dá grande atenção à *situa-*

⁸⁸ Lebret, *Op. cit.*, p. 63-4.

⁸⁹ *Idem*, p. 72.

⁹⁰ *Idem*, p. 91.

⁹¹ *Idem*, p. 93.

ção social humana e busca traduzir, num momento histórico recente, princípios religiosos cristãos antigos, que apresentamos através do pensamento de Lebret.

O movimento da Teologia da Libertação se fortalece nos anos 60, 70 e 80, e é fruto de movimentos críticos dentro da Igreja e de outros que se aproximam dela, os quais passam a pressioná-la por renovação e aproximação do cotidiano da população. Teólogos, como o peruano Gustavo Gutierrez, o norte-americano Cornell West e os brasileiros Leonardo Boff e Frei Betto, foram importantes formuladores e divulgadores deste movimento. De acordo com Boff, *“a Teologia da Libertação é um grande esforço de uma parte dos cristãos de fazer do Evangelho e da fé cristã um fator de mobilização social”*. Além disso, o teólogo brasileiro acrescenta: *“Pra mim, a chave da Teologia da Libertação é o seu método, (...) de arrancar, não de uma encíclica, de uma página da Bíblia, de um credo qualquer da tradição, mas partir dos desafios da realidade, quais são as questões que os pobres levantam, que o Brasil suscita hoje”*.⁹²

Na Teologia da Libertação, afirma Boff, em consonância com o pensamento de Lebret, propõe-se trabalhar a partir do que está em movimento nas comunidades de base, da consciência que se desenvolve na prática de organização do povo (com suas lutas por moradia, terra, saúde, alfabetização, etc.). O teólogo destaca também o papel dos cristãos em dar um primeiro impulso, pois acredita que o cristianismo é uma força que dá clareza e motivação à luta pela justiça, pela transformação, pelo fato de que: *“a gente é herdeiro de alguém que foi prisioneiro político, que morreu na cruz e não velho na cama, que é Jesus”*. Com isso, Boff diz ser necessário resgatar a dimensão histórica, envolvida por um sentido público e político da religião, e nesta perspectiva, pensá-la como instrumento de mobilização para a transformação e não de contenção social.

Pela dimensão histórica, entende-se que a *libertação* é toda “ação que visa criar espaço para a liberdade” pela transformação do quadro de desigualdade, injustiça e opressão.⁹³ Boff, como Lebret, se posiciona diante do problema da propriedade e da terra. Relata que *“os cristãos se reúnem e começam primeiro a ler o Êxodo, o povo que está no exílio sem terra, e quer a Terra Prometida. E eles dizem: ‘Não está em nenhum lugar da Bíblia que Deus deu a terra e a escritura para alguém, a terra é de todos, é Deus, o Senhor disse tudo’. Então, quando vão conquistar a terra, o que significa? Que queremos trabalhar a terra para ter saúde, comida, a nossa casa. O sem-terra começa a pensar essa realidade e vê que o que temos é o contrário. A terra está na mão de alguns, impede a vida, impede a justiça, traz doença. Então temos de conquistar isso”*.⁹⁴ Por este pensamento, parcelas da Igreja se envolvem com movimentos populares e lutas por justiça, igualdade, democracia e solidariedade.

92 Boff, Leonardo. “Entrevista”, *Revista Caros Amigos*, setembro de 1998.

93 Boff, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis, Vozes, 1980.

94 Boff, *Op. cit.*, 1998.

No Brasil, a Teologia da Libertação teve muita influência nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizações comunitárias que tiveram papel fundamental na organização das populações rurais e urbanas nos anos de ditadura, onde atuaram intelectuais de esquerda perseguidos pelo regime militar e educadores *progressistas*, como Paulo Freire. Este movimento religioso se desenvolve com profundo diálogo e aproximação com o *popular*, a cultura e o cotidiano de vida dos trabalhadores, dos bairros periféricos da cidade, na luta pela sobrevivência.

Nas CEBs, no Brasil, como coloca Eder Sader (1988), ocorre um deslocamento da atuação da esquerda, que sai da fábrica, do espaço do trabalho, e vai para o bairro, o espaço da moradia, principalmente devido às dificuldades da atuação política no contexto da ditadura. Em 1981, segundo Sader, havia no Brasil mais de 80 mil CEBs, com 2 milhões de pessoas envolvidas, com organizações internas variadas.⁹⁵ Nas CEBs, buscava-se desenvolver um sentido de pertencimento, a partir do acolhimento das diferentes formas populares de religião. Para isso, são criados novos métodos de mobilização e de reuniões, nos quais buscava-se construir a idéia de que as privações e desigualdades não são fatalidades, mas têm causas sociais, e podem ser alteradas com ações coletivas. Pretendia-se, desta forma, despertar o *olhar crítico* e a *capacidade para transformação*, e a Igreja tinha o papel de oferecer estrutura, criar os espaços políticos e legitimar estas organizações populares na sociedade. Assim, as CEBs, especialmente no Brasil, se politizam, opondo-se à esquerda elitizada, pois se voltam para o trabalho de base, de educação, alfabetização e formação política. Todavia, estas organizações vivem, como Sader destaca, a ambigüidade da conversão e da fé em tensão com a luta por mudanças sociais.

Atualmente, a Teologia da Libertação tem sua influência diminuída desde que parte importante de seus ensinamentos foi rejeitada pelo Vaticano, que a considerou excessivamente politizada e socialista. Outro fator que contribui para o seu declínio no Brasil foi o surgimento nas últimas décadas do movimento de *Renovação Carismática Católica*, juntamente com o acelerado crescimento das igrejas neopentecostais. Todavia, diversos aspectos deste pensamento se difundiram na Igreja, bem como em organizações ligadas ou próximas a ela. Por exemplo, na Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua há décadas com projetos sociais — inclusive de geração de trabalho e renda de forma associada, em áreas pobres em diversas regiões do país — pautando-se, segundo destacam em suas publicações, em princípios como: *cultura da solidariedade, protagonismo dos excluídos, participação popular na construção de um projeto alternativo de sociedade, controle e mobilização social*.⁹⁶ Assim, as idéias e princípios do pensamento de Lebrecht, a Teologia da Libertação e também as experiências das CEBs e da Cáritas formam a matriz humanista-religiosa, que marca e influencia a economia solidária no Brasil.

95 Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

96 *Revista Cáritas*, ano 23, nº. 73, agosto de 2002, publicação anual da Cáritas Brasileira. Ver: www.caritasbrasileira.org.

Na Argentina, a igreja teve uma atuação mais conservadora durante o período da ditadura militar (como apresentamos no capítulo II). Contudo, também foram formadas *Comunidades Eclesiales de Base* (CEBs), todavia em uma escala muito menor do que no Brasil, e estas tiveram atuação na organização de trabalhadores, em especial das mulheres. Segundo Almeyra (2004), as CEBs, em 1980, constituíam cerca de 80 grupos (em contraste com os 80 mil no Brasil) de 20 a 30 pessoas, que elegiam seus coordenadores em assembléias e atuavam nos bairros, de forma semelhante ao Brasil. Pelo seu trabalho de vizinhança, comunitário, na formação de núcleos militantes, preocupados com a comunidade, em alguns casos, suas ações conseguiram romper com o sistema clientelista e contribuir para a criação de espaços políticos, no campo e na cidade. Assim, a Teologia da Libertação influenciou o desenvolvimento de alguns movimentos sociais na Argentina, como os relacionados ao *cristianismo peronista*, e nos últimos anos, encontramos influências em movimentos *piqueteiros*, como destaca Almeyra⁹⁷, e em organizações da *economia social*.

Encontramos também expressões da matriz humanista-religiosa em algumas descrições de manifestações sociais na Argentina, como por exemplo, em um movimento de mulheres, no final dos anos 90, descrito por Almeyra (2004), no qual elementos religiosos convivem com o sindicalismo e a organização popular na reivindicação de direitos.⁹⁸ No entanto, fica evidente que a matriz humanista-religiosa na Argentina teve um alcance bem menor do que o ocorrido nos movimentos sociais brasileiros, especialmente nos movimentos urbanos. Neste país, esta matriz obscurece-se diante do grande desenvolvimento do movimento sindical argentino.

...

A economia solidária foi apresentada neste capítulo por meio de suas matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa. As matrizes, como coloca Sader (1988), alimentam os movimentos sociais, indicam uma direção, orientam interpretações, visões de mundo, narrativas e discursos, que mobilizam sujeitos, os provocam a questionar sobre sua condição de existência, a imaginar a possibilidade de transformação e a agir.⁹⁹

Chomsky (2004) alerta que não existe e “não existirá doutrina de mudança social fixa no presente e no futuro, nem mesmo, necessariamente, um conceito imutável e específico dos objetivos que a mudança social deva visar”.¹⁰⁰ Portanto, é necessário reconhecer o movi-

97 Almeyra, G. *La Protesta Social en Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires, Ediciones Continentes, 2004.

98 Conhecida como “Tractorazo”, ocorrida em 1999, na província de Tucumán, no município de Faimallá, destaca Almeyra, citando Bidaseca & Mariota (2001): “Columnas de hombres, mujeres y niños habían ocupado Faimallá. Fue a mitad entre una poblada y una revuelta sindical. Habló el párroco con un discurso de la Teología de la Liberación, junto a la imagen de la Virgen de la misericordia, siempre utilizada en las huelgas de los azucareros, instalada en el principal lugar del palco”. *Idem*, p.125.

99 Cf. Sader, *Op. cit.*, 1988.

100 Chomsky, *Op. cit.*, 2004, p. 24.

mento do movimento, sua dinâmica. E analisar como as teorias sociais, que surgem muitas vezes como resposta pessoal às inquietações ou às angústias de uma época, tornam-se respostas coletivas de grupos sociais, dão vida a movimentos, como os de economia solidária no Brasil e na Argentina. Neste percurso, são tecidas diferentes matrizes, criando interpretações particulares sobre as experiências dos trabalhadores, a partir das quais estes buscam caminhos para a ação. Assim, o movimento de economia solidária cria bases para novas práticas sociais, que se desenvolvem confrontando costumes, tradições e necessidades.

Pensando na aproximação que o movimento de economia solidária faz das matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa, Singer (2005) aponta que estas três correntes ao longo do tempo colaboraram sob muitas formas, a partir do que elas têm em comum: a crítica ao capitalismo, enquanto forma definitiva de desenvolvimento e de existência da sociedade humana.¹⁰¹ Na crítica ao capitalismo, entre as formulações socialistas utópicas e humanistas-religiosas, com tendências mais centralistas e consensualistas, e as anarquistas, que valoriza o dissenso e descentralização, nas organizações de economia solidária, destaca-se o princípio da autogestão.

A autogestão contrapõe-se a divisão capitalista do trabalho. Como analisa Singer: *“a famosa divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, que causou e causa tanta miséria aos que estão condenados à execução de tarefas monótonas, repetitivas e destituídas de sentido, não foi uma decorrência ‘natural’ do progresso técnico, mas o resultado da luta de classes que está inscrita na essência das relações capitalistas de produção – na relação de salariado”*.¹⁰²

A autogestão — um dos princípios fundamentais do movimento de economia solidária — foi um princípio compartilhado ao longo da história nas experiências socialistas e anarquistas, tanto na corrente utopista como na corrente revolucionária, com diversos partidários, como Fourier, Proudhon e Bakunin, entre outros.¹⁰³ Foi também objetivo de movimentos e organizações populares em muitos momentos da história, nos quais trabalhadores lutaram por transformações de suas condições sociais, políticas e econômicas, e é o princípio de organização de vários movimentos até a atualidade.

A história conheceu diversas experiências de autogestão, que são importantes temas de estudo, para orientar a renovação das teorias e práticas. Alguns autores, como Maurice Joyeux (1971), George Woodcock (2002), Paul Singer (2002), Cláudio Nascimento (2004), que debatem sobre o tema, destacam a ocorrência de casos: na Comuna de Paris (1871); nos Soviéticos russos (1905 a 1917); na República Húngara dos conselhos operários (1918 e 1919); na

101 Cf. Singer, P. “Introdução” In: MELLO, S.L. (org.) *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo, NESOL USP / ITCP USP / PW, 2005.

102 Singer, Paul. *O que é socialismo, hoje*. Petrópolis : Vozes, 1981. p. 44.

103 Além dos autores citados nesta pesquisa, há outros autores que discutem a autogestão: Rosa Luxemburgo, Pannekoek, Kropotkine e Henri Lefebvre, por exemplo.

Espanha, após a Guerra Civil (1936); na Iugoslávia, no pós-guerra (1950); na Argélia (1962); na “Primavera de Praga”, na Tchecoslováquia (1968); na China, durante a “Revolução Cultural”, com a Comuna de Shangai; em Portugal, na “Revolução dos Cravos”, com as comissões de trabalhadores. Na América Latina, destacam-se experiências na República Libertária no México (1911), durante a Revolução Cubana (1959), na Nicarágua (1979), na “Revolta Vermelha”, em El Salvador (1932), durante a revolução na Bolívia (1952), no Peru, quando houve a chamada “via peruana ao socialismo” (1968), no Chile, durante o governo de Salvador Allende (1872) e na Argentina, no “Cordobazo” em maio de 1968.

Estes foram diversos momentos de luta social, nos quais trabalhadores experimentaram a forma de organização autogestionária. Além destes exemplos, são conhecidas as experiências dos *kibutzes* israelenses e do Complexo Cooperativo de Mondragón, no País Basco, com importante atuação na economia espanhola atual.¹⁰⁴ Por estas experiências, Singer aponta: *“(...) não há dúvida que a autogestão é a forma de organização gestada pela experiência histórica que melhor permite alcançar os valores do socialismo, ou seja, igualdade e democracia. Não dá para reduzir o projeto socialista apenas a uma forma de organização da economia por mais importante que ela seja. A proposta do socialismo vai além da economia: alcança a cultura, a sociabilidade, é um projeto de reorganização de toda a sociedade humana.”*¹⁰⁵

A economia solidária não é criada por formulações teóricas de intelectuais, mas pela luta cotidiana dos trabalhadores por sua sobrevivência, na prática de organização econômica coletiva e de novas experiências políticas, que abrem espaço ao surgimento de movimentos sociais. Retomando Paulo Freire: *“Nenhuma teoria de transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção.”*¹⁰⁶

As matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa, no Brasil e na Argentina, de formas diferentes, influenciaram movimentos contestatórios no campo e nas cidades, em associações de bairros, sindicatos, igrejas e universidades. Nestes espaços, suas idéias, princípios e propostas, diante de circunstâncias históricas, são ressignificadas, transformadas e multiplicadas. Com isso, destas matrizes, o movimento de economia solidária recebeu inspiração fundamental, *“a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.”*¹⁰⁷

104 Cf. Joyeux, Maurice. “Autogestão, Gestão Operária, Gestão Direta”. Brasília : *Novos Tempos*, 1998; Woodcock, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre : L&PM, 2002; Singer, Paul *Op. cit.*, 2002; Nascimento, Cláudio. “Do ‘beco dos sapos’ aos canaviais de Catende”, Brasília, 2004. Disponível em: www.mte.gov.br/. Acesso em: julho de 2006.

105 Singer, Paul. “Autogestão e Socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão” In: Oliveira, P.de S. (org.) *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo : Hucitec, 2001. p. 230.

106 Freire, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo : Paz e Terra, 1997. p. 145.

107 Singer, *Op. cit.*, 2002, p. 38.

Neste capítulo, investigamos as matrizes da economia solidária que possibilitaram, nos termos de H. Arendt, *imprimir movimento, tomar iniciativa, agir, iniciar* a movimentação dos trabalhadores da economia solidária. O movimento abre espaço para a política, só possível na presença de outros, iguais, sujeitos de fala e ação. No próximo capítulo, nos aproximamos novamente do cotidiano dos trabalhadores, analisando, nas experiências e narrativas de trabalhadores envolvidos, a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina.

V — A formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina – experiências e narrativas dos trabalhadores

“Essas tradições estão encarnadas não só em idéias, mas em pessoas”,
Edward Palmer Thompson¹

As classes trabalhadoras e populares, em grande parte da história das Ciências Sociais, foram estudadas a partir das instituições sindicais e partidárias, reconhecidas como vias exclusivas de expressão e organização políticas. Esta abordagem produz um conhecimento abstrato e formal, que rejeita a dimensão política da prática cotidiana e da experiência dos sujeitos. Em contraposição, no estudo de movimentos sociais, por uma abordagem que reconhece o processo de *autofazer-se* das classes na história, busca-se colocar os trabalhadores no centro das investigações.²

Nos capítulos anteriores, investigamos a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina por uma perspectiva mais ampla, analisando as condições históricas destes países (capítulo II), as características gerais das organizações de economia solidária (capítulo III) e suas matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa (capítulo IV). Neste capítulo, buscamos aprofundar a análise do significado político das organizações de economia solidária, estudando experiências e narrativas dos trabalhadores envolvidos neste tipo de empreendimento nos dois países, com o objetivo de investigar as características comuns — que revelam a singularidade do fenômeno, suas ambigüidades e contradições — e as peculiaridades das manifestações em cada um dos contextos.

Pesquisar o cotidiano, colher informações sobre práticas e relações sociais, e registrar narrativas nas quais encontramos interpretações e significados dados pelos sujeitos às suas experiências, é um processo minucioso e trabalhoso, desenvolvido pela Antropologia, que retirando os pesquisadores de seus gabinetes, os leva a *pesquisas de campo* em ilhas longínquas, aldeias incomunicáveis, outros países e também em periferias das grandes cidades. No campo, são vivenciados encontros entre sujeitos que se estranham, mas que também se identificam, e através da pesquisa busca-se conhecer significados e relações desconhecidos. Desta forma, procuramos desenvolver esta pesquisa sobre experiências de economia solidária em São Paulo e Buenos Aires.

Nossa atenção esteve voltada principalmente para a dinâmica social externa dos empreendimentos, buscando conhecer os processos que ultrapassam as fronteiras das relações internas de produção e da manifestação isolada das experiências. Assim, investigamos, em espaços formais e informais, as relações políticas existentes entre as diferentes experiências,

1 Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a, p. 198.

2 *Idem*.

que expõem as características do processo de formação de movimentos sociais de economia solidária nos dois grandes centros urbanos.

Analizamos o material colhido na pesquisa de campo em dois eixos. No primeiro, expomos relatos da pesquisa de campo nos dois países e investigamos a presença de princípios e práticas relacionados às matrizes teórico-políticas estudadas no capítulo IV. Nestes relatos, verificamos a existência de um leque de referências comuns, que revela um processo de construção de uma base ideológica, de uma *ponte semântica* — que permite a passagem da esfera particular para a pública, na já citada expressão de Honneth³ (no capítulo I) — abrindo caminho para o surgimento de movimentos sociais.

No segundo eixo, investigamos, a partir das narrativas dos trabalhadores entrevistados, conflitos e tensões relacionados ao processo de formação de novos sujeitos políticos. Buscamos conhecer as ambigüidades presentes na convivência de objetivos econômicos, de geração de trabalho e renda, com objetivos políticos, característica que diferencia (como analisado no capítulo III) a economia solidária dentre as experiências de economia popular. Por estes conflitos e tensões relacionados à dimensão política das experiências, analisamos o sentido da formação de movimentos de economia solidária no Brasil e na Argentina, a partir dos anos 90.

1 O passado no presente: as matrizes e as experiências

Neste texto, apresentamos relatos da pesquisa de campo em empreendimentos de economia solidária em São Paulo e Buenos Aires, e a partir deles buscamos evidenciar a presença de matrizes comuns. Nesta investigação das experiências dos trabalhadores, segundo expressões de Walter Benjamin⁴, buscamos religar um fio do passado inacabado, retomar a historicidade do tempo presente, investigando no presente, nas manifestações atuais, como o passado é conservado e reinventado.

As experiências relatadas a seguir projetam uma imagem da diversidade das manifestações. Não temos a intenção de dar conta de toda a variedade de experiências de economia solidária nos dois países, mas de apresentar um quadro a partir do qual construímos comparações.

Na Argentina, este quadro foi construído em Buenos Aires - Capital e no chamado “*conurbano bonaerense*”, com as organizações mapeadas a partir de uma rede informal de intercooperação, que buscamos perseguir, com o objetivo de reconhecer nestas relações e laços de cooperação, indícios da formação de um movimento social. No Brasil, no município de São Paulo e na região metropolitana, de forma semelhante, selecionamos organizações conectadas por uma rede informal de intercooperação, e que se relacionam com os Fóruns de economia solidária.

3 Honneth, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

4 Benjamin, W. *Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Ática, 1985.

1.1 Relatos da pesquisa de campo em Buenos Aires⁵

- 1 – Cooperativa La Cacerola
- 2 – Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel
- 3 – Cooperativa Emetele do Movimiento Territorial Liberación - MTL
- 4 – Mutual Primavera
- 5 – Barrio Cooperativo Gregorio de Laferrere
- 6 – Cooperativa El Molino do Movimiento de Ocupantes y Inquilinos - MOI

1 – Cooperativa La Cacerola

Em um bairro central de Buenos Aires, perto do Parque Centenário, na Calle Franklin, está a Cooperativa La Cacerola. Um bonito sobrado, com varanda, recém inaugurado, abre suas portas — com um Café e um Centro Cultural, no amplo salão do andar superior — para a comunidade do bairro e da vizinha Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), e também, como relata um cooperado: aos militantes e trabalhadores da “economia social de Argentina y de otros países”.

Três cooperados nos receberam e sentamos em uma das mesas do café, inicialmente acompanhados de um estudante da Facultad de Filosofía y Letras da UBA (do Programa Facultad Abierta, que trabalha com pesquisa e formação de trabalhadores autogeridos e é parceiro da cooperativa), e posteriormente de uma pessoa ligada ao Servicio Paz y Justicia – SERPAJ (que trabalha com jovens em liberdade assistida, também parceiro da cooperativa, como relataremos a seguir), que traz consigo um visitante austríaco para conhecer a cooperativa. Logo de início, os cooperados fizeram a nós inúmeras questões sobre o contexto político do Brasil, o governo Lula, o movimento de economia solidária no Brasil e sua relação com o poder público. Por estas perguntas, surgiram algumas avaliações sobre semelhanças e diferenças entre os países, e a constatação de certos desafios comuns enfrentados pelas organizações de economia solidária na Argentina e no Brasil, relacionados, por exemplo, a conquista de uma atuação mais efetiva do Estado.

Contaram, em seguida, a história da criação da cooperativa na Asamblea Popular Plaza Almagro, que na crise que eclodiu em 2001 organizou Trueques⁶, com a utilização das chamadas moedas sociais, compras comunitárias e comissões de desempregados para a criação de

5 A pesquisa de campo na Argentina, apresentada nestes relatos, foi realizada em janeiro de 2006, na Gran Buenos Aires, e teve como eixo condutor as relações de intercooperação entre as organizações pesquisadas, que formam uma rede informal. Com isso, as experiências pesquisadas se inter-relacionam, apóiam mutuamente, formando um círculo de solidariedade, que revela indícios do surgimento de um movimento social, chamado por alguns de economia social, mas que centralmente tem princípios comuns.

6 Este tipo de organização teve um papel muito importante nos anos de crise aguda na Argentina. Os “trueques” argentinos ficaram conhecidos internacionalmente, como uma estratégia de articulação de demandas e ofertas de produtos e serviços, pela utilização de *moedas sociais*, em um cenário no qual há grande escassez de moeda oficial. Há diversos estudos sobre o tema na Argentina, entre eles: Hintze, Suzana (org.) “Trueque y Economía Solidaria”. PNUD/UNGS/Prometeo, 2003. Disponível em: <http://www.eumed.net>

empreendimentos. Um dos cooperados fez questão de destacar que o movimento começou antes de 2001, e que a intensificação da crise naquele momento foi uma oportunidade de mudança. Contou que chegaram a fazer compras coletivas para mais de 400 famílias, organizadas em 5 assembléias, e a organizar uma feira de “trueques”, freqüentada por 50 mil pessoas por dia, oferecendo diversos serviços e produtos. Todavia, segundo relataram, o crescimento acelerado das feiras de trocas e do uso das moedas sociais trouxe distorções, como o surgimento de moedas falsas e a venda de moedas sociais por peso (moeda oficial), que levaram à perda do “valor solidário” e ao encerramento das atividades. Hoje, eles avaliam que não tiveram o tempo necessário para criar “uma cultura não capitalista” e foram “atropelados”.

Relatam também que a cooperativa de produção de pães surgiu a partir da experiência e conhecimento de um dos vizinhos, padeiro desempregado, da doação de alguns equipamentos e da formação de um grupo, inicialmente com 9 membros, que se propôs a montar uma padaria coletiva. Conseguiram então apoio do governo da cidade de Buenos Aires, que cedeu ao grupo um velho barracão. Com empréstimos familiares e uma cozinha improvisada, dão vida à Cooperativa La Cacerola (nome inspirado nas manifestações dos piqueteros), legalizada em agosto de 2002. Iniciaram produzindo merendas para escolas, através do “Programa de Unidades Productivas Solidarias”, do Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires. Como destacam, para seus membros, hoje 37 cooperados, a cooperativa não é apenas uma forma de gerar trabalho e renda, mas um espaço político de transformação social.

Sobre a gestão, a cooperativa é composta por um conselho administrativo, eleito a cada 3 anos, e responsáveis de áreas (padaria, bar, filial do café na UBA, centro cultural, etc.), que se reúnem com o conselho administrativo semanalmente. Estes e os demais cooperados fazem parte da Assembléia Geral, que se reúne mensalmente. Entre seus cooperados, incluem-se jovens ex-infratores em liberdade assistida, através da parceria com o SERPAJ, já citado. Segundo relataram, em média, a retirada dos cooperados é de 500 pesos, com acréscimos em torno de 100 pesos pela função de responsável por área ou por tempo de trabalho na cooperativa.

A cooperativa participa de redes de organizações populares e de economia social, é membro do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e, juntamente com outros empreendimentos parceiros, fundou o Movimiento de Economía Social de Argentina (MESA), com o objetivo de planejar e desenvolver projetos conjuntos de apoio e fomento a empreendimentos e ao movimento (o MESA estava, inclusive, se reunindo no andar superior enquanto conversávamos com alguns cooperados no café). A reforma do barracão, finalizada pouco antes da visita, foi feita por uma cooperativa de construção civil do Movimiento Territorial Liberación (MTL), que apresentaremos a seguir, para construir o café e o Centro Cultural, que resultam, como relataram, da convicção dos cooperados de que a cooperativa tem que

ser um espaço de reunião e encontro. Hoje, o espaço é sede de reuniões do MESA, do Comitê em Defesa da Revolução Bolivariana, do grupo que edita o jornal do MESA: “ECOS del Trabajo”, e a partir de março sediará uma disciplina de Economia Social da Facultad de Filosofía y Letras da UBA (que ocorrerá em dias alternados na faculdade e na cooperativa).

Cada detalhe do espaço tem história do trabalho e das mãos dos cooperados. Relembrem dos finais de semana nos quais construíram a escada, tal parede, a mesa de alvenaria. “Mucho trabajo!” O grupo também nos conta que tem novos projetos para melhorar a qualidade de vida dos cooperados (organizar um fundo solidário e um plano de saúde para os cooperados); e também da comunidade (organizar uma biblioteca itinerante que circule por cooperativas e empresas recuperadas, cursos abertos no Centro Cultural da cooperativa e apoiar a formação de novos empreendimentos). Estão desenvolvendo (no início de 2006) uma parceria com o Movimiento de Trabajadores Desocupados – MTD, para apoiá-los na criação de uma padaria na Facultad de Exatas da UBA.

Assim, a cooperativa é hoje um centro de referência de economia social, e um foco de mobilização social, por ser um exemplo, um espaço de encontro, de informação, de formação e articulação política. Nesta experiência, enxerga-se a importância de um empreendimento bem estruturado no processo de multiplicação e ampliação de experiências na formação do movimento social.

2 – Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel

Na região central de Buenos Aires, precisamente na Calle Callao, localiza-se um imponente edifício envidraçado, com cerca de 20 andares, sede da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, umas das importantes empresas recuperadas da Argentina, também membro do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), como a Cooperativa La Cacerola. Ao entrar no saguão do hotel, nos deparamos com um amplo salão. De um lado, um restaurante, “Resto Bar Utopia”, com um grande mural azul, retratando em diversas cores grupos de pessoas reunidas. De outro lado, uma livraria da Universidad de Buenos Aires. No caminho até a recepção, estava exposto um cartaz: “B.A.U.E.N. (Buenos Aires Una Empresa Nacional) / Cooperativa de Trabajo / Campana de firma para la ocupación temporaria del Hotel Bauen, según ley 238 / Gracias por su apoyo / Solo queremos trabajar”. Assim, percebemos que ainda existe ali uma disputa para manter a cooperativa.

Este hotel, construído em 1978 para Copa do Mundo de Futebol, segundo nos relata um dos cooperados entrevistados, com um crédito do governo não quitado, nos anos 80, chegou a contratar 250 trabalhadores. Em 1997, em crise, com diversas dívidas, o hotel foi vendido para um grupo chileno. Em 2001, em meio à crise aguda na qual passava o país, o hotel entrou em falência, com uma dívida de 5 milhões de pesos com o governo e, neste momento, com 70 trabalhadores. Nos dois anos seguintes, o hotel ficou fechado, mas em março

1. Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, Buenos Aires, 2006.
2. Resto-Bar Utopia da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, Buenos Aires, 2007.
3. *Idem*, 2006.

de 2003, 40 antigos trabalhadores ocuparam o hotel e formaram a cooperativa, que por um ano, devido às condições precárias do prédio, ficou inativa enquanto trabalhavam para recuperar o hotel. Neste período, os novos cooperados sobreviviam com cestas-básicas do governo e doações. Em maio de 2004, finalmente, abrem os salões para eventos, depois reativam o hotel e inauguram o restaurante, com apoio da antiga Zanon (outra importante empresa recuperada argentina), de organizações parceiras e militantes. O “Resto-Bar Utopia”, como relata um cooperado, foi criado para ser um espaço de encontro aberto à comunidade.

Atualmente, a cooperativa tem 150 cooperados, que lutam contra os antigos proprietários na justiça, que voltaram a se interessar pelo hotel, agora recuperado. Em dezembro de 2005, estes antigos proprietários conseguiram aprovar uma lei que lhes restituía o hotel, e no momento em que visitamos a cooperativa (janeiro de 2006), os cooperados estavam em campanha, junto com parceiros e apoiadores (inclusive recolhendo assinaturas, como relatado acima), para conseguir o veto do executivo a esta nova lei. Até aquele momento, tinham uma promessa do prefeito de Buenos Aires de que retomaria as negociações.

Enquanto enfrenta o problema da disputa judicial, a cooperativa vive dificuldades, inclusive pela falta de acesso a crédito, como informa um cooperado entrevistado. Segundo relata, as retiradas dos cooperados são em média 800 pesos, com acréscimo de 100 a 200 pesos de acordo com tempo de trabalho na cooperativa ou pela função de responsável por área. Sobre a gestão, conta que têm como princípio a autogestão e que organizam assembleias entre os cooperados a cada 15 dias. Além disso, destaca que 30% dos 150 trabalhadores são mulheres, que ocupam diferentes funções na cooperativa, inclusive no conselho administrativo e como responsáveis de áreas.

A cooperativa desenvolve ações de intercooperação, segundo nos contaram, emprestam salões para empreendimentos solidários e instituições sociais e privilegiam a compra de insumos de cooperativas (por exemplo, os lençóis e uniformes são comprados de cooperativas). A cooperativa, apesar de fazer parte do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), articula-se com diversos movimentos e outras organizações sociais nacionais e internacionais, segundo destacado, mantendo sua autonomia e independência política.

Finalmente, relatam que estão buscando projetos de capacitação para os cooperados (com a UBA e com outros parceiros), com a proposta de reservar 2 horas de trabalho na semana para capacitação. Além disso, têm planos de construir um centro cultural e colaborar com um “comedor popular”. Contudo, a cooperativa precisa centralmente resolver a disputa judicial ainda em curso, segundo notícias divulgadas na imprensa argentina, durante o ano de 2006 e até o presente momento, em 2007, estão sendo organizadas diversas manifestações de apoio à cooperativa, dentro e fora do país.

3 – Cooperativa Emetele do Movimiento Territorial Liberación - MTL

Próximo ao centro da cidade, no bairro Parque Patricios, a 20 minutos de ônibus da Plaza de Mayo, na Calle Iguazu, está a Cooperativa de habitação do Movimiento Territorial Liberación (MTL). Segundo um dos “referentes nacionales” do movimento, que nos recebeu, o MTL é um movimento semelhante ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) no Brasil, de alcance nacional, porém mais enraizado na cidade do que no campo. Este movimento, segundo relatado na entrevista, tem origem com um grupo que nas décadas da ditadura formava parte da resistência ao regime militar, que em junho de 2001 organiza-se como movimento social, fazendo parte do Bloque Piqueteiro Nacional.

Já na entrada da obra, nos chamou a atenção a porteira, mulher, que nos recebeu, e adiante, um pátio interno com um expressivo painel pintado em um dos muros, retratando em cores fortes a luta do movimento. Através deste pátio, pudemos ver quatro edifícios de cinco andares.

Em uma espaçosa e iluminada sala, nos sentamos para conversar com o referente nacional e a responsável pela comunicação. A conversa foi muito interessante, pelo amplo conhecimento dele sobre os processos políticos e movimentos revolucionários de diversos países latino-americanos, com os quais mantém contato, por suas idéias e opiniões, e também pela serenidade e firmeza com que nos falou sobre o sentido da luta política do movimento. Distinguindo partido político de movimento social, nos contou da diversidade ideológica e também religiosa dentro do movimento — anarquismo, nacionalismo popular, marxismo-leninismo, catolicismo, neopentecostalismo, etc. — que se articula por um projeto político comum. De acordo com a sua definição, um projeto “contra-cultura, contra-hegemonia e pelo poder popular”, que se propõe a enfrentar a desigualdade de classes, destacando a importância do controle do território e dos recursos naturais.

Analizando a conjuntura política mundial, falou da crise política e econômica estrutural frente a qual estão lutando por novas relações sociais e por um sistema superior de produção (pautado na autodisciplina, na auto-organização e na distribuição equitativa dos benefícios), e defendeu a articulação dos trabalhadores e dos movimentos sociais latino-americanos.

Sobre a obra, logo soubemos que envolvia não apenas os quatro edifícios que avistamos na entrada, mas 10 edifícios, com 330 apartamentos, de 1 a 3 dormitórios, para mais de 1.200 moradores, com 2 centros comunitários, creche, “comedor infantil comunitário” e rádio. Para o desenvolvimento do projeto, conforme nos explicaram na entrevista, se organizaram como uma cooperativa, a qual criou uma empresa construtora, com o objetivo de não precarizar os direitos trabalhistas dos 300 trabalhadores (também cooperados), homens e mulheres, contratados para esta obra.

Conquistaram do governo municipal, do Instituto de Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires, a criação do Programa “Autogestión de la Vivienda”, do qual receberam um financiamento de 6 milhões de dólares, que é gerido pelo movimento, com 30 anos para ser pago, sem juros. Para fazer o projeto dos edifícios, foi contratado um importante escritório de arquitetura da cidade, que projetou a obra em constante diálogo com o movimento. Em janeiro de 2006 (período da visita à cooperativa), os cooperados estavam discutindo em assembléias (mensais) os critérios para a distribuição dos apartamentos desta obra, relacionados à necessidade, urgência, envolvimento com o trabalho do movimento, etc.

A visita à obra foi impressionante, o complexo de edifícios forma um bairro e os apartamentos são espaçosos e ventilados, com varandas. Ao longo da visita, os trabalhadores nos cumprimentavam, a presença de mulheres também chamava a atenção e de imigrantes (principalmente bolivianos). Do alto da torre da caixa d’água, pudemos ter uma visão da obra, sua dimensão e integração com o bairro, muito arborizado e que receberá uma estação de metrô em breve. Soubemos depois da visita que existe certa resistência dos vizinhos à cooperativa, e que ela está buscando formas de melhorar esta relação, divulgando informações sobre a cooperativa. A empresa construtora da cooperativa acabou de ganhar uma licitação para outra obra, uma escola técnica, perto do Puerto Madero, com 9 torres.

Além disso, hoje estão ampliando o trabalho com a CTA (Central de los Trabajadores Argentinos), que tem retomado, segundo relataram, o que era parte de sua proposta inicial, ser uma central de todos os trabalhadores, e com isso, incluir os formais, desempregados, informais e autogestionados. Outro aspecto muito interessante do movimento é que quando iniciam um trabalho em uma nova comunidade, começam sempre com a criação de “comedor popular”, que se transforma em um centro de encontro, mobilizador, multiplicador e gerador de outros projetos.

O MTL é um movimento social autônomo que se relaciona com outras experiências de economia social, em formas de intercooperação, como por exemplo, na compra de calçados

de segurança produzidos pela Cooperativa Desde el Pie (que apresentaremos a seguir) e na parceria para a reforma do barracão da Cooperativa La Cacerola (como relatado anteriormente). Além desta rede informal de intercooperação, por compartilharem princípios de auto-organização, distribuição eqüitativa dos benefícios e democracia interna, conforme relatado nas entrevistas, esta cooperativa inclui-se entre as experiências que compõe a diversidade de expressões da economia social na Argentina.

1. Cooperativa Emetele – obra finalizada, Buenos Aires, 2007.
2. Cooperativa Emetele – durante a obra, portão da antiga fábrica, local no qual foi construída a Cooperativa, 2006.
3. *Idem* – pátio interno, 2006.

4 – Mutual Primavera

A 40 minutos de ônibus da Estação de trem de Moreno (já a uma hora de trem do centro da capital), está o Bairro Primavera, pertencente ao município de José C. Paz (com 250 mil habitantes). Esta região, conforme nos relataram, é considerada a mais densa e pobre do entorno de Buenos Aires. No ônibus, um senhor com três crianças nos avisou que deveríamos tomar muito cuidado nessa região de Primavera, pois é muito perigoso caminharmos sozinhos por aí. Descemos do ônibus, um grupo de jovens acenou para a gente, um garoto

com drad no cabelo e óculos de armação grossa, um outro jovem e duas meninas. “Eres Vanessa?”. A rua de terra, arborizada, as casas de alvenaria, com portão e recuo, em nada nos recordava à periferia de São Paulo.

No caminho, nos contaram que são do grupo de jovens da Mutual Primavera, que estão organizando um Centro Cultural e diversas atividades para os jovens da comunidade. A casa onde fica a Mutual é uma antiga farmácia do bairro, ainda se vê a desgastada placa na entrada. Entramos, e um grupo de pessoas sentou em círculo com a gente. Uma das fundadoras e atual coordenadora da Mutual nos cumprimentou com um caloroso sorriso, mas logo introduziu a questão: “Nos sabemos o que estamos fazendo aqui. Agora, queremos saber o que vocês estão fazendo aqui? O que estão buscando?”. E foi assim que iniciamos uma longa conversa, onde nos apresentamos, falamos da pesquisa e do movimento de Economia Solidária no Brasil.

Eles contaram a história de dificuldades do bairro, da falta de acesso ao transporte, à água, do desemprego, da violência (o bairro até a pouco tempo era considerado “Zona Roja”, com horário para as pessoas se recolherem) e da precariedade das moradias. Falaram da luta do grupo, da formação da Mutual de transporte coletivo, em 2002 (com 500 sócios-fundadores na Assembléia constitutiva), com o objetivo de baratear o transporte da comunidade para o hospital e para centros locais, e também gerar trabalho e renda. Relataram seus enfrentamentos, as perseguições das empresas de ônibus (que chegaram a atear fogo em um dos ônibus da mutual) e a falta de apoio do poder público (que, segundo relataram, está atualmente mais aberto para a população, mas não apóia a Mutual, apesar de subsidiar as empresas de ônibus). Apresentaram também as demais atividades desenvolvidas, que além dos ônibus (naquele momento, parados e aguardando uma licença da prefeitura), envolvem um “comedor popular”, a organização do serviço de gás coletivo no bairro, o apoio a reformas e construção de moradias, reuniões de formação, eventos esportivos e culturais (“el fútbol callejero” e as caravanas culturais), e um banco de dados a partir do qual estão buscando fomentar empreendimentos no bairro, articulados a uma rede de produção e consumo local.

Contaram das assembléias anuais dos sócios (atualmente cerca de 1.600 sócios), da organização autogestionária da Mutual, com freqüentes reuniões na sede, e da participação do grupo de profissionais parceiros (administrador, arquiteto, advogado e psicólogo social).– Destacaram as parcerias com universidades, como a Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS)⁷ e a Universidad Lujan, com outras organizações populares e de economia social (que resultou no jornal “La Posta Regional”) e do fundamental apoio (inclusive financeiro) da Mutual de transporte El Comenar, que atua em bairro vizinho há 15 anos. Por fim, comentaram sobre os novos planos da Mutual Primavera: depois de reiniciar o serviço de ônibus

⁷ As experiências da Mutual Primavera e da Cooperativa Emetele estão relatadas no sítio eletrônico da RILESS (Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria), coordenada pelo Prof. José Luis Coraggio, da Universidad Nacional General Sarmiento. Disponível em: www.riless.org/experiencias.shtml.

(previsto para março/2006), pretendem abrir uma farmácia comunitária, ampliar as articulações do movimento e viabilizar o Centro Cultural, gerido pelo grupo de jovens.

Já estava avançada a noite quando saímos de Primavera, com suas ruas silenciosas. Nesta interessante conversa com o grupo, percebemos que as fundadoras (destaca-se a presença predominante de mulheres no grupo), os demais membros que conhecemos e os jovens falam com clareza de seus objetivos, princípios e de sua interpretação do contexto histórico

1. Mutual Primavera, José C. Paz, Gran Buenos Aires, 2006
2. Barrio Cooperativa Gregorio de Laferrere – Cooperativa Desde el Pie, La Matanza, Gran Buenos Aires, 2006.

-político do bairro e de seu país. Destacam a “herencia obrera” e do forte sindicalismo desenvolvido na Argentina, e diante do presente quadro mundial e do país, de gerações sem trabalho, lutam por alternativas. Assim, constroem seu “proyecto politico” e se constituem como “una institución de la economía social”, como consta em documento que nos mostraram, “promotora-emprendedora de iniciativas comunitarias y socioproductivas”, e declaram: “no protestamos, propomos”. Com isso, relatam que trabalham para a construção de uma “economia social”, entendendo que esta deve envolver a “producción de la vida” econômica, cultural e política, pela “criación de un lugar en el mundo” para cada um.⁸

Recentemente, em setembro de 2007, recebemos um convite para a inauguração do Instituto de Aprendizagem em Economia Social, criado pela Mutual (em sua sede) em parceria com o Instituto del Conurbano da Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS).

5 – Barrio Cooperativo Gregorio de Laferrere

A mais de uma hora e meia de ônibus da Plaza del Congreso de Buenos Aires, encontra-se o Bairro Cooperativo Gregorio de Laferrere, no município de La Matanza, na província de Buenos Aires. Construído há 16 anos pela CooperLabor, cooperativa de habitação criada em 1987 por moradores das chamadas “villas”, nossas conhecidas favelas, em um grande terre-

⁸ Segundo notícia divulgada em março de 2007, a Mutual Primavera ainda não conseguiu reiniciar as atividades dos ônibus, com manifestações de apoio da população, segue negociando com o poder público pela concessão de licença. Além disso, continua sendo alvo de violenta pressão das empresas de ônibus da região. Disponível em: www.barriosdepie.org.ar. Acesso em: maio de 2007

no a beira da estrada Calderón de la Barca, o bairro hoje se apresenta a estrada com bonitos sobrados em construção pela cooperativa de construção civil CooperDiul, que apresentaremos mais adiante.

Caminhando por uma das travessas, acompanhados por um membro da Associação Recuperando el Trabajo, que apóia projetos de economia social no bairro, chegamos a Cooperativa Desde el Pie, que fica na casa de uma das cooperadas. A produção de calçados de trabalho e de segurança começou em 2001, no contexto da grave crise, com 6 trabalhadores, sendo que apenas 3 deles conheciam o ofício, e algumas máquinas. Hoje, fornecem calçados para diversas empresas e cooperativas (como as do MTL, já relatado) e são 18 cooperados,

1. Cooperativa Desde el Pie, 2006.
2. Sobrados em construção pela CooperDiul, no Barrio Cooperativo Gregório de Lafarrere, La Matanza, Gran Buenos Aires, 2006.
3. *Idem*

que se organizam rotativamente nas funções da produção, com retirada igual para todos, em torno de 200 pesos por semana, variando com a produção, feita por encomenda.

Desde agosto de 2005, com empréstimo da Associação “Recuperando el Trabajo”, sem nenhum apoio do governo, estão terminando de construir um novo galpão, a uma quadra da antiga sede, e o presidente atual da cooperativa, nos contou que estão planejando a construção de um Centro Cultural no segundo andar, para a comunidade do entorno.

Da Cooperativa Desde el Pie, saímos para conhecer a Cooperativa Desde la Harina. Inicialmente legalizada como padaria, esta cooperativa funciona hoje como uma oficina de costura, na casa de uma das cooperadas, e produz roupas femininas e para crianças, comercializadas em feiras da região. Esta cooperada e o grupo enfrentaram um grande abalo pela trágica morte de seu filho há alguns meses, pelo que soubemos, devido ao envolvimento político da mãe, que é cooperada e uma das fundadoras da CooperLabor (antiga cooperativa de habitação que criou o bairro). Buscando se reestruturar, a cooperativa tem planos de mudar seu nome para Cooperativa Nestor Guerreiro, em homenagem ao filho da cooperada, e começar a produzir uniforme e roupa de trabalho, pois não conseguem competir com os produtos (em grande parte produzido por trabalho considerado escravo de bolivianos) das confecções no bairro do Retiro. Para viabilizar os novos planos, precisam comprar novas máquinas e para isso estão pesquisando outras possibilidades de empréstimos, pois segundo relataram, o limite de crédito e subsídio (de 10 mil e 15 mil pesos, respectivamente) do programa “Manos a la Obra”, do MDS, não é suficiente para a compra dos equipamentos necessários para iniciar a nova produção.

Caminhamos, por fim, até a obra da CooperDiul, cooperativa de construção civil, que avistamos na entrada do bairro. Lá, conversamos com cooperados, que logo nos perguntaram de onde vínhamos e o que buscávamos. Durante a conversa, nos impressionamos novamente com a clareza de princípios e objetivos destes trabalhadores, falando de sua luta, trabalho e planos futuros. O nome “diul”, nos contaram dando muita risada, foi inspirado em uma antiga história de um dos companheiros do grupo, que desesperado para conseguir um emprego, aceitou um serviço de limpeza, dizendo conhecer o trabalho, que não conhecia. Seus patrões, insatisfeitos com o tempo que ele gastava para limpar os vidros (destacaram no relato que ele usava um detergente inadequado), perguntaram que produto ele usava, e ele, improvisando para não perder o emprego, falou que usava um novo produto, chamado “diul”. Esta história parece significar para eles a inventividade e a coragem dos trabalhadores frente ao desespero da luta por trabalho, e também retratar o conflito de classe que enfrentam.

A CooperDiul surgiu de um novo programa do Instituto Mobilizador de Fondos Cooperativos (IMFC)⁹, criado em 2000, para apoiar o surgimento de cooperativas de trabalho. Conforme nos contaram, a CooperDiul foi o primeiro projeto apoiado por este programa, através do Banco Credicoop deste Instituto, que deu crédito para a construção de dois sobrados, em outubro de 2000. A obra atual no Barrio Cooperativo começou em maio de 2003, com financiamento do Instituto de la Vivienda de la Provincia de Buenos Aires, que exigiu que uma determinada empresa intermediasse o financiamento. A cooperativa aceitou, mesmo com a distorção e os problemas já previstos nesta intermediação, para adquirir experiência com o trabalho.

Caminhando pela obra, conhecemos os bonitos sobrados e casas que estão construindo, com muito espaço livre. A cooperativa também foi contratada pelo MOI (Movimiento de Ocupantes y Inquilinos, que apresentaremos adiante) para dar apoio técnico na construção de 16 apartamentos, em Barrancas. Sobre os desafios, o presidente da cooperativa nos fala do problema da falta de compreensão dos trabalhadores sobre o processo de “organización cooperativista”, e considera que a maior dificuldade não é formar uma cooperativa, mas sim o cooperado, que compreenda, por exemplo, o funcionamento das retiradas, a divisão de responsabilidades e a importância de não desperdiçar material. Atualmente, os aproximadamente 100 cooperados (com retirada média de 250 pesos por semana) estão fazendo um curso de construção civil com os arquitetos da cooperativa, e buscando novos contratos.

A partir da antiga cooperativa habitacional, com o agravamento da crise no país, moradores do bairro formaram, nos últimos anos, três novos empreendimentos: a cooperativa de construção civil (CooperDiul), de costura (Desde la Harina) e de calçados de segurança (Desde el Pie), que com base em princípios coletivistas e democráticos e poucos recursos, buscam gerar trabalho e renda para cerca de 130 famílias, com resultados importantes. A história destes trabalhadores, das 4 cooperativas, de tudo que construíram e continuam construindo em Laferrere, é um exemplo da relação entre as antigas e novas experiências cooperativistas, que se incluem hoje na economia social na Argentina.

6 – Cooperativa El Molino do Movimiento de Ocupantes y Inquilinos - MOI

Em um bairro central de Buenos Aires, perto da agitada Estación Constitución, na Calle Solís, está localizada a cooperativa de habitação El Molino. A visita a esta cooperativa ocorreu em um sábado de janeiro de 2006. Da rua, ainda se podia ver o antigo galpão do moinho de farinha que ali existia. Um dos cooperados nos recebeu na entrada, e após nossa apresentação, saiu em busca de alguém da coordenação da cooperativa para conversar conosco, mas

9 O Instituto Mobilizador de Fondos Cooperativos (IMFC) é uma “entidade federativa ou cooperativa de segundo grau”, fundada 1958 na cidade de Rosário, província de Santa Fé, que atua principalmente para: difundir os princípios e valores da cooperação, representar a suas cooperativas associadas ante os poderes públicos e promover a criação de cooperativas. Disponível: <http://www.imfc.coop/modules/home/>

logo nos avisou que os principais coordenadores estavam na Bolívia e na Venezuela, para o Fórum Social Mundial. Com isso, nos apresentou a algumas mulheres, membros da coordenação, que apesar de sua posição na organização da cooperativa, se disseram tímidas para conversar.

O cooperado, então, decidiu nos mostrar a obra e contar um pouco da história da cooperativa, e quando perguntamos se estaríamos atrapalhando o seu trabalho, disse que tão importante quanto a obra é a difusão do trabalho do movimento. Em seguida, nos contou que a cooperada titular é a sua esposa, mas que ambos trabalham na obra nos finais de semana, e que ele é advogado e ela, vendedora de livros.

Caminhando pelo barracão da obra, nos impressiona o antigo telhado, mantido para proteger os trabalhadores durante a obra, a antiga parede de tijolos de barro e também uma alta chaminé. O cooperado nos relata que o MOI surgiu há 15 ou 20 anos, após o golpe militar, pela união de moradores de pensões, ocupantes e sem-tetos, e que hoje compreende 7 cooperativas habitacionais: El Molino, La Fabrica, La Unión, Peru, Fortaleza, Mate Amargo e Flores-Yatay.

A cooperativa El Molino está construindo 100 moradias (21 duplex e 79 apartamentos, de 1 a 4 dormitórios), desde 2002, com financiamento do Instituto de Vivienda de la Ciudad

de Buenos Aires, que comprou o prédio da antiga fábrica e forneceu um crédito, segundo informou o cooperado, de 7,5 milhões de pesos para a obra. Para o plano piloto da obra, atualmente em curso, conseguiu um financiamento da Secretaria de Desenvolvimento Social da Cidade. Hoje, são 48 famílias cooperadas, que trabalham como ajudantes de pedreiro, com uma equipe técnica de pedreiros, arquitetos, sociólogos, médicos, entre outros, contratados pela cooperativa (para o plano piloto havia 6 pedreiros contratados, que em março de 2006 passariam a 60).

A cooperativa tem como objetivo integrar grupos familiares, mas não exclui participantes individuais, que são casos excepcionais.

1. Cooperativa El Molino, Buenos Aires, 2006.
2. Idem

Conforme relatado, organiza-se em comissões por setor e área (por exemplo, saúde mental, gênero, educação, etc.), que se reúnem semanalmente. A assembléia geral da cooperativa também ocorre semanalmente, e a do MOI, com as 7 cooperativas, a cada 3 meses. A comissão administrativa da cooperativa é eleita a cada 3 anos, com 11 membros, e todos, inclusive o presidente, trabalham na obra. Para entrar na cooperativa, a família torna-se primeiramente “pré-cooperativista”, pagando 25 pesos ao mês e trabalhando 9 horas semanais (que podem ser divididas entre os membros da família, com exceção dos que são menores de 16 anos). Após seis meses de experiência, esta família pode se tornar cooperada, passando a pagar 107 pesos ao mês e trabalhar 18 horas semanais.

1. Cooperativa El Molino,
Buenos Aires, 2007.
2. Idem
3. Idem

São princípios do movimento, destacados no relato: ajuda mútua, participação na gestão e execução da obra, e aportes financeiros dos sócios. Além disso, o cooperado nos conta que as moradias terão “muchu luz y vista para el verde”, sendo este também um princípio do movimento. Os apartamentos custarão 75 mil pesos, que começarão a ser pagos a partir da mudança das famílias, e não haverá títulos individuais das moradias, pois ficarão todas em nome da cooperativa.

Além da construção de moradias, o movimento criou um programa de reinserção social voltado para inclusão de portadores de necessidades especiais, moradores de rua e externos de hospitais psiquiátricos, que através do Programa de Vivienda Transitória (PVT), oferece moradia temporária para os que necessitem, até que a obra seja concluída.

Outros projetos são a escola para crianças e adultos, uma creche para os filhos dos cooperados e a formação de empreendimentos econômicos de alimentação e de construção civil, para gerar trabalho e renda aos cooperados. Mantém ainda um programa em rádio comunitária: “Vivienda es el principio”, com a proposta de difundir o cooperativismo. Além disso, o MOI é ligado a Central de los Trabajadores Argentinos (CTA) e atualmente busca ampliar a articulação com outras cooperativas habitacionais (naquela tarde da visita, por exemplo, haveria uma reunião entre estas cooperativas).

Atualmente, recebem apoio da Universidad de las Madres, que dá cursos aos cooperados, e da Universidad de Buenos Aires (UBA), especificamente da Facultad de Trabajo Social, que desenvolve uma pesquisa com os vizinhos da obra sobre o conceito que têm da cooperativa. Neste ponto, o cooperado destaca que teve que rever, como advogado, muitos conceitos sobre “a lei” para entender e ajudar a organização social e a cooperativa. Além disso, acredita que em contexto de crise, de falta de trabalho e renda, não é possível resolver o problema com programas como o “Plan de Jefes y Jefas de Hogar”, do Ministerio de Desarrollo Social, porque este programa retira, segundo ele, a dignidade das pessoas, que inclusive se acostumam com o assistencialismo. Por fim, nos contou, quando nos mostrou o SUM (Salón de Usos Múltiples), espaço de reuniões e festas, que estas são muito importantes para a integração e comunicação dos cooperados.

A apresentação da cooperativa por um cooperado, e não por um dos coordenadores, nos trouxe outras perspectivas da organização, e possivelmente por isso, ficamos com a impressão de que este movimento dá uma menor ênfase ao projeto político, estando mais centrado em problemas práticos e cotidianos dos cooperados, com resultados muito interessantes.¹⁰

10 Informações sobre o MOI: <http://www.moicoop.org.ar/>

1.2 Relatos da pesquisa de campo em São Paulo¹¹

- 1 – Cooperativa Monte Sinai Lanches
- 2 – Cooperativa de Produção de Peças Fundidas em Alumínio e Zamac – COFAZ
- 3 – E.A. Produtos Ecológicos
- 4 – Cooperativa Alpha.com
- 5 – Rede de Economia Solidária da Zona Sul de São Paulo
- 6 – UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia

1 – Cooperativa Monte Sinai Lanches

A Cooperativa Monte Sinai Lanches foi criada em fevereiro de 2003, por um grupo de ex-funcionários da antiga lanchonete da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que havia falido, e antes disso, fechada temporariamente por falta de condições sanitárias. Para a formação da cooperativa, como nos conta uma das cooperadas, o grupo procurou ajuda da Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares da própria Universidade (ITCP-USP), por indicação do grêmio estudantil da Faculdade, e assim

1. Cooperativa Monte Sinai, FAU-USP, São Paulo, 2007.
2. *Idem*
3. *Idem*

¹¹ A pesquisa de campo nas experiências brasileiras foi desenvolvida na Grande São Paulo e Capital. Além de entrevistas e visitas feitas ao longo do período do mestrado, principalmente entre maio de 2006 e maio de 2007, ela conta com informações colhidas anteriormente, no período de trabalho na ITCP-USP e na ANTEAG.

iniciou-se o processo de “incubação”¹² da nova cooperativa. Até aquele momento, conforme relata na entrevista, nenhum dos atuais cooperados tinha ouvido falar em cooperativismo. Desde então, nos últimos 4 anos, reativaram a lanchonete, formalizaram a cooperativa e saldaram todas as dívidas.

Atuam hoje na Monte Sinai 12 cooperados (para a formalização, tiveram que pedir a colaboração de parentes para completar o número mínimo exigido por lei, de 20 cooperados), organizados, conforme apresenta a cooperada, em: coordenação geral e conselho fiscal, cada um com 3 membros eleitos. Todos, independente da função, recebem o mesmo valor por hora/trabalho, o que atualmente representa, segundo informado, uma retirada mensal em torno de 600 reais. Além disso, foi criado um fundo para empréstimo aos cooperados. Desde 2005, a cooperativa não é mais “incubada” pela ITCP-USP, e segundo a cooperada, mantém hoje um desempenho econômico satisfatório, inclusive por sua localização privilegiada, pois é a única lanchonete da faculdade.

Sobre os princípios orientadores da cooperativa, relata que são muito solidários internamente, “somos como uma família”, que na cooperativa são todos iguais, e que por isso trabalham em autogestão e com liberdade.¹³ Sobre a relação com outras organizações de economia solidária, a cooperada destaca, todavia, que a cooperativa não tem envolvimento com outras experiências. Segundo ela, vivem isolados, não mantêm contato com outros grupos de economia solidária porque estão muito absorvidos no trabalho (têm turnos de 12 horas de trabalho, intercalados com 12 horas de descanso, e a lanchonete funciona nos 3 períodos de aulas). Além disso, responde que a cooperativa não tem um projeto político, mas que é um empreendimento de economia solidária, o que para ela significa ter liberdade no trabalho, solidariedade e possibilidade de fazer parte da sociedade.

Os cooperados eram chapeiros, serventes e atendentes da antiga lanchonete, mas também pedreiros, diaristas e vendedores ambulantes desempregados, que segundo a cooperada entrevistada, com a Monte Sinai mudaram sua condição de vida. Conta que certa vez uma cooperada, sentindo-se muito mal (com uma úlcera), não teve licença da patroa da antiga lanchonete para ir ao hospital. Hoje, fala que trabalham com dignidade, respeito e mais

12 A incubação de empreendimentos econômicos solidários é o processo de formação para a autogestão e apoio à estruturação de empreendimentos, baseado nos princípios metodológicos da educação popular, focados no desenvolvimento da autonomia e na valorização da experiência e realidade local. Organiza-se em eixos temáticos, abordados conforme as especificidades e estágio de organização dos grupos, entre eles: construção participativa de diagnóstico e planejamento; formação para a autogestão, cooperativismo, economia solidária; estudo de viabilidade econômica; elaboração do plano de sustentabilidade; estudo sobre formalização e assessoria jurídica; capacitações específicas para melhorias na produção e serviço; orientação para busca de financiamentos e crédito; fomento à criação de rede e cadeias produtivas; criação de estratégias para a comercialização; busca de soluções tecnológicas sociais, etc.

13 Como dado adicional, conforme informado, a maior parte dos cooperados é evangélica, mas há também alguns católicos, um espírita e um ateu. Estudar as relações e influências da religiosidade nas organizações populares, o crescimento atual do neopentecostalismo nos movimentos sociais contemporâneos e na economia solidária é um tema interessante que ainda necessita de investigação.

liberdade, podendo, por exemplo, receber visitantes e divulgar o trabalho da cooperativa. Com isso, depois de trazer um chá para cada uma de nós, oferecido pela cooperativa, sentada em uma das mesas da lanchonete, afirma: “hoje temos outra vida”. Nascida no interior de São Paulo, mudou-se com os pais para a Capital quando era criança, adolescente começou a trabalhar na antiga lanchonete e logo parou de estudar. Depois de tornar-se cooperada, fez curso de computação, voltou a estudar, aprendeu a dirigir e comprou um carro.

A cooperada participa, sem o apoio dos demais cooperados, de reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e da Rede de Economia Solidária da Zona Sul, e também de Feiras de Economia Solidária, pois acredita que aprende muito: “tudo que a gente aprendeu veio dessa coisa da economia solidária e da incubadora”, e através desses espaços, ela conheceu muitas cooperativas, grupos e instituições de apoio.

Sobre as dificuldades da cooperativa, destaca a falta de respeito das pessoas em relação à cooperativa. Conta que no seu bairro, por exemplo, os vizinhos têm uma visão bastante negativa de cooperativa, pois tiveram na região a experiência de uma cooperativa de ônibus, que era uma “coopergato”¹⁴, como destaca, pois era uma “bagunça” e prejudicou os seus trabalhadores e os moradores da região. Assim, enfrentam “visões preconceituosas da cooperativa”, em bancos, de novos fornecedores e da sociedade em geral. Apesar disso, ela relata que na escola onde estuda recebe muitas manifestações de apoio dos professores e colegas, que acham a sua experiência muito interessante.

Outro problema enfrentado, diz, refere-se à falta de compreensão dos cooperados a respeito das propostas da economia solidária. Segundo ela, “falta abrirem a cabeça” e se interessarem mais em participar do “movimento”, pois acredita que isto ajudaria a “construir mais respeito”, por trazer mais “clareza das idéias e propostas”. Finalmente, sobre o futuro, a cooperada diz que gostaria que as cooperativas fizessem mais intercâmbio, com reuniões e palestras. Espera que a cooperativa continue prosperando economicamente, para que possa abrir uma nova sede e envolver familiares e filhos dos cooperados.

Na experiência da Monte Sinai destaca-se o isolamento e a falta de envolvimento com questões que extrapolem os limites da cooperativa, todavia aponta um processo de auto-descoberta dos cooperados como sujeitos, inclusive políticos, com possibilidades de transformar a sua história.

2 – Cooperativa de Produção de Peças Fundidas em Alumínio e Zamac – COFAZ

Esta cooperativa, com sede em Francisco Morato, na Grande São Paulo, foi formada em 2001, com a crise de uma das empresas de artes metálicas e fundição do antigo Liceu de

14 “Coopergatos” ou falsas cooperativas, são empreendimentos econômicos, organizados sob a figura jurídica de cooperativa, que são formados apenas para burlar a legislação trabalhista, pois inexitem nestas organizações práticas efetivas de autogestão, mas sim vínculos de trabalho semelhantes à relação patrão-empregado.

Artes e Ofício (LAO) de São Paulo.¹⁵ A crise e a ameaça de demissão geral criaram diversos conflitos e greves, até que os empregados da empresa fizeram contato com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) e com outras cooperativas formadas a partir da falência de empresas, e decidiram criar uma cooperativa. A partir disso, fizeram acordos para utilizar o espaço do antigo LAO, para transformar as dívidas trabalhistas em máquinas e o estoque em capital de giro, e recuperaram a empresa. Com 6 meses de existência, a cooperativa conseguiu a certificação do ISO 9001 e, atualmente, trabalhavam para atender aos requisitos da ISO/TS16949 (certificação do setor automobilístico).

Em 2003, em visita à COFAZ, foram entrevistados: o diretor presidente, o diretor de qualidade, a laborista e um operador.¹⁶ Neste momento, havia 136 cooperados, alguns trabalhadores contratados, e uma cooperativa de serviço de alimentação. Os produtos da COFAZ (95% automotivos e 5% para “linha branca”), como relatado pelos diretores, são destinados a Volkswagen, General Motors, Siemens, entre outras empresas, e geram uma movimentação em torno de 1,5 milhão de reais por mês (em 2003).

Sobre a gestão, o presidente da cooperativa, antigo operário da fábrica, relata que fazem uma assembléia mensal aos sábados, que “só não participa quem não quer”, pois a cooperativa fornece transporte e alimentação. A cooperativa é composta por um conselho administrativo (eleito bienalmente, com 11 titulares, sendo 3 diretores: presidente, financeiro e administrativo), um conselho fiscal (eleito anualmente, com 3 titulares e 3 suplentes) e uma comissão de ética e disciplina (composta por cooperados que não fazem parte do conselho administrativo). Sobre as retiradas, foram mantidos os padrões de remuneração da antiga empresa, o que se deve, como justificaram o diretores, à necessidade de corresponder ao mercado. Com isso, há uma grande diferença entre as retiradas na cooperativa.

Sobre as dificuldades e desafios, os diretores indicam alguns pontos. Primeiramente, o problema da postura dos cooperados que, conforme relatam, ora transferem a imagem do patrão para a diretoria da cooperativa, ora tomam o discurso de “sou patrão, posso tudo”, o que gera falta de responsabilidade e respeito. Como solução, falam da necessidade de formação e capacitação contínuas e da melhoria da comunicação (atualmente, expõem os balanços e índices em quadros em uma área exclusiva aos cooperados, mas destacam que há pouco interesse). Soma-se a isso, o desgaste de reuniões sem resultados, brincam que há um “portal maldito” nas reuniões, pois “lá tudo se resolve, depois que atravessam a porta, nada acontece”. Além disso, há o problema da falta de credibilidade no mercado (dos bancos e clientes), por seu passado de crise e pelo descrédito na viabilidade da gestão cooperativa

15 Com menor financiamento público para o LAO, foram criadas fábricas aproveitando a relação escola-empresa.

16 Esta entrevista foi incluída na pesquisa com o objetivo de ampliar a diversidade de experiências, aproveitando material colhido anteriormente ao mestrado, em novembro de 2003, durante desenvolvimento de projeto junto a ITCP-USP e a ANTEAG, no âmbito do PNQ (Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego).

de uma empresa. Todavia, dizem que têm impressionado os clientes, pela manutenção e até melhoria da qualidade dos produtos, e destacam que eles inclusive têm declarado que na cooperativa “tem um ambiente legal”. Como desafio, apontam a atualização do maquinário e a ampliação e melhoria de condições de trabalho e de benefícios para os cooperados.

Descendo à área de produção, entrevistamos uma cooperada (laboratorista, que não faz parte dos conselhos), que afirmou que as coisas melhoraram com a criação da cooperativa (conforme relatado, são poucas as mulheres na cooperativa, de 136 cooperados, são 8 mulheres: 5 operadoras, 1 laboratorista e 2 secretarias). A cooperada destacou sua participação nas assembléias aos sábados e o aumento de responsabilidade de todos com o trabalho. Outro cooperado entrevistado, operador, apontou uma maior liberdade no trabalho, apesar de dizer que ainda se mantém uma hierarquia na cooperativa, mas de forma diferente. Falou também que o envolvimento e a responsabilidade dos cooperados é um grande desafio, e que ele não participa das assembléias, pois acredita que todos devem ter tempo para descansar.

Neste ambiente novo de trabalho, criado com a formação da cooperativa, os cooperados entrevistados destacaram que surgiram invenções coletivas e melhorias no processo de produção, como por exemplo, a idéia de reaproveitamento do óleo das máquinas. No dia da visita, disseram que haveria uma assembléia, prevista para durar 30 minutos (mas relatam que costumam durar mais, pois “as pessoas discutem, discordam”), que tinha como pauta a retirada dos cooperados, no final do ano.

A respeito de sua relação com outras empresas e organizações de economia solidária, a COFAZ tem participado de alguns encontros e cursos promovidos pela ANTEAG e pela UNISOL Brasil, mas de acordo com as últimas informações encontradas, a cooperativa se mantém distante das organizações políticas da economia solidária. O relato apresentado expressa contradições e ambigüidades enfrentadas nesta experiência, que estão, em grande medida, presentes em muitas organizações de economia solidária atuais. Neste caso, juntamente com a reprodução de certas práticas de desigualdade, como a grande variação das remunerações e pouco envolvimento político, encontramos conquistas para os trabalhadores, pela manutenção do trabalho e por haver algumas transformações na produção no sentido da ampliação, mesmo que ainda limitada, da autonomia e liberdade.

3 - E.A. Produtos Ecológicos

A aproximadamente 2 horas de ônibus do Largo de Pinheiros, localiza-se o E.A. Produtos Ecológicos, um empreendimento informal de produção de sabão, sabonete e produtos de limpeza, localizado no Jardim Clarice, vizinho ao Jardim Ângela, considerado um dos bairros mais violentos da cidade de São Paulo. Este grupo foi formado em 2003, a partir da proposta de criação de novos empreendimentos colocada aos participantes do Clube de Trocas do Jardim Ângela, freqüentado por uma das atuais integrantes. O Clube de Trocas, criado pela Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCP-USP) e parceiros locais (inicialmente

com apoio do Programa Oportunidade Solidária, da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo - SDTS/PMSP, gestão 2000-2004), é um espaço de intercâmbio de produtos e serviços (em feiras de trocas), através de uma moeda social¹⁷, muitas vezes formado em cenários de grande escassez de moeda oficial.

O grupo é composto por mulheres de mais de 60 anos, que no início do projeto participavam do Programa Redistributivo “Começar de Novo” da SDTS/PMSP, voltado à terceira idade. Migrantes nordestinas, trabalharam grande parte da vida como domésticas e, até poucos anos atrás, nunca tinham freqüentado a escola. O E.A. Produtos Ecológicos, como relatam as participantes na entrevista, tem o objetivo de contribuir com a “ecologia, gerar renda, atividade e saúde para a terceira idade”. A contribuição com a ecologia, explicam, deve-se ao fato de que produzem sabão a partir do óleo de cozinha reutilizado, recolhido na vizinhança, o que ajuda a evitar danos ao meio ambiente na região.

O grupo, inicialmente, era formado por 6 integrantes, mas pelas dificuldades ao longo do percurso alguns desistiram. Em 2006, eram 3 integrantes, que continuavam enfrentando

1

1. E.A. Produtos Ecológicos, São Paulo, 2007.
2. Idem/Foto ITCP USP, 2006.
3. Mostra de Cultura do Brasil e Economia Solidária, São Paulo, 2006.
4. Idem

3

2

4

17 Este tipo de organização, com já relatamos, teve papel importante nos anos de crise aguda na Argentina. No Jardim Ângela e em outros bairros da periferia de São Paulo, e de outras cidades brasileiras, tem sido criado com o objetivo, entre outros, de ser uma estratégia pedagógica para a formação de novos empreendimentos e de trabalhadores, a partir de princípios de autogestão, igualdade, democracia e solidariedade.

condições precárias de produção e de comercialização de seus produtos (atualmente o empreendimento tem gerando mensalmente menos de um salário mínimo às participantes, como complemento às suas aposentadorias).

As participantes consideram que o grupo é um empreendimento de economia solidária, que se define por ter autogestão, não ter patrão nem empregado e ter informação aberta para todos. Além disso, destacam que participam de fóruns (Fórum Municipal de Economia Solidária e Fórum em Defesa da Vida, no Jardim Ângela) e de cursos de economia solidária. O grupo tem contato com outros empreendimentos de economia solidária que atuam na região, mas destacam que o movimento precisa se fortalecer: “falta participação e comunicação”.

Em 2006, o E.A. participou da Teia Cultural e de Economia Solidária na Bienal de São Paulo (em abril); da I Conferência Estadual de Economia Solidária, em Osasco (em junho) e da Nacional, em Brasília (em junho); e das reuniões mensais do Fórum Municipal de Economia Solidária, na Câmara Municipal. Como apoiadores e parceiros, as entrevistadas destacam ITCP-USP, Cáritas, paróquias da região e algumas associações locais, como a Casa Sofia, além de outros empreendimentos, grupos do MST, da Igreja e de mulheres.

Entre as dificuldades enfrentadas pelo grupo, elas ressaltam a falta de nota-fiscal para ampliar as vendas, mas declaram que para a sua formalização, o grupo precisa se consolidar mais. Além disso, destacam também a busca por um padrão de qualidade, e para isso, conseguiram o apoio de professores do Instituto de Química da USP, que estão fazendo pesquisas e dando orientações sobre a produção. Participar do grupo, segundo relatam, é uma forma de criarem autonomia e se manterem “na ativa”, buscando transformar, mesmo que um pouco, o contexto no qual vivem.

O grupo apresenta diversas fragilidades, por sua condição bastante precária de produção, número reduzido de participantes, dependência da atuação de uma de suas integrantes e dificuldades de comercialização. Contudo, tem sido uma referência de economia solidária na sua região, pela participação em reuniões e eventos, onde contam sobre sua experiência, e também por darem oficinas às comunidades vizinhas e de outras regiões da cidade, sobre produção de sabão e economia solidária.

4 – Cooperativa Alpha.com

Esta cooperativa de serviços de informática é formada por jovens moradores do Capão Redondo, na Zona Sul de São Paulo, considerado um dos “bolsões de pobreza da cidade”, com mais de 240 mil habitantes. Foi criada na Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Chico Mendes, a partir de uma parceria entre esta Associação, o Projeto Sampa.org (coordenado pelo Instituto Florestan Fernandes, com diversas parcerias, voltado para a inclusão digital) e a ITCP-USP, que desenvolvia um projeto de “incubação de empreendimentos

de economia solidária” na região pelo Programa Oportunidade Solidária da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (SDTS-PMSP). A formalização da cooperativa ocorreu em 2004, após um ano de processo de “incubação” (período em que o grupo variou bastante) e teve como objetivo viabilizar os contratos articulados pelo Sampa.org.

Em entrevista, um dos cooperados relembra este processo inicial e destaca que foi bastante conturbado, principalmente pela inexperiência do grupo em lidar com o mercado. Durante o primeiro ano, a cooperativa desenvolveu alguns contratos, o mais importante foi na Praça de Serviços da Prefeitura, no Vale do Anhangabaú. Nos anos de 2005 e 2006, conseguiu muito pouco trabalho, o que gerou desânimo e desinteresse nos cooperados, levando uma boa parte deles a sair da cooperativa.

Após esse período mais difícil, hoje estão na ativa 10 cooperados, a metade é formada por novos membros, jovens em média com 20 anos. A cooperativa tem uma sala para trabalhar e dar cursos de informática no Centro de Referência de Economia Solidária no Campo Limpo (criado pela parceria entre a Cáritas e a ITCP-USP), espaço que compartilham com outros grupos participantes da Rede Solidária da Zona Sul (que apresentaremos a seguir). A cooperativa não é mais acompanhada pela ITCP-USP, mas é parceira desta, na Rede Solidária, e atualmente busca novas parcerias.

A cooperativa, como relata um dos membros entrevistado, “está começando a agir como empresa”. Para ele, isto significa se preparar para conseguir contratos maiores e enfrentar o mercado (estão aprendendo a fazer licitações). Para enfrentar este desafio, o cooperado afirma que a prática de “fazer muita reunião” na economia solidária é um problema, apontado também por outros trabalhadores, pois o mercado pede velocidade e conhecimentos tecnológicos, que são pouco desenvolvimentos e debatidos nas reuniões que participa.

Além disso, conta que muitos grupos estão acomodados e não buscam melhorar a qualidade dos produtos, e ressalta que “não é só porque é um grupo de economia solidária que nós vamos comprar, mesmo que não tenha qualidade”. Na sua opinião, esta situação deve-se muitas vezes a posturas centralizadoras das instituições de apoio, com influência da Igreja, que apesar de terem uma contribuição fundamental na viabilização de projetos, têm uma forma centralizadora de trabalho com a qual ele não concorda.

Como contraponto, indica uma estrutura de organização na qual os próprios cooperados dos empreendimentos formassem a coordenação. Aponta o exemplo da UNISOL Brasil, união de cooperativas, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantida com a contribuição das cooperativas-membros (1% da folha de pagamento) e a captação de financiamentos, e que contrata técnicos para dar assessoria às cooperativas. Assim, segundo o cooperado, não há assistencialismo, mas uma forma de se desenvolver a autonomia do grupo. Para ele, com

a ITCP-USP e a Rede Solidária, o grupo tem aprendido bastante sobre a dimensão social da cooperativa, mas junto com isso necessitam aprender mais sobre como atuar e negociar no mercado.

Nascido em São Paulo, 35 anos, pai de 3 filhos, o cooperado é filho de migrantes, pai pernambucano e mãe mato-grossense, e trabalha desde a adolescência. Foi metalúrgico, participou de sindicatos e da organização de greves. Até que, segundo ele, chegou um momento em que “não conseguia mais ficar batendo cartão”, trabalhando em empresas “boca de porco”, e então saiu em busca de alternativas. Com esse objetivo, decide formar a cooperativa, com apoio da Associação Chico Mendes, da qual participava.

Como princípios da economia solidária, o cooperado destaca a solidariedade, o trabalho em benefício da comunidade e a busca de sustentabilidade. Afirma que a economia solidária é um movimento social com “valores interessantes”, mas aponta que é necessário conseguir diferenciar esse movimento das organizações formadas para criar “massa de manobra política ou religiosa”. Dá como exemplo o projeto Fazenda Nova Canaã, da Igreja Universal do Reino de Deus¹⁸, que tem gerado trabalho e benefícios para a população da região, e que por isso poderia ser chamado de economia solidária, mas envolve estratégias de manipulação e assistencialismo, inclusive para a eleição de diversos políticos.

Com isso, diz que a economia solidária tem muitos problemas e desafios, pois além de conflitos entre os trabalhadores dos empreendimentos, ela está na fronteira entre pólos complicados, ele destaca: “a economia solidária não é religião, mas tem um pouco disso; ela não é empresa, mas tem um pouco; não é assistencialismo, mas tem um pouco, pois é necessário dar apoio aos grupos”. Todavia, termina a entrevista dizendo: “mas a economia solidária vai dar certo, porque não tem outro caminho”.

A experiência da Cooperativa Alpha.com e o olhar crítico do cooperado explicitam aspectos das tensões e conflitos enfrentados pelos empreendimentos, que se referem aos seus objetivos econômicos e políticos, e aponta algumas características da formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil.

5 – Rede Solidária da Zona Sul de São Paulo

A Rede Solidária da Zona Sul foi criada em 2004, a partir de um projeto da ITCP-USP, desenvolvido junto ao Programa Oportunidade Solidária da SDTS/PMSP (já citado), e posteriormente, apoiado pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc) do Go-

¹⁸ Este projeto da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criado em 1999, em parceria com empresas privadas, localiza-se no município de Irecê, estado da Bahia. Segundo informações obtidas no sítio eletrônico da IURD, o projeto é desenvolvido em uma fazenda “com mais de 500 hectares, irrigados nos moldes dos kibutzes israelenses, ou seja, por gotejamento”, e a produção é industrializada na própria fazenda, que utiliza mão-de-obra local e beneficia a comunidade com serviços de educação, higiene, saúde, transporte e lazer, a partir principalmente de doações. Ver: www.igrejauniversal.org.br/obras-projnordeste.jsp

verno Federal e pela Rede de Tecnologia Social (RTS).¹⁹ Tem como objetivo, segundo consta em relatórios consultados, desenvolver ações articuladas entre atores locais e externos para o fomento e apoio à empreendimentos de economia solidária e outras ações que promovam um “desenvolvimento local solidário”, como denominam alguns de seus participantes.

A articulação desenvolvida tem objetivos econômicos, políticos e culturais. A Rede Solidária trabalha para conjugar a produção e o consumo localmente, para potencializar as ações de fomento a empreendimentos. Busca com isso criar uma alternativa ao freqüente processo de escoamento da renda aplicada na região (através de políticas redistributivas, por exemplo) para outras regiões da cidade e para as grandes empresas privadas. Juntamente a este objetivo econômico, a Rede cria espaços de encontro para divulgação e formação, troca de experiências e de informações, e para a articulação política, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos e as ações de melhorias para a região.²⁰

Atualmente, a Rede Solidária da Zona Sul é formada por 5 empreendimentos, entre eles o E.A. Produtos Ecológicos e a Cooperativa Alpha.com (apresentados anteriormente), o Clube de Trocas, o Clube de Compras Coletivas e 4 instituições de apoio, com atuação destacada da ITCP-USP e da Cáritas. Com o objetivo de complementar e conhecer uma diferente perspectiva e informações a respeito da Rede Solidária (além daquelas encontradas em documentos produzidos pela ITCP-USP e relatadas pelos empreendimentos pesquisados, apresentados anteriormente), entrevistamos um representante da Cáritas Diocesana do Campo Limpo²¹, um padre que acompanha o projeto desde seu início, em 2004.

A Cáritas, de acordo com o seu relato, tem atuado pela economia solidária há vários anos, em diversos estados do país, com apoio da entidade católica alemã Misericórdia, por acreditar que esta é “uma resposta ao desemprego, a fome e a miséria”. O próprio padre, há 5 anos, conheceu a proposta da economia solidária em um congresso da Cáritas, e em 2004, quando foi informado do trabalho da ITCP-USP na região, decidiu participar da criação da Rede Solidária. Segundo destaca, a economia solidária envolve reflexão e ação, por isso passou a participar das reuniões da Rede e também a trabalhar na criação de um Clube de Compras Coletivas. Posteriormente, em 2006, a Cáritas cedeu à ITCP-USP um espaço para a criação do Centro de Referência de Economia Solidária no Campo Limpo, hoje sede da Rede Solidária.

O Clube de Compras, que desde de 2004 é organizado na sua paróquia, é um instrumento, segundo ele, para colocar em prática a “caridade libertadora, não assistencialista”, pois

19 Participam do PRONINC: os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Social (MDS), da Saúde e da Educação (MEC), a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Rede Unitalho e a Rede Universitária de ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). Mais informações: www.acompanhamentoproninc.org.br. Sobre a RTS, ver: www.rts.org.br

20 “Apresentação Rede Solidária da Zona Sul”. In: Relatório “Projeto Desenvolvimento de Rede Solidária – Ca-pão Redondo, Jardim Ângela, Campo Limpo e Jardim São Luis”, ITCP-USP/SDTS/PMSP, 2004.

21 Segundo informação obtida na entrevista, a Diocese de Campo Limpo envolve 5 municípios e a região sul do município de São Paulo.

“não é só dar”, mas buscar ensinar aos participantes a “caminhar com os próprios pés”. Neste sentido, acredita que para o desenvolvimento da economia solidária é necessário uma “mudança de mentalidade”, e o Clube de Compras ajuda na “formação pela prática” dos participantes, que em grande parte são atraídos inicialmente pelos produtos com preços menores e melhor qualidade. Segundo relata, chega-se a economizar 1 real por kg de alimento, comprando no CEASA, pois o Clube ainda não conseguiu se organizar para realizar a compra direta dos produtores, mas já oferece produtos feitos por grupos da Rede Solidária.

Sobre a Rede Solidária, o padre destaca que é necessário que esta tenha uma entidade motivadora forte, como a ITCP-USP ou a Cáritas, principalmente pela falta de preparação das pessoas para trabalhar de forma cooperativa. Mas aponta que participa das reuniões da Rede, representando o Clube de Compras, destacando que ela é formada fundamentalmente por empreendimentos autogestionários. Uma parte destes empreendimentos utiliza o Centro de Referência como sede, até ter condições de mudar-se para uma sede própria, dando lugar a um novo grupo. Outro grupo articulado à Rede Solidária é o Clube de Trocas do Jardim Ângela, desenvolvido em parceria com a Paróquia Santos Mártires. Como desafio da Rede, o padre ressalta a necessidade de atrair mais participantes, empreendimentos e entidades, e conta que atualmente estão em avaliação e planejamento.

A economia solidária, segundo define, tem como objetivo “resgatar a auto-estima das pessoas, mostrar que elas são capazes de descobrir caminhos para gerar renda”, está baseada essencialmente na solidariedade, que significa “pensar também no outro, não só em si mesmo”. Assim, ela busca combater a mentalidade capitalista, do consumismo e do individualismo. Além disso, a Cáritas utiliza a denominação de “economia popular solidária”, segundo ele, para destacar que o foco está na população “simples, humilde, sem escolaridade, mais sofrida e pobre”, com a proposta de mostrar que estas pessoas podem se envolver em uma “outra economia”, que inclusive deve partir delas e então envolver toda a sociedade, pois só assim os empreendimentos poderão sobreviver. Esta “outra economia”, como ressalta, não é a capitalista, mas também não é a socialista, pois “pelo que vimos as duas são prejudiciais, pela concentração na mão de poucos”, ela é “um meio termo”, é “a busca de um caminho”.

A Cáritas participa dos Fóruns de Economia Solidária e, segundo o padre, reconhece que a economia solidária “é um movimento social, com um objetivo muito nobre”, que envolve, além destas questões, a ecologia. Mas destaca que este movimento enfrenta desafios, pois nem todos os participantes que se dizem da economia solidária “estão dentro da proposta”, por não ter preocupação com o meio ambiente ou visão de conjunto e consciência, por exemplo, da origem dos produtos que consomem. Com isso, o maior desafio da economia solidária para ele é a conscientização, a mudança de mentalidade das pessoas, e também a busca da qualidade dos produtos.

O padre aponta o contexto da metrópole paulistana como um obstáculo para o desenvolvimento da economia solidária, onde “todos estão correndo, buscando sobreviver”, o que resulta em pouca disponibilidade das pessoas, que em sua grande maioria não conhece esta proposta. Apesar disso, ele afirma que o caminho é colocá-la em prática, pois “falar só não é suficiente”, é preciso “conhecer o desenrolar da prática”. Desta forma é possível a mudança de mentalidade e conseqüentemente o desenvolvimento da economia solidária.

Enfrentando estes desafios, para ele, “a economia solidária tem que continuar” e a fraternidade do povo brasileiro pode ajudar a enfrentar a cultura capitalista dominante, do “cada

1. Encontro Rede Solidária da Zona Sul, São Paulo, 2004.
2. Cooperativa UNIFORJA, Diadema, 2007.
3. *Idem*
4. *Idem*

um por si e Deus por todos”. Todavia, ele destaca que não dá para ser imediatista diante do quadro que enfrentamos, é necessário “ter paciência para cativar e atrair as pessoas para a proposta”. Segundo destaca, a prática “é difícil, não adianta impor, pois assim não tem sustentabilidade, tem que ser a partir da consciência”. Assim, considera que a economia solidária terá resultados apenas a médio e longo prazos, mas aponta que ela é hoje o caminho mais concreto e viável.

Neste relato, pela vertente da “caridade libertadora”, percebemos a ênfase na formação dos trabalhadores pela prática e em sua conscientização, como uma forte característica da história do movimento de economia solidária no Brasil.

6 – UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia

A aproximadamente uma hora e meia do centro de São Paulo, pela Rodovia dos Imigrantes, em uma área central da cidade de Diadema, na região metropolitana de São Paulo, está localizada a UNIFORJA, Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, criada em meados de 2000. Parte do

ABCD Paulista, Diadema tem um histórico de atuação econômica voltada para a indústria (era um bairro industrial de São Bernardo do Campo, independente em 1959) e de ocupação populacional desordenada.

A UNIFORJA foi constituída no ano 2000, como uma central cooperativa que envolvia quatro cooperativas industriais: Coopertratt, Cooperlafe, Coopercon e Cooperfor. Estas cooperativas foram criadas entre dezembro de 1997 e abril de 1998, pelos empregados da Conforja S/A (empresa metalúrgica, criada em 1954), então em processo de falência. Naquele momento, havia cerca de 600 trabalhadores na empresa e 320 decidiram permanecer. Estes trabalhadores se separaram para criar quatro cooperativas distintas, principalmente por haver divergências internas, que geraram dificuldades para a constituição de apenas uma. Assim, subdividiram a empresa em unidades especializadas em diferentes setores: tratamento térmico e transformação de metais, laminação de anéis e forjados especiais, fabricação de curvas e conexões tubulares em aço carbono, baixa liga e inox, e fabricação de forjados automotivos e flanges.

A UNIFORJA é criada dois anos depois, para integrar estas cooperativas, que ocupam a mesma sede (de 65 mil m²) e trabalham de forma integrada no chão de fábrica. Com isso, conforme um documento sobre seu histórico, ela tem os objetivos de dar “suporte logístico nas áreas de gestão administrativa, aquisição de insumos e matérias-primas, vendas de produtos acabados e beneficiamentos, serviços de manutenção, engenharia, método de produção e desenvolvimento tecnológico, qualificação profissional, desenvolvimento de novos produtos, etc”²², para as cooperativas filiadas. Há cerca de um ano, a Coopercon foi fechada, pois não conseguiu manter-se no mercado especialmente competitivo de seus produtos. Neste processo, seus cooperados e a produção foram subdivididos e integrados às outras três cooperativas, sem que algum trabalhador fosse demitido.

Atualmente, a UNIFORJA é a maior fabricante de flanges e conexões de aço forjado da América Latina, e possui as certificações ISO 9001 e ISO/TS 16949 (automotiva). É constituída por 287 cooperados e 245 contratados em regime CLT, que recebem formação em cooperativismo e após três anos na cooperativa, se for de comum acordo, se tornam cooperados ou saem da empresa. Para tornar-se cooperado, o trabalhador é demitido e paga 80% da sua rescisão como primeira parcela da cota-parte do capital social (de 50 mil reais), que pode ser integralizada em até 20 anos, através de descontos de 10 a 20% da retirada do cooperado. Além disso, contratam 3 empresas terceirizadas para realizar serviços de limpeza, segurança e do refeitório.

Os produtos da UNIFORJA são majoritariamente vendidos no mercado nacional (cerca de 98%), inclusive porque, segundo relatado na visita, não têm ainda tecnologia suficiente para a exportação. A cooperativa não tem estoque de produtos, estes são feitos por encomenda,

22 Histórico da UNIFORJA, 2006.

e em parte destinam-se à Petrobrás, que mantém técnicos fiscalizando a produção. Por outro lado, a matéria-prima é principalmente importada da Bélgica e da China, pois apontam que há um monopólio na extração de minério no Brasil, que dificulta a compra da matéria-prima aqui. Hoje, conforme declara seu presidente, a UNIFORJA tem 30 milhões em estoque de matéria-prima. Para isso, ele aponta que foi necessário um trabalho de formação e conscientização dos cooperados.

Quando chegamos a UNIFORJA, fomos recebidos pelo seu presidente, acompanhado de um assessor, e por uma técnica da UNISOL Brasil (união de cooperativas, da qual a UNIFORJA é membro-fundadora). Após assistir a um breve vídeo de apresentação, fizemos uma entrevista com o presidente e seu assessor. Nela, o presidente declarou que a cooperativa é um meio de manter e gerar emprego, mas também um lugar de mudança cultural, pois os trabalhadores tinham dificuldade de entender a proposta.

Ele relatou que, no início, todos queriam ser membros do conselho administrativo, pois ainda não conheciam as responsabilidades. Hoje, entendem melhor a proposta e sabem que em uma cooperativa não se pode pensar de forma individualista e imediatista. Conta que a cooperativa foi criada para beneficiar um grupo cada vez maior de pessoas, e deve durar mais tempo do que os cooperados que fazem parte dela hoje. Para isso, aponta a necessidade de formação constante — técnica e cultural — para que todos entendam a proposta cooperativista.

Sobre a gestão das cooperativas, relata que as três fazem assembleias mensais e a UNIFORJA, assembleias trimestrais, e destas últimas participam também os contratados, mas apenas com direito a voz. A cada 3 anos há eleições para o conselho administrativo nas três cooperativas, e a cada 4 anos na UNIFORJA (composto por 8 membros, com representantes das 3 cooperativas). O atual presidente da UNIFORJA era líder de produção na antiga empresa, e hoje está em seu segundo mandato, que se encerra em 2009, quando não mais poderá reeleger-se.

As principais dificuldades, comum a diversas outras cooperativas, são crédito, tecnologia, fornecimento de matéria-prima e formação dos cooperados. Destacam que há muito preconceito com relação a uma empresa gerida por seus trabalhadores. O presidente ressalta que eles têm que trabalhar muito para conquistar credibilidade, e por isso são muito rígidos no cumprimento de prazos de pagamentos e entregas, sendo este um dos princípios de trabalho da UNIFORJA. Outros princípios destacados foram a transparência e a clareza na gestão da cooperativa e o treinamento constante tanto técnico quanto cultural em cooperativismo.

A UNIFORJA conseguiu dois empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), todavia, isto é uma exceção entre as cooperativas. Com o primeiro empréstimo, a cooperativa arrematou em leilão, junto à massa falida da antiga empresa, as instalações e os maquinários.

Sobre a formação dos cooperados, a UNIFORJA organiza freqüentemente cursos e treinamentos, e paga 50% da mensalidade de faculdades para cooperados, 25%, para contratados e 100% dos cursos de pós-graduação, desde que sejam de interesse do segmento da empresa. A formação constante, declara, tem melhorado a postura dos cooperados. Para problemas de indisciplina, usam de advertência, suspensão, em último caso, expulsão (5 casos desde a formação das cooperativas).

Outro aspecto importante refere-se às retiradas, que são feitas após terem sido pagas todas as contas, como ocorre em toda cooperativa. O valor das retiradas é, em geral, de 15 a 20% superior ao do mercado, somando em média 1.600 reais, segundo relatado na entrevista. Contudo, é considerável a variação entre o maior e o menor valor das retiradas, em uma proporção de 1 a 7, estabelecida pelo estatuto da cooperativa.

A UNIFORJA dá também apoio à formação de outros empreendimentos de economia solidária, pois reconhecem que há grande necessidade de assessoria técnica e de desenvolvimento tecnológico (destacam assim o importante papel da universidade). Ela criou ainda um fundo para ajudar outras cooperativas, através de apoio técnico, elaboração de estudos de viabilidade econômica, cursos e doação de máquinas, e os seus cooperados costumam colaborar nestas ações de apoio.

Além disso, os entrevistados relatam que a cooperativa freqüenta todos os espaços políticos do movimento de economia solidária, enviando cooperados e também através da UNISOL Brasil (já citada), que tem hoje como presidente um cooperado da UNIFORJA, que recebe pela cooperativa e está cedido para trabalhar na UNISOL, como estabelece seu estatuto. A UNISOL faz o acompanhamento político do movimento de economia solidária, a intermediação com o Estado, além de dar apoio técnico aos empreendimentos e formação aos cooperados.

Contam que, atualmente, recebem ao menos um visitante por semana, de cooperativas, universidade, instituições governamentais e não governamentais. Após a entrevista, fomos conhecer a produção. Percorremos a extensa área, caminhando entre fornos, pilhas de anéis de aço carbono em altíssima temperatura, blocos de matéria-prima, pilhas de peças automotivas. Vimos poucos trabalhadores, pois estávamos no período de troca de turnos para o almoço. Fomos convidados para almoçar no refeitório da cooperativa: quarta-feira, dia de feijoadada.

No documento sobre o histórico da UNIFORJA, declaram que ela “trabalha para ser espelho de autogestão democrática no Brasil, líder no mercado interno e reconhecida internacionalmente”. Esta central cooperativa é hoje uma experiência muito importante por sua dimensão, seu histórico e atuação no apoio a outros empreendimentos. No relato apresentado, novamente se destaca a ênfase dada à formação de trabalhadores, e também o problema da reprodução de certas desigualdades, encontradas, por exemplo, nos diferentes níveis de remuneração. Lidar com o mercado e ser também “espelho da autogestão democrática” é projeto deste e de vários outros empreendimentos da economia solidária no Brasil, na atualidade. Neste projeto

da economia solidária, as possibilidades de transformação social encontram-se na presença, ainda que embrionária, fundacional, de relações políticas baseadas em igualdade e autonomia.

...

Nestes relatos sobre cooperativas, empresas recuperadas, empreendimentos informais, associação mutual e rede solidária apresentados, encontramos práticas baseadas em princípios comuns. Nos relatos de assembléias, reuniões, eleições para coordenação/conselho encontramos o princípio da *autogestão*. Outro princípio observado está no fato de que estas organizações econômicas têm como objetivo gerar trabalho, renda e benefícios para a comunidade, a partir do trabalho associado e cooperativo, desenvolvido com base no *controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços*.

Encontramos também descrições de práticas de *divisão eqüitativa e democrática dos benefícios*, nos casos em que as retiradas²³ são iguais por hora/trabalho, ou onde há uma base de retirada comum, com acréscimos delimitados, definidos a partir de critérios aprovados em assembléia, relacionados principalmente a uma função de maior responsabilidade ou ao maior tempo de trabalho no empreendimento. Conforme relatado, há alguns casos onde a cooperativa decidiu manter o padrão de remuneração da antiga empresa, pela necessidade de corresponder ao padrão do mercado para manter os trabalhadores de maior qualificação. Nos deparamos, neste aspecto, com uma das questões conflituosas, relacionadas ao tenso equilíbrio entre os objetivos econômicos e os políticos, nas experiências de economia solidária.

O princípio da *solidariedade* também aparece nos relatos das experiências, referindo-se à sua manifestação interna, entre associados e cooperados, mas também, em grande parte dos casos, à relação com outras experiências de economia solidária, com a comunidade vizinha e a sociedade em geral. Também o princípio da *intercooperação* está presente nas parcerias e apoios técnicos, contratos entre cooperativas e na reivindicação, construção e implementação conjunta de políticas públicas.

O quadro a seguir ilustra algumas relações de intercooperação, parceria e apoio entre as experiências estudadas, destas com o poder público e com outras instituições civis, revelando indícios e características da formação de movimentos sociais de economia solidária nos dois países. Buscamos também expor alguns aspectos de distinção entre as dinâmicas de articulação política brasileiras e argentinas. Neste sentido, visualizamos contrastes entre a predominância de instituições de fomento e a maior centralização e integração das experiências no Brasil, e a maior presença de empreendimentos e movimentos sociais, e uma fragmentação na Argentina. Este quadro não abrange toda a complexidade e diversidade de relações e instituições existentes nos dois países na atualidade, mas apresenta uma interpretação e uma sistematização de informações relatadas e observadas na pesquisa de campo em São Paulo e Buenos Aires.

23 Nome dado a remuneração dos cooperados e sócios.

Figura 1 – Articulações entre segmentos identificadas em Buenos Aires

Figura 2 – Articulações entre segmentos identificados em São Paulo

A partir dos relatos apresentados, percebemos nestas experiências um modo de agir que se reporta a uma dimensão pública, ao enfrentamento de problemas coletivos, com base em princípios construídos ao longo do processo histórico, e que recuperam e renovam matrizes teórico-políticas. Em certa medida, a própria economia solidária busca se constituir como uma nova matriz teórico-política, que mobiliza grupos sociais, e se constrói a partir de antigas matrizes do movimento dos trabalhadores.

Encontramos nestas experiências um caráter político fundamental, no sentido amplo, já discutido no capítulo I, de uma busca por recolocar a preeminência do político sobre as relações econômicas, e assim politizar a dimensão econômica da vida social, em defesa do direito ao trabalho e da reconstrução de seu significado, do reconhecimento do trabalhador enquanto sujeito no seu trabalho e na sociedade. Desta forma, as experiências de economia solidária se colocam em uma posição de resistência diante de características predominantes na sociedade contemporânea, o que resulta em um cotidiano de conflitos e tensões.

No capítulo III, discutimos que as organizações de economia solidária se diferenciam por sua dimensão política que, em seu aspecto de resistência, desenvolvem relações econômicas baseadas na autogestão e criam novos espaços públicos, a partir de articulações locais. Desta forma, estas experiências contrapõem-se à predominância de relações mercantis, que caracteriza a sociedade contemporânea, através da busca por uma renovação da cultura econômica e política, por meio de transformações inclusive institucionais, que se fazem num processo cotidiano, no qual princípios e práticas políticas são experimentados, associados ao trabalho econômico, “concebido acima de tudo como construção coletiva democrática”.²⁴ Essa construção refere-se a uma democracia política que não é aquela ditada pela elite ao povo, mas aquela que o povo reinventa diariamente nos seus “pedaços”²⁵, solo de onde emergem os movimentos sociais de economia solidária.

O cotidiano das experiências estudadas, do qual nos aproximamos através da pesquisa de campo, é formado por combinações e articulações, que se referem ao compartilhamento de princípios e matrizes comuns, mas também por ambigüidades, contradições e fraturas, que buscamos investigar no segundo eixo desta análise.

2 A busca do político: narrativas dos trabalhadores

Diante deste quadro heterogêneo de experiências, nos questionamos: é possível a formação de novos movimentos sociais? Nas experiências de economia solidária, por seus princípios e práticas de cooperação, autogestão e solidariedade, retomados das matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa, encontramos a possibilidade da ação política e da construção

24 França Filho e Laville, *Op. cit.*, 2004. p. 19.

25 Retomando a expressão de: Magnani, José Guilherme. “Da periferia ao centro: pedaços e trajetos” In: *Revista de Antropologia USP*. São Paulo, vol. 35, 1992.

de uma mudança compartilhada em um projeto comum? Ao criarem focos de resistência por suas novas formas de relações sociais, de trabalho e de propriedade, estas experiências rompem com o trabalho subordinado e reconstituem espaços públicos, emancipatórios? Ou são apenas formas de sobrevivência imediata no processo de aprofundamento da precarização das condições de vida dos trabalhadores frente à crescente concentração de poder e riqueza na sociedade contemporânea?

Ao longo da história, as interpretações sobre os movimentos de trabalhadores, produzidas por acadêmicos e militantes, enxergaram na heterogeneidade, na falta de unidade e centralização, um indício negativo para a ação política, um reflexo da desmotivação política dos trabalhadores e do predomínio de comportamentos individualistas, pessoalistas e submissos. Como apontam Paoli e Sader (2004), nesta abordagem “as práticas culturais vivas e significativas da população aparecem como obstáculos sociais e políticos, pois não apenas representam dispersão e particularismo de forças como, pior ainda, são dinâmicas culturais que não geram política”.²⁶

Partindo de outra perspectiva, interpretações surgidas principalmente nos anos 1970 buscam pensar como uma sociedade plural e diversa poderia gerar transformações em direção à liberdade e à democracia, abrindo novos espaços políticos. Nestas interpretações, destacam Paoli e Sader, “o cotidiano, antes opaco espaço de repetições, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela”.²⁷ Assim, surgem diversos estudos sobre o *modo de vida* dos trabalhadores — em contraponto a interpretações restritas aos espaços formais institucionais ou à dimensão econômica da *reprodução social* da classe trabalhadora — que destacam a dimensão dos sujeitos e buscam recontar o passado como um movimento vivo de enfrentamentos de classes e grupos sociais.

Em vários desses estudos, ocorre uma passagem da análise da *estrutura* para a análise do *cotidiano*, como base para a interpretação da vida social e política. De outra forma, há também autores que buscam justamente investigar as relações entre a *estrutura* e o *cotidiano*. Por esta perspectiva, em grande medida baseada nos trabalhos de E. P. Thompson, analisado no capítulo I, é possível reconhecer a dimensão política das experiências de economia solidária na sociedade contemporânea, e neste sentido, investigar a movimentação destes trabalhadores nos contextos brasileiro e argentino pós-redemocratização.

Onde está a política? Para investigar a dimensão política das experiências de economia solidária, analisamos os debates travados e os pontos de tensão e ambigüidade. A política, como discutido no capítulo I, principalmente a partir de Hannah Arendt, refere-se fundamentalmente à dimensão do mundo comum, problematizado pelo diálogo fundado no re-

26 Paoli, Maria Célia e Sader, Eder. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: Cardoso, R. (org.) *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 45.

27 *Idem*, p. 52.

conhecimento de um espaço de circulação de pensamentos, princípios, julgamentos e idéias entre as pessoas.²⁸ Este espaço público é marcado por conflitos e divergências, que se dão pelo encontro de diferentes concepções de mundo e pela disputa de projetos para a sociedade.

Todavia, em um contexto marcado pelo declínio da política, os movimentos sociais contemporâneos situam-se entre a esfera privada e a esfera pública, pois se constituem no espaço entre a busca por interesses particulares e coletivos. Neste espaço ambíguo — que Arendt conceitua como *social*²⁹, caracterizado pela indistinção do público e do privado — os movimentos sociais, em busca de estatuto político, atuam para provocar a entrada de demandas das classes populares nos espaços públicos, e assim transformar o que era visto como caridade em direitos e cidadania. Assim, os movimentos sociais elaboram o (e são elaborados pelo) potencial político das experiências das classes populares.

Esta tensão entre as esferas privada e pública, entre o espaço da necessidade e o espaço da liberdade, marca as experiências estudadas de economia solidária. Diante desta fronteira, da passagem entre o isolamento e o privado à esfera pública, ao espaço do mundo comum, situamos, no capítulo III, a diferenciação entre economia popular e economia solidária, envolvida por ambigüidades e contradições.

A partir das questões apresentadas, neste segundo eixo, estudamos a dimensão política da autogestão e da formação de movimentos sociais de economia solidária, em narrativas de trabalhadores entrevistados. Nestas narrativas, de trechos transcritos de entrevistas, encontramos características e conflitos, que movimentam as experiências e apontam pistas para a compreensão de seu significado político.

2.1 Política e autogestão

Nos espaços de diálogo construídos pela autogestão é possível encontrar bases para a fundação da política? As experiências dos trabalhadores destas cooperativas, empreendimentos e associações têm, neste sentido, importância e significado político, mesmo quando têm impacto restrito na dimensão econômica? O processo no qual experiências privadas se tornam objetos de reflexão coletiva permite a criação de um mundo comum, e torna a experiência da autogestão na esfera local um espaço político fundacional, que busca relacionar-se com outras esferas mais amplas? Encontramos nestas experiências substrato para o surgimento de espaços públicos e desenvolvimento da democracia? A análise das narrativas de trabalhadores das organizações pesquisadas em campo busca respostas a estes questionamentos.

28 Arendt, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Edusp, 2004.

29 *Idem*.

Encontramos algumas narrativas que explicitam o significado político das organizações, apontando suas bases em espaços de encontro e debate sobre problemas comuns, baseados na autogestão, na igualdade e na solidariedade.

“El proyecto de la cooperativa surgió de la comisión de micro-emprendimientos de una **asamblea de barrio** (...) donde discutíamos desde política nacional hasta los problemas más concretos, como la falta de plata para comprar comida. (...) La asamblea tenía de encontrar respuestas concretas a los problemas y lo más rápido posible (...), armando distintos tipos de proyectos. (...) Trueques, compras comunitarias (...), buscando solucionar problemas concretos (...) y comisiones de desocupados y de micro emprendimientos. (...) **Nosotros, vecinos, nos quedamos sin trabajo y nos juntamos para ver que soluciones colectivas podrían mudar este problema**, de no tener trabajo. (...) Hablarnos entre todos, pero también organizarse, dejar la crítica: ‘que se vayan todos’, que fue necesario, para empezar a pensar: ‘construyamos entre todos’. (...) No era mas tiempos solo de palabras, que la hambre se lo combate con comida. (...) Si falta trabajo, hay que conseguir y crear un trabajo. (...) Nos definimos como una cooperativa de luchadores sociales (...) estamos por el cambio, y no: esto es una burbuja, y que se nos va bien a nosotros, está todo bien, aun que el mundo caía en pedazos.” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

A experiência da autogestão nas organizações estudadas demonstra abrir caminho para a descoberta da dimensão pública, através da publicização das experiências, do reconhecimento de um mundo comum e do surgimento de novas relações sociais. A “voz e voto nas assembleias”, neste sentido, possibilitam o início de processos de formação de sujeitos políticos.

“A Monte Sinai **mudou toda a minha vida**. (...) Na realidade eu era uma chapeira, na época da antiga dona, trabalhei com ela 11 anos, trabalhava na cozinha, fechada, fazendo lanche o dia todo, entrava e saía, não via a cara de ninguém, não conhecia ninguém, tínhamos meia hora de almoço, então não conhecia ninguém, não conversava com ninguém, porque ela não deixava, não permitia, era aquele negócio bem controlado. Então depois, quando surgiu a Monte Sinai, no começo, foi aquela luta, mas foi uma luta boa, de aprender, tudo novo, aquela ansiedade. Depois, eu fiz um curso de computação, eu pensei que jamais ia saber mexer em computador, eu nem imaginava isso um dia. Eu passei a participar dos fóruns de economia solidária, ia nas reuniões, e tudo que a incubadora nos ensinava, pra mim, todo dia era um dia maravilhoso quando tinha reunião, porque eu sempre queria saber mais, mesmo. E depois, aprendi a dirigir, que era o meu sonho desde criança, mas eu nunca podia imaginar, na minha vida, que um dia eu ia ter um carro, hoje eu tenho o meu carro. E voltei a estudar, estou fazendo suplência de 1º. Colegial, meu sonho era estudar e eu não podia porque não tinha horário aqui, que eu não estudo tem 20 anos, então para mim está sendo o máximo (...) por tudo isso que **eu falo que na lanchonete é economia solidária, porque a gente tem o direito de ir e vir**, a gente pode comer, a gente não tem ninguém para (...) ficar mandando, aquela regra de como era antes com a antiga dona, tem que chegar tal hora e sair tal hora, não podia ir ao médico, não podia receber uma visita, não podia dar um café pra ninguém, tudo era cobrado. Se vinha alguém ai, tinha que pagar o café, se vinha alguém da nossa família almoçar, a gente tinha que pagar na hora, ela não permitia que deixasse pra depois, nada disso. (...) Liberdade, a gente tem essa liberdade agora, se amanhã não dá para eu vir, eu ligo, porque lógico tudo tem suas regras, também não é assim bagunçado, então eu ligo, falo que não vou poder vir amanhã, pois às vezes meus filhos ficam doentes,

tal e tal, ai tudo bem, tranquilo. (...) Aqui o pessoal fala o que sente (...) tem autogestão sim. **A economia solidária é isso, a liberdade que você tem, as coisas que você aprende, você acaba se inserindo na sociedade**, mesmo sem querer, você conhece pessoas importantes, te respeitam, sabe, é bom”. (cooperada da Cooperativa Monte Sinai)

Na pesquisa de campo, verificamos que em contexto de precariedade material, de desemprego, de falta de moradia, etc., surgem experiências de organização social, que rompem o isolamento e dão início à inserção de novos sujeitos na vida política. Neste processo, o indivíduo solitário, privado de pensar o mundo comum, como analisa Arendt, torna-se um *pária*, afastado daquilo que o torna humano, encontra possíveis caminhos para a sua emancipação pessoal e social. Contudo, a experiência da autogestão nos empreendimentos está situada em um espaço de fronteira entre o público e o privado. Nestas experiências, convivem objetivos econômicos e políticos, e na dimensão econômica, a urgência da necessidade, fundada na esfera privada, interfere e limita a política, e gera ambigüidades no reconhecimento do sentido político das experiências.

“Nosotros somos un movimiento político social que intenta incorporar a diversos estratos de la sociedad, intelectuales, profesionales, pero la cantidad hoy en el movimiento es 99,99% de gente pobre. Es gente que no tiene trabajo, no tiene vivienda, que no tiene tierra, que no tiene comida, (...) lo cuál significa que una **gran parte de nuestro esfuerzo, son esfuerzos por la supervivencia**.” (referente nacional da Cooperativa Emetele)

“Nosotros somos una cooperativa con un nivel muy bajo de productividad, y esto puede limitar nuestra acción política (...). Estamos buscando desarrollar productos con valor agregado, (...) así que por **ahora buscamos crecer con los compañeros que están, sin incluir a nuevos cooperados**, pero sí que todos aprendan todas las funciones.” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

Neste espaço conflituoso, entre a luta frente às necessidades e a luta política, estão os casos da Cooperativa Emetele, no seu trabalho pela “economia de sobrevivência”, da Cooperativa La Cacerola, que por um tempo precisa fechar suas portas à entrada de novos cooperados, da Cooperativa COFAZ, quando decide manter o padrão de remuneração bastante desigual da antiga empresa da qual se origina, e da Cooperativa Monte Sinai, que apesar das transformações internas, não se relaciona com outras experiências, e por este isolamento, se distancia da política e do espaço público. A ênfase na esfera privada e a atuação restrita ao âmbito da necessidade circunscreve a experiência na dimensão econômica e restringe o desenvolvimento de liberdade, igualdade e autonomia política.

“**A cooperativa na realidade, ela está alheia a tudo**, e falam que é falta de tempo, não sei o que... isso é muito ruim, eu que de vez em quando ainda vou em alguma reunião (...) no fórum e na rede da zona sul. (...) A cooperativa não tem um projeto político (...) teria que ter tudo isso mesmo, não sei se é porque a gente trabalha muito, mas não tem esse interesse (...) são dois períodos de trabalho, a gente faz 12 por 12, então a carga de trabalho é muito grande, a cooperativa toma muito tempo da gente, e aí por causa disso o pessoal fica nessa de que a cooperativa é só aqui mesmo, aí quando tem alguma coisa por fora, algum convite, alguma coisa para fazer, fica aquela guerra: eu não vou, eu estou cansado, eu também não

vou, não estou afim, hoje não quero, eu tenho que fazer não sei o quê. (...) A **solidariedade é bem interna**, não é aberta não, realmente não tem esse negócio, não se relaciona, a cooperativa é só aqui, e isso é muito ruim, lógico que é, mas não sei se é por causa do cansaço, o tempo vai passando, passando e quando você vê, já criou raízes, é isso, muito ruim (...) não temos nenhum tipo de cooperação com nenhum grupo.” (cooperada da Cooperativa Monte Sinai)

Na convivência entre objetivos econômicos e políticos, outro importante desafio apontado nas experiências se refere à dificuldade de construir relações de trabalho autogestionárias. Como afirma um cooperado da CooperDiul no *Barrio Cooperativo Gregório de Lafarrere*, “*el difícil es formar el cooperativista*”, diante da urgência da necessidade e também da cultura predominante da relação de patrão e empregado, que gera problemas internos e também a desconfiança da sociedade em geral na possibilidade da gestão autogestionária de uma empresa.

“O desânimo das pessoas no começo foi grande: isso não vai dar certo, e logo desistiram. (...) Queriam salário. Ficamos só nós três. (...) **É difícil, porque o pessoal só pensa naquela idéia de patrão e empregado**, chega e fala: quanto que dá por mês? Eu posso vir trabalhar aqui, mas se chega no fim do mês, eu preciso ter um dinheiro. E a gente fala: pra ter um dinheiro, a gente precisa ter venda, se não tem venda, a gente não tem o dinheiro, então precisa de pessoas que vendam. E a pessoa diz: mas e se eu não conseguir vender? Ah, não quero isso não. Então eu digo, é difícil, mas a gente está lutando para isso, para melhorar o nosso grupo.” (membro do grupo E.A. Produtos Ecológicos)

“B.A.U.E.N., visto desde afuera, eran 40 empleados que ocuparan el hotel y **mucha gente no tenía fe de que estos empleados podrían mover eso**, y de repente se empezó a mover, empezó a crecer, y hoy creo que es una de las mas importantes empresas recuperadas de Argentina. Zanon y B.A.U.E.N. son la vanguardia (...), que está luchando por la ley de expropiación. (...) Aun así, es **muy difícil el crédito para empresas recuperadas**, en los banco, por ejemplo, es muy difícil.” (cooperado da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel)

“**É difícil esse negócio de cooperativa, porque é difícil você adquirir respeito, porque as pessoas têm preconceitos**, nos bancos, no comércio, você sente na hora. (...) Mas têm algumas que acham legal, na minha escola, na classe, as minhas professoras falam: nossa, que legal, como que é, fala pra gente, quero um dia conhecer. Mas é outra cabeça, quem estuda costuma ter uma cabeça legal. (...) Outro dia mesmo, um colega perguntou: como é esse negócio da cooperativa, que legal, vocês trabalham pra vocês mesmos, me explica como é que é, quem toma conta do quê, aí, eu falo.” (cooperada da Cooperativa Monte Sinai)

O desafio de transformar a cultura dominante é enfrentado pela proposta fundamental destas experiências de construir novas relações de produção e de trabalho, que aliam a geração de trabalho e renda com a autogestão, o controle coletivo dos meios de produção de bens e serviços, a distribuição equitativas dos benefícios e a solidariedade.

“Trabalhei em uma empresa de produção de bicicletas, eu trabalhava com duas máquinas... Você já assistiu o filme do Chaplin? É parecido. (...) Vem a maquininha com o robozinho e faz a solda, aí manualmente o cara tem que fazer outra solda, aí vem vindo os ganchos, e cada intervalo de um gancho não dá nem 30 segundos. Eu tinha que pegar com uma mão aquele

troço e a primeira etapa era furar onde vai o banco. Tinha uma broca de furar e outra de tirar a rebarba. (...) Ela entra e sai, tira as rebarbas da solda, aí esta mesma peça que você pegou, você tem que colocar em uma prensa, pra colocar os pedais. Você tem que travar e aí você tem que colocar no gancho de novo. Então é assim: você pegava uma aqui, a outra peça tava ali, e você apertava esta aqui, e com a outra mão apertava ali e pendurava lá. Igual ao Chaplin! E aquilo não parava, imagina! Tinha hora que eu não conseguia seguir o ritmo. E o que eu fazia? Eu começava a jogar as peças no chão, aí quando dava algum problema na produção, eu não parava, e pegava as peças do chão para terminar, elas não podem ficar no chão porque enferrujam... era uma loucura! Então, a “boca de porco” é essa (...) aquilo é desumano! (...) aí eu sai, trabalhei com outras coisas, **eu já não conseguia mais me adaptar a bater cartão, já estava descobrindo o que é que eu queria**, sabe. (...) Eu não agüentava mais, trabalhar em empresa “boca de porco”, muito ruim, perigoso, e quando começou a mecanizar as empresas é que tinha mais acidente ainda! Então, quando comecei a ter curso pela incubadora, eu me contaminei, eu não consigo mais me ver em uma empresa, trabalhando com crachá, batendo cartão... aquela pirâmide, aquela mesmice.” (cooperado da Cooperativa Alpha.com)

“Cooperativismo é pensar em 50, em 100 anos. É para além da gente que está aqui. (...) Uma cooperativa é diferente de uma empresa capitalista, **numa cooperativa precisamos pensar no que estamos construindo, naquilo que vai ficar**, precisamos pensar na sociedade. (...) A empresa é maior que cada um de nós, tem que ter investimentos. Além disso, tem que pensar que para gerar sobra, ela precisa continuar existindo.” (presidente da UNIFORJA)

Viabilizar economicamente estas organizações autogestionárias, diante do mercado competitivo capitalista, recoloca intensamente o desafio do convívio de objetivos econômicos e políticos: como manter e desenvolver relações de produção, de trabalho autogestionárias, baseadas em cooperação e igualdade, em um contexto competitivo, hierárquico e desigual? As organizações de economia solidária enfrentam em seu cotidiano estes conflitos.

“Quando eu comecei a entender o que era economia solidária eu comecei a me interessar (...) Foi difícil formar o grupo (...) um pessoal queria construir uma pirâmide, e isso não é economia solidária, aí o grupo rachou e se desfez. Até que começamos a criar um novo grupo (...) e formalizamos a cooperativa (...) porque estavam nos pressionando para ter nota para fazer o primeiro contrato com a prefeitura. (...) **Mas com o fim do mandato da prefeitura, não nos preparamos pra buscar outros contratos, e foi aquela coisa!** (...) Na crise, tinha um grupo que queria acabar com a cooperativa, outra parte não queria. Eles abandonaram, na verdade, queriam esperar aparecer trabalho pra voltar, veja só! Eu resolvi correr atrás, deixei o outro trabalho e foquei na cooperativa, mas está difícil, ganhando pouco, em casa você imagina! (...) **O que eu estou aprendendo é não esperar (...) a gente ficava muito dependente de Ong e incubadora**, e até hoje somos, mas estamos começando a agir como empresa, não como pirâmide, mas aprendendo a fazer licitação, como é difícil, burocrático! (...) Antes eu condenava as cooperativas, (...) não entendia naquela época, você colocar uma galera, dividir tarefas e receber igual. Hoje em dia tenho outros conceitos em relação a isso, mas também mudei muito em relação à incubadora, já não tenho aquele pensamento da incubadora. Ela me abriu os olhos, só que aí, outras idéias foram somando. (...) A incubadora nos ensinou de A a Z o que é cooperativismo, o que é solidariedade, mas não nos preparou para o mercado capitalista, como buscar contratos, como se relacionar com o mercado, e eu

tenho que falar pra não se repetir o erro. (...) Não é assistencialismo, isso a incubadora ensinou, o que é economia solidária, e agora a gente tem que aprender o que é mercado, como buscar o pão de cada dia, como é negociar com o capitalismo, pois não dá para ficar só nas Ongs.” (Cooperado da Cooperativa Alpha.com)

Parte das organizações pesquisadas recebe apoio de instituições de fomento, como ONGs e universidades, e do poder público. Nestas relações são expostas dependências e fragilidades, mas também processos de resistência e de busca por autonomia. Nestes momentos, notamos uma passagem para a dimensão política, de construção de relações baseadas em igualdade e autonomia.

“Sobre a Rede, está difícil, não se define. Primeiro, porque não tem um grupo ideal, falta envolver mais gente (...) e não consegue manter uma pauta, porque os grupos não andam. Isto porque faz reunião demais, todos os grupos falam (...) e nas reuniões da Rede, os grupos não chegam na hora, chegam no final da reunião para vender seus produtos para os outros grupos, olha que absurdo! (...) Tenta-se montar um esquema diferente, acham que é radicalizar, (...) porque tem participantes que pensam como “pirâmide” e acham que sem uma instituição liderando ninguém sobrevive. Por isso que eu estou falando que a gente está começando a pensar como empresa, e eu estou falando isso como CNPJ, porque a gente deve como CNPJ, e nenhum dos grupos tem isso. Por que os grupos são frágeis? Porque tem uma liderança que não os deixa crescer, (...) quando o grupo começa a se desenvolver, ela acha que tem que ser o centro do grupo. Quem está apoiando o grupo não vê (...), também porque acha que não tem que se meter na autonomia do grupo. Aí o grupo não vai crescer, não tem coragem de formalizar, quem sabe quando mudar o número mínimo na lei... mas os grupos se acomodam. (...) Quando eu vi como outras uniões de cooperativa funcionam, eu vi que era isso que eu queria no Campo Limpo (...), a diretoria é formada pelos cooperados, que contratam técnicos (...). Tem história de gente semi-analfabeta, como um grupo de catadores de papelão, que não tem medo de sentar em uma mesa de reunião e discutir abertamente contratos (...). **Não é questão de grandeza da cooperativa, mas do crescimento do grupo.**” (cooperado da Cooperativa Alpha.com)

Também encontramos nas experiências diversos espaços de encontros — como os “*comedores populares*”, as “*asambleas barriales*”, os cafés e bares, os Centro Culturais, os Centros de Referência de economia solidária, as reuniões de redes locais, as feiras dos clubes de trocas, etc. — que se tornam espaços políticos fundacionais, nos quais circulam idéias e opiniões relacionadas ao universo compartilhado, se constroem relações com a comunidade do entorno e com a sociedade em geral, e se iniciam articulações políticas para a criação de projetos e novos empreendimentos.

“Empezamos siempre construyendo **un comedor popular en la comunidad (...) donde se inicia la movilización, los proyectos, las nuevas ideas, el espacio de participación.**” (responsável pela comunicação da Cooperativa Emetele)

“Soñamos que no solamente de pan vive el hombre, pero de pan y cultura, (...) criamos después de la panadería, la cafetería y el Centro Cultural. (...) **Tenemos que abrir hacia el barrio (...) si queremos ser agentes de cambios.** (...) Somos vecinos de la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, **abrimos para que acá sea un espacio de encuentro**, de estudiantes y vecinos” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

“Decidimos abrir un bar a la calle (...) con apoyo de otras empresas recuperadas, que donaran dinero (...) hasta que se logro abrir el bar, que se llama Utopia, justamente como dice el nombre, era algo que se estaba proyectando, pero parecía muy difícil, cuando se abrió, **mostrando la luce a la calle, un espacio para mostrar a la gente, para la gente encontrarse** (...), pasamos a crecer. (...) Desde el inicio, prestamos los salones para organizaciones sociales (...) y estamos planeando también colaborar con un comedor popular.” (cooperado da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel)

Nestes espaços de diálogo circulam e se elaboram concepções de mundo, pessoas se encontram, discutem e na exposição de experiências — que se tornam objetos comuns de reflexão — criam espaços políticos e um mundo comum. Isto permite o surgimento de sujeitos políticos e abre possibilidades para o “novo”, no sentido dado por Arendt.³⁰

“Éramos discapacitados sociales, producto de la crisis, perdemos nuestro trabajo, nuestra dignidad, nuestra familia, todo. Con una potencialidad de capacitarnos, es lo que estamos haciendo, (...) **dejamos de ser discapacitados para ser agentes de cambio sociales**” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

“La Mutual surge en un contexto de crisis por los avances del neoliberalismo, (...) no es solo una alternativa, es una forma de vida. (...) Somos y trabajamos los 3 ejes: trabajamos el eje económico, el eje cultural y el eje político. **No se puede dejar de ser una organización en que hay un sujeto político detrás de todo su desarrollo.** (...) Nosotros acá estamos creando nuestro lugar en el mundo, y de acá tenemos que crear nuestro ingreso, nuestro trabajo, porque somos una alternativa a todo, nuestra cultura es diferente, nosotros por ejemplo creemos en la familia como un núcleo organizativo, pero no creemos en la familia como un núcleo aislado, sino que esta familia se tiene que abrir para tomar parte de la gran colectividad, y avanzar dentro de una cultura alternativa, rompiendo con algo muy cerrado, para hacer parte de algo mas grande. (...) Nos diferenciamos del capitalismo con otros tipos de conceptos, y también otra lenguaje, (...) no generamos lucro, si superávit.” (coordenadora da Mutual Primavera)

“En momentos en que hay conflicto, en que hay problemas, se hace un estado de asamblea permanente, donde todo el tiempo y todos los días se hacen reuniones, todos los días se discute, se hacen pequeñas reuniones, para que **todos estén informados de lo que va pasando**, (...) en momentos cuando se esta para salir una ley, cuando ha intento de desalojo, denuncias, es importante se transmitir información a todo momento” (cooperado da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel)

Na esfera local, encontramos a potencialidade da construção da dimensão pública e política, pela vivência da autogestão. Por ela, o assistencialismo, o clientelismo e a violência, podem ser substituídos pela problematização coletiva do contexto, da sociedade e do Estado, que permite a construção da noção de direito e de cidadania.

“Não sei se vou poder ficar falando porque é uma coisa política, mas como eu estou metida em economia solidária, a gente está metido em políticas públicas, porque tudo que eu faço tem política, tudo. O E.A. está inscrito no sistema de informação da economia solidária e isso

30 Arendt, *Op. cit.*, 2004.

tem política. Então **eu tenho que estar ao par de tudo que acontece**, saber quem é contra e quem é a favor do quê, e eu sei que **nostros governantes que estão aí, tirando alguns poucos, não estão aí pra nada, e assim não dá.**” (membro do E.A. Produtos Ecológicos)

“La lucha piquetera (...) fue para pedir **derechos que no nos estaban dando** (...) contra el único patrón que nos quedaba, supuestamente era el Estado (...) que no nos daba luz, no nos daba agua o transporte” (coordenadora da Mutual Primavera)

A partir destas diversas narrativas de trabalhadores envolvidos nas cooperativas, empreendimentos e associações estudadas, investigamos a ambigüidade e as tensões experimentados nestes espaços de fronteira entre a esfera privada e pública. Neste contexto conflituoso, encontramos processos, gerados pela autogestão, de construção de igualdade, liberdade e autonomia política, a princípio experimentada localmente, de forma restrita e até embrionária, a partir de espaços políticos fundacionais. Estas experiências apresentam o início de uma movimentação social, com potencial de contribuir para o desenvolvimento da democracia.

Citando um trecho do *Informe do Programa Facultad Abierta*, da *Universidad de Buenos Aires*, sobre as empresas recuperadas na Argentina:

*“La autogestión (...) es el eje que da identidad a este movimiento como parte de la clase trabajadora (...). Aquí se ven al mismo tiempo, la posibilidad de un crecimiento en términos organizativos, de recirculación de saberes, de un ejercicio democrático no sólo en las decisiones que tienen que ver con la mecánica de la producción sino también de las estrategias de afirmación de la empresa en y con la comunidad, la capacidad de articulación con otros sectores basada en proyectos asociativos como forma de sobrevivir en el espacio dominado por el capitalismo”.*³¹

2.2 Política e movimento social

A igualdade e liberdade política, vivenciada pelos sujeitos no âmbito mais circunscrito, na autogestão dos empreendimentos, realiza-se efetivamente com a sua ampliação para esferas maiores, ao envolver o debate sobre projetos políticos para a sociedade, sobre o mundo comum e seus dilemas atuais. A partir da auto-descoberta como sujeitos políticos, trabalhadores debatem e elaboram projetos e estratégias para a sua organização econômica, mas também para sua atuação em espaços públicos.

“Este es el dilema de la humanidad: (...) si la ciencia esta al servicio del trabajo y al servicio del hombre o al servicio del capital. El problema es este (...) no son las máquinas, el problema son los modelos económicos. (...) Además el modelo capitalista y mas aun el modelo neoliberal no tiene condiciones de garantizar la democracia, entendida integralmente. Democracia no es votar, (...) es otra cosa. (...) Así que el sujeto social de la transformación hoy en día se ha ampliado muchísimo (...) como consecuencia de la aplicación del modelo. (...) El la América Latina es el sujeto pueblo que esta compuesto por los excluidos, (...) y además

31 “Las empresas recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta (SEUBE- Facultad de Filosofía y Letras-UBA)”. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar>
Acesso em: junho / 2007.

(...) están los agredidos por el modelo neoliberal. (...) En el movimiento esta incorporado la idea de autogestión. Todavía, uno puede autogestionar en el marco de reproducir prácticas del modelo, del sistema. (...) como empresarios (...) lo que nosotros planteamos, por ejemplo, el trabajo hay que repartirlo (...) es mas importante producir puestos de trabajo que ganancia (...) **La idea es construir una forma superior de producción (...) con gran capacidad de auto-disciplina, de auto-organización y por supuesto de reparto equitativo de los bienes que se genera.** (...) En el sistema capitalista hoy (...) la vida comienza dejar de tener sentido (...) pero se puede pensar otra humanidad, otro país, otro mundo, se puede soñar, hay que recriar los sueños (...) y producir milagros, este es un milagro organizativo, donde la gente ha confiado en eso y hay construido. (...)" (referente nacional da Cooperativa Emetele)

"El capital mas importante que tiene una región es la cantidad de sabedoria que tienen las personas, transmitidas por las generaciones (...) en la realidad no es nada nuevo, es solamente lo que el capitalismo cubrió (...) esto es la educación popular (...). Junto a eso, buscamos el desarrollo local y trabajo, tratando de criar condiciones para que la plata se quede acá. (...) La idea es que la plata tiene que empezar acá y terminar acá, (...) que acá consumamos nuestros productos. Estos son temas de la organización popular. (...) Acá no hablamos en micro emprendimientos y si de empresas sociales, no pensamos chiquito. (...) **Acá no solo protestamos, nosotros proponemos, (...) defendemos nuestros derechos con propuestas.** (...) Decidimos criar una mutual pues es más democrática que la cooperativa, hay cooperativas que sirven apenas para precarizar el trabajo, el trabajador. (...) El la mutual todos son socios, todos que utilizan los colectivos. (...) **Junto a todo eso discutimos sobre que Estado queremos.**" (coordenadora da Mutual Primavera)

A autogestão nos empreendimentos, como a democracia, está fundada no dissenso. Nos espaços de intercooperação, *asambleas barriales* e redes locais, este é o princípio a partir da qual, da diversidade, busca-se a construção de projetos políticos comuns para a sociedade, que dão base à criação de movimentos sociais. Neste processo, em meio a conflitos e ao enfrentamento coletivo das fragilidades econômicas dos empreendimentos, encontram-se limites e possibilidades para o desenvolvimento de novos sujeitos políticos e de movimentos sociais de economia solidária.

"El 'nosotros' depende de quien es el interlocutor, hay compañeros de diversas culturas, en mi caso, yo soy marxista-leninista, (...) lo que no quiere decir que eso sea un elemento mayoritario en el movimiento, soy absoluta minoría, lo principal de nuestro pueblo es lo que nosotros denominamos de nacionalismo popular (...) que tiene un fuerte enlace con la revolución de la independencia del país, la idea de tradición de un país autónomo, con capacidad de ejercer en 100% el concepto de independencia y soberanía, económica y cultural. (...) Acá hay compañeros de todos los credos, hay católicos, evangélicos, ateos. (...) Eso es lo que permite que el movimiento crezca infinitamente, (...) el tema del tipo de democracia que si practica en los movimientos, son dos elementos centrales que permite que crezcan mucho. (...) **Nosotros tenemos una democracia extendida, (...) y lo que tenemos es un proyecto político único.**" (referente nacional da Cooperativa Emetele)

Os empreendimentos autogestionários e as redes e articulações locais de cooperação adquirem, em alguns casos, o significado de *espaços políticos fundacionais* para o enfrentamento político em espaço público. No processo de descoberta da dimensão pública, são criadas

interloquções com outros sujeitos políticos. Nestas interloquções se explicitam relações de resistência e de dominação, e no contexto atual de declínio da política, quando novas vozes lutam para aparecer na cena pública, emergindo de *outro mundo*, como analisa Rancière³², criam-se embates, que podem se traduzir em violência e repressão quando não há espaço para a política.

“Esta experiencia surge por una ley que nosotros hicimos que se promulgara en el marco de la lucha. Tenemos muertos, compañeros procesados, (...) resistimos mucho (...) y los obligamos a promulgar una ley que... Que es lo que hicimos nosotros: los recursos que se apropian la parte contratista, una cantidad de empresas que hacen *lobby*, y que son parte de la producción estatal, que construyen vivienda populares a precios que no existen, de mala calidad, con empresas fantasmas (...), estos recursos, que los dan a las empresas privadas, ellos pasan a las manos de las organizaciones sociales. Y son las organizaciones sociales las que los administran. Así, **esa es una experiencia alternativa al Estado, con recursos estatales, administrados por una organización social, en el marco de la práctica absolutamente distinta**, donde se pueda asociar los recursos a la necesidad de vivienda digna y a la necesidad de trabajo.” (referente nacional da Cooperativa Emetele)

Na relação com o poder público, a partir da redemocratização foram e estão sendo construídos alguns espaços de participação e políticas de apoio à economia solidária nos dois países (como estudado no capítulo III). Estas novas políticas e espaços de participação expõem um processo de transformações na relação entre o poder público e a sociedade, fundamentais para o fortalecimento das organizações de economia solidária e para o aprofundamento da democracia. Ainda que signifiquem uma ampliação do espaço de diálogo, da política, estes são ainda limitados e marcados por ambigüidades, transitando entre o sentido da emancipação e da contenção social.

“**Somos independientes**, si hay subsidios los buscamos o exigimos, hemos salido a la calle a protestar también. **Por otro lado, tenemos una vinculación con el gobierno a través del programa de unidades productivas**, desde 2002, el primer trabajo que tuvimos.” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

“**Recebemos apoio do governo para participar de feiras e eventos, se o governo não apóia a gente não tem (...). Mas a gente precisa de mais apoio**, para conseguir o documento do grupo (...). A gente precisa ter nota, para vender nosso produto para um comerciante que é legalizado, por isso a gente vende pouco, só aqui na nossa região, não podemos vender para entidades. (...) O pessoal está tentando ajudar (...) **e nós estamos participando das discussões para mudar a lei que está aí.**” (membro do grupo E.A. Produtos Ecológicos)

Neste contexto, encontramos aspectos da fragilidade da organização política da economia solidária, diante da presença de mediações privadas e da falta de igualdade política, obstáculos para um processo mais autônomo e efetivo de construção de espaços públicos. Contudo, encontramos também, nas relações com os diversos sujeitos políticos: poder público,

32 Rancière, Jacques. “O dissenso”. In: NOVAES, A. (org). *A crise da razão*. São Paulo : Cia das Letras, 1996.

entidades de assessoria, sindicatos e universidades, alguns traços de autonomia e igualdade política, indícios e características da formação de um movimento político de economia solidária.

“Somos movimientos sociales (...) de carácter socio-políticos (...) entendiendo que el movimiento social si no se constituye en factor de interacción política se muere. (...) Estamos ampliando el trabajo con la CTA, con la idea-madre que tenia de involucrar los trabajadores desempleados y informales. (...) Hay también que construir una central de trabajadores latino-americanos, una central que articule todos los movimientos sociales del continente.” (referente nacional da Cooperativa Emetele)

“Nos fóruns, participam cooperativas e empreendimentos, o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] participa também, além da igreja, tem também muitos grupos de mulheres envolvidos na economia solidária (...) da zona leste, oeste, norte. (...) **Eu acho que a economia solidária é um movimento social, que envolve moradia, cooperativismo, muita coisa (...) mas ele não está muito forte, o pessoal não tem levando tão a sério.** (...) Mas a gente está lutando, dando a maior força, mas falta comunicação, participação, mais pessoas. O pessoal não vai, tem pouco interesse, isso está faltando, se vai é uma vez e não voltam mais. (...) Mas eu acho que [a economia solidária] vai crescer, o pessoal que está a frente está lutando muito (...), mas **nos fóruns [municipal e estadual de economia solidária] tem o problema que elas [da coordenação] marcam reunião sempre em cima da hora, porque o pessoal, os grandes lá de cima, passam para elas em cima da hora.** Esse negócio de discutir sobre a conferência, feiras. (...) estamos sempre correndo, correndo, reunião toda semana, às vezes 3 reuniões na semana. (...) Aí, me escolheram para ir na viagem para outra reunião, da conferência nacional, (...) depois veio a eleição, e elas foram trabalhar na eleição, aí não deu tempo de resolver nada, foi um negócio, viu! Não teve feira, só em Campinas, que não pude participar porque na última hora eu não tive transporte.” (membro do grupo E.A. Produtos Ecológicos)

“Criamos el MESA, movimiento de economía social de Argentina, a partir de los vínculos con otros emprendimientos del programa de auto-empleo del gobierno, para planear nuevos proyectos conjuntos (...) y creamos un periódico, ‘Ecos del trabajo’. (...) Surgió la idea de un proyecto de extensión universitaria, en la cátedra de educación, economía social y popular (...) la vamos a dar en los dos lugares, un día esta cátedra se da en la Facultad de Filosofía (...) y el otro día acá, en La Cacerola, es un nuevo vínculo de una cooperativa con la UBA, con la universidad, y es muy fuerte (...) es oficial, con maestros de la universidad (...) estamos tratando de conquistar, es la universidad de puertas abiertas a la gente.” (cooperado da Cooperativa La Cacerola)

No espaço de fronteira entre o privado e o público, se formam as organizações de economia solidária. Em busca de seu sentido político, reconhecemos algumas vozes, palavras comumente não ouvidas, que comunicam experiências e idéias. Na circulação da palavra, encontram-se indícios de ação política, em *espaços políticos fundacionais*, embrionários, que apontam possibilidades do surgimento do *novo*. Nas redes, articulações, intercooperações, princípios, matrizes, que encontramos e buscamos revelar nesta pesquisa, identificamos a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina.

No contexto atual, as experiências de economia solidária se desenvolvem, equilibrando-se *no fio da navalha*. As tradições, relacionadas ao que Thompson³³ chama de processos de “transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade” se confrontam com as transformações vividas nas sociedades contemporâneas. As experiências e narrativas dos trabalhadores da economia solidária no Brasil e na Argentina expressam o enfrentamento de “*mentalité* costumeiras e inovadoras”, e deste conflito constroem-se equilíbrios particulares, entre a conformidade e a resistência, entre a manutenção da dependência e a construção da autonomia, que dão vida a estes novos movimentos sociais.

Apresentamos a seguir quadros-resumos com os casos estudados em Buenos Aires e São Paulo e suas principais características. No último capítulo estudamos comparativamente a economia solidária no Brasil e na Argentina. O estudo tem o objetivo de introduzir e apontar questões sobre as diferenças e semelhanças entre as experiências estudadas.

33 Thompson, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

Quadro 5 - Características dos empreendimentos em Buenos Aires

no.	Empreendimento	Localização	Tipo de instituição	Ano de criação	Origem	Parcerias	Atividade fim e outros projetos em desenvolvimento	No. de trabalhadores	Política de remuneração	Apoio do Estado	Gestão	Principais dificuldades relatadas	Princípios do trabalho	Especificidades
1	Cooperativa La Cacerola	Buenos Aires Capital	Cooperativa de trabalho	2002	<i>Asamblea Barrial</i>	Membro do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER)	Padaria (merenda escolar e outros)	37 cooperados	Retirada média de 500 pesos, com acréscimo de 100 pesos pela função de responsável de área e por tempo de trabalho na cooperativa	Gobierno de Buenos Aires - Ministério de Educacion (Programa de Unidades Productivas Solidarias)	Conselho administrativo (eleição em 3 anos) e responsáveis por área (reunião semanal); assembléia geral (mensal)	Dificuldade para aquisição de insumos de grupos solidários / indisciplina dos cooperados / baixa produtividade do empreendimento	Autogestão / educação popular / compromisso com a sociedade / solidariedade / cooperação	Experiência de organização comunitária / valorizam a importância da criação de espaços de encontros (café e Centro Cultural) / atuação política através de parcerias e participação em movimentos sociais
						Servicio Paz y Justicia (SERPAJ)	Café							
						Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)	Centro Cultural							
						Universidad de Buenos Aires (UBA) - Programa Facultad Abierta / cafeteria na Facultad de Filosofia	Fundadores do MESA, editores de seu jornal "Ecos del Trabajo"							
						Movimiento Territorial Liberación (MTL)	Apoio a formação de empreendimento, em parceria com MTD (padaria na Facultad de Exatas - UBA)							
						Membro-fundadora do Movimiento de Economia Social de Argentina (MESA)	Inclusão de jovens em liberdade assistida na cooperativa (pela parceria com SERPAJ)							
2	Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel	Buenos Aires Capital	Cooperativa de trabalho - empresa recuperada	2003	Organização de ex-empregados da empresa em falência	Membro do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER)	Hotel e salões para eventos	150 cooperados (30% mulheres)	Retirada média de 800 pesos, com acréscimos de 100 a 200 pesos pela função de responsável de área e por tempo de trabalho na cooperativa	Cestas-básicas do governo da cidade no período anterior ao hotel voltar a ativa	Conselho administrativo, responsáveis por áreas, assembléia geral (quinzenal)	Disputa judicial com os ex-donos / falta de crédito / falta de apoio do governo	Autogestão, intercooperação (compra de insumo de outras cooperativas / empréstimo de salões do hotel, etc.)	Luta atualmente na justiça para manutenção da cooperativa / importante papel da cooperativa como centro de mobilização social
						Universidad de Buenos Aires (UBA) - Programa Facultad Abierta / livraria no hotel	Restaurante e Bar							
						Zanon - empresa recuperada e outros empreendimentos e empresas	Capacitação dos cooperados, por meio de parcerias com universidades e professores							
3	Cooperativa "Emetele" do Movimiento Territorial Liberación (MTL)	Buenos Aires Capital	Cooperativa de trabalho	2002	Movimento de habitação	Central de Trabajadores Argentinos (CTA)	Construção de 10 edifício / 330 apartamentos / para mais de 1200 moradores (por meio de empresa construtora criada pela cooperativa habitacional)	300 trabalhadores na obra (homens e mulheres)	Em média 600 pesos (contratados em regime formal de assalariado, para que os direitos trabalhistas fossem mantidos aos trabalhadores da obra, que são também membros da cooperativa)	Programa "Autogestión de la Vivienda" do Instituto de Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires (6 milhões de dólares/30 anos para pagar/sem taxa)	Assembléias mensais	Luta para conseguir apoio do governo, financiamento para moradia. Contexto de precariedade e extrema necessidade leva a trabalho por sobrevivência	Auto-organização, autodisciplina, distribuição equitativa de benefícios, não-violência, projeto político "contra-hegemonia pelo poder popular", valoriza o território e a organização local	Destacam diversidade interna, mas um projeto político comum / trabalho começa com um "comedor" comunitário, que se torna espaço de encontro onde surgem os outros projetos
						Bloque Piqueteiro Nacional	Empresa construtora pertencente à cooperativa conseguiu novo contrato (escola técnica com 9 torres)							
						Cooperativa La Cacerola e outros empreendimentos	2 centros comunitários, uma creche e uma rádio comunitária							
						Movimiento dos Trabajadores Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais latino-americanos	Apoio a comedores populares							
4	Mutual Primavera	José C. Paz - Gran Buenos Aires	Associação de ajuda mútua	2002	Organização comunitária	Universidad Nacional General Sarmiento (UNGS)	2 colectivos comunitários (ônibus)	60 trabalhadores da mutual / 1,6 mil famílias sócias	Igual por hora de trabalho	Programa Jefes y Jefas de Hogar, do Ministerio de Desarrollo Social do Governo de Argentina	Reuniões cotidianas, assembléia anual dos sócios da mutual / apoio de grupo de profissionais (administrador, arquiteto, advogado, psicóloga social)	Perseguição das empresas de ônibus, dificuldade com licença do governos, falta de financiamentos e subsídios do governo, problema de falta de conscientização da comunidade, desemprego e violência no bairro	Autogestão, relação entre diferentes gerações, cultura alternativa, democracia	Projeto econômico, político e cultural / a partir do problema do transporte envolve a comunidade de vizinhos / importante participação dos jovens / trabalho de informação e formação da comunidade / maior participação de mulheres
						Universidad Lujan	Centro Cultural e organização de caravana cultural anual na região, envolvendo dezenas de organizações comunitárias							
						Mutual El Comenar e outros empreendimentos	Comedor popular							
						Movimiento Carta Popular, participa da produção do Jornal "La posta regional"	Organização do serviço de gás coletivo do bairro / apoio a reformas de moradias							
							Banco de dados da produção local e estudos de cadeia produtiva para futuros projetos de geração de trabalho e renda							
5	Barrio Cooperativo Gregorio de Laferrere	La Matanza - Gran Buenos Aires	Cooperativa habitacional e cooperativas de trabalho (calçado de segurança, costura e construção civil)	1987 (Coop. Habitacional) e 2001 (demais cooperativas)	Movimento de moradores de villas	Asociación Civil Recuperando el Trabajo	CooperLabor (habitacional), criou o bairro	-	-	Não tem	Produção rodiziada / reuniões cotidianas / assembléias mensais	Dificuldade da formação dos cooperados / dificuldade da cooperativa de costura em competir no mercado / perseguição política.	Autogestão / cooperativismo / solidariedade	Há 16 anos construíram o Bairro Cooperativo (CooperLabor) / sede em casas de cooperados (Coop. Desde el pie, Desde la Harina)
						Movimiento Territorial Liberación (MTL)	Coop. Desde el Pie (fabrica calçados de segurança e está construindo um Centro Cultural)	18 cooperados	200 pesos / semana					
						Movimiento Ocupantes y Inquilinos (MOI)	CooperDiul (construção civil, está com obra atual de 99 moradia no próprio bairro)	100 cooperados	250 pesos / semana					
						Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos - IMFC (BancoCredCoop)								
						Intercooperação com cooperativas	Coop. Desde La Harina (Costura)	4 cooperadas	retirada variável / venda em feiras					
6	Cooperativa El Molino do Movimiento de Ocupantes y Inquilinos (MOI)	Buenos Aires Capital	Cooperativa habitacional	2002	Movimento de habitação	Central de Trabajadores Argentinos (CTA)	Construção de 100 moradias (21 duplex, 79 aptos)	Hoje: 48 famílias cooperadas, que trabalham como ajuda-peão / equipe técnica: pedreiros, engenheiro, arquiteto, sociólogos, médicos, contratados pela cooperativa	não se aplica / trabalho em mutirão	Instituto da Vivienda do Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires (compra do imóvel / crédito de 7,5 milhões de pesos para a obra) / Secretaria de Desarrollo Social da Cidade financiou plano piloto da obra	Comissões por setor e área / Comissão Diretiva eleita a cada 3 anos (com 11 membros e todos trabalham na obra) / Assembléia semanal na cooperativa / Assembléias trimestral do MOI	Falta de trabalho e renda dos cooperados	Ajuda Mútua, aportes financeiros dos sócios, participação, qualidade digna de moradias, menores de 16 anos não podem trabalhar na obra, importância da integração e comunicação entre cooperados	Não há títulos de propriedade individual das moradias, estas ficarão no nome da cooperativa / Processo de entrada: inicia como pré-cooperativistas / Valorização do espaço de reuniões e festas SUM (Salon de Usos Multiples)
						Universidad de las Madres (cursos para cooperados)	Programa de reinserção social: incluindo como cooperados usuários de saúde mental e moradores de rua							
						Programa de Vivienda Transitoria (PVT) até o termino da obra								
						Universidad de Buenos Aires (UBA) - Facultad de Trabajo Social	Escola para crianças e adultos, e creche para os filhos							
						Articulação com outras cooperativas e movimentos de moradia	Programa em rádio: "Vivienda es el principio", para difundir o cooperativismo							
						Formação de empreendimentos econômicos (alimentação, construção civil) para gerar trabalho e renda								

Quadro 6 - Características dos empreendimentos em São Paulo

no.	Empreendimento	Localização	Tipo de instituição	Ano de criação	Origem	Parcerias	Atividade fim e outros projetos em desenvolvimento	No. de trabalhadores	política de remuneração	Apoio do Estado	Gestão	Principais dificuldades relatadas	Princípios do trabalho	Especificidades
1	Cooperativa Monte Sinai Lanches	São Paulo Capital	Cooperativa de Trabalho - empresa recuperada	2003	Organização de ex-funcionários de lanchonete em falência	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Universidade de São Paulo (ITCP-USP)	Lanchonete na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP	12 cooperados	Em média 600 reais / mensal - valor igual para todos por hora / trabalho	Não teve	Coordenação geral (3 membros/ eleição anual) e conselho fiscal (3 membros). Reuniões cotidianas / Assembléia anual	Preconceito do mercado e da sociedade, falta de interesse dos cooperados no movimento de economia solidária e compreensão da proposta política	Autogestão / solidariedade entre os cooperados / liberdade / igualdade	Cooperativa foi "incubada" pela ITCP-USP até 2005 / localiza-se na FAU-USP / não interage com outros empreendimentos / mudança importante na vida dos cooperados
						Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-USP	Fundo de empréstimo para os cooperados							
						Grêmio Estudantil da FAU -USP								
2	Cooperativa de Produção de Peças Fundidas em Alumínio e Zamac - COFAZ	Francisco Morato - Grande São Paulo	Cooperativa Industrial - empresa recuperada	2001	Organização de ex-empregados da empresa em falência	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG)	Produção industrial metalúrgica de produtos automotivos e "linha branca"	136 cooperados	Mantiveram padrão de diferenciação da antiga empresa	Não teve	Conselho administrativo (11 coop./ 2 anos), conselho fiscal (6 coop./anual) e comissão de ética e disciplina / Assembléia mensal	Formação e envolvimento dos cooperados / falta de credibilidade no mercado / necessidade de atualização do maquinário	Autogestão / sustentabilidade	Surgimento de invenções coletivas e melhorias dos processos / distanciamento do movimento e não praticam intercooperação
						UNISOL Brasil								
3	E.A. Produtos Ecológicos	São Paulo Capital	Grupo informal	2003	Projeto de fomento da PMSP e instituição universitária parceira	ITCP-USP	Produção de sabão, sabonete e produtos de limpeza	3 trabalhadoras	Atualmente inferior a 1 SM	Programa Oportunidade Solidária SDTS/PMSP	Reuniões cotidianas	Condições precárias de produção, falta padrão de qualidade, dificuldade na comercialização, falta de nota-fiscal e dificuldade para legalização (por no. de cooperados e impostos)	Autogestão, informação para todos, preservação do meio ambiente, gerar renda e saúde	mulheres maiores de 60 anos / baixa escolaridade / empregadas domésticas aposentadas / migrantes nordestinas
						Professores - Instituto de Química - USP								
						Membro da Rede Solidária da Zona Sul	Cursos e palestras							
						Cáritas	Comercialização dos produtos com moeda social em Clubes de Trocas							
						Clube de Trocas do Jardim Ângela								
						Paróquias e associações locais, como a Casa Sofia	Participação nos Fóruns de economia solidária e de mulheres.							
4	Cooperativa Alpha.com	São Paulo Capital	Cooperativa de Trabalho	2004	Projeto de fomento da PMSP e instituições parceiras	Associação dos moradores do conjunto habitacional Chico Mendes	Prestação de serviços de informática	10 cooperados ativos	Igual para todos por hora/trabalho	Programa Oportunidade Solidária SDTS/PMSP	Conselho administrativo e fiscal eleito / reuniões cotidianas / assembléias anuais	Conseguir contratos de trabalho / formação dos cooperados para negociar no mercado	Solidariedade / trabalhar em benefício da comunidade / busca por sustentabilidade	Empreendimento de jovens do Capão Redondo, considerado um dos bairros mais pobres e violentos da cidade
						Projeto Sampa.org (coordenado pelo Instituto Florestan Fernandes, com diversas parcerias)								
						ITCP-USP	Cursos de informática trabalhadores de outros empreendimentos de economia solidária							
						Membro da Rede Solidária da Zona Sul								
5	Rede Solidária da Zona Sul de São Paulo	São Paulo Capital	Rede informal	2004	Projeto de fomento da PMSP e instituição universitária parceira	ITCP-USP	Projeto Mercado Escola: fomento de novos empreendimentos	5 empreendimentos (com o total de 30 trabalhadores associados) e 5 entidades de apoio	Não se aplica	Programa Oportunidade Solidária SDTS/PMSP	Assembléia mensal	Envolver novos participantes de empreendimentos e entidades / formação das pessoas e transformação cultural	Autogestão / solidariedade / intercooperação	Papel da universidade e da Cáritas no fomento às atividades da rede
						Cáritas	Centro de Referência de Economia Solidária Campo Limpo, com espaço para produção de grupos iniciantes							
						Empreendimentos da região (como Coop. Alpha.com, E.A. Produtos Ecológicos, Grupo Vida em Ação, etc.)								
						Paróquias da região, como a Paróquia Santo Antônio e a Paróquia Santos Mártires (juntamente com o Fórum em Defesa pela Vida).	Clube de Trocas do Jardim Ângela							
						Curso de Formação de agentes locais de economia solidária	Clube de Compras Coletivas							
						Associações locais, como a Casa Sofia								
6	UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	Diadema - Grande São Paulo	Cooperativa Industrial - empresa recuperada	2000	Organização de ex-empregados da empresa em falência	Membro-fundador da UNISOL Brasil	Central cooperativa de produção industrial metalúrgica, com 3 cooperativas associadas (Coopertratt, Cooperlafe, Cooperfor)	287 cooperados / 245 contratados CLT (após três anos podem se tornar cooperados)	Em média: 1600 reais (15 a 20% acima do mercado) / proporção de diferenciação: 1 para 7	Programa de Apoio à empresas recuperadas da SENAES/MTE, dois empréstimos do BNDES	Conselho administrativo das 3 cooperativas (3 anos) e da Uniforja (4 anos) . Assembléias mensal nas cooperativas e trimestral da Uniforja	Desenvolvimento tecnológico / crédito / formação dos cooperados / acesso a matéria-prima produzida no Brasil	Transparência e clareza / rigidez com prazos / formação constante dos cooperados / solidariedade com outros trabalhadores / autogestão	Maior forjaria da América Latina no seu ramo de produção / importante atuação no sindicato
						Central Única do Trabalhadores (CUT)	Cursos e treinamentos do cooperados / incentivo à educação (bolsas de graduação e pós-graduação)							
							Apoio a formação de novos empreendimentos (fundo para cursos e assessoria técnica)							

B.A.U.E.N.
BUENOS AIRES UNA EMPRESA NACIONAL
Cooperativa de Trabajo

TEA
Tercera Empresa Argentina

UNIFOR
AFILIADAS
ERTRATT - COOPERLAFE - COOPERCON - COOP

E.A. SABÃO EM BARRA
Tira Mancha de Gordura
09 FEV 2007
peso 400g
composição: óleos reciclados, detergente, carbonato de sódio, hidróxido de sódio, água potável, ácido, essência
Validade: 12 meses
Endereço: Rua Villalobos 1, Lavoura, 3127, tel. 5891-7685

SEMINÁRIO ECONOMIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
Dia 15/0

COMUNIDADE DIOCESANA DE CAMPO LIMPO
ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA

CONSTRUYA MOS UNA CIUDAD DEMOCRATICA

Cadeia Produtivas Empresas Recuperadas

COOPERATIVA EMETELE
MONTEAGUDO 597
Cantidad de viviendas:

SOLO QUEREMOS

TRABAJA
IVBA

NESOL
Núcleo de Economía Solidária - USP

ASAMBLEA de SAN TELMO

El que manda, no quiere socios.

AUTOGESTION!

PROGRAMA DE AUTOGESTIÓN PARA LA VIVIENDA
OBRA FINANCIADA POR EL INSTITUTO DE VIVIENDA DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

MUTUAL PRIMAVERA

Cooperativa de calzado desde el pie libre
adherido al IMFC
MATRICULA 23376

COOPERATIVA DE VIVIENDA EL MOLINO
MOI movimiento de ocupantes e inquilinos

UNISOL

CAMPAÑA DE FIRMAS PARA LA OCUPACION TEMPORARIA DEL HOTEL B.A.U.E.N. SEGÚN LEY 238

Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão

AYUJA MUTUA

BAUEN
COOPERATIVA MONTE SINAI - LANC

UTEP-USA

OTO de la VIVIENDA
INCIA DE BUENOS

CULTURA
Movimiento

LA HISTORIA NUESTRA Y LA HACER LOS PUEBLOS.

so é fruto de muita união, coragem e traba
Parabéns a
os colaboradores!
UNIFORJA esta completando 6 Anos e o seu

VI — Economia solidária em movimento no Brasil e na Argentina

“Cuesta darse cuenta que somos dueños de nuestro trabajo. Es un proceso y como todo proceso tiene marchas y contramarchas, pero demuestra que los trabajadores somos capaces de organizarnos y gestionar tan bien como cualquier patrón sin olvidarnos, por supuesto, de que nosotros somos trabajadores y no patrones”.

Cooperado da UST – Argentina.¹

Nos anos 90, em contexto de crise social diante das transformações econômicas do capitalismo mundializado, no Brasil e na Argentina, como analisamos ao longo deste trabalho, multiplicaram-se as organizações de economia solidária. Estas experiências foram motivadas também pelo cenário político de abertura democrática, após os regimes militares, e pela eleição de governos considerados de *esquerda*, que passam a promover políticas públicas de fomento. Juntamente com estas semelhanças no quadro geral econômico e político, há muitos outros aspectos que aproximam estas experiências, e que possibilitam o reconhecimento de processos de formação de movimentos sociais de economia solidária nestes países.

1 Tecendo comparações

A partir da pesquisa de campo, relatada no capítulo V, mostramos que as experiências brasileiras e argentinas pautam-se em diversos princípios comuns — autogestão, controle coletivo ou associado dos meios de produção de bens e serviços, não remuneração do capital, distribuição equitativa e democrática dos benefícios, intercooperação e solidariedade — retomados de matrizes socialista, anarquista e humanista-religiosa. Assim, o tipo de organização do trabalho, a forma de propriedade, de repartição dos benefícios e de relações sociais, de trabalho e políticas desenvolvidas definem uma identidade entre estas experiências, pela qual as reconhecemos como manifestações da economia solidária.

Além destas aproximações, há semelhanças relacionadas às origens destas organizações e ao perfil dos trabalhadores que as integram. As experiências de economia solidária no Brasil e na Argentina têm origem na confluência de diversos fatores, no entanto, destacam-se algumas atuações centrais. Na pesquisa de campo, que não abrange toda a diversidade de experiências nos dois países, encontramos empreendimentos criados a partir de organizações de bairro, assembléias e associações locais (como as cooperativas *La Cacerola*, a *Mutual Primavera* e o *Barrio Cooperativo Gregório de Lafarrere*, na Argentina, e a *Alpha.com*, no Brasil) e da organização de ex-empregados de empresas em falência (como as cooperativas brasileiras COFAZ, UNIFORJA e Monte Sinai, e na Argentina, a B.A.U.E.N. Hotel).

No Brasil, são frequentes as organizações formadas a partir de políticas públicas e instituições de fomento (como a Rede Solidária da Zona Sul e o E.A. Produtos Ecológicos),

¹ Cooperativa Unión Solidaria de Trabajadores de Villa Dominico, Argentina. Entrevista publicada no periódico eletrônico *Prensa de Frente: noticias de los movimientos populares por el cambio social*, em 10 de novembro de 2006. Disponível em: www.prensadefrente.org. Acesso em: janeiro de 2007.

e na Argentina, a partir da atuação de movimentos sociais de alcance nacional (como as cooperativas *Emetele* e *El Molino*).

A grande maioria dos participantes destas organizações nos dois países estava desempregada, vivenciando condições precárias de vida e moradia, e tinha baixa escolaridade, especialmente no Brasil. Alguns foram ou são beneficiários de programas redistributivos² (por exemplo, o E.A. Produtos Ecológicos e a Mutual Primavera), e apenas uma parte dos trabalhadores tem um histórico de militância política e relata antecedentes de atuação direta em sindicatos (p.e.: nas cooperativas *Emetele*, Alpha.com, UNIFORJA e COFAZ).

No entanto, o estudo desenvolvido nos dois contextos nos indica, além disso, singularidades e diferenciações importantes entre os países. As experiências de economia solidária no Brasil demonstram ter uma organização política mais unificada e centralizada, pela existência de Fóruns de Economia Solidária. Estes estabelecem um maior (ou mais próximo) diálogo com o poder público, principalmente por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), criada em 2002, a partir da reivindicação deste movimento, com suporte fundamental das entidades de assessoria, como universidades, sindicatos e organizações não-governamentais.

As experiências na Argentina, por sua vez, apresentam um envolvimento mais direto e predominante de trabalhadores. Não encontramos hoje neste país organizações que integrem conjuntamente os diferentes segmentos (empreendimentos, entidades de assessoria e poder público), como ocorre nos fóruns brasileiros. Como destacamos anteriormente, o *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER) e também o *Movimiento de Economía Social de Argentina* (MESA) são organizações formadas apenas por empreendimentos e trabalhadores, independentes de entidades de assessoria e do poder público. Nestes casos, a articulação com estes atores se dá em forma de parceria.

Este fato indica, por um lado, um maior enraizamento e organização local, uma maior apropriação e mobilização dos trabalhadores, que demonstram ter maior formação política. Por outro, engendra um movimento mais fragmentado, com articulações, de modo geral, mais segmentadas com o poder público, e com parcerias mais pontuais, em projetos específicos.

Quanto ao enraizamento local das experiências argentinas pesquisadas, é notável a importância dada ao vínculo com o território, às relações locais de base e à criação de espaços de encontro, nos quais surgem e se discutem idéias e novos projetos, e ao mesmo tempo se formam e mobilizam pessoas para o envolvimento em organizações coletivas. São as *asambleas barriales*, os *comedores populares*, os cafés e centros culturais, criados

² São alguns exemplos de programas redistributivos: *Começar de Novo*, *Renda Mínima*, *Bolsa Família*, no Brasil, ou *Jefes y Jefas de Hogar*, na Argentina.

pelas cooperativas e mutuais, como tem ocorrido nas cooperativas *La Cacerola*, *Desde el Pie*, B.A.U.E.N. Hotel, *Emetele* e na Mutual Primavera, apresentadas anteriormente.

Além disso, as organizações de economia solidária argentinas têm inúmeras formas de comunicação e mobilização da comunidade, como jornais³, rádios comunitárias, manifestações e caravanas culturais, e práticas de intercooperação entre empreendimentos de economia solidária, em forma de empréstimos, fornecimento de produtos, serviços e assessoria técnica e até de fomento a novos empreendimentos. Estas diferenças, encontradas na atuação e formação política dos trabalhadores envolvidos na economia solidária na Argentina, podem estar relacionadas à marcante presença do movimento sindical na história contemporânea argentina, o *movimiento obrero argentino*, e à maior escolaridade da população, como abordamos no capítulo II deste trabalho.

Há também, como verificamos na pesquisa, singularidades interessantes com relação à atuação da Igreja Católica. Nas organizações da Argentina, encontramos menor referência à Igreja, diante da presença marcante dos sindicatos, por exemplo, através de parcerias com a CTA (*Central de los Trabajadores Argentino*). No Brasil, apesar da existência também de atuação de sindicatos no movimento de economia solidária, por exemplo, através da UNISOL Brasil, ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), o papel da Igreja se destaca.

Desde os anos 80, a Igreja, através da Cáritas, financia no Brasil projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), muitos deles com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma associativa nas periferias metropolitanas e zonas rurais nas diferentes regiões do país. Como destaca Singer (2002), muitos PACs se tornaram unidades de economia solidária, alguns são ainda dependentes da ajuda das comunidades religiosas, mas outros se consolidaram economicamente.⁴

Além dos PACs, a Cáritas — entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também compõe o grupo de Entidades Nacionais do FBES — atualmente desenvolve diversos projetos e parcerias, como verificado na Rede Solidária da Zona Sul (projeto em parceria entre Cáritas, ITCP-USP, associações locais e empreendimentos). Em certo sentido, também podemos considerar a denominação de economia *solidária*, predominante no Brasil, como mais um indício desta forte presença da Igreja, em contraste com a denominação de *economia social* na Argentina.

Na esfera local, existem no Brasil os Fóruns Municipais e Estaduais de Economia Solidária, que envolvem diferentes segmentos do movimento, seguindo as diretrizes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), formando um quadro de articulações políticas mais integrado, em comparação com a configuração mais fragmentada das experiências na

³ Ver lista de periódicos na bibliografia.

⁴ Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002.

Argentina. Além dos fóruns, encontramos as redes locais de economia solidária, espaços de mobilização, articulação, formação e intercooperação, abrangendo uma zona da cidade, um município ou uma região. Estas redes, formadas por empreendimentos, associações de bairros e entidades de assessoria, implementam práticas de intercooperação entre os empreendimentos participantes, parcerias com outras instituições da sociedade civil e universidades, e articulações com políticas públicas de apoio.

Nas experiências pesquisadas em Buenos Aires, além das estratégias de mobilização e comunicação, é interessante também destacar as parcerias com as universidades na capacitação de cooperados e desenvolvimento de pesquisas (como na *Universidad de Buenos Aires*, *Universidad de las Madres*, *Universidad Nacional General Sarmiento*, por exemplo). Além disso, algumas experiências têm o apoio de políticas públicas federais, de crédito e programas redistributivos (*Programa Manos a la Obra* e *Programa Jefes y Jefas de Hogar*, ambos do *Ministerio de Desarrollo Social*). No âmbito municipal, há políticas para compras e contratos públicos, como o *Programa de Unidades Productivas* do *Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires*, do qual participam cooperativas do MESA, como a Cooperativa La Cacerola, fornecendo merenda às escolas públicas. Outro tipo de apoio do poder público se dá pela cessão de espaço para se iniciar a atividade de produção de novos empreendimentos.

Na pesquisa de campo realizada no Brasil, também verificamos a atuação de instituições universitárias, centrada no trabalho das incubadoras, que fomentam e acompanham novos empreendimentos. Encontramos também experiências que recebem apoio de políticas públicas, inclusive para o próprio fomento e criação de alguns empreendimentos. Há políticas em âmbito federal, coordenadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), articuladas com diversos ministérios e secretarias do governo federal, e também em âmbito municipal, como o programa Oportunidade Solidária da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) da gestão municipal de São Paulo (2000-2004).

Outro aspecto importante a destacar nesta comparação se refere à forma de manifestação dos movimentos nos dois países. As experiências argentinas estão envolvidas por uma forte tradição de manifestações de rua, presentes em diversos momentos da história do país. Como exemplo, podemos citar as manifestações na Avenida de Mayo, em apoio à Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, que enfrenta disputa judicial, e as caravanas culturais organizadas nos bairros de periferia, como anualmente realiza a Mutual Primavera. No Brasil, há poucas experiências relacionadas diretamente à economia solidária, entre elas podemos citar as manifestações organizadas durante os Fóruns Sociais Mundiais.

Neste percurso, com base em características singulares, as experiências de economia solidária no Brasil e na Argentina constroem relações com outros sujeitos políticos, como o Estado, as

universidades e outros movimentos sociais. Nestas relações, enfrentam conflitos e tensões ao buscar organizar-se como sujeitos políticos autônomos. No movimento contraditório entre a luta pela inclusão e pela transformação social, são construídas relações entre as experiências de economia solidária e as outras instituições, permeadas de paradoxos e contradições, que oscilam entre a dependência e a autonomia.

No Brasil (diferentemente da Argentina, onde os movimentos são formados por empreendimentos), os papéis dos segmentos (empreendimentos, entidades de assessoria, universidades e poder público) são freqüentemente confundidos nos espaços de organização política, como os fóruns. Esta indefinição também se manifesta na atuação das instituições de fomento, no dilema entre assumir o papel de formador e mobilizador de empreendimentos e do próprio movimento, ou o papel de parceiro de um movimento de trabalhadores de empreendimentos autogestionários.

Atualmente, muitos empreendimentos brasileiros são criados a partir da mobilização feita por instituições de apoio e fomento, tais como universidades, entidades ligadas à Igreja, sindicatos e associações. Conforme a atuação destas instituições, como vimos na pesquisa de campo, podem ser geradas limitações à construção de relações pautadas na autonomia e na igualdade.

Na Argentina, o movimento de economia social é bastante heterogêneo, e também enfrenta contradições. O MNER (*Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*), o movimento mais amplo que encontramos na pesquisa de campo na Argentina, como apresentado no capítulo III, está hoje bastante atomizado, com sucessivas fragmentações. Além disso, as experiências de economia social na Argentina hoje estão envolvidas em processos sociais amplos de lutas políticas e sociais, como relatam pesquisadores argentinos, o que dificulta a identificação de movimentos sociais de economia social e a coordenação de ações conjuntas.

Nos distintos processos sociais observados nos dois países, é possível identificar o surgimento da política? No quadro brasileiro, mais centralizado, com atuação marcante de instituições de fomento, ou no argentino, de atuação política mais direta dos trabalhadores, com maior formação política, com tensões e conflitos expostos de forma mais clara, porém mais fragmentado, encontramos processos de formação de movimentos sociais de economia solidária? Qual o sentido e o caráter destes processos?

A resposta a estes questionamentos não pode ser definitiva. Neste trabalho, indicamos alguns sentidos, que mais do que encerrar questões, abrem caminhos para novas reflexões, debates e pesquisas. Dentro da diversidade de experiências, que alcançamos nesta pesquisa, destacamos distintos significados da *formação* destes movimentos sociais de economia solidária.

Nestas experiências, de um lado, há um sentido que se refere à noção de protagonismo, da *formação* de movimentos sociais pelos próprios trabalhadores, caracterizada por relações

mais autônomas e com maior espaço à política. De outro, há um sentido de *formação* educativa, de um processo formativo de trabalhadores-educandos, com caráter pré-político, que pode significar tanto a criação de processos emancipatórios como a reprodução de relações de dependência.

Estes sentidos se misturam nos processos sociais e portanto não podem ser completamente separados nas experiências estudadas. Contudo, é possível reconhecer no Brasil uma predominância do segundo sentido, em contraste com a Argentina, onde o sentido protagonista se destaca. Este quadro se deve a inúmeros fatores, fundamentalmente à história política e cultural de cada um dos países, envolvendo fatores como a atuação do Estado, da Igreja, a formação social e a escolaridade da população, que buscamos investigar neste trabalho. Portanto, consideramos que o sentido de *formação* entendido como *autofazer-se*, que reconhecemos a partir da interpretação de Edward P. Thompson⁵, envolvido por uma noção de igualdade política, como nos indica Hannah Arendt⁶, é identificado em mais aspectos das experiências argentinas.

Com o objetivo de sintetizar traços contrastantes entre as experiências estudadas nos dois países, apresentamos o quadro a seguir, que não abrange a complexidade das questões, mas ressalta aspectos comparativos centrais.

Quadro 7 - Aspectos comparativos entre as experiências de economia solidária:

Argentina	Brasil
predomínio da auto-organização e maior formação política dos trabalhadores	forte presença de entidades de assessoria e gestores públicos e maior dependência de fomento
ênfase nas relações de igualdade e na autonomia	ênfase no processo educativo e pedagógico
ênfase na atuação da sociedade	ênfase na atuação do Estado
maior fragmentação e segmentação dos movimentos	maior unificação do movimento nos fóruns
maior enraizamento local e intercooperação entre os empreendimentos	maior integração entre os diferentes segmentos: empreendimentos/entidades/gestores públicos
maior presença do sentido político nas experiências estudadas	maior presença do sentido pré-político nas experiências estudadas

Neste estudo comparativo, introduzimos questões e temas para o debate acadêmico, que seguem em construção. As considerações apresentadas são reflexões construídas até o presente momento, que diante da complexidade e diversidade das manifestações de economia solidária no Brasil e na Argentina, se referem fundamentalmente ao campo de

5 Thompson, E. Palmer. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987a.

6 Arendt, Hannah. *A condição humana*. São Paulo : Edusp, 2004.

abrangência da pesquisa desenvolvida em organizações em São Paulo e em Buenos Aires. Contudo, acreditamos que estas distinções expressam características e tendências das experiências em cada um dos dois países e apontam importantes questões para a reflexão e pesquisa acadêmica e para os próprios sujeitos envolvidos.

As organizações da economia solidária são parte de um fenômeno contemporâneo e seu sentido político está em disputa, pois está em movimento na história atual. Mesmo reconhecendo que apresenta aspectos contraditórios e heterogêneos, verificamos que estas organizações não são fatos isolados, nem limitados ao contexto de crise aguda, e apresentam características e potencialidades de formação de um movimento social de resistência e pela transformação. Com intensidade variada, reconhecemos nas experiências estudadas uma dimensão política, rara na sociedade contemporânea, que aponta possibilidades e caminhos e está em permanente construção, pois não há consolidação no espaço da política, que está em constante movimentação.

A formação de movimentos sociais dá impulso a estas novas experiências, através da luta por trabalho baseada no reconhecimento do trabalhador, não como *mão de obra* ou *força de trabalho*, mas sim propondo a construção de uma economia mais política. Assim, os movimentos sociais potencializam a dimensão política das organizações autogestionárias, gerando enfrentamentos pela ampliação e renovação da democracia.

2 Trabalho em movimentação – considerações finais

“O capitalismo contemporâneo, globalizado, vem tornando a política irrelevante. (...) Essa nova situação é de alta relevância, pois a política que o Ocidente inventou, desde a Grécia clássica, tem sido o meio que a cidadania tem usado para contrarrestar e até anular a assimetria de poderes inerente ao sistema privado e concentrador como o capitalista. Quando a política torna-se impotente para tanto, a cidadania e a democracia tornam-se dispensáveis. Esse é um fenômeno mundial que na periferia capitalista tem efeitos devastadores. Ao invés de se concordar com a irrelevância da política, deve-se mais do que nunca ressaltar sua importância, a importância de reinventá-la.”

Francisco de Oliveira, 2006.⁷

O desenvolvimento da democracia é condição fundamental para o combate às formas de dominação e exploração presentes na sociedade contemporânea, para a construção de uma nova economia e para a necessária transformação social. A crise da política é um obstáculo central à democracia, se a consideramos um regime político baseado em relações sociais nas quais os sujeitos (todos eles) atuam com autonomia, liberdade e igualdade de condições, no seu trabalho e na sociedade. Por esta perspectiva, reconhece-se a necessidade de renovação e até reinvenção da política, envolvendo as relações estabelecidas no Estado e principalmente na sociedade.

⁷ Trecho de transcrição da conferência intitulada “A colonização da política”, do ciclo de debates: *O esquecimento da política*, ocorrido em 2006. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: março de 2007.

A experiência histórica nos mostra que o conjunto de normas legais e de instituições, fundamentais para a construção democrática, não são por si capazes de construir e ampliar os espaços políticos democráticos. É necessário o debate político sobre o mundo comum, a reconstrução da dimensão pública pela reinvenção da política, no sentido do dissenso, da contestação diante da desigualdade social e da dominação. Os movimentos sociais podem ter este papel, este significado político, de criação de espaços de diálogo sobre o público, com potencialidade de construir espaços efetivamente democráticos. Contrariamente a idéia de que as mobilizações sociais são perturbações à ordem democrática, analisar os movimentos sociais é reconhecer sua contribuição para a construção da democracia.

Na atualidade, estão em disputa ao menos dois sentidos de democracia. De um lado, há uma concepção de democracia restrita, exercida por partidos e pelo Estado, centrada no funcionamento dos órgãos de representação. De outro, um sentido de democracia baseado na busca pelo pleno exercício da cidadania, que compreende a política transbordando as instituições, permeando toda a sociedade, criando novas relações políticas e espaços públicos.

A primeira concepção de democracia, predominante na sociedade contemporânea, restringe-se à idéia de melhorar dentro dos limites do que já está estabelecido e relega a técnicos e especialistas o governo e o destino da sociedade. Desta forma, atualiza-se a tradicional reprodução da pobreza e da desigualdade social, criando uma falsa democracia, pois silenciam-se a política e o dissenso.

O outro sentido de democracia traz a idéia de renovação, ampliação e democratização da própria democracia, de criação de uma nova cultura política. Assim, aponta para a construção de uma sociedade que, dentro das condições históricas existentes, tenha a democracia como modo de ser e de se desenvolver, com sujeitos que imaginem e desejem a democracia, que se organizem e lutem com base em princípios democráticos. Este sentido de democracia é uma reação à desqualificação e crise da política atual, e também ao predomínio da sociedade mercantil, pois propõe que a economia se submeta à política efetivamente democrática.

Nos anos 90, vivemos na América Latina uma combinação perversa entre *democracia* (no sentido restrito) e *neoliberalismo*, que tem gerado a fragmentação do espaço público, a destituição de direitos e a reprodução das desigualdades sociais. Diante desta crise social, a recuperação do sentido ampliado de democracia pode abrir possibilidades para a construção do *novo*.

No contexto contemporâneo do capitalismo mundializado, tem-se acirrado o cenário de miséria, desigualdade e violência em cidades como São Paulo e Buenos Aires, com especificidades e singularidades. Neste cenário, surgem movimentos sociais e organizações coletivas, que buscam dar vida ao potencial político das experiências locais e comunitárias, inclusive lutando por um Estado atuante, em contraposição às tendências do mercado atual.

Como vimos ao longo deste trabalho, dentre estas experiências estão as organizações de economia solidária, no Brasil, e de *economía social*, na Argentina, que retomam antigas idéias da luta dos trabalhadores e buscam construir novas relações entre economia, política e cultura. Estas experiências renovam princípios de autogestão, cooperação, solidariedade, propriedade coletiva, igualdade e da própria democracia, a partir dos quais estão formando novos movimentos sociais. Estes movimentos criam estranhos *ruídos*, retomando a expressão de Jacques Rancière, muitas vezes abafados pelo estrondoso barulho constante da cidade, os quais chamam a nossa atenção se nos permitimos ouvir as experiências do cotidiano popular.

Neste trabalho, buscamos lidar com um conceito complexo e ambíguo, movimentos sociais, tema de debates acadêmicos, envolvendo diversas referências teóricas. Para estudar a formação de movimentos sociais de economia solidária, partimos do pensamento de Hannah Arendt, principalmente sua concepção de política e sua centralidade, e de Edward Palmer Thompson, no que se refere à formação histórica de coletividades. Com a aproximação destes dois autores, investigamos o sentido político das experiências de economia solidária, estudando aspectos da relação entre estrutura, cotidiano e mudança. A política, no sentido analisado neste trabalho, é uma atividade essencialmente coletiva, baseada na construção da igualdade e da liberdade, que ocorre no espaço público, espaço aberto ao debate sobre o mundo comum. Ela se faz na presença da pluralidade e do dissenso, que explicitam a desigualdade e a dominação, criando assim a possibilidade da transformação.

Com atenção aos conflitos, investigamos o espaço particular no qual situam-se os movimentos sociais, na fronteira entre o privado e o público, e estudamos o sentido e a potencialidade política do *autofazer-se* de movimentos sociais de economia solidária na história. Consideramos que este processo se dá a partir da experiência de condições materiais, envolvidas por relações sociais e matrizes culturais e políticas herdadas, desenvolvida na história de resistência dos trabalhadores, que dão base à interpretação e à formação da consciência que orientam a atuação dos sujeitos.

De forma semelhante àquela em que Thompson analisa a formação de classes, reconhecemos que os movimentos de economia solidária no Brasil e na Argentina são casos especiais de formações históricas de coletividades políticas, que surgem da luta social. Neste sentido, não há teoria fixa que determine a existência ou não de movimentos sociais, mas é o próprio movimento que se auto-define, como declara Thompson: a “*clase se define a sí misma en su efectivo acontecer*”.⁸ A vida política se constitui no confronto de significados, e os movimentos de economia solidária passam a existir no momento histórico em que estes próprios movimentos adquirirem consciência de si mesmos, envolvidos por um processo de formação cultural e por condições históricas.

8 Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona : Ed. Crítica, 1989. p. 38.

Ao longo deste trabalho, para compreender as especificidades dos movimentos de economia solidária no Brasil e na Argentina, foi necessário aproximar-se da experiência dos sujeitos e das interpretações que constroem a partir desta. Primeiramente, investigamos o solo onde brotam os movimentos sociais de economia solidária, seu lugar material, através do estudo do contexto histórico dos dois países, da condição de periferia e do cotidiano popular (nos capítulos II e III). Em seguida, estudamos as matrizes teórico-políticas que alimentam as experiências de economia solidária (capítulo IV), idéias que orientam o caminho pelo qual os sujeitos constroem sua interpretação do mundo e, conseqüentemente, sua ação. Por fim, analisamos tensões e conflitos presentes nas experiências e narrativas dos trabalhadores, colhidas na pesquisa de campo em São Paulo e Buenos Aires, em organizações baseadas em diferenciadas relações de trabalho e políticas.

Estas experiências têm um caráter diferenciado entre os demais movimentos sociais contemporâneos por reafirmar a centralidade do trabalho nos conflitos sociais. Elas tratam de relações de trabalho e de produção, e a partir de relações de trabalho autogestionárias, buscam superar relações alienadas e desenvolver uma nova cultura política baseada na igualdade e na autonomia. Neste sentido, diferentemente das análises que dissociam completamente a esfera do trabalho da esfera da política, e rejeitam assim a possibilidade da constituição de espaços democráticos no interior de relações produtivas, reconhecemos que as experiências de autogestão enfrentam a difícil tarefa de conciliar estas duas esferas da vida social. Neste encontro, são criados *espaços políticos fundacionais*, e esta dimensão política presente nos empreendimentos, reinventando a política, indica a potencialidade transformadora da economia solidária.

Passada a crise dos anos 90, no Brasil e na Argentina (neste último país, com seu ápice em 2001), encontramos diversas cooperativas, mutuais, empresas recuperadas, redes locais, clubes de trocas, clubes de compras, etc. Isto demonstra que este não é apenas um fenômeno reativo à crise, mas traz consigo um projeto político de construção de um novo modelo de sociedade, de desenvolvimento, alternativo ao capitalista. Tomando uma fala de José Abelli, do MNER: *“En América Latina, y en particular en la Argentina, con el fracaso del fundamentalismo de mercado, han quedado en evidencia lo que en otras economías es una insinuación. Con ello quiero decir que están equivocados los que piensan que la autogestión de los trabajadores es un ‘fenómeno’ de la crisis en Argentina. Lo que sucede en Argentina es el pre-anuncio de las nuevas formas de luchas y organización de los trabajadores que se darán, inexorablemente, en el capitalismo”*.⁹

Neste sentido, pelo fato dos trabalhadores das experiências estudadas na Argentina e no Brasil identificarem-se, explicitamente, com sistemas de autogestão da sua força de trabalho,

9 Loreto, Maria di. Garcia, Inés. e Rofman, Alejandro. *Autogestión De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansión Para Enfrentar El Desempleo Urbano: El Caso Argentino*. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, asociado al CONICET, Buenos Aires : 2003.

dos instrumentos de produção, dos recursos ou objetos da produção e dos seus produtos, estas experiências situam-se ideológica e politicamente em contraposição ao capitalismo. Contudo, como abordamos no trabalho, o sentido do próprio projeto político da economia solidária está em permanente disputa.

Após a redemocratização na América Latina, nos anos 90, vive-se um período de transformações do Estado e da sociedade, diante do qual diversos autores, como analisamos no capítulo I, apontam o enfraquecimento e crise dos movimentos sociais com os processos de institucionalização, especialmente de sua ação pela transformação social. A economia solidária, neste contexto, vive também este dilema em sua relação com o Estado, entre a autonomia e a dependência.

Em alguns dos casos estudados, diante do processo de institucionalização, identificamos que, na relação com o Estado, as experiências estão em constante ameaça de serem conduzidas e reduzidas a práticas de reprodução de dependência e formas de contenção social. São casos de organizações em que não existem projetos políticos em debate, em que a cooperação limita-se às fronteiras das próprias empresas e cooperativas. Estas experiências não projetam a organização autogestionária para além do empreendimento, como um projeto de sociedade e de transformação social.

Todavia, mesmo diante destas limitações, encontramos nestas organizações mudanças qualitativas, indícios do surgimento de *relações políticas fundacionais*, que podem realizar-se ou não. Este é um potencial educativo destas experiências de autogestão de trabalhadores, de transformar a prática de autogestão no trabalho em uma prática política diferenciada. Esta prática política é central para o próprio desenvolvimento e sobrevivência destas experiências, transformando tanto sua relação com o Estado quanto com a sociedade em geral.

Verificamos, além disso, casos nos quais os muros dos empreendimentos são extrapolados, e são estabelecidas relações de intercooperação que dão base ao surgimento de movimentos sociais. Relações que carregam o sentido político fundamental para a transformação social, transitando em diferentes escalas da ação política. Reconhecemos nestas organizações a busca por formas de fortalecimento do movimento político, em seu sentido emancipatório. São experiências que surgem de processos de mobilização e participação, na Argentina e no Brasil, nas quais as diversas atividades econômicas (de produção, distribuição e consumo) são feitas de acordo com as decisões coletivas dos trabalhadores. Assim, estas atividades se tornam essencialmente políticas, pois são temas de debates abertos, que colocam em questão princípios políticos, e criam movimentos sociais. Destaca-se novamente, com isso, o sentido fundamental da dimensão política nas organizações de economia solidária, que coloca em questão o sentido da democracia que estamos construindo.

Nesta dimensão política — expressa na autogestão (interna, que orienta novas relações de produção e abre espaço para a redescoberta da política) e nas redes e fóruns (externos, que

se referem à formação de novos movimentos sociais) — encontra-se o potencial radicalmente democrático de transformação social destas experiências.

Ao identificar os conflitos e ambigüidades enfrentados nas experiências de economia solidária, na *formação* de movimentos sociais, que se desenvolvem no contexto capitalista contemporâneo, encontramos pistas de momentos preciosos. Possíveis *tesouros* que carregam possibilidades do surgimento da política, em espaços onde trabalhadores assumem os meios de produção e convivem em igualdade, autogestão e liberdade. Estes novos movimentos, na América Latina, assumem uma feição muito diversa das experiências na Europa e em outros países, e também de antigos movimentos cooperativistas latino-americanos. Entre tensões e ambigüidades, por produzir o encontro entre duas esferas da vida social: econômica (do trabalho) e política, a constituição de movimentos sociais de economia solidária aponta possíveis caminhos e espaços para a reinvenção da política na atualidade.

A economia solidária no Brasil e na Argentina busca desenvolver-se em meio ao contexto turbulento do capitalismo mundializado do século XXI, em sua face mais perversa na periferia latino-americana. Este trabalho, comprometido com preocupações teóricas e conceituais, e principalmente políticas, constatou que as experiências existentes apresentam potenciais e práticas fundacionais. O potencial emancipatório destas experiências está na construção de relações políticas que ultrapassem os muros dos empreendimentos, transformando-os em *espaços políticos fundacionais*, e a formação de movimentos sociais de economia solidária fortalece este caráter político.

A economia solidária lança desafios e potencialidades à reflexão, à pesquisa e à atuação. Cabe à academia se abrir ao estudo destes movimentos para conhecer melhor suas possibilidades, e como estas têm sido transformadas em ações por muitos trabalhadores na história.

“La cooperativa (...) es un instrumento político, fundamentalmente un instrumento de organización político y social, y no tenemos temor al decir que es una organización política, no tenemos un partido (...) pero tenemos un fin político, que es cambiar esto que esta hoy, como, no sé, junto lo vamos a discutir y construir.”

cooperado da Cooperativa La Cacerola - Argentina

Bibliografia

- ABELLI, José. "Marco Legal de la Economía Solidária" in *Cadernos do II Encontro Internacional de Economía Solidária do NESOL-USP*, junho / 04.
- ABRAMOVICH, Ana. e VÁZQUEZ, Gonzalo. "Experiencias de Economía Social y Solidaria en la Argentina", 2006. Disponível em: www.riless.org. Acesso em: setembro de 2006.
- ALBERT, Michael. "Buscando a Autogestão" in *Autogestão: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo : Faísca Publicações Libertárias, 2004.
- ALMEYRA, Guillermo. *La Protesta Social en Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires : Ediciones Continentes, 2004.
- ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina. e ESCOBAR, Arturo. (org.) *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte : Novas Leituras / UFMG, 2000.
- ANTEAG/MTE. *Autogestão e Economía Solidária: uma nova metodologia*. Brasília : MTE/SPPE/DEQ, 2004.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo : Edusp, 2004.
- _____. "A tradição revolucionária e seu tesouro perdido" In: *Da revolução*. Brasília : Ática - UNB, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. SP : Ática, 1985.
- _____. *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única*. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- BLANCO, Alfredo Félix. "Inflación: Una mirada al pasado" In: *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, nº 42, mayo 2005. Disponível em: [www.eumed.Net/cursecon/ecolat /ar/](http://www.eumed.Net/cursecon/ecolat/ar/). Acesso em: 13 de março de 2007.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis : Vozes, 1980.
- _____. "Entrevista". In: *Revista Caros Amigos*, setembro de 1998.
- BRUIT, Hector H. "A invenção da América Latina" In: V Encontro da ANPHLAC, disponível em: <http://anphlac.cjb.net>.
- BRUYNE, P. HERMAN, J. e SCHOYTHEETE, M. *A dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro : F. Alves, 1977.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. "Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina" In: *Cadernos PUC Economia*, no. 11, EDUC, São Paulo, 2001.
- _____. "Princípios e direitos fundamentais no Trabalho na América Latina" In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 16, no. 2, São Paulo, abril/junho, 2002.
- _____. "As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul". In: *Revista Estudos Avançados*, vol.19, no. 55, São Paulo, setembro/dezembro, 2005.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo : Editora 34 / Edusp, 2000.
- CALDERÓN, F. (org.) *Los movimientos sociales ante la crisis*. Buenos Aires, ONU/CLACSO/IISUNAM, 1986.

- CARDOSO, Ruth. (org.) *Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo : Paz e Terra, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, São Paulo : Vozes, 1998.
- CERRUTTI, Marcela & BERTONCELLO, Rodolfo. "Urbanization and Internal Migration Patterns in Latin América. Centros de Estudios de Población, Argentina. Disponível em: <http://pum.princeton.edu/pumconference/papers/1-Cerrutti.pdf>
- CHOMSKY, Noan. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo : Imaginário / Sedição, 2004.
- COGGIOLA, Osvaldo. "Buenos Aires, cidade, política e cultura". *Revista Brasileira de História*. São Paulo : 1997, vol. 17, no 34, p. 101 - 118.
- COGGIOLA, Osvaldo & BISKY, Edgardo. *A história do Movimento Operário Argentino*. São Paulo : Xamã, 1999.
- CORAGGIO, José Luis. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho" In: Kraychete, F. L., Costa, B. (org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis : Vozes; Rio de Janeiro : Capina; Salvador : CESE/UCSAL, 2000.
- _____. "A proposta da economia solidária ante a economia neoliberal" In: Pintaui, S. M. (org.) *Economia Solidária: um setor em desenvolvimento*, São Paulo : Prefeitura de Rio Claro / URB-AL, 2002.
- _____. "Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria". Palestra apresentada no Seminário: *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*, Salvador, dez. 2006. Disponível em: www.coraggioeconomia.org. Acesso: junho 2007.
- CRUZ, Antonio. "O mar e a terra da economia solidária". *Leituras cotidianas* no. 181, 23 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>
- DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- DELLA PORTA, Donatella. & DIANI, Mario. *Social Movement: an introduction*. Oxford : Blackwell, 1999.
- DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 79*. Rio de Janeiro : ANPOCS, Relume-Dumará, 1995.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. S. Paulo : Global, 1984.
- FAJN, Gabriel. *Fábricas y empresas recuperadas*, Buenos Aires : Centro Cultural de la Cooperación, 2003.
- _____. "Fabricas recuperadas: la organización en cuestión". Disponível em: www.iisg.nl/labouragain/documents/fajn.pdf (2004). Acesso em: junho/2007.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo : DIFEL, 1976.
- FAUSTO, Boris. & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)*. São Paulo : Editora 34, 2004.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova*. São Paulo : 2007, no 72, p. 83-114.

- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. & LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo : Paz e Terra, 1997.
- GAIGER, Luiz Inácio. "A Economia Solidária e o projeto de outra mundialização". Revista Dados, Rio de Janeiro, vol. 47, no. 4, 2004.
- HADDAD, Fernando. "Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo" In: Apostila ITCP – 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo : Editora 34, 2003.
- JOYEUX, M. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Brasília : Novos Tempos, 1998.
- KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- _____. "Lutas Urbanas e Movimentos Populares: Alguns pontos para reflexão" In: *Espaços e Debates*, São Paulo, p. 55-63, 1983.
- _____. *Escritos Urbanos*. São Paulo : Editora 34, 2000.
- _____. "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano", In: *Revista Novos Estudos* - CEBRAP, no. 63, de julho de 2002.
- LACLAU, Ernesto. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 2, vol. 1, out. 1986.
- LEBRET, Louis Joseph. *Manifesto por uma civilização solidária*. SP : Duas Cidades, 1959a.
- _____. *Princípios para a ação*. São Paulo : Duas Cidades, 1959b.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo : Martins Fontes, 1981.
- LORETO, Maria di. GARCÍA, Inés. e ROFMAN, Alejandro. *Autogestion De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansion Para Enfrentar El Desempleo Urbano: El Caso Argentino*. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Asociado al CONICET, Buenos Aires, diciembre / 2003.
- MAGNANI, José Guilherme. "Da periferia ao centro: pedaços e trajetos" In: *Revista de Antropologia USP*. São Paulo, Vol. 35, 1992.
- MARTINS, José de Souza. "Depoimento" In: *Periferia Revisitada*, Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVII, no. 42, 2001.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. São Paulo : Vozes, 2002.
- MELLO, Sylvia Leser de. (org). *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo : NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005a.
- _____. "Revisão histórica das raízes da Economia Solidária", São Paulo, 2004. Versão original do artigo publicado em alemão. MELLO, S. L. "Historisch theoretischer Rückblick auf die Wurzeln der Solidarischen Ökonomie in Brasilien". In: Müller-Plantenberg, C., Nitsch, W., Schlosser, I., Der, A. (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland Wege zur konkreten Utopie*. Kassel : Universität Kassel, 2005b.

- _____. "Solitário ou solidário" in *Material de Apoio do Curso de Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária*, organizado pela ITCP-USP, em 2003.
- MELUCCI, Alberto. "The new social movements: a theoretical approach" In: *Social Science Information*, London, vol.19, no. 2, 1980.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis : Vozes, 1991.
- MILLS, Charles Wright. *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.
- NASCIMENTO, Claudio. "Do 'beco dos sapos' aos canaviais de Catende", Brasília, 2004. Disponível em: www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao. Acesso: julho / 06.
- _____. "Autogestão e Economia Solidária", Brasília, 2004. Disponível em: www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao. Acesso: julho / 06.
- NOBRE, Marcos. "Apresentação" In: HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo : Editora 34, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. e PAOLI, Maria Célia. (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis/Brasília : NEDIC / Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Luciano. "Os Excluídos 'Existem'?" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, no. 33, 1997.
- OWEN, Robert. *A new view of society and other writings*. London : Penguin Books, 1991.
- PALOMINO, Héctor. "Las experiencias actuales de autogestión en Argentina: entre la informalidad y la economía social" In: *Nueva Sociedad* 184, marzo/abril, 2003.
- PAOLI, Maria Célia. e SADER, Eder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". In: Cardoso, R. (org.) *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo : Paz e Terra, 2004.
- PARRA, M. A. "La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio em América Latina" In: *Athenea Digital*, no. 8, p. 72-94, 2005. Disponível em: www.clacso.org.
- PARRA, Henrique. "O escorpião, o sapo e a economia contra a política" In: *Anais do IV Encontro de Economia Solidária –NESOL USP*, 2006.
- PETITFILS, J-Christian. *Os socialismos utópicos*. São Paulo : Círculo do Livro/Zahar, 1977.
- PETRAS, James. *Argentina: Da insurreição popular ao "capitalismo normal"*, 2002. Disponível em: <http://resistir.info/>. Acesso em: julho de 2004.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Campus, 1980.
- PRIETO, C. "Karl Polanyi: Crítica del mercado, crítica de la economía" In: *Política y Sociedad*, nº 21, 1996.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Selected Writings of P.J. Proudhon*. New York : Anchor, 1969.
- _____. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre : L&PM, 1998.

- _____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo : Nu-Sol/Imaginário, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- ROMERO, Luis Alberto. *La crisis argentina: una mirada al siglo XX*. Buenos Aires : Siglo XXI Editores Argentina, 2003.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires : Nueva Visión, 1988
- SARTORI, Giovanni. A política: lógica e método nas ciências sociais. Brasília : UnB, 1997.
- SENAES / MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília :, 2006.
- SINGER, Paul. *O que é socialismo, hoje*. Petrópolis : Vozes, 1981.
- _____. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*, São Paulo : Contexto, 2000.
- _____. “Autogestão e Socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão” In: OLIVEIRA, P.de S. (org.) *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo : Hucitec, 2001.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo : Perseu Abramo, 2002.
- _____. “Introdução” In: MELLO, S.L. (org.) *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo : NESOL USP / ITCP USP / PW, 2005.
- SINGER, Paul. e SOUZA, A. (org.) *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo : Contexto, 2003.
- SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Zahar, 2000, p. 8.
- TARROW, Sidney. *Power in movement, social movements and contentions politics*. Cambridge : University Press, 1998.
- TAUILLE, José Ricardo. “Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária” - artigo submetido ao Seminário internacional Teorias de Desenvolvimento no Novo Século, em Junho de 2001. Disponível em: www.ecosol.org.br. Acesso em: agosto / 06.
- TELLES, Vera S. “Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70” In: WARREN, I.S.; KRISCHKE, P. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987a.
- _____. *A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987b.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Cia. das Letras, 1998.

- _____. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona : Editorial Crítica, 1989.
- TORRES, Haroldo G. & OLIVEIRA, M. A. “Quatro imagens da periferia paulistana” In: *Periferia Revisitada*. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, no. 42, 2001.
- TORRES, Haroldo G. & MARQUES, Eduardo. “Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana” In: *São Paulo em perspectiva*, 18 (4), SEADE, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. “An introduction to the studies of social movements” In: *Social Research*, vol. 52, no. 4, 1985.
- VAINER, Carlos. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. Encontro Nacional da ANPUR, IX: Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Anais. Rio de Janeiro, 2001.
- WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas. Porto Alegre : L&PM, 2002.
- ZIBECHI, Raúl. “Fábricas recuperadas: de la sobrevivência a la economía solidaria”. In: Serie Acción Ciudadana en las Américas, no. 12, Julio de 2004. Disponível em: www.ircamericas.org. Acesso em: janeiro de 2007.

Periódicos:

- Revista Cáritas, publicação anual da Cáritas Brasileira, ano 23, no. 73, agosto de 2002.
- Revista de Economia Solidária, ANTEAG/UNISOL/SENAES/FBB, Ano 1, no. 0, dez. de 2005.
- Revista de Economia Solidária, ANTEAG/UNISOL/SENAES/FBB, Ano 2, no. 1, julho de 2006

Sítio Eletrônicos:

- www.fbes.org.br (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)
- www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/ (Secretaria Nacional de Economia Solidária)
- www.sies.mte.gov.br (Sistema de Informação de Economia Solidária – MTE / SENAES)
- www.mnerweb.com.ar (*Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*)
- www.inaes.gov.ar (Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social - Ministerio de Desarrollo Social de Argentina)
- www.desarrollosocial.gov.ar/Planes/DLES/ (Ministério de Desarrollo Social – Plan de Desarrollo Local y Economía Social “Manos a la Obra”)
- www.recuperadasdoc.com.ar (Programa Interdisciplinario de Transferencia Tecnológica hacia empresas Recuperadas por sus Trabajadores)

Documentos consultados:

Sobre as experiências no Brasil:

- 1) “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, publicado pelo GT Brasileiro de Economia Solidária / FSM, 2003.

- 2) Caderno da “I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento” (Documentos), Brasília, MTE/SENAES, 2006.
- 3) “Histórico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.
- 4) “Carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.
- 5) “Plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.
- 6) “Funcionamento e organização”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.
- 7) “Fóruns Estaduais de Economia Solidária”. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: setembro de 2006.
- 8) Relatórios das Reuniões da Coordenação Nacional do FBES. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: outubro de 2006.
- 9) Boletins do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: outubro de 2006.
- 10) Documento de Apresentação do “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego. Disponível em: www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/. Acesso em: junho de 2006.
- 11) Relatório da III Plenária Paulista de Economia Solidária, agosto de 2005.
- 12) Apresentação e Histórico da UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, 2006.

Sobre as experiências na Argentina:

- 1) *Guia 2005 de Empresas y Fábricas Recuperadas: autogestionadas por sus trabajadores*, Minitério del Trabajo, Empleo y Seguridad Social / Programa Trabajo Autogestionado, 2005.
- 2) *Ecos del trabajo* – periódico del Movimiento de Economía Social Argentina. Ano 1, no. 2, Diciembre 2005.
- 3) Relato sobre Cooperativa La Cacerola. Entin, G. “*La cooperativa vecinal que hace viandas para escuelas portenas*” In: *La Fogata Digital*. Disponível em: www.lafogata.org. Acesso: agosto de 2006.
- 4) Relato sobre *Mutual Primavera*. In: RILESS. Disponível em: www.riless.org. Acesso: fevereiro/06.
- 5) *Revista Aquí Km. 28*, publicada pelo *Movimiento Popular Cooperativo Gregorio de Laferrere*, Ano 1, no. 2 (octubre de 2005) e no. 3 (diciembre de 2005).
- 6) *La posta regional: una publicacion hecha por las organizaciones comunitarias de Moreno, San Miguel, José C. Paz, Malvinas Argentinas*, no. 6, enero de 2006.
- 7) Documento sobre os projetos da *Asociacion Civil Recuperando el trabajo*, 2006.
- 8) Documento de apresentação do “Plan de Desarrollo Local y Economía Social – Manos a la obra” do Ministerio de Desarrollo Social de Argentina. Disponível em: www.desarrollosocial.gov.ar. Acesso em: dezembro de 2005.
- 9) “Sobre el MNER”. Documento disponível em: www.mnerweb.com.ar. Acesso em: agosto de 2004.

- 10) “Las empresas recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta (SEUBE- Facultad de Filosofía y Letras-UBA)”. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar> Acesso em: junho / 2007.

Entrevistas:

Organizações brasileiras:

- 1) entrevista com presidente da UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, em Diadema, em agosto/07
- 2) entrevista com cooperado da Cooperativa Alpha.com, na ITCP-USP, em São Paulo, em maio/07.
- 3) entrevista com diretor da Cáritas Diocesana do Campo Limpo, participante da Rede de Economia Solidária da Zona Sul, no Centro de Referência de Economia Solidária no Campo Limpo – São Paulo, em maio/07.
- 4) entrevista com cooperada da Cooperativa Monte Sinai Lanches, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, em abril /07.
- 5) observação da Reunião da Coordenação executiva do Fórum Paulista de Economia Solidária (FPES), na Delegacia Regional do Trabalho (DRT/SP), São Paulo, em fevereiro/07.
- 6) observação do Seminário da Rede de Economia Solidária da Zona Sul, no Campo Limpo - São Paulo, em fevereiro/07.
- 7) entrevista com trabalhadoras do E.A. Produtos Ecológicos, empreendimento informal de produção de sabão, no Jardim Ângela - São Paulo, em outubro/06.
- 8) observação da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em Osasco/SP, em junho/06.
- 9) entrevista com cooperados da Cooperativa COFAZ, na sede da cooperativa, em Francisco Matarazzo/SP, em novembro/03.

Organizações argentinas:

- 1) entrevista com cooperados da Cooperativa La Cacerola, em Buenos Aires, em janeiro/06.
- 2) entrevista com coordenadora da Mutual Primavera e sócios da mutual, em J. C. Paz – Gran Buenos Aires, em janeiro/06.
- 3) entrevista com cooperados do Barrio Cooperativo Gregoria de Laferrere (Cooperativa Diul, Cooperativa Desde el Pie, Cooperativa Desde La Harina, Cooperariva CoopLabor), em La Matanza, Gran Buenos Aires, em janeiro/06.
- 4) entrevista com cooperado da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, em Buenos Aires, em janeiro/06.
- 5) entrevista com o referente nacional e a responsável para comunicação, na Cooperativa Emetele do Movimiento Territorial Liberacion (MTL), em Buenos Aires, em janeiro/06.
- 6) entrevista com cooperado da Cooperativa El Molino do Movimiento de Ocupantes y Inquilinos (MOI), em Buenos Aires, em janeiro/06.
- 7) entrevista com o vice-presidente do Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER), no Congresso Nacional da ANTEAG, em São Paulo, julho/05.